



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2044

Sexta-feira - 22 de Julho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guaraciaba	128	Penha.....	275
Alto Bela Vista.....	3	Guaramirim.....	129	Petrolândia	279
Anchieta	4	Guarujá do Sul	141	Planalto Alegre.....	280
Antônio Carlos	5	Herval d'Oeste	142	Pomerode.....	281
Ascurra.....	6	Ibiam	143	Porto Belo.....	290
Balneário Piçarras.....	7	Ilhota	145	Porto União.....	291
Balneário Rincão	8	Imbituba	146	Pouso Redondo	296
Barra Bonita.....	9	Indaial.....	147	Presidente Castello Branco.....	299
Barra Velha.....	12	Iomerê	150	Princesa	302
Benedito Novo	13	Ipumirim	178	Rio das Antas.....	303
Biguaçu	14	Irineópolis	183	Rio do Sul.....	304
Blumenau	15	Itapiranga.....	185	Romelândia.....	305
Bom Jesus do Oeste	21	Itapoá	187	Salto Veloso.....	306
Bom Retiro	22	Ituporanga	191	Santa Rosa do Sul	307
Botuvera.....	24	Jaraguá do Sul	195	Santa Terezinha do Progresso	308
Braço do Trombudo	30	Joaçaba	233	Santiago do Sul.....	309
Brunópolis	37	Lacerdópolis.....	236	São Bento do Sul.....	310
Brusque.....	38	Lages	237	São Domingos.....	320
Caçador.....	43	Laguna	239	São Joaquim	322
Camboriú.....	46	Lajeado Grande.....	240	São José.....	323
Campo Alegre	48	Lebon Regis.....	241	São José do Cedro.....	328
Campos Novos.....	54	Leoberto Leal.....	247	São Lourenço do Oeste.....	339
Canoinhas.....	55	Lindóia do Sul	249	São Miguel do Oeste.....	343
Catanduvas.....	56	Luzerna	250	São Pedro de Alcântara.....	344
Caxambu do Sul.....	76	Macieira.....	251	Schroeder	345
Cocal do Sul.....	77	Marema	252	Seara	346
Concórdia	78	Massaranduba.....	253	Serra Alta	347
Cordilheira Alta	80	Meleiro	254	Sombrio.....	354
Correia Pinto.....	82	Mondaí	255	Sul Brasil	355
Corupá	83	Monte Carlo	256	Timbé do Sul	356
Dionísio Cerqueira	84	Navegantes.....	257	Timbó	357
Forquilha.....	86	Nova Trento	261	Três Barras	379
Fraiburgo.....	87	Otacílio Costa.....	266	Vargem Bonita	382
Garopaba.....	120	Ouro	267	Videira.....	383
Garuva	121	Ouro Verde	268	Xanxerê.....	389
Gaspar	123	Palhoça	269	Xaxim.....	391
Governador Celso Ramos	126	Papanduva.....	272		
Grão Pará	127	Paraíso	274		

Consórcios

ARIS	393
CIGA	397
CIMCATARINA.....	400
CIS/AMURES.....	404

Água Doce

PREFEITURA

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº. 006/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 006/2016
ALTERAÇÃO DE ABERTURA

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que o edital de chamada pública n. 006/2016 para aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – 2º semestre de 2016, teve sua abertura alterada para 04/08/2016 às 14h00. Errata com alterações disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 21 de julho de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

PORTARIA 193/2016

PORTARIA Nº 193/2016 de 20 de julho de 2016
"DESISTÊNCIA DO CONCURSO PÚBLICO 015/2014 – VAGA EM CATER TEMPORÁRIO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conferir desistência tácita, por não comparecimento no prazo legal, do Concurso Público 015/2014, de Emanuele Canalle, referente ao cargo em caráter temporário de Professor Educação Infantil – 20 horas conforme convocação em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 20 de julho de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 194/2016

PORTARIA Nº 194/2016 de 20 de julho de 2016
"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VANILDE CHIARANI, inscrito sob CPF nº 758.709.409-15, funcionária efetiva no cargo de Agente Operacional Manutenção e Limpeza, a partir de 06/07/2016 a 15/07/2016, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 20 de julho de 2016
Novelli Sganzerla
Prefeito

Camila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 52/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 52/2016
PREGÃO PRESENCIAL 34/2016

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 52/2016, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 34/2016", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de materiais de pedreira, o qual será processado e julgado no dia 04 de agosto de 2016 às 16h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 21 de julho de 2016
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2234 DE 18 DE JULHO DE 2016

SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, pela Lei Municipal nº 682, de 17 de dezembro de 2016;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Município, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), para atender as seguintes ações orçamentárias:

05.00	GERENCIA DE TRANSPORTES
05.01	Gerencia de Transportes
26	TRANSPORTES
26.782	Transporte Rodoviário
26.782.0019	Rodovias Municipais Adequadas
26.782.0019.2.035	Manutenção de Máquinas e Veículos
3	DESPESAS CORRENTES
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.00.0000	Outras despesas correntes – aplicações diretas
	R\$ 12.000,00

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pelo excesso de arrecadação na fonte específica, conforme segue:

Fonte: 112 – Recursos Vinculados a CIDE

Especificação: CIDE (Contribuição sobre a intervenção do Domínio Econômico;

Fonte de recursos: Excesso de arrecadação na fonte não prevista ou prevista a menor no orçamento geral.

Valor: R\$ 12.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 18 de Julho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 093 DE 18 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, KATIA REGINA PATZLAF, matrícula 763, ocupante do cargo de admissão de caráter temporário de PROFESSOR II – 20 HORAS, no período de cinco (5) dias, a contar da presente data, conforme atestado médico expedido pelo Dr. Ronaldo Wilke Freitas CRM-SC 9275.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 18 a 22 de julho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 18 de julho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

PORTARIA Nº 249/2016

PORTARIA Nº. 249/2016
De, 20 de Julho de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,

Conceder a diferença da Adequação do Piso Nacional do Magistério,

Art. 1º - Fica concedida a diferença da reposição da adequação do Piso Nacional do Magistério no percentual de 5,36% (cinco virgula trinta e seis por cento) que serão pagos em parcelas nos percentuais de: 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Junho de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Julho de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Agosto de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Setembro de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Outubro de 2016; 0,36% (zero virgula trinta e seis por centos) a serem pagos no mês de Novembro de 2016.

Art. 2º. – A diferença da reposição se dá com base no acordo com o SINDI- Sindicato dos servidores públicos, e os profissionais do Magistério Público acordado e constado em ata.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 20 de Julho de 2016.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Eduardo Scholtze – Secretário de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 250/2016

PORTARIA Nº. 250/2016
De, 20 de Julho de 2016.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Resolve,

Conceder a diferença da Adequação do Piso Nacional do Magistério,

Art. 1º - Fica concedida a diferença da reposição da adequação do Piso Nacional do Magistério no percentual de 5,36% (cinco virgula trinta e seis por cento) nos níveis dos cargos, os quais serão pagos em parcelas nos percentuais de: 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Junho de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Julho de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Agosto de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Setembro de 2016; 1% (um por cento) a serem pagos no mês de Outubro de 2016; 0,36% (zero virgula trinta e seis por centos) a serem pagos no mês de Novembro de 2016.

Art. 2º. – A diferença da reposição se dá com base no acordo com o SINDI- Sindicato dos servidores públicos, e os profissionais do Magistério Público acordado e constado em ata.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 20 de Julho de 2016.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Eduardo Scholtze – Secretário de Administração e Gestão.

Antônio Carlos

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO FINAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016

ATA DE JULGAMENTO FINAL

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, REUNIU-SE A COMISSÃO DE LICITAÇÕES, NOMEADA POR PORTARIA Nº 29/2016, PARA APRECIACÃO E JULGAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2016, CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2016, CUJO OBJETO É A PERMISSÃO E USO DE UM QUIOSQUE DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, LOCALIZADO NA RUA JOÃO HENRIQUE PAULI, Nº 220, NESTE MUNICÍPIO, COM ÁREA CONSTRUÍDA APROXIMADA DE 30 (trinta) M², OBJETIVANDO A EXPLORAÇÃO COMERCIAL COM ATIVIDADE DE BAR E LANCHONETE, PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, MEDIANTE PAGAMENTO DE LUVA E ALUGUEL.

ABERTA A SESSÃO, A PRESIDENTE DA COMISSÃO DECLAROU QUE DIANTE DA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO JUDICIAL Nº 0302964-04.2015.8.24.0007, EM QUE AO MUNICÍPIO FOI CONFIRMADO COMO POSSUIDOR DO IMÓVEL OBJETO DESTES CERTAME; CONSIDERANDO AINDA, QUE A LIMINAR QUE SUSPENDEU A HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO JÁ ENCONTRA-SE REVOGADA DIANTE DA SENTENÇA PROFERIDA PELO MM JUIZ DA COMARCA DE BIGUAÇU NOS AUTOS DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE ACIMA ENUMERADO, JULGA VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO 28/2016, CONCORRÊNCIA PÚBLICA 01/2016 A SRA. CIRLEI CATARINA DE SOUZA COM O LANCE FINAL DE R\$ 80.000,00 (OITENTA MIL REAIS).

DESTA FORMA, NOTIFICA-SE A LICITANTE VENCEDORA PARA QUE CUMpra AS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS, INCLUSIVE O PAGAMENTO DA LUVA NO PRAZO ESTIPULADO.

ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA N 265/2016

PORTARIA Nº 265/2016.

Concede Licença Premiação a servidor efetivo

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA PREMIO, por 30 dias, a servidora ENI KREMER PITZ, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS – 20H, a partir de 01 de agosto de 2016, referente ao período aquisitivo de janeiro/2006 a janeiro/2011.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 18 de julho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 19 de julho de 2016.

PORTARIA N 266/2016

PORTARIA Nº 266/2016.

Concede Auxílio Funeral.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais, de acordo com o artigo 222 da Lei nº 558 de 30 de novembro de 1992,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, AUXILIO FUNERAL, à Família de TEREZINHA HASCKEL PRIM, servidor público municipal Aposentado, no cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 20H, no valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais) equivalente ao último provento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 21 de julho de 2016.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de julho de 2016.

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2851, de 04/07/2016

DECRETO Nº 2851, de 04 de Julho de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 17.362,76, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0004	ADMINISTRACAO
03.001.0004.0121	PLANEJAMENTO E ORCAMENTO
03.001.0004.0121.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0004.0121.0100.0004	CONTRIBUICAO AO PASEP
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010700	Contrib Interv Domínio Econ. - CIDE
	Valor: (55,20)
04	SECRETARIA DE EDUCACAO ESPORTE E CULTURA
04.001	SECRETARIA DE EDUCACAO
04.001.0012	EDUCACAO
04.001.0012.0365	EDUCACAO INFANTIL
04.001.0012.0365.0040	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
04.001.0012.0365.0040.2013	MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00013700	Outras Transf. FNDE
	Valor: (17.307,56)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 04 de julho de 2016.

Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 04 de julho 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2852, de 11/07/2016

DECRETO Nº 2852, de 11 de Julho de 2016.

Atualiza Valor da Cesta Básica

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 3º, da Lei nº 1117, de 25/02/2009, alterada pela Lei nº 1400, de 19/12/2014.

CONSIDERANDO, o decurso do prazo estabelecido, pela referida Lei e suas alterações;

CONSIDERANDO, o índice do INPC dos meses de janeiro/2016 a junho/2016, estabelecido em 4,99% (quatro vírgula noventa e nove por cento);

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizado o valor da cesta básica do programa de suplementação alimentar dos Servidores Públicos Municipais, para R\$ 318,65 (trezentos e dezoito reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos financeiros a partir de 01 de julho de 2016.

Município de Ascurra, em 11 de julho de 2016.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto na forma Regulamentar.
Município de Ascurra, em 11 de julho de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PREGÃO 21/2016FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2016 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016 -FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2016-FMS

Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para gás oxigênio medicinal e ar comprimido gasoso se faz necessário para a manutenção das atividades rotineiras do Pronto Atendimento, CAPS e Unidade Básicas de Saúde, tendo em vista um atendimento eficaz nos casos de rotina em pacientes com enfermidades crônicas do aparelho respiratório e nos casos extremos de risco de morte em emergências, atendendo solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, anexas ao Processo., não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

IBG - INDUSTRIA BRASILEIRA DE GASES LTDA Total do Fornecedor: R\$21.350,00

Balneário Piçarras(SC), 15 de julho de 2016.

Dorval Vieira de Oliveira – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

ERRATA ADITIVO 02/2016 DO CONTRATO 17/2015 PMBP

Onde se lê

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
TERMO ADITIVO 002/2016 DE 28/04/2016/PMBP
PROCESSO Nº 019/2015 PMBP DE 27/04/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015 PMBP DE 27/04/2015
CONTRATO Nº017 /2015 PMBP DE 28/04/2015

O contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia referente a execução de obras e serviços de engenharia para Obra da Praça de Todas as Idades, na Avenida Getúlio Vargas, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

CONSTRUTORA E INCORPORADORA NATINHO LTDA

Fica suprimido do valor do contrato o montante de R\$ 6.416,26(seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos), sendo composto pelas seguintes supressões:

- R\$214,07(duzentos e quatorze reais e sete centavos) da Contrapartida Financeira do Município.
- R\$6.202,19(seis mil, duzentos e dois reais e dezenove centavos) do repasse de recursos OGU.

Balneário Piçarras(SC), 28 de abril de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Leia-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
TERMO ADITIVO 002/2016 DE 28/04/2016/PMBP
PROCESSO Nº 019/2015 PMBP DE 27/04/2015
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2015 PMBP DE 27/04/2015
CONTRATO Nº017 /2015 PMBP DE 28/04/2015

O contrato tem por objeto a execução de obra de engenharia referente à execução de obras e serviços de engenharia para Revitalização da Praça da Igreja Matriz Nossa Senhora da Paz, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

CONSTRUTORA E INCORPORADORA NATINHO LTDA

Fica suprimido do valor do contrato o montante de R\$ 6.416,26(seis mil, quatrocentos e dezesseis reais e vinte e seis centavos), sendo composto pelas seguintes supressões:

- R\$214,07(duzentos e quatorze reais e sete centavos) da Contrapartida Financeira do Município.
- R\$6.202,19(seis mil, duzentos e dois reais e dezenove centavos) do repasse de recursos OGU.

Balneário Piçarras(SC), 28 de abril de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal

Balneário Rincão

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

ATA DE REVOGAÇÃO TP 017

DESPACHO DO SENHOR DIRETOR PRESIDENTE PARA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO DE TOMADA DE PREÇO Nº. 017/SAMAE/2016, DO SAMAE DE BALNEARIO RINCÃO/SC, QUE TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS DO RAMO PERTINENTE PARA EXECUÇÃO PARA A IMPLANTAÇÃO DA TELEMETRIA NAS ESTRUTURAS DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO.

O Diretor Presidente, Alberto Souza, ao analisar a ata do processo licitatório acima, determinou com base no artigo 49 da Lei 8666/93, a REVOGAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 017/SAMAE/2016, face a problemas com as cotações realizadas. Por este motivo, fica revogada a licitação, devendo ser publicado o extrato de revogação do presente edital, por interesse público relevante, por vontade administrativa e pelo bem do serviço público.

Balneário Rincão, 21 de Julho de 2016.

ALBERTO SOUZA

Diretor Presidente Interino

Barra Bonita**PREFEITURA****PORTARIA N.º 225 DE 20 DE JULHO DE 2016.
"DISPENSA SERVIDORA TEMPORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

PORTARIA N.º 225 de 20 de julho de 2016.

"Dispensa servidora temporária e dá outras providências"

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Dispensar a servidora, Angela Schreiner matrícula nº422501, contratada temporariamente, ocupante do cargo de Professora, sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com jornada de trabalho de 30 horas semanal, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei, a partir desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 20 de julho de 2016.

Darci João Frizon
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

TERMO ADITIVO CONTRATO 46/2015

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº46/2015

1º TERMO ADITIVO AO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, OBJETIVANDO fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do(s) aplicativos(s) de Ponto Eletrônico e Relógio de Ponto via Internet com acessos simultâneos, em ambiente Windows e Web, utilizando banco de dados relacional.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, representado pelo Prefeito Municipal Darci João Frizon, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede na Rua João Pessoa, n. 134, 1º andar, Bairro Centro, do município de Criciúma - SC., CEP: 88.801-530, sob o CNPJ n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no art. 57, parágrafo único, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 062/2013, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato nº46/2015, passando para o valor mensal de R\$ 682.37 (seiscentos e oitenta e dois reais com trinta e sete centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº46/2015 passando a vigorar a data de 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº46/2015 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 18 de julho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI
CPF nº004.503.869-45

Nome: TAIS DERES
CPF nº078.234.939-00

Visto: _____
MOACIR JOAO HANTT
OAB: 27.542

TERMO ADITIVO CONTRATO 61/2013

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº61/2013

TERMO ADITIVO AO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, OBJETIVANDO LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO III, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, representado pelo Prefeito Municipal Darci João Frizon, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede na Rua João Pessoa, n. 134, 1º andar, Bairro Centro, do município de Criciúma - SC., CEP: 88.801-530, sob o CNPJ n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no art. 57, parágrafo segundo, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 061/2013, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato nº61/2013, passando para o valor mensal de R\$ 4331,71 (quatro mil trezentos e trinta e um reais com setenta e um centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº61/2013 passando a vigorar a data de 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições

firmadas no Contrato nº61/2013 que origina o presente termo. E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 18 de julho de 2016.
DARCI JOÃO FRIZON
Prefeito Municipal
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada
TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI Nome: TAIS DERES
CPF nº004.503.869-45 CPF nº078.234.939-00

Visto: _____
MOACIR JOAO HANTT
OAB: 27.542

TERMO ADITIVO CONTRATO 62/2013

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº62/2013

TERMO ADITIVO AO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, OBJETIVANDO LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO III, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 011/2013, PREGÃO 011/2013.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde ALINE FILIPE, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede na Rua João Pessoa, n. 134, 1º andar, Bairro Centro, do município de Criciúma - SC., CEP: 88.801-530, sob o CNPJ n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no art. 57, parágrafo segundo, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 062/2013, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato nº62/2013, passando para o valor mensal de R\$ 481,35 (quatrocentos e oitenta e um reais com trinta e cinco centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº62/2013 passando a vigorar a data de 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº62/2013 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 18 de julho de 2016.
ALINE FILIPE
Gestora FMS
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada
TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI Nome: TAIS DERES
CPF nº004.503.869-45 CPF nº078.234.939-00

Visto: _____
MOACIR JOAO HANTT
OAB: 27.542

TERMO ADITIVO CONTRATO 63/2013

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº63/2013

TERMO ADITIVO AO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, OBJETIVANDO LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO III, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 011/2013, PREGÃO 011/2013.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural Marcelo Rama, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede na Rua João Pessoa, n. 134, 1º andar, Bairro Centro, do município de Criciúma - SC., CEP: 88.801-530, sob o CNPJ n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no art. 57, parágrafo segundo, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 063/2013, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato nº63/2013, passando para o valor mensal de R\$ 167,43 (cento e sessenta e sete reais com quarenta e três centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº63/2013 passando a vigorar a data de 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº63/2013 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 18 de julho de 2016.
MARCELO RAMA
Gestor FMDR
Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA
Contratada
TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI Nome: TAIS DERES
CPF nº004.503.869-45 CPF nº078.234.939-00

Visto: _____

MOACIR JOAO HANTT
OAB: 27.542

TERMO ADITIVO CONTRATO 64/2013

TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº64/2013

TERMO ADITIVO AO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, OBJETIVANDO LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE CONFORME QUANTITATIVOS E CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO III, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 011/2013, PREGÃO 011/2013.

Por este instrumento de aditamento de Contrato, de um lado o Município de Barra Bonita - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Av. Buenos Aires, S/N, CNPJ n. 01.612.527/0001-30, através do Fundo Municipal de Assistência Social, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social Delia Claudete Guaragni Bonatto, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, com sede na Rua João Pessoa, n. 134, 1º andar, Bairro Centro, do município de Criciúma - SC., CEP: 88.801-530, sob o CNPJ n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, com fulcro no art. 57, parágrafo segundo, firmam o presente termo aditivo ao Contrato nº 064/2013, com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta – Do Valor do Contrato nº64/2013, passando para o valor mensal de R\$ 167,43 (cento e sessenta e sete reais com quarenta e três centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica alterada a Cláusula Terceira – Do Prazo do Contrato nº64/2013 passando a vigorar a data de 31/12/2016.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato nº64/2013 que origina o presente termo.

E, por estarem justos e aditados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo identificadas, para que produza seus devidos efeitos jurídicos e legais, comprometendo-se as partes a cumprirem o presente termo aditivo do contrato referido por si, seus sucessores, em juízo e fora dele.

Barra Bonita – SC, 18 de julho de 2016.

DELIA CLAUDETE GUARAGNI BONATTO

Gestor FMDR

Contratante

BETHA SISTEMAS LTDA

Contratada

TESTEMUNHAS :

Nome: ALENCAR BARBIERI

CPF nº004.503.869-45

Nome: TAIS DERES

CPF nº078.234.939-00

Visto: _____

MOACIR JOAO HANTT

OAB: 27.542

Barra Velha

PREFEITURA

CONTRATO 016/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato nº 016/2016

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A

Licitação: Proc. Administrativo 055/2016 Pregão Presencial nº 043/2016

Objeto: Aquisição de apólice de seguro para frota de Secretaria de Educação. Conforme especificações detalhadas do Anexo I – Termo de Referência

Valor do Contrato: R\$ 36.400,00 (trinta e seis mil e quatrocentos reais)

Data da assinatura: 20/07/2016

Data do vencimento: 20/07/2017

Barra Velha, 20 de julho de 2016

JOSÉ ARY BARÃO –

Pela Empresa Contratada

CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO -

Prefeito

Benedito Novo

PREFEITURA

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2014

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2014

Referente: Processo Licitatório nº 65/2014

Contratada: LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA DE REPASSE Nº 10624466000113001 DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS, CELEBRADAS ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Finalidade do Aditivo: ADITIVO DE VALOR

Valor Total Contratado: R\$ 14.304,95

Vigência: 12/07/2016 a 13/07/2016

Data Assinatura: 12/07/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1959/2016

PORTARIA Nº 1959/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DANIELA LIGIA ANDERSON FARIA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6654/2016 em anexo no período de 14/07/2016 a 11/09/2016.

Biguaçu, 20 de julho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1961/2016

PORTARIA Nº 1961/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA CAROLINA GOULART ANDRADE, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6550/2016 em anexo no período de 12/07/2016 a 13/07/2016.

Biguaçu, 20 de julho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1960/2016

PORTARIA Nº 1960/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), PRISCILLA CRISTINE CATHCART DAUFENBACH PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de ODONTÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6660/2016 em anexo no período de 14/07/2016 a 12/08/2016.

Biguaçu, 20 de julho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1962/2016

PORTARIA Nº 1962/2016

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AUGUSTA LIGIA ANDERSON, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 6655/2016 em anexo no período de 14/07/2016 a 12/08/2016.

Biguaçu, 20 de julho de 2016.

THAYSA NUNES JOHANSON

Secretária Municipal de Administração

Blumenau

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.743/2015

DECRETO Nº 10.743, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015.
DECLARA TOMBADO COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO O IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA SÃO JOSÉ, 350, CENTRO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 59, combinado com a alínea "m" do inciso I do art. 75, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com a Lei Complementar nº 793, de 19 de abril de 2011 e,

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural Edificado de Blumenau, manifestada na reunião do dia 27 de maio de 2015 e na Resolução COPE nº 003/2015, constante do Processo de Tombamento n. 2011-016,

DECRETA:

Art.1º. Fica tombado, com a classificação P2, o imóvel localizado na Rua São José, 350, Centro, matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca no Livro nº 3-AE sob o nº 40.529.

Parágrafo único. A classificação P2 atribuída ao imóvel descrito neste Decreto importa na obrigação de serem preservadas suas características externas.

Art. 2o. A Área de Preservação Cultural - APC fica delimitada em 348m² (Trezentos e quarenta e oito metros quadrados).

Parágrafo único. O imóvel identificado neste artigo deverá ser inscrito no Livro de Tombo e o seu tombamento averbado à margem da respectiva matrícula junto ao Ofício de Registro de Imóveis competente.

Art. 3o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de setembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.003/2016

DECRETO Nº 11.003, DE 05 DE JULHO DE 2016.
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.305, de 05 de julho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta no valor de R\$ 5.299.065,46 (cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, sessenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e

Comunicação

Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0405 – Fundo de Reap. Procuradoria Geral do Município

Atividade 04.05.03.091.0002.2015 – Man. Ativ. Fundo Reaparelhamento da Progem

Modalidade 3.3.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00

Modalidade 4.4.90 (732) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2332 – Manut. Bolsa Estudo a Estudante Carent.

Modalidade 3.3.90 (70) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0004.2042 – Man. Ativ. Ens. Fund. – Salário Educação

Modalidade 3.3.90 (188) Aplicações Diretas R\$ 1.761.510,56

Fonte de Recursos 0136.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2045 – Man. Ativ. Educ. Inf. – Salário Educação

Modalidade 3.3.90 (212) Aplicação Diretas R\$ 2.452.131,90

Fonte de Recursos 0136.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.127.0012.1120 – Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais

Modalidade 4.4.90 (292) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1009 – Via Expressa – Acesso Br-470

Modalidade 4.4.90 (297) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1013 – Const. Rótulas, Trevos, Ilhas e Ciclovias

Modalidade 4.4.90 (309) Aplicações Diretas R\$ 84.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (735) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0164.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1206 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 12.06.04.122.0002.2300 – Manut. Ativ. Adm. – Financeira da Semudes

Modalidade 3.3.90 (467) Aplicações Diretas R\$ 26.423,00

Modalidade 3.3.91 (468) Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.3.90 (581) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação
Atividade 02.01.04.122.0002.2003 – Manut. Ativ. Junta Militar
Modalidade 4.4.90 (13) Aplicações diretas R\$ 3.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0202 – Diretoria de Controle Interno

Atividade 02.02.04.124.0002.2006 – Manut. Ativ. Controle Interno
Modalidade 4.4.90 (18) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
Atividade 04.02.03.091.0002.2007 – Pág. Honorários de Sucumbência dos Adv.
Modalidade 3.1.91 (33) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal
Atividade 05.03.04.128.0002.2321 – Manut. Pagamento de Estagiários
Modalidade 3.3.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0602 – Diretoria de Receita
Oper. Esp. 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços E Encargos da Dívida
Modalidade 3.2.90 (96) Aplicações Diretas R\$ 65.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira
Atividade 09.01.12.361.0004.2036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental
Modalidade 3.3.90 (156) aplicações Diretas R\$ 2.156.000,00
Fonte de Recursos 0136.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1003 – Construção/Ampliação/Reforma Ues
Modalidade 4.4.90 (171) Aplicações Diretas R\$ 957.642,46
Fonte de Recursos 0136.00000
Projeto 09.03.12.365.0004.1006 – Construção/Ampliação/Reforma Ceis
Modalidade 4.4.90 (201) Aplicações Diretas R\$ 1.100.000,00
Fonte de Recursos 0136.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas
Projeto 11.02.15.127.0012.1120 – Prev. e Errad. de Riscos Amb. e Sociais
Modalidade 4.4.90 (294) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
Fonte de Recursos 0164.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1137 – Exec. Obras Infra Estr. e Urb. Margem Esq. Rio Itajaí Açu
Modalidade 4.4.90 (364) Aplicações Diretas R\$ 274.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1203 – Diretoria de Proteção Especial
Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial
Modalidade 3.3.90 (437) Aplicações Diretas R\$ 21.878,00
Modalidade 4.4.90 (438) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica
Modalidade 4.4.90 (448) Aplicações Diretas R\$ 545,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1205 – Diretoria da Criança e do Adolescente

Projeto 12.05.08.243.0004.1134 – Construção/Implementação de Casas Lares
Modalidade 3.3.90 (454) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 12.05.08.244.0002.1133 – Const. Sede Próp. Semudes/ Cons. Tutelares
Modalidade 4.4.90 (463) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico
Atividade 15.02.11.334.0003.2266 – Apoio Ações Int. Econ. Sol. p/ Des. Econ.
Modalidade 3.3.90 (587) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Art. 3º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município no valor de R\$ 534.000,00 (quinhentos e trinta e quatro reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação cultural de Blumenau
Atividade 23.01.13.392.0007.2130 – Manut. Ativ. Fundação
Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
Modalidade 4.4.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

33 – SERV. AUT. MUNIC. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito
Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito
Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
Fonte de Recursos 0212.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2303 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura
Atividade 23.03.13.392.0007.2129 – Fundo Municipal de Apoio à Cultura
Modalidade 3.3.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 134.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

33 – SERV. AUT. MUNIC. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU – SETERB

3303 – Diretoria de Trânsito
Atividade 33.03.06.122.0005.2218 – Manut. Ativ. Escola Públ. de Trânsito
Modalidade 3.3.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00
Fonte de Recursos 0212.00000

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de julho de 2016.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.005/2016

DECRETO Nº 11.005, DE 08 DE JULHO DE 2016.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO MUNICÍPIO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.305, de 05 de julho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – Proeb
Atividade 26.01.23.695.0008.2139 – Manut. Ativ. Oktoberfest
Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.301.0009.2263 – Atenção Dom. – EMAD/Eq. Multiprof. Apoio – Emaq
Modalidade 3.1.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 727.000,00
Modalidade 3.3.90 (118) Aplicações Diretas R\$ 611.000,00
Modalidade 4.4.90 (119) Aplicações Diretas R\$ 62.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065

Atividade 31.01.10.302.0009.2182 – Ceo – Centro de Esp. Odontológicas
Modalidade 3.1.90 (70) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Modalidade 3.3.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065
Atividade 31.01.10.302.0009.2184 – Cerest – Cent. Ref. Saúde do Trabalhador
Modalidade 3.3.90 (79) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – Proeb
Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut. Atividades Proeb
Modalidade 4.4.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.302.0009.2187 – Faec – Transplante e Proc. Vinculados
Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065
Atividade 31.01.10.302.0009.2188 – Faec – Cirurgias do Aparelho Circulatório
Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 280.000,00
Fonte de Recursos 0238.00065

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de julho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.695/2016

PORTARIA Nº 19.695, DE 05 DE MAIO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar n. 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com os Memorandos SEMUS nº 461 e 462, de 13 de abril de 2016, resolve:

CONCEDER gratificação especial pela participação no Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, conforme artigo 32 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, aos servidores públicos municipais que indica:

ELENICE VERCKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 02 de maio de 2016;

LITSSU DE MELO MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 02 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PUBLICAR POR INCORREÇÃO

PORTARIA Nº 19.903/2016

PORTARIA Nº 19.903, DE 15 DE JULHO DE 2016.

AUTORIZA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL VANUSA NOWASKY A AFASTAR-SE DO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento nos artigos 21 e 22, caput, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

AUTORIZAR, sem ônus para o Município, a servidora pública municipal VANUSA NOWASKY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a afastar-se do exercício do cargo, a contar de 30 de junho de 2016, para o exercício do cargo em comissão de Chefe de Gabinete de Vereador, junto à Câmara Municipal de Blumenau, de conformidade com o Processo Administrativo nº 2016/06/6020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de julho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.904/2016

PORTARIA Nº 19.904, DE 15 DE JULHO DE 2016.

AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VOLMAR CAPISTRANO AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE EDUCADOR SOCIAL, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do servidor público municipal VOLMAR CAPISTRANO, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Educador Social, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 30 de junho de 2016, conforme Processo Administrativo nº 2016/07/5996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de julho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.905/2016

PORTARIA Nº 19.905, DE 15 DE JULHO DE 2016.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando nº 126/2016, de 11/07/2016, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, os seguintes candidatos, a contar de 11 de julho de 2016:

ELVIS FABRISIO MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional – GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2014;

MAIANA ROSENSTEIN, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista – GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de julho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.906/2016

PORTARIA Nº 19.906, DE 15 DE JULHO DE 2016.

DISPENSA A COORDENADORA PEDAGÓGICA KÁTIA REGINA PACKER STRUBE DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA ADJUNTA DA "EBM CONSELHEIRO MAFRA".

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 269/2016, de 06/07/2016, da Secretaria Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR, a contar de 01 de julho de 2016, a Coordenadora Pedagógica KÁTIA REGINA PACKER STRUBE, do exercício da função de Diretora Adjunta da EBM "Conselheiro Mafra", nomeada pela Portaria nº 19.305, de 08/12/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de julho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.907/2016

PORTARIA Nº 19.907, DE 15 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNA A COORDENADORA PEDAGÓGICA KÁTIA REGINA PACKER STRUBE PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA DA EBM "CONSELHEIRO MAFRA" E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, I e III, da Lei nº 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto nº 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando nº 270/2016 – Gabinete SEMED, de 06/07/2016, resolve:

DESIGNAR, a contar de 02 de julho de 2016, a Coordenadora Pedagógica KÁTIA REGINA PACKER STRUBE, para o exercício da função de Diretora da EBM "Conselheiro Mafra", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de julho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

PORTARIA SEDEAD Nº 30.463/2016

PORTARIA SEDEAD Nº 30.463/2016

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 8.615, de 01 de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, com base nos termos do artigo 137, "caput", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo indicados:

Cadastro	Nome	Lotação	Processo	Período	
				Início	Fim
13514-3	MARIA SUELI HERMINIO	SECOM	2016/827	18.07.2016	01.08.2016
21549-0	MARIA CLARICE DE SOUZA	SEMUS	2016/6541	07.07.2016	16.07.2016
22851-3	FERNANDA VICENTI TOMIO	SEMES	2016/806	08.07.2016	22.07.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 20 de julho de 2016.

ANDERSON ROSA

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

MD 2543

RESOLUÇÃO MD Nº 2.543

NOMEIA GRAZIELE DE ALMEIDA AIRES, GEORGE HARRISON SANTOS E SILVIA CARINA DA SILVA VARGAS EM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º São nomeados, em 15 de julho de 2016, Grazielle de Almeida Aires, George Harrison Santos e Silvia Carina da Silva Vargas, nos cargos de Auxiliar Legislativo, de provimento efetivo – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 15 DE JULHO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2544

RESOLUÇÃO MD Nº 2.544

NOMEIA PAULO ROBERTO BIANCHI JUNIOR, GUSTAVO ZIMMERMANN FONSECA MAIOLA, NEIVA APARECIDA WOLFF E RODRIGO LEAL COELHO EM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º São nomeados, em 18 de julho de 2016, Paulo Roberto Bianchi Junior, Gustavo Zimmermann Fonseca Maiola, Neiva Aparecida Wolff e Rodrigo Leal Coelho, nos cargos de Auxiliar Legislativo, de provimento efetivo – do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, nos termos da Resolução nº 423, de 16 de maio de 2013 e suas alterações.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 18 DE JULHO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS

1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY

2º Secretário

MD 2545

RESOLUÇÃO MD Nº 2.545

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º São exonerados, em 31 de julho de 2016, dos cargos de Coordenador Político, de provimento em comissão, do Quadro de Servidores Públicos da Câmara Municipal de Blumenau, os servidores públicos relacionados nos incisos deste artigo com as respectivas lotações dos cargos:

I – Karolina Bonin, lotado no Gabinete do Vereador Mário Hildebrandt;

II – Carlos Alberto Raulino dos Santos, lotado no Gabinete do Vereador Marcos da Rosa;

III – Eduardo Pettersen, lotado no Gabinete do Vereador Marco Antonio Wanrowsky;

IV – Evanilde Lunelli, lotado no Gabinete do Vereador Jens Juergen Mantau;

V – Cleber José do Santos, lotado no Gabinete do Vereador Robinson Fernando Soares;

VI – Cesar Paulo Topázio, lotado no Gabinete do Vereador Fábio Allan Fiedler;

VII – Rosi Aparecida Scheidt, lotado no Gabinete do Vereador José de Souza;

VIII – Deyverson Fabrício Paterno, lotado no Gabinete do Vereador Braz Roncáglio;

IX – Edilamar Carlos Pedroso, lotado no Gabinete do Vereador João Francisco Beltrame.

Art. 2º É determinado à Coordenação de Gestão de Pessoas que proceda ao assentamento do disposto nesta Resolução, na ficha funcional do servidor público.

Art. 3º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 31 de julho de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 19 DE JULHO DE 2016.

MÁRIO HILDEBRANDT

Presidente

MARCOS DA ROSA

Vice-Presidente

CÉLIO DIAS
1º Secretário

MARCO ANTONIO WANROWSKY
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 132/2016 DE 20 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 132/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. LUCIANE FATIMA FACIOCHI JANCKE, inscrita na matrícula sob nº 515-0, ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, no período de 18 de julho de 2016 a 15 de outubro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de julho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 133/2016 DE 20 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 133/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. FERNANDA BALDISSERA, inscrita na matrícula sob nº 512-6, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme Atestado Médico, no período de 18 de julho de 2016 a 20 de julho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 20 de julho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

727.07.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VANDERLI K. MANENTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 727/16 de 21.07.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 20 e 21 de julho de 2016, a funcionária Vanderli Kraus Manenti, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de julho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

728.07.16 - P. DES. PROF. IARA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 728/16 de 21.07.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Iara Deucher para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 21 de julho com término no dia 30 de agosto de 2016, em virtude de sua classificação em 11º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Cleodete Costa Tomé que encontra-se em Licença médica.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de julho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

729.07.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 729/16 de 21.07.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 19 de julho de 2016, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de julho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

730.07.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 730/16 de 21.07.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 20 de julho de 2016, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de julho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

731.07.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIANA DEUCHER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 731/16 de 21.07.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 21 de julho de 2016, a funcionária Mariana Deucher, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de julho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

732.07.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JUCELENE G. S. ABREU
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 732/16 de 21.07.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 21, 22 e 23 de julho de 2016, a funcionária Jucelene Goedert Santos de Abreu, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo – Nível 6, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
21 de julho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.917/2016**

DECRETO Nº 1.917/2016

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 36.500,00 (Trinta e seis mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

11.00	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
11.01	Fundo Municipal de Saúde de Botuverá
10-301-090-2.29	Serviços Programas e Ações de Saúde de Atenção Básica
3.3.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.02(328)	Superávit recursos saúde R\$ 18.150,00
10-301-0090-2.30	Manutenção e Funcionamento das Unidades de Saúde da Família
3.3.9.0.00.00.00	Aplicações Diretas
0.3.02(327)	Superávit recursos saúde R\$ 8.350,00
06.00	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
6.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-0125-2.35	Manutenção e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.00(262)	Superávit Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 21 de julho de 2016.

Botuverá, 21 de julho de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/2016 - AUTO POSTO BOTUVERÁ

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2016.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, E A EMPRESA AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA-EPP, PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, NAS CLAUSULAS SEGUINTE:

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, centro, município de Botuverá(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ LUIZ COLOMBI, brasileiro, casado, servidor público, inscrito no CPF sob o nº 455.167.669-15, residente e domiciliado na Rua 09 de Junho, Bairro Ribeirão Porto Franco, cidade de Botuverá(SC), e o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob o nº 11.960.753/0001-65, com sede na Rua João Morelli, 05, centro, Botuverá/SC, doravante denominados de CONTRATANTES, e de outro lado a empresa AUTO POSTO DE BOTUVERÁ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.722.646/0001-47, com sede na Rua Avenida Paulo VI, 199, centro, na cidade de Botuverá(SC), neste ato representada pelo Sócio Administrador Sr. ODAIR JOSÉ COMANDOLLI, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF-377.580.129-49, RG-759.152.7 SSP/SC, doravante simplesmente designado CONTRATADO, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições do Processo de Inexigibilidade nº05/2016, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1– O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de combustíveis tipo ÓLEO DIESEL COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM, para abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos lotados na Prefeitura Municipal de BOTUVERÁ/SC e Fundo Municipal de Saúde, entendido a todas as secretarias e conveniados, pelo período de 3(três) meses, a ser retirado/fornecido em bomba do Posto de Abastecimento, da sede da contratada, conforme especificações constante no processo de inexigibilidade.

1.1.2- O CONTRATADO disponibilizará o abastecimento na sede na CONTRATADA, em posto de abastecimento no mínimo 2ª a 6ª, nos horários das 7:00hrs as 17:00hrs, salvo quando decretados feriados e demais motivos imprevisíveis justificados e aceitos pela contratante;

1.1.3- O Abastecimento se dará pela apresentação da CONTRATANTE da ordem de abastecimento, individual para cada equipamento, contendo informações como: nº da placa, tipo de equipamento/modelo, quilometragem/horímetro, tipo de combustível, nome e assinatura do responsável, ficando a primeira via em poder da CONTRATADA e a 2ª via em poder da CONTRATANTE.

Parágrafo Único: Integra e completa o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Processo de Inexigibilidade nº 05/2016, Preços e anexos da proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL.

2.1- Pela execução do objeto ora contratado, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA O valor total estimado do presente contrato é de R\$ 328.605,90 (trezentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinco reais e noventa centavos), conforme objeto especificado abaixo:

SECRETARIA	TIPO:	QTDE.	R\$/UNIT	TOTAL	
Secretaria de Educação	Diesel comum	17.000	R\$ 2,97	R\$ 50.473,00	
	Gasolina Comum	1.600	R\$ 3,44	R\$ 5.502,40	
	Diesel S-10	2.000	R\$ 3,06	R\$ 6.118,00	R\$ 62.093,40
Secretaria de Obras	Diesel Comum	24.624	R\$ 2,97	R\$ 73.108,66	
	Gasolina Comum	5.000	R\$ 3,44	R\$ 17.195,00	
	Diesel S-10				R\$ 90.303,66
Secretaria de Agricultura	Diesel comum	20.000	R\$ 2,97	R\$ 59.380,00	
	Gasolina comum	1.000	R\$ 3,44	R\$ 3.439,00	
	Diesel S-10	8.500	R\$ 3,06	R\$ 26.001,50	R\$ 88.820,50
Gabinete do Prefeito	Diesel Comum				
	Gasolina comum	1.960	R\$ 3,44	R\$ 6.740,44	
	Diesel S-10				R\$ 6.740,44
Transporte Publico	Diesel Comum	3.110	R\$ 2,97	R\$ 9.233,59	
	Gasolina comum				
	Diesel S-10				R\$ 9.233,59
Radio Patrulha	Diesel Comum				
	Gasolina comum	2.000	R\$ 3,44	R\$ 6.878,00	
	Diesel S-10				R\$ 6.878,00
Turismo	Diesel Comum				
	Gasolina comum	1.200	R\$ 3,44	R\$ 4.126,80	
	Diesel S-10				R\$ 4.126,80

Coleta de lixo	Diesel Comum				
	Gasolina comum				
	Diesel S-10	4.050	R\$ 3,06	R\$ 12.388,95	R\$ 12.388,95
Assistência Social	Diesel Comum	2.640	R\$ 2,97	R\$ 7.838,16	
	Gasolina comum	1.650	R\$ 3,44	R\$ 5.674,35	
	Diesel S-10				R\$ 13.512,51
Bombeiros	Diesel Comum				
	Gasolina comum	1.000	R\$ 3,44	R\$ 3.439,00	
	Diesel S-10				R\$ 3.439,00
Unidade de saúde	Diesel Comum	2.800	R\$ 2,97	R\$ 8.313,20	
	Gasolina comum				
	Diesel S-10				R\$ 8.313,20
Ações em saúde	Diesel Comum	3.900	R\$ 2,97	R\$ 11.579,10	
	Gasolina comum	1.900	R\$ 3,44	R\$ 6.534,10	
	Diesel S-10				R\$ 18.113,20
Vigilância Sanitária	Diesel Comum				
	Gasolina comum	350	R\$ 3,44	R\$ 1.203,65	
	Diesel S-10				R\$ 1.203,65
Vigilância Epidemiológica	Diesel Comum				
	Gasolina comum	1.000	R\$ 3,44	R\$ 3.439,00	
	Diesel S-10			R\$ 0,00	R\$ 3.439,00
TOTALR\$:				328.605,90	328.605,90

Resumo:

GASOLINA	LITROS:	DIESEL S10:	LITROS:	DIESEL COMUM:	LITROS
R\$ 64.171,74	18.654,58	R\$ 44.508,45	14.545,25	R\$ 219.925,71	74.049,06

CLAUSULA TERCEIRA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

3.1- Provisoriamente pelo servidor no ato do abastecimento, assinando o comprovante emitido pela CONTRATADA, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações exigidas.

3.2- Definitivamente pelo Chefe do Almoxarifado e/ou outro que a CONTRATANTE designar, em documento fiscal emitido pela CONTRATADA, após a verificação da conformidade qualitativa e quantitativa dos materiais.

3.2.1 O recebimento provisório ou definitivo do objeto, não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

3.3 O servidor, motorista, operador será o responsável por todas as informações e ocorrências no ato do abastecimento;

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

4.1 O pagamento será efetuado no fechamento da quinzena (sempre na 2ª feira), sendo o pagamento efetuado até o 4º dia (sexta-feira), mediante apresentação da nota fiscal, relatório de abastecimento, anexadas as ordens de abastecimento e 2ª vias do cupom fiscal;

4.2 O Pagamento será efetuado diretamente ao contratado, devendo comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cujo contratado é titular;

4.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento correrá a partir de sua regularização;

CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO.

5.1 As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

2000 GABINETE DO PREFEITO
2005 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL FUMPDEC
3000 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
5000 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO
5001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
5003 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
6000 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
7000 SECRETARIA DE TRANSPORTES
8000 SECRETARIA DE AGRICULTURA
9001 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
10000 SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTES E JUVENTUDE
339000000– APLICAÇÕES DIRETA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUVERÁ
11000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
122 - Administração Geral
90 - AÇÕES GERAIS DE SAÚDE
339000000– APLICAÇÕES DIRETA

5.2. Demais dotação não previstas neste termo de contrato, poderão ser adicionadas durante a execução conforme conveniência da contratante.

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1- Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contratado procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela ANP ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.2- A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

I- A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato;

II- Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar quando solicitado pela CONTRATANTE, planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

III- Os preços reajustados neste contrato, obedecerão sempre aos índices aplicados pela ANP sobre a média de preços para região de Brusque/SC divulgada no site oficial www.anp.gov.br, abaixo de preço da bomba, sendo sempre considerado o valor com pagamento à vista.

IV- A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão do Contrato, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

5.2- Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO.

7.1 O prazo de vigência do presente contrato será de 3(três) meses a partir da data de sua assinatura, podendo vir a ser rescindido unilateral pela contratante qualquer momento.

7.2 O prazo poderá ser prorrogado se presentes os requisitos legais e de acordo com as partes.

CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

8.1 Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados.

Parágrafo Primeiro – constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado e,
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.
- c) notificar por escrito sobre quaisquer irregularidades na execução do contrato;

Parágrafo Segundo – Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar o objeto do contrato na forma ajustada;
- b) atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) responsabilizar-se por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente Contrato;
- f) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração, e em tudo o que seguir as diretrizes da Administração;
- g) Cumprir com o prazo de vigência do contrato de 12(doze) meses, contados a partir da data da assinatura;
- h) obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste processo, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos exatos termos autorizados pelo art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993 e suas alterações;

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL.

9.1 O contratado que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais;

Parágrafo Primeiro – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, conforme a seguir relacionadas:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s):

- a) de 1% (um por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso por descumprimento dos prazos da entrega das mercadorias especificadas neste Edital, limitado a 03 (três) dias de atraso;
- b) de 2% (dois por cento) do valor do contrato por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do edital, a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 5% sobre o valor total do contrato.
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO.

9.1 O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

11.1 O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – CASOS OMISSOS.

11.1- Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93, e dos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – FORO.

12.1- Fica eleito o foro da Comarca de Brusque/SC para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO.

13.1- Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação na Imprensa Oficial, mural público, site oficial e demais meios que a lei determinar.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

BOTUVERÁ/SC, 21 de Junho de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI MUNICÍPIO BOTUVERÁ CONTRATANTE	ODAIR JOSÉ COMANDOLLI AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA CONTRATADO
--	---

Gestor: Ismael Paulini	Fiscal: Vilson Giancesini
------------------------	---------------------------

PL58/2016-INEXIGIBILIDADE Nº05/2016-COMBUSTÍVEIS

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 58/2016 – Inexigibilidade nº05/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, torna público o Processo de dispensa inexigibilidade nº05/2016, para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS EM GERAL, em favor da empresa AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA, Avenida Paulo VI, 199, centro, cidade de Botuverá/SC, CNPJ: 82.722.646/0001-47.

Valor total estimado de R\$ 328.605,90 (trezentos e vinte oito mil, seiscentos e cinco reais e noventa centavos). Processo completo disponível no setor de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Informações: Fone/Fax (47) 3359-1170, www.botuvera.sc.gov.br, e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br.

JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito

PL60/2016-PP36/2016-MÓVEIS SOB MEDIDA EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº60/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº.36/2016

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para aquisição de MÓVEIS SOB MEDIDA, para escola municipal Maria Luiza Silva Dias, conforme descrição completa no edital. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 03/08/2016. Abertura da sessão: dia 03/08/2016 às 14:30 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Edital e informações no Departamento de compras no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail, licitacao@botuvera.sc.gov.br e site www.botuvera.sc.gov.br.

Botuverá-SC, 21 de Julho de 2016.
JOSÉ LUIZ COLOMBI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 073/2016

DECRETO Nº 073/2016.

Romildo Teske, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art. 1º Considerando o falecimento nesta quinta feira dia 21.07.2016 da funcionária pública desta Prefeitura Sra. Elenir de Melo Hasse, fica decretado luto oficial por 3 (três dias) em nosso município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 21 de julho de 2016.

Romildo Teske

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO Nº 03 DO CONCURSO PÚBLICO 01/2016

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2016

RETIFICAÇÃO Nº 03/2016

ROMILDO TESKE, PREFEITO MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO a presente retificação ao Edital de Concurso Público nº 01/2016, conforme segue:

1. Retificação do Edital de Homologação do Concurso Público Nº01/2016:

Onde se lê:

2. Professor de Inglês

Inscrição	RG	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final	Posição
67	2624824	Vera Neuber da Silva	12/04/1974	1,00	1,50	1,25	2,00	5,75	1º
87	2911337	Ricardo Voltolini	27/04/1972	1,50	0,50	0,75	2,75	5,50	2º

Leia-se:

1. Professor de Inglês Ensino Fundamental I – 40h

Inscrição	RG	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final	Posição
67	2624824	Vera Neuber da Silva	12/04/1974	1,00	1,50	1,25	2,00	5,75	1º

1. Professor de Inglês Ensino Fundamental II – 15h

Inscrição	RG	Nome	Data nascimento	Port	Mat	CG	CE	Nota final	Posição
87	2911337	Ricardo Voltolini	27/04/1972	1,50	0,50	0,75	2,75	5,50	1º

5. Os demais itens deste edital seguem inalterados.

Gabinete do Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, 21 de Julho de 2016.

ROMILDO TESKE

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº07/2015 FMAS

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 22/07/2015		Válido até: 22/07/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de tecidos para manutenção das atividades do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na realização de oficinas e campanhas socioeducativas no município de Braço do Trombudo	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Helanca, largura 1,60m, tecido 100% poliéster, cor vermelho (911)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	M.TEXTIL	0	6,2000	1
2	Helanca, largura 1,60m, tecido 100% poliéster, cor branca (909)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	M.TEXTIL	0	6,7700	1
3	Helanca, largura 1,60m, tecido 100% poliéster, cor verde bandeira (910)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	M.TEXTIL	0	6,2000	1
4	Tecido (pano de prato) largura 70 cm cor branca, tecido especial para pintura, fio urdume 162, trama 10, sentido trama 110 sentido urdume 100, 140 gr/m², 100% algodão (1208)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	MARTINS	0	5,2600	1
5	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa poá, marrom com bolinhas rosas de aproximadamente 0,5cm de diâmetro. (1438)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	18,1800	1
6	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em listras azuis alternando tonalidades e cor (1234)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	26,5000	1
7	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em listras rosas alternando tonalidades e cor (1235)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	26,5000	1
8	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em listras verdes alternando tonalidades e cor (1439)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	26,5000	1
9	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa de coruja (1440)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	15,2300	1
10	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa de natal (bonecos de neve) (1441)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	24,2000	1
11	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage com 1,40m largura, em estampa de natal (flores de natal na cor vermelha) (1442)	mts	ADL COMERCIAL ERELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	24,2000	1

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Número do Registro de Preços: 7/2015 Data do Registro: 22/07/2015 Válido até: 22/07/2016

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de tecidos para manutenção das atividades do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na realização de oficinas e campanhas socioeducativas no município de Braço do Trombudo

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa de natal (papai-noel) (1443)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	25,5500	1
13	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa de natal (xadrez natalino) (1444)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	24,2000	1
14	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa de páscoa (casal de coelhos) (1445)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	24,0000	1
15	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa de páscoa (coelhos carregando ovos e canoira no caminho de mão) (1446)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	24,0000	1
16	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa de páscoa (coelhos com ovos) (1447)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	24,0000	1
17	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa floral, nas tonalidades azul (1448)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	19,7700	1
18	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa floral, nas tonalidades laranja (1449)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	23,7000	1
19	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa floral, nas tonalidades lilás (1450)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	15,8700	1
20	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage com 1,40m largura, em estampa floral, nas tonalidades rosa (1451)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	18,6000	1
21	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa floral, nas tonalidades verde (1452)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	16,9300	1
22	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa pó - branca com bolinhas pretas de aproximadamente 0,50m de diâmetro (1453)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	21,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 22/07/2015		Válido até: 22/07/2016				
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de tecidos para manutenção das atividades do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na realização de oficinas e campanhas socioeducativas no município de Braço do Trombudo								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
23	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampa poá, preta com bolinhas brancas de aproximadamente 0,5cm de diâmetro (1454)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	19,9700	1	
24	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage com 1,40m largura, em estampa poá, rosa com bolinhas marrons de aproximadamente 0,5cm de diâmetro (1455)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	23,7000	1	
25	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40cm largura, em estampas de cupcake (1624)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	17,8500	1	
26	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampas de frutas (1457)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	15,8700	1	
27	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, em estampas de galinha (1458)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	23,7000	1	
28	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage, com 1,40m largura, sendo liso na cor verde (natal) (1459)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	22,7000	1	
29	Tecido 100% algodão para Patchwork e Decoupage com 1,40m largura, sendo liso na cor vermelha (natal) (1460)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	23,5000	1	
30	Tecido 100% algodão, com 1,40m largura, em estampa branca com bolinhas pretas (1461)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	21,8000	1	
31	Tecido 100% algodão, com 1,40m largura, em estampa preta com bolinhas brancas (1462)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	CÍRCULO	0	20,9500	1	
32	Tecido chitão estampado com 1,40m de largura (fundo claro) (1236)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BITTENCOUR	0	9,2500	1	
33	Tecido chitão estampado com 1,40m de largura (fundo escuro) (1237)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BITTENCOUR	0	9,2500	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 7/2015			Data do Registro: 22/07/2015		Válido até: 22/07/2016		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de tecidos para manutenção das atividades do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na realização de oficinas e campanhas socioeducativas no município de Braço do Trombudo		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
34	Tecido para fralda na cor branca com 0,70 de largura (trama fechada) (1238)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ESTILOTEX	0	8,7500	1		
35	Tecido percal 180 fios em estampa de listras médias, predominando os tons de azul ,com 2,20 de largura (para roupa de cama) (1240)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BITTENCOUR	0	21,9000	1		
36	Tecido percal 180 fios em estampa de listras médias, predominando os tons de lilás ,com 2,20 de largura (para roupa de cama) (1463)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BITTENCOUR	0	13,9000	1		
37	Tecido percal 180 fios em estampa de listras médias, predominando os tons de vermelho ,com 2,20 de largura (para roupa de cama) (1464)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BITTENCOUR	0	13,9000	1		
38	Tecido percal 180 fios, com 2,20m largura estampado (1465)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BITTENCOUR	0	10,9000	1		
39	Tecido vagonite para bordar >100% algodão >1,40 m de largura Cor bege (1243)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ESTILOTEX	0	18,0000	1		
40	Tecido vagonite para bordar >100% algodão >1,40 m de largura Cor branca (1244)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	ESTILOTEX	0	17,1000	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 22/07/2015		Válido até: 22/07/2016			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de tecidos para manutenção das atividades do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na realização de oficinas e campanhas socioeducativas no município de Braço do Trombudo					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Toalha plástica flanelada lisa, impermeável e resistente, com 1,40m largura, na cor branca ou bege (1466)	mts	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (6162)	BITTENCOUR	0	16,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2015

Número do Registro de Preços: 7/2015		Data do Registro: 22/07/2015		Válido até: 22/07/2016			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de tecidos para manutenção das atividades do PAIF (serviço de proteção e atendimento integral à família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), na realização de oficinas e campanhas socioeducativas no município de Braço do Trombudo							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2015

PROCESSO Nº 5/2015

(6162) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP

Braço do Trombudo, 22 de Julho de 2015.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 28/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 34/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 24/2016

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 03/08/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armindo Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030 /2016

Contrato de fornecimento de Serviços de Engenharia para Implantação/Expansão de Rede de Energia Elétrica no Loteamento Parque das Rosas que fazem entre si o Município de Brunópolis, SC e a empresa Conduvale Eletrificação Ltda.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.853/0001-61, sito a Rua Armindo Leobet, nº 441, Centro, Brunópolis, SC, CEP 89634-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Senhor Ademil Antonio da Rosa.

CONTRATADA: CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 85.326.668/0001-20, com sede a Rua as margens da Rodovia SC 355, Nº 2545, bairro Portal das Videiras da cidade de Videira - SC, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. Lauvir Cenci, CPF n.º 422.747.539-20.

ADJUDICAÇÃO: O Presente Contrato decorre do Pregão nº 08/2016, processo licitatório n.º 07/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA

0.1. Considerando a necessidade de adequação da obra de instalação de rede elétrica no loteamento Parque das Rosas, averiguada pela CELESC, resolvem as partes aditar o presente contrato, efetivando supressões e adições a saber:

0.1.1. Resolvem suprimir, conforme planilha anexa, o valor de R\$ 31.035,52 (trinta e um mil trinta e cinco reais e cinquenta e dois centavos);

0.1.2. Resolvem aditar, conforme planilha anexa, o valor de R\$ 17.705,20 (treze mil trezentos e trinta reais e trinta e um centavos);

0.2. O contrato passa a ter o valor total de R\$ 425.669,68 (quatrocentos e vinte e cinco mil seiscentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

Por estarem justos e concordes, assinam o presente termo em duas vias de igual teor e forma.

Brunópolis-SC, em 20 de julho de 2016.

Ademil Antonio da Rosa
Prefeito Municipal

Lauvir Cenci
Conduvale Eletrificação Ltda

Testemunhas:

Nome: José Thieres Alves Ribeiro
CPF: 405.151.849-34

Nome: Ana Maria dos Passos
CPF: 037.376.699-88

De acordo com o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, dou o presente como aprovado.

Mario Cesar Penteado - Assessor Jurídico - OAB/SC 10.947

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1.591/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1.591/2016

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
Silvino Alves

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 62 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 151/2016, benefício de Aposentadoria Voluntária a SILVINO ALVES, CPF 304.905.379-87.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/07/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de julho de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.592/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1.592/2016

Concede benefício de Pensão por morte a

Rafael Raittz Hermes, Michelângelo S. Raittz Hermes e Gabriel Raittz Hermes

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 6.308/10, e com fundamento no art. 1º, §2º, art. 33, II, "a)", e art. 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentado pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 138/2016, benefício de pensão por morte a RAFAEL RAITTZ HERMES CPF 101.189.669-95, MMMICHELÂNGELO SAMUEL RAITTZ HERMES CPF 101.189.389-40 e GABRIEL RAITTZ HERMES CPF 101.190.119-64, dependentes do servidor falecido SEBASTIÃO NERI HERMES CPF 250.998.849-20.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/05/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 20 de julho de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 1.593/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 1.593/2016

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a

Marcia da Luz

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, c, 36, 38 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §1º, III, a, da CF/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41, de 19/12/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 216/2016, benefício de Aposentadoria Voluntária a MARCIA DA LUZ, CPF 312.151.499-72.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15/07/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 20 de julho de 2016.

ROGÉRIO ADILSON LANA

Secretário de Orçamento e Gestão

DECRETO Nº 7.831, 19 DE JULHO DE 2016

DECRETO nº 7.831, 19 DE JULHO DE 2016.

Altera o Decreto nº 7.741, de 26 de janeiro de 2016, que dispôs sobre pontos facultativos municipais no corrente exercício.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município, inciso IV do art. 82,

Considerando o feriado municipal do dia 04 de agosto (quinta-feira), data em que se comemora o aniversário de Brusque,

Considerando que o Ponto Facultativo proporciona a redução do custeio da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 7.741, de 26 de janeiro de 2016, incluindo o dia 05 de agosto de 2016, como ponto facultativo.

Parágrafo único. Excetuam-se os serviços considerados essenciais ou emergenciais que não admitam paralisação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 19 de julho de 2016.

ROLF KAESTNER

Prefeito Municipal em Exercício

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Respondendo pela Chefia de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 001/2016 - CONVOCAÇÃO LDO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 001/2016

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições e nos termos do Parágrafo Único do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LC nº 101/2000, CONVOCA toda sociedade Brusquense a participar da Audiência Pública a ser realizada no dia 28 de julho, às 10:00hs, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Brusque, com o objetivo de discutir e definir as prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2017, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017, a serem expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Brusque, 19 de julho de 2016.

ROLF KAESTNER

Prefeito Municipal

EXTRATO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013

EXTRATO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 109/2013.

Espécie: 12º Termo Aditivo, Contrato nº 109/2013, entre o Município de Brusque e a empresa WDF SERVIÇOS LTDA, em 13/07/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na Execução das obras de reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Hilda Anna Eccel, de 15/07/2016 a 14/10/2016. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 029/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e WILSON JOSÉ DE FRANCESCHI.

EXTRATO 14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 033/2013 - FMS

EXTRATO 14º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 033/2013 - FMS

Espécie: 14º Termo Aditivo, Contrato nº 033/2013, entre o Município de Brusque e a empresa RODRIGUES E CAMARGO LTDA, em 12/07/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (U.P.A.) 24 HORAS, LOCALIZADA NO BAIRRO SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 13/07/2016 a 12/10/2016. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 002/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: IVONIR ZANATTA WEBSTER e IVO RODRIGUES CAMARGO.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2015.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 019/2015, entre o Município de Brusque e a empresa MÚLTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, em 12/07/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na contratação de empresa para execução de obras de pavimentação/repavimentação asfáltica no município de Brusque: lote 01- repavimentação das ruas Durval Luz e Itajaí de 04/08/2016 a 03/02/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 018/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: CARLOS HENRIQUE BEUTING e EVERSON CLEMENTE.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 056/2015.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 056/2015, entre o Município de Brusque e a empresa TERRAPLANAGEM MEDEIROS LTDA, em 09/06/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA TERCEIRA ETAPA DA VILA GERMÂNICA, BAIRRO SÃO PEDRO, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 10/06/2016 a 09/06/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 005/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: ADEMIR JOSÉ MORAES E JAISON JOSÉ DE FARIAS.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 065/2015.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 065/2015.

Espécie: 1º Termo Aditivo Contrato nº 065/2015, entre o Município de Brusque e a empresa SANTA LUZIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA, em 06/07/2016. Objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 065/2015, cujo objeto consiste PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, do edital Pregão n. 062/2015 e proposta comercial apresentada pela Contratada, parte integrante do contrato de 13/08/2016 a 13/08/2017 e reajuste no valor unitário de R\$ 8,47 Valor Global: R\$ 127.050,00 - Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c art. 55, III, ambos da Lei 8.666/93 Origem: Pregão nº 062/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e ARTUR KLANN.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 083/2014

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 083/2014

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 083/2014, entre o MUNICÍPIO DE BRUSQUE e COOPERATIVA DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL - COOPERAGRECO, em 29/06/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, de 04/07/2016 a 03/07/2017. Fundamento legal: Artigo 57, II da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 019/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Gleusa Luci Fischer e José Luiz Schueroff

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO À ATA 031/2016

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO À ATA 031/2016

Espécie: 1º Termo Aditivo, ATA de Registro de Preços nº 031/2016, entre o Município de Brusque e a empresa MARIA TOLL EPP, em 14/07/2016. Objeto: Aditivo quantitativo (25%) à ata de registro de preços, cujo objeto consiste na aquisição de brinquedos e materiais para prática de atividades físicas, para atender as necessidades da Secretaria de Educação Valor: R\$ 4.810,50 Fundamento legal: artigo 11, §1º do Decreto Municipal 4.336/99 c/c art. 65, §1º da Lei 8666/93. Origem: Pregão nº 079/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: Secretária de Educação Gleusa Luci Fischer.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2014 - FMS

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 008/2014 - FMS.

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 008/2014 - FMS, entre o Município de Brusque e LINDOMAR BARON e sua esposa VERLANDIA TEREZINHA ANACLETO BARON, em 01/07/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na Locação de imóvel (casa de alvenaria com área construída de aproximadamente 100,00 m², terreno com aproximadamente 441,05 m², localizado na Rua: Gustavo Imhof, nº 14 – Bairro: São Pedro – Brusque -SC, para instalação da Unidade Básica de Saúde São Pedro, pelo período de 12 (doze) meses - de 08/07/2016 a 07/07/2017. Fundamento legal: artigo 57, inciso II c/c artigo 62, §3º inc. I da Lei 8666/93, acompanhado do Prejulgado n. 318 do TCE/SC Origem: Dispensa de Licitação nº 006/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ, LINDOMAR BARON e VERLANDIA T. A. BARON.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2015

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2015.

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 016/2015, entre o Município de Brusque e a empresa ARLINDO VOGEL (MEI), em 26/01/2016. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS de 01/08/2016 a 31/07/2016 - Valor Global: de R\$ 41.760,00 - Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 Origem: PREGÃO nº 125/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e ARLINDO VOGEL.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2015

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2015.

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 017/2015, entre o Município de Brusque e a empresa DJ AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA ME, em 20/07/2016. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS de 01/08/2016 a 31/07/2017 - Valor Global: R\$ 63.600,00 Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 Origem: PREGÃO nº 125/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e ORIVAM SEBASTIÃO DE SOUZA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 064/2015

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 064/2015.

Espécie: 2º Termo Aditivo, Contrato nº 064/2015, entre o Município de Brusque e a empresa JHONITUR TURISMO LTDA - ME em 20/07/2016. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR de 03/08/2016 a 13/08/2017 – Valor: de R\$ 201.760,00 - Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 Origem: PREGÃO nº 062/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e JOÃO LUIZ PORTO.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2015.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2015.

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 020/2015, entre o Município de Brusque e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, em 12/07/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO/REPAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NO MUNICÍPIO DE BRUSQUE - LOTE 03 REPAVIMENTAÇÃO DAS RUAS NICOLAU KOHLER E ANGELO LUSSOLLI, de 04/08/2016 a 03/02/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 018/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: CARLOS HENRIQUE BEUTING e AVELINO ALVAREZ.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2013 - FMS

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2013 - FMS.

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 027/2013 - FMS, entre o Município de Brusque e CLÍNICA UNIDA DE SERVIÇOS MÉDICOS SS LTDA, em 04/07/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto é a execução de serviços de média e alta complexidade (MAC), desenvolvendo procedimentos com finalidade de auxílio diagnóstico e tratamento relacionados a cirurgia geral, pertencentes ao GRUPO 02/SUBGRUPO 001 (coleta de material) e SUB-GRUPO 09 (diagnóstico por endoscopia do aparelho digestivo), do GRUPO 03 – SUBGRUPO 01 (consultas / atendimento / acompanhamento em cirurgias / gastroenterologia), do GRUPO 03/subgrupo 03 e GRUPO-04-SUBGRUPO 04 (pequenas cirurgias) e do GRUPO 04/SUB-GRUPO 07 (procedimentos cirúrgicos do aparelho digestivo, órgão anexos e parede abdominal), de acordo com a Tabela SUS, dentro dos limites quantitativos fixados pelo gestor para atender demanda da população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Brusque e municípios satélites, com prévia autorização. O número de procedimentos a ser contratado obedece aos valores fixados em Programação Pactuada Integrada – PPI pelo período de 12 (doze) meses - de 06/07/2016 a 05/07/2017. Valor R\$ 186.458,40 - Fundamento legal: artigo 57, inciso II da Lei 8666/93 - Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2013. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: GISELLE MIRLEY ARMELIN MORITZ e JANDER JOÃO TOMAZELLI.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 077/2014.

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 077/2014, entre o Município de Brusque e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI, em 01/07/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste EXECUÇÃO DAS OBRAS DE DUPLICAÇÃO DA RODOVIA ANTONIO HEIL (SC 486), TRECHO 2, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 05/07/2016 a 30/10/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 010/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: CARLOS HENRIQUE BEUTING e AVELINO ALVAREZ.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118/2014

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 118/2014.

Espécie: 3º Termo Aditivo, Contrato nº 118/2014, entre o Município de Brusque e a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA, em 17/06/2016. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência contratual, cujo objeto consiste EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO DA RUA DJ 03 (BEIRA RIO), BAIRRO DOM JOAQUIM, MUNICÍPIO DE BRUSQUE, de 23/06/2016 a 22/06/2017. Fundamento legal: Artigo 57, §1º, I e II da Lei 8.666/93. Origem: Concorrência Pública nº 011/2014. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Signatários: CARLOS HENRIQUE BEUTING e MARCELO BENVENUTTI.

EXTRATO CONTRATO Nº 031/2016

EXTRATO CONTRATO Nº 031/2016

Espécie: Contrato nº 031/2016, entre o Município de Brusque e a DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS BV LTDA EPP, em 19/07/2016. Objeto: aquisição de leite em pó integral para atender a alimentação dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino Valor: R\$ 43.900,00. Fundamento legal: artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 013/2016. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 180 dias Signatários: GLEUSA LUCI FISCHER e RENATO BERNARDO

EXTRATO CONTRATO Nº 092/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 092/2015

Espécie: Contrato nº 092/2015, entre o Município de Brusque e ELISABETH ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI, em 18/12/2015. Objeto: locação de imóvel (galpão com 2.000 m2, matrícula n. 37.610), localizado na Rua Maximiliano Furbringer, 221 – bairro Jardim Maluche, cidade de Brusque - SC, para uso da Secretaria de Educação. Valor R\$ 144.000,00 - Fundamento legal: artigo 24, inciso X, da Lei 8.666/93. Origem: Dispensa nº 023/2015. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Ivanor de Mendonça e Cesar Augusto Theiss.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016 - FMAS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2016 - FMAS

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 001/2016, em 19/07/2016. Objeto: prestação de serviços de alimentação para atender a demanda da Secretaria de Assistência Social e Habitação Valor: R\$ 36.500,00. Origem: Pregão nº 001/2016 Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: RODRIGO CESARI.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 041/2016, em 30/05/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS (ADESIVOS, AGENDAS CULTURAIS, BANDEIRAS, BLOCOS, CALENDÁRIOS, CARTÕES, CARTAZES, CARTILHAS, CONVITES, CHAPÉIS, CRACHÁS, ETIQUETAS, ENVELOPES, FICHAS CADASTRAIS, FITAS, FORDERS, JORNAIS, LEQUES, MARCA PÁGINAS, PANFLETOS, PASTAS, SACOLAS, ETC), PARA A ADMINISTRAÇÃO Valor: R\$ 566.860,00. Origem: Pregão nº 023/2016 Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: CRISTIANO BITTENCOURT.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 054/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 054/2016, em 05/07/2016. Objeto: aquisição de materiais elétricos (fios e cabos) para atender a demanda da Administração Pública Valor: R\$ 234.000,00. Origem: Pregão nº 013/2016 Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: ROGÉRIO ADILSON LANA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 057/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 057/2016, em 11/07/2016. Objeto: aquisição de gêneros alimentícios Valor: R\$ 268.960,00. Origem: Pregão nº 055/2016 Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretária de Educação Gleusa Luci Fischer.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 058/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 058/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 058/2016, em 12/07/2016. Objeto: aquisição de materiais elétricos para Iluminação Pública Valor: R\$ 1.104.309,10. Origem: Pregão nº 043/2016 Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: Secretário de Obras Carlos Henrique Beuting.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 059/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 059/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 059/2016, em 19/07/2016. Objeto: aquisição de mobiliários diversos para a administração municipal (lote 01 – móveis em aço: arquivos e estantes; lote 02 – cadeiras; lote 03 – poltronas; lote 04 – móveis em madeira: armários, estantes, arquivos, balcões, mesas e suportes; lote 05 – bancos para refeitório), para atender as necessidades da administração publica Valor: R\$ 497.538,97 - Origem: Pregão nº 067/2016 Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: ROGÉRIO ADILSON LANA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 060/2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 060/2016

Espécie: Ata de Registro de Preços nº 060/2016, em 19/07/2016.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO TÍPICAMENTE ALEMÃ, BEBIDAS, ENTRE OUTROS ITENS NECESSÁRIOS PARA O LANÇAMENTO DA 31ª FESTA NACIONAL DO MARRECO – FENARRECO 2016, A REALIZAR-SE NO DIA 17 DE AGOSTO, para atender as necessidades da Administração Pública - Valor: R\$ 17.200,00 - Origem: Pregão nº 062/2016 Fundamento legal: artigo 15 da Lei 8.666/93. Signatário: ROLF KAESTNER.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE BRUSQUE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

OBJETO: a aquisição de um elevador, tipo elétrico, para transporte de pessoas, sem casa de máquinas, a ser instalado no Prédio da Câmara Municipal de Brusque.

PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: até as 14h do dia 08 de agosto de 2016, na recepção da Câmara Municipal, na Rua Eduardo von Buettner, 65, Centro – Brusque/SC. (Fone: 47 3351.2891).

ABERTURA DOS ENVELOPES: em seguida à entrega dos envelopes, no mesmo dia (08/08/2016), na sala de Reuniões, no endereço supracitado.

OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O Edital estará disponível na íntegra, na Internet no endereço www.camarabrusque.sc.gov.br, ou no endereço acima citado.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente

Caçador

PREFEITURA

PORTARIA Nº 27.120

PORTARIA Nº 27.120, de 19 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXCLUIR da Portaria nº 26.911, de 23 de maio de 2016, que efetua desconto em folha de pagamento dos servidores lotados na Secretaria Municipal da Educação, em razão de faltas justificadas e injustificadas, no período de 13/04/2016 a 12/05/2016, a Servidora Pública Municipal BERNADETE MARIA RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula 828, por equívoco no desconto.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 27.121

PORTARIA Nº 27.121, de 20 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuar junto à Secretaria Municipal da Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Alexsandra Alves	Servente	1/A	44	EMEB Esperança	Vaga transitória	01/07/2016 a 22/12/2016
Alonso Paes Carneiro	Secretário Escolar	1/A	20	CMEI Santa Clara	Vaga vinculada – Alexandre Maicon de Lima, afastado para concorrer a mandato eletivo	01/07/2016 a 02/10/2016
Iraci Pereira da Cruz	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga vinculada – Eronildes Olienick Pinto, a disposição AEE	01/07/2016 a 22/12/2016
Jocimar Pereira Rosa	Merendeira	1.5/A	44	CMEI Pierina Adami	Vaga transitória	01/07/2016 a 22/12/2016
Liliane Fátima Freitas Alves dos Santos	Servente	1.5/A	44	EMEB Alto Bonito	Vaga transitória	01/07/2016 a 22/12/2016
Mariluci Carneiro do Nascimento	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga vinculada, Cláudia Bromer, afastada para concorrer a mandato eletivo	01/07/2016 a 02/10/2016
Rosana de Oliveira Mattos	Servente	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga transitória	01/07/2016 a 22/12/2016
Sônia de Fátima Gonçalves	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	SME	Vaga transitória	01/07/2016 a 30/07/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 27.122

PORTARIA Nº 27.122, de 20 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal da Educação, de acordo com classificação em Processo Seletivo, conforme o Edital SME 03/2015, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Ana Caroline Coelho da Silva	Secretário Escolar	1/A	20	CMEI Gladis Vargas Roesch	Vaga transitória	01/07/2016 a 22/12/2016
Andreia Baltazar	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	10	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga vinculada – Maike Amâncio Zeigler, afastado para concorrer a mandato eletivo	01/07/2016 a 02/10/2016
Camila Bechert de Souza	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Walsin Nunes Garcia	Vaga vinculada – Sandra Mara Moschetada Silva, em licença prêmio	01/07/2016 a 27/09/2016
Cristiane Batista da Silva	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga vinculada – Romney Riedi, afastado para concorrer a mandato eletivo	01/07/2016 a 02/10/2016
Deisiane Aparecida de Paulo	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga vinculada – Cláudia Bromer, afastada para concorrer a mandato eletivo	01/07/2016 a 02/10/2016
Indiamara Vieira	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI João Maria Fernandes	Vaga vinculada – Lindomar Linhares de Carmargo, em licença para tratamento de saúde	01/07/2016 a 19/07/2016
Jacqueline Zanelato	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga vinculada – Jeferson Witte, em licença sem vencimentos	01/07/2016 a 22/12/2016
Marivete Aparecida Boff Pereira	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga vinculada – Juliana Padilha Mazzotti, em licença para tratamento de saúde	01/07/2016 a 18/09/2016
Solange Fatima Bittencourt Marques	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga vinculada – Ieda Fernandes, a disposição do laboratório de informática	01/07/2016 a 22/12/2016
Valeria Gonçalves dos Santos	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga vinculada – Rosete Vebber da Silva Ferlin, em licença para tratamento de saúde	01/07/2016 a 22/07/2016
Vitor Thomé Cechetto	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga vinculada – Romney Riedi, afastado para concorrer a mandato eletivo	01/07/2016 a 02/10/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 20 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 27.124

PORTARIA Nº 27.124, de 21 de julho de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora Pública Municipal aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações, e ainda, na Lei Complementar nº 151, de 23/07/2009, que Institui a Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, e suas alterações,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015, Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015, a cidadã JULIANA MANTOVANI, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, Referência 01, carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com data de nomeação, de posse e início do exercício a contar de 20 de julho de 2016.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 21 de julho de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL – 39 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 67 - 2016 – Pregão Presencial – 39 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO CAMINHONETE, DESTINADO AOS SERVIÇOS DA POLICIA CIVIL DE CAÇADOR - SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/08/2016 às 14h30min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 04/08/2016 às 14h30min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone,

Caçador, 20 de julho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 50 - 2016 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 82 - 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 50 - 2016 – PREFEITURA; TIPO: MENOR PREÇO, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA, DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - SC, ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/08/2016 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 11/08/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecido informação por telefone,

Caçador, 21, de julho de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETO

PREFEITO MUNICIPAL

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 076/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 076/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 054/2016 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARRANJOS PARA DECORAÇÃO DE SOLENIDADES REALIZADAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E COROA DE FLORES PARA HOMENAGENS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 21/07/2017

1ª Publicação.

PR 086/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 086/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS VIATURAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMBORIÚ E CITRAN DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 05 (Cinco) de Agosto de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Julho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 087/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 087/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA DE BORRACHARIA, PARA CONSERTOS E MONTAGENS DE PNEUS DA FROTA MUNICIPAL COM SOCORRO 24 HORAS NO LOCAL, QUANDO SE FIZER NECESSÁRIO, EM

QUALQUER LOCALIDADE DO MUNICÍPIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 11 (Onze) de Agosto de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 21 de Julho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 84/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/2016-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 15:00 horas do dia 08 (Oito) de Agosto de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 21 de Julho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 85/16 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 085/2016-PMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES EM ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA NA CIDADE DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 10

(Dez) de Agosto de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 21 de Julho de 2016.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos vinte e um dias do mês de julho de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de leite para o preparo da merenda escolar destinados a alimentação escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP, CNPJ: 07.634.816/0001-16, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 63/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	12.000	Litros	Leite integral longa vida, UHT, em embalagem de 1 litro. Contendo na embalagem a informação nutricional, selo de inspeção e prazo de validade não inferior a 3 meses a partir da entrega. Entrega conforme cronograma.	3,59	43.080,00
VALOR TOTAL				R\$ 43.080,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP

Representante legal

DECRETO Nº 9.907 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.907 DE 21 DE JULHO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 5.219,44 (cinco mil, duzentos e dezenove reais, quarenta e quatro centavos) na seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.		
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros		
400000.00.117 -	Despesas de Capital		
440000.00.117 -	Investimentos		
449000.00.117 -	Aplicações Diretas		
449051.00.117 -	Obras e Instalações	R\$ 5.219,44	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesas, do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.		
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.		
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros		
300000.00.117 -	Despesas Correntes		
330000.00.117 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.117 -	Aplicações Diretas		
339030.00.117 -	Material de Consumo	R\$ 3.382,89	
339039.00.117 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.836,55	
	TOTAL	R\$ 5.219,44	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 21 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 9.908 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.908 DE 21 DE JULHO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.435 de 16 de dezembro de 2015; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) no seguinte Elemento de Despesa de Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.			
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros			
300000.00.173 -	Despesas Correntes			
330000.00.173 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.173 -	Aplicações Diretas			
339036.00.173 -	Outros Ser viços de Terceiros – Pessoa Física		R\$ 1.500,00	

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesas, do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras.			
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos.			
15.452.0045.2.023 -	Vias Públicas e Logradouros			
300000.00.173 -	Despesas Correntes			
330000.00.173 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.173 -	Aplicações Diretas			
339039.00.173 -	Outros Ser viços de Terceiros – Pessoa Jurídica		R\$ 1.500,00	

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 21 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.316 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.316 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal, AIRTON MARTINS, Matrícula Funcional nº 000771, Registro no Sistema sob nº 955388, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 25 de julho de 2016 a 03 de agosto de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 25 de fevereiro de 2016 sob nº 0604.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.317 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.317 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ZÉLIA INEZ LAVAL, Matrícula Funcional nº 000734, Registro no Sistema sob nº 955251, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2016 a 03 de agosto de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 15 de julho de 2016 sob nº 3844.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.318 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.318 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal TERESINHA SIMÕES DE FARIAS FUCKNER, Matrícula Funcional nº 358, Registro no Sistema sob nº 334720, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos: 07 de Julho de 2014 a 06 de julho de 2015 = 10 (dez) dias; 07 de julho de 2015 a 06 de julho de 2016 = 10 (dez) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 07 de julho de 2015 a 06 de julho de 2016, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção requerida e devidamente assinada pela da Servidora Pública, protocolada junto ao Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 21 de julho de 2016 sob nº 3998.

Art.2º) A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 25 de julho de 2016 a 13 de agosto de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.319 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.319 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MATILDE IHVENS GUIMARÃES SILVA, Matrícula Funcional nº 000797, Registro no Sistema sob nº 955460, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Arquiteta, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2016 a 05 de agosto de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 16 de junho de 2016 sob nº 3000.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.320 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.320 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal PATRÍCIA NOGUEIRA BATISTA, Matrícula Funcional nº 000687, Registro no Sistema sob nº 955123, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, em moeda corrente oficial na data de pagamento, opção requerida e devidamente assinada pela da Servidora Pública, protocolada junto ao Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 03 de junho de 2016 sob nº 2669.

Art.2º) A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 25 de julho de 2016 a 29 de julho de 2016.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.321 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.321 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CRISTIANE PEREIRA FERNANDES, Matrícula Funcional nº 000814, Registro no Sistema sob nº 955482, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de julho de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 25 de julho de 2016 a 29 de julho de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 29 de junho de 2016 sob nº 3391.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.322 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.322 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JARBAS JORGE CATONI, Matrícula Funcional nº 000182, Registro no Sistema sob nº 368900, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, à disposição da Escola de Ensino Especial WILSON JOSÉ LIEBL, mantenedora a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre/SC., referente ao período aquisitivo 20 de março de 2015 a 19 de março de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 25 de julho de 2016 á 29 de julho de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 19 de julho de 2016 sob nº 3931.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.323 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.323 DE 21 DE JULHO DE 2016

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal, ANDREIA PYKOSZ KRAMAR, Matrícula Funcional nº 000865, Registro no Sistema Sob nº 955564, ocupante do Cargo Público de Professor VIII, exercendo a Função de Professor de Geografia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por motivo de doença, pelo período 16 de julho de 2016 a 16 de agosto de 2016.

Parágrafo único: A Licença prorrogada que trata o caput do Art. 1º desta Portaria será custeada pelo IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.324 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.324 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 28 (vinte e oito) dias de férias a Servidora Pública Municipal CAROLINE NEUMANN, Matrícula Funcional nº 000761, Registro no Sistema sob nº 955364, no Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 05 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de aquisitivo de 05 de março de 2014 a 31 de dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de dezembro de 2015 á 24 de janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28 de dezembro de 2015.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.544 de 28 de dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 13.325 DE 21 DE JULHO DE 2016

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 13.325 DE 21 DE JULHO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CAROLINE NEUMANN, Matrícula Funcional nº 000761, Registro no Sistema sob nº 955364, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 20 de julho de 2016 à 29 de julho de 2016, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 13 de julho de 2016 sob nº 3767.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de julho de 2016.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 13.248 de 18 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
21 de julho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 22/07/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PE Nº01/2016.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 79/2016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2016

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04 de Agosto de 2016 às 14h15min Pregão eletrônico do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ADQUIRIDOS COM RECURSO ESTADUAL- CONVÊNIO 786/2016.CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min diariamente.

Campos Novos, 22 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO 7561/2016 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.561/16 de 20/07/2016.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTOS NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no orçamento do Município no valor de R\$ 15.100,00 (Quinze mil e cem reais) nos projetos e nas atividades abaixo discriminadas os seguintes elementos de despesas:

07 – SECRETARIA DA INDUSTRIA E COMERCIO

21 – Departamento da Indústria e Comércio

2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

91 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Aplicações diretas
.....R\$ 15.100,00

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo 1º, fica suplementada nos projetos e nas atividades abaixo os seguintes elementos e despesas:

07 – SECRETARIA DA INDUSTRIA E COMERCIO

21 – Departamento da Indústria e Comércio

2.030 - Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

92 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 Aplicações diretas
.....R\$ 15.100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

DECRETO 7562/2016 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

DECRETO Nº 7.562/16 de 20/07/2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Nelson Cruz Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.184/15 de 11/06/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.229/15 de 10/12/2015 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 51.347,44 (Cinquenta e um reais, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos) no projeto/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.044 – Reequipamento da Saúde – FMS

Elementos de despesa: 37 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0089.000000
0– Aplicações diretas....R\$10.347,44

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.045 – Reequipamento do FMS, Recurso Vigilância Epidemiológica

Elementos de despesa: 38 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0066.000015– Aplicações diretas....R\$41.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do superávit financeiro – Alienação de Bens R\$ 10.347,44 – Vigilância Epidemiológica R\$ 41.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 20 de julho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº FMC 06/2016 (PRESENCIAL)

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMC 06/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMC 05/2016

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, fará realizar no dia 03/08/2016, às 09h00min, licitação para AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS TAIS COMO CAIXA DE SOM, MICROFONES, PEDESTAIS E PEÇAS PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS DESTINADAS A MANUTENÇÃO DOS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS AULAS DE MUSICA DA FUNDAÇÃO CULTURAL, DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 08h55mim do dia 03/08/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.179 DE 21 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 2.179, de 21 de julho de 2016.

“NOMEIA OS MEMBROS PARA O COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DOS IDOSOS (CMDI), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto na Lei Municipal nº 2.360 de 9 de maio de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos – CMDI, na forma prescrita no art. 5º da Lei 2.360/2012, e LC 107/2014, conforme segue:

a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: MARIA GORETE BATISTA GINDER

Suplente: ALDA BRITO DEPINÉ

b) Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto:

Titular: SILVIA TALINI

Suplente: ALEXANDRA VIEIRA DOS SANTOS

c) Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social:

Titular: GENICE TEREZINHA RODRIGUES

Suplente: ROSILENE VERDE BRUSTOLIN

d) Coordenação Paroquial:

Titular: EDITE FAZIANI

Suplente: JACIRA COLA

e) Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: ARLINDO KATCHOR

Suplente: DINIVAL ANTUNES AMORIN

f) Associação de Moradores Bairro Sebaldo Kunz:

Titular: FERNANDO GIACOMELLI

Suplente: FABIANA VIERIA DOS SANTOS

g) Associação de Moradores Bairro Cidade Jardim:

Titular: ADEMAR MAYER

Suplente: JOSÉ CARLOS LEAL NUNES

h) Associação Patronato Anjo da Guarda:

Titular: SEBASTIÃO CHINATTO

Suplente: MARCELO BANDEIRA

Art. 2º Ficam nomeados para compor a diretoria do CMDI, os seguintes membros:

Presidente: MARIA INÊS ARENHART

Vice-Presidente: ARLINDO KATCHOR

Primeiro Secretário: FABIANA VIERA DOS SANTOS

Segundo Secretário: ALEXANDRA VIEIRA DOS SANTOS

Art. 3º Os Conselheiros ora nomeados terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução, na forma prescrita no art. 13 da Lei Municipal 2.360.

Art. 4º Pela participação no Conselho, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público

relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 21 de julho de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Davi Pecinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado por esta secretaria nesta data.

DECRETO Nº 2.180 DE 21 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 2.180, de 21 de julho de 2016.

“ALTERA O DECRETO Nº 2.148, DE 07 DE ABRIL DE 2016, QUE NOMEOU MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto nº 2.148, de 07 de abril de 2016, para substituir membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Catanduvas/SC, que passa vigorar com a seguinte redação:

I – REPRESENTANTES ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

a) Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: LEANDRO GUERRA

Suplente: RONALDO ADRIANO LUVISON

b) Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto:

Titular: MARISA FATIMA ARTIFIN SIMÕES

Suplente: ALICE ALVES DE CARVALHO

c) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: ROSA APARECIDA FABRI

Suplente: GENICE TEREZINHA RODRIGUES

d) Secretaria Municipal de Infraestrutura:

Titular: EVALDO GUERREIRO

Suplente: HILÁRIO GODÓI CHAVES

e) Secretaria Municipal de Assistência Social:

Titular: ELY TEREZINHA MAGNABOSCO MOTERLE

Suplente: INDIANARA SILVIA LAZAROTTO

f) Diretoria de Habitação:

Titular: SANDRA MARIA DILDA BUCCO

Suplente: FRANCIELE DOS SANTOS

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a) Representante dos Usuários da Assistência Social:

Titular: IVANIR APARECIDA DOS SANTOS

Suplente: IZAIRA PLAUTH STEFFENS

b) Representante de Entidades e Organizações:

Titular: MARILETE CHILANTTI

Suplente: ELIANE WEBER

c) Representante de Trabalhadores do Setor de Assistência Social:

Titular: JANETE COUTO DE OLIVEIRA

Suplente: MAFALDA VIEIRA MARTINS

Art. 2º Ficam nomeados para compor a diretoria do CMAS, os seguintes membros:

Presidente: LEANDRO GUERRA

Vice-Presidente: IVANIR APARECIDA DOS SANTOS

Primeiro Secretário: JANETA COUTO DE OLIVEIRA

Segundo Secretário: ROSA APARECIDA FABRI

Art. 3º As demais disposições do Decreto nº 2.148, de 07 de abril de 2016, permanecem inalteradas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas (SC), 21 de julho de 2016.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita

Davi Pecinato

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e publicado nesta data.

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0101/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0101/2016

PREGÃO Nº 0045/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0067/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: RECAUCHUTADORA RODA LTDA

OBJETO: fornecerá serviços especializados em CONSERTO, MONTAGEM E TROCA DE PNEUS EM GERAL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.

VALOR: R\$18.120,00 (dezoito mil cento e vinte reais).

As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados correrão por conta do orçamento vigente do Município de Catanduvas para o ano de 2016 através da seguinte classificação:

2.051.3390.00 - 100 - 64/2016 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

VIGÊNCIA: partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016 podendo ser prorrogado, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93

Catanduvas, SC, 11 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0059/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0059/2016

PREGÃO Nº 0023/2016 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2016)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: CVZ TRANSPORTES ZUCHI LTDA ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 12 de abril de 2016 para alterá-lo conforme segue:

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico emitido em 29 de junho de 2016, o qual acolhe a solicitação de substituição do veículo utilizado no cumprimento do objeto contratual.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Substituir o veículo Volare Placa MLF0687 ano 2012 capacidade 40 lugares, pelo veículo: ônibus Volkswagen Mpolo Odeale R, ano e modelo 2009, placas LRV3070, capacidade de 45 lugares.

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 29 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMS Nº 0061/2015

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMS Nº 0061/2015

CONCORRÊNCIA Nº 0004/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0041/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS através do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: CL SERVICOS DE SAUDE MEDICA HOSPITALAR E DIAGNOSTICOS LTDA - ME

Reporta-se ao Contrato firmado entre as partes em 29 de junho de 2015.

CONSIDERANDO a decisão prolatada nos autos 000378-79.2016.8.24.0218;

CONSIDERANDO o poder de autotutela conferido à Administração Pública;

CONSIDERANDO a possibilidade de rescisão unilateral do contrato em questão;

RESOLVE:

CLÁUSULA I – Fica rescindido unilateralmente o Contrato FMS nº 0061/2015.

CLÁUSULA II – Não caberá à CONTRATADA qualquer valor indenizatório referente a esta rescisão contratual.

CLÁUSULA III – Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente Termo de Rescisão tem amparo legal no art. 79, I, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas/SC, 21 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva – Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO FMS N° 0064/2015

INEXIGIBILIDADE N° 0003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0057/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS através do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADA: CL SERVICOS DE SAUDE MEDICA HOSPITALAR E DIAGNOSTICOS LTDA - ME

Reporta-se ao Contrato firmado entre as partes em 29 de junho de 2015.

CONSIDERANDO a decisão prolatada nos autos 000378-79.2016.8.24.0218;

CONSIDERANDO o poder de autotutela conferido à Administração Pública;

CONSIDERANDO a possibilidade de rescisão unilateral do contrato em questão;

RESOLVE:

CLÁUSULA I – Fica rescindido unilateralmente o Contrato FMS nº 0064/2015.

CLÁUSULA II – Não caberá à CONTRATADA qualquer valor indenizatório referente a esta rescisão contratual.

CLÁUSULA III – Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

FUNDAMENTO JURÍDICO: O presente Termo de Rescisão tem amparo legal no art. 79, I, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas/SC, 21 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini - Prefeita

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Elizete Cardoso da Silva – Secretária Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL - 1º SEMESTRE/2016

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		R\$ 1,00
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		754.325,97		0,00
Pessoal Ativo		754.325,97		0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		0,00		0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00		0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores		0,00		0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00		0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)		754.325,97		0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		29.255.437,58	-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)		754.325,97	2,58	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.755.326,25	6,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.667.559,94	5,70	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		1.579.793,63	5,40	
FONTE:				

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-O

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	430.000,00	583.815,22	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	430.000,00	583.815,22	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-430.000,00	-583.815,22	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]			
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	6.201,99	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	9.184,37	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

FONTE:

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER LEGISLATIVO

CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							RS 1,00				
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)			
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos			(e)						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores							
									(b)	(c)	(d)
									(a)	(b)	(c)
Recursos Ordinários - Tesouro-Ex-Cor.	153.815,22	0,00	0,00	0,00	0,00	153.815,22	9.184,37	0,00			
SF - Recursos Ordinários	430.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	430.000,00	0,00	0,00			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	583.815,22	0,00	0,00	0,00	0,00	583.815,22	9.184,37	0,00			
TOTAL (III) = (I + II)	583.815,22	0,00	0,00	0,00	0,00	583.815,22	9.184,37	0,00			
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-O

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	29.255.437,58	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	754.325,97	2,58
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.755.326,25	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.667.559,94	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-583.815,22	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.436.196,27	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.680.870,01	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.047.880,63	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	9.184,37	583.815,22

FONTE:

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 3º BIMESTRE/2016

Município de Catanduvas - SC
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						
	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	452.886,75	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)						
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	1.291.000,00	1.291.000,00	140.699,31	462.071,12	828.928,88	139.618,36	452.886,75	838.113,25	452.886,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.043.000,00	1.043.000,00	140.402,61	456.759,52	586.240,48	139.321,66	447.575,15	595.424,85	447.575,15
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	747.000,00	747.000,00	123.102,97	363.731,73	393.268,27	123.102,97	353.731,73	393.268,27	353.731,73
	296.000,00	296.000,00	17.299,64	103.027,79	192.972,21	16.218,69	93.843,42	202.156,58	93.843,42
DESPESAS DE CAPITAL	248.000,00	248.000,00	296,70	5.311,60	242.688,40	296,70	5.311,60	242.688,40	5.311,60
INVESTIMENTOS	248.000,00	248.000,00	296,70	5.311,60	242.688,40	296,70	5.311,60	242.688,40	5.311,60

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC

CÂMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.291.000,00	1.291.000,00	140.699,31	462.071,12	828.928,88	139.618,36	452.886,75	838.113,25	452.886,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.291.000,00	1.291.000,00	140.699,31	462.071,12	828.928,88	139.618,36	452.886,75	838.113,25	452.886,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.291.000,00	1.291.000,00	140.699,31	462.071,12	828.928,88	139.618,36	452.886,75	838.113,25	452.886,75
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.291.000,00	1.291.000,00	140.699,31	462.071,12	—	139.618,36	452.886,75	—	452.886,75

FONTE:

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	0,00	
Previsão Atualizada		—	0,00	
Receitas Realizadas		0,00	0,00	
Déficit Orçamentário		—	452.886,75	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	1.291.000,00	
Créditos Adicionais		—	0,00	
Dotação Atualizada		—	1.291.000,00	
Despesas Empenhadas		140.699,31	462.071,12	
Despesas Liquidadas		139.618,36	452.886,75	
Superavit Orçamentário		—	0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		140.699,31	462.071,12	
Despesas Liquidadas		139.618,36	452.886,75	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	0,00	-153.815,22	0,00	
Resultado Primário	0,00	-452.886,75	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	0,00	25%	0,00	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00	
Liquidadas	0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		5.311,60	242.688,40	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	

Continua 1/2

Município de Catanduvas - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14		R\$ 1,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	15,00	0,00
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro	Simone Vieira dos Santos de Martini
Ordenador da Despesa	Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RRFO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alnea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.291.000,00	1.291.000,00	462.071,12	100,00	828.928,88	452.886,75	100,00	838.113,25	
Legislativa	1.291.000,00	1.291.000,00	462.071,12	100,00	828.928,88	452.886,75	100,00	838.113,25	
Ação Legislativa	1.291.000,00	1.291.000,00	462.071,12	100,00	828.928,88	452.886,75	100,00	838.113,25	
TOTAL (III) = (I + II)	1.291.000,00	1.291.000,00	462.071,12	100,00	828.928,88	452.886,75	100,00	838.113,25	

FONTE:

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	430.000,00	545.025,00	583.815,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	430.000,00	545.025,00	583.815,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-430.000,00	-545.025,00	-583.815,22
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-430.000,00	-545.025,00	-583.815,22

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
VALOR	-38.790,22	-153.815,22

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00
Receita Tributária	0,00	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
(-) Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
I.P.V.A	0,00	0,00	0,00
I.C.M.S.	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00
Diversas Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	1.043.000,00	456.759,52	407.738,22	447.575,15	407.738,22
Pessoal e Encargos Sociais	747.000,00	353.731,73	312.483,52	353.731,73	312.483,52
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	296.000,00	103.027,79	95.254,70	93.843,42	95.254,70
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	1.043.000,00	456.759,52	407.738,22	447.575,15	407.738,22
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	248.000,00	5.311,60	2.256,60	5.311,60	2.256,60
Investimentos	248.000,00	5.311,60	2.256,60	5.311,60	2.256,60
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	248.000,00	5.311,60	2.256,60	5.311,60	2.256,60
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	1.291.000,00	462.071,12	409.994,82	452.886,75	409.994,82
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVII)	-1.291.000,00	-462.071,12	-409.994,82	-452.886,75	-409.994,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			0,00

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				R\$ 1,00
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)			
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015								
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	- 0,00	0,00	0,00		
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

FONTE:

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Marini
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		0,00		0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	248.000,00	5.311,60	5.311,60	0,00	242.688,40
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	248.000,00	5.311,60	5.311,60	0,00	242.688,40
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-248.000,00	-5.311,60	-	-	-242.688,40

FONTE:

Catanduvas, 21/07/2016

Monalisa Ruaro
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO 93/2016

DECRETO N. 93/2016

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL PARA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2016, DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL – SC, ESTABELECE VALORES DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o art. 71, IV da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º . Ficam nomeados os servidores abaixo identificados para comporem a Comissão Especial para Fiscalização e Acompanhamento do Concurso Público Edital nº 01/2016 visando o provimento de vagas do quadro de servidores do Município de Caxambu do Sul/SC.

PRESIDENTE: LEANDRA ROHR

MEMBRO: SIDICLEI MELLO

MEMBRO: NAIRA G. CHIARELLO

Art. 2º . A presente comissão fica encarregada de Fiscalização e Acompanhar todas as etapas do presente concurso público e tomar todas as providências necessárias para sua realização, obedecendo fielmente aos ordenamentos legais pertinentes.

Art. 3º. Ficam estabelecidos os valores da taxa de inscrição para o concurso público edital nº 01/2016, conforme segue:

DESCRIÇÃO CARGOS	VALOR TAXA INSCRIÇÃO
- ADVOGADO	R\$ 80,00
- NUTRICIONISTA	R\$ 80,00
- FONOAUDIÓLOGO	R\$ 80,00
- MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTRETA	R\$ 80,00

Art. 3ª. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4ª . Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 20 de Julho de 2016.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Cocal do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 55/PMCS/2016

CONTRATO N°: 55/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: METALÚRGICA PASSOS LTDA - ME.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 21/PMCS/2016

CONCORRÊNCIA N° 01/PMCS/2016

Objeto: O objeto do presente contrato é a Concessão de Direito Real de uso, de 01 (um) terreno.

Assinatura: 01/07/2016

Vigência: Início: 01/07/2016 Término: 01/07/2016

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 202/2016-PMC

Contrato Nº : 202/2016
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Contratada : IACC PRÉ-MOLDADOS LTDA
Licitação : Pregão Presencial 85/2016
Objeto : Aquisição de tubos de PVC PBA classe 15 DN 100, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Vigência : Início: 18/07/2016 Término: 18/09/2016
Assinatura : 18/07/2016
Valor R\$: 6.944,07 (Seis Mil, Novecentos e Quarenta e Quatro Reais e Sete Centavos)

Dotação : 159 - 10.001.2037.333903051000000.01000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 17/2016 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 17/2016 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público que ratificou o ato da senhora Maria Cristina Berta, Diretora de Saúde e Medicina do Trabalho, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do Inciso IV, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada em 21 de julho de 2016, para aquisição de medicamento Zivox® (linezolida) 600mg para o paciente Nércio Biondo, conforme determinação judicial, autos nº 5001445-52.2016.4.04.7212, a favor da empresa COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA, no valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

ALESSANDRO VERNIZE
Gestor do FMS

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2016 – PMC
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2016, de Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, a ser utilizado pelos servidores do Município, Fundos e Fundação, com Recursos Próprios, Federais (IGD/PBF, PAIF, SCFV, PAEFI, PAC I), Estaduais (Básica Custeio, CREAS - Custeio e Abrigo Custeio) e suas reprogramações, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 04/08/2016.

Início da Sessão: dia 04/08/2016, às 08h30min, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de

Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0**49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 20 de julho de 2016.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2016-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 93/2016 – PMC

Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros visando o preparo de refeições nas Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e nos Centros Municipais de Educação Infantil, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/PNAC, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.
Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 05/08/2016.

Abertura: dia 05/08/2016 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 21 de julho de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO 10º TA CONTRATO Nº 185/2014 -PMC

Contrato Nº : 185/2014

Aditivo Nº : 10TA Ctr185/2014/2016

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TMK ENGENHARIA EIRELI ME

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : contratação de serviços para levantamento topográfico e desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? deste Edital.

Vigência : Início: 18/07/2016 Término: 09/01/2017

Assinatura : 18/07/2016

Valor R\$: 0,00 (Zero)

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 210/2015 -PMC

Contrato Nº : 210/2015

Aditivo Nº : 1TA Ctr 210/2015/2016

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA

Licitação : Inexigibilidade 28/2015

Objeto : O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Internamento asilar de longa permanência, para os idosos Terezinha Valer e Antenor Valer, conforme determinação judicial, autos N° 09001133-92-2015.8.24.0019

Vigência : Início: 07/07/2016 Término: 07/01/2017

Assinatura : 07/07/2016

Valor R\$: 24.032,16 (Vinte e Quatro Mil, Trinta e Dois Reais e Dezesseis Centavos)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 33/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 33/2016

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras torna público que ratificou o ato do Senhor Orelia Storchio, Diretor de Urbanismo e Obras, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 20 de julho de 2016, para a prestação de serviço de manutenção, inspeção, lubrificação e revisão geral das partes mecânicas do equipamento Taqueômetro Eletrônico, marca Leica, patrimônio 27.860, em favor da empresa: MANFRA & CIA LTDA, no valor total de R\$ 3.672,92 (três mil, seiscentos e setenta e dois reais com noventa e dois centavos).

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

EXTRATO DO CONTRATO N° 203/2016-PMC

Contrato N° : 203/2016

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES COLETIVOS ZONTA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 32/2016

Objeto : Aquisição de passagens para Idosos conforme prevê a Lei Municipal nº 3.087 de 04.09.1998, com recursos próprios.

Vigência : Início: 15/07/2016 Término: 31/12/2016

Assinatura : 15/07/2016

Valor R\$: 1.273,80 (Um Mil, Duzentos e Setenta e Três Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 418/2016

DECRETO Nº 418/2016

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE PORTARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, atendendo ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Municipal nº 14/2002, de 19/03/2002, que regulamenta a substituição dos membros do magistério público municipal.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 20 de julho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito de Cordilheira Alta

Registrado e publicado em data supra.

DECRETO N. 419/2016

Decreto N. 419/2016

“INSTITUI E NOMEIA EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA”

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída e nomeada a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cordilheira Alta/SC, conforme a Lei Complementar nº 116/2015, de 01/07/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V - Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender

necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação (bianaual);

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º Ficam nomeados para compor a Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Katia Ana Di Domênico

b) Ivanete Lourdes Pedersseti

II – Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

a) Solange Maria D. Lanzarin

b) Emanuelle Cella Tozzo

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 20 de julho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO N. 420/2016

DECRETO N. 420/2016

“INSTITUI COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDILHEIRA ALTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Cordilheira Alta/SC, conforme Lei Complementar nº 116/2015, de 01/07/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I - Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;

II - Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;

III - Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;

IV - Publicizar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º Ficam nomeados para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação os seguintes

membros:

I - Secretaria Municipal da Educação:

- a) Ivanete Lourdes Pedersseti;
- b) Kátia Ana Di Domenico;

II - Representantes dos Profissionais Estaduais Efetivos:

- a) Eloá Carla Forcelini Guaragni;
- b) Silvana Regina Verdi;

III - Associação Clube de Mães Viver para Servir:

- a) Palmira Antonia Filippim Eberle;
- b) Salete Varnier Zanluchi;

IV - Conselho Municipal da Educação;

- a) Patrícia Marchi;
- b) Andreia Lanzarini Didomenico;

V - Câmara Municipal de Vereadores:

- a) Gustavo Andre Foppa;
- b) Jair Borsoi;

VI - Representantes das Escolas:

- a) Simone Detofeno;
- b) Leandra Casonatto Breansini;

VII - Representantes dos Professores da Rede Municipal:

- a) Daiane Favero;
- b) Ivete Attuati Piaia;

VIII - Associação de Pais e Professores (APPs):

- a) Gilberto André Campanhione;
- b) Herica Tressoldi Breansini;

IX - Representantes dos Gestores Municipais:

- a) Adriana Ines Lanzarin;
- b) Patricia Briancini;

X - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- a) Andreia Regina Di Domenico;
- b) Maria Teresinha Luza;

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 20 de julho de 2016.

ALCEU MAZZINI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO N. 421/2016

DECRETO Nº 421/2016, DE 21 DE JULHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03(três) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. MARCIA D. BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 21 de Julho de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Correia Pinto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 20/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 20/2016
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA A CONFECÇÃO DA ROUPA DA BANDA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO. Tipo: Menor preço por Item. Abertura dos envelopes: 03/08/2016 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 18:00hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 22 de julho de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal
NATHASA A. PEREIRA

Presidente da Comissão de Licitação

RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 17/2016 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO 17/2016
RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Correia Pinto, de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, comunica aos interessados que RERRATIFICA o edital do processo licitatório 17/2016 cujo objeto é o AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 804819/2014, PROCESSO 1019093-21/2014 PRONAT, ENTRE O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme segue: exclusão dos itens "21.5 a 21.18", tendo em vista que estes foram colocados no edital por equívoco. Feitas as devidas correções e entendendo que estas não afetaram a formulação das propostas pelas licitantes, sendo que nenhuma empresa impugnou o referido edital, e o certame ocorreu em 20 de julho de 2016, mantêm-se as demais informações. O edital retificado encontra-se disponível no site www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 21 de julho de 2016.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3789/16

PORTARIA Nº 3789/16

EXONERA, A PEDIDO, O SR. ERNESTO FELIPE BLUNK DO CARGO DE DIRETOR DA DEFESA CIVIL.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, e em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração do cargo de Diretor da Defesa Civil, apresentado pelo servidor ERNESTO FELIPE BLUNK, para participar do pleito eleitoral do corrente ano,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a pedido, o SR.ERNESTO FELIPE BLUNK do cargo de Diretor da Defesa Civil, nomeado pela Portaria nº 2445/13.

Art. 2º- Fica afastado dos Conselhos e Comissões Municipais, para os quais foi nomeado;

Art.3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 20 de julho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5584 2016 ABRE CRÉDITO ORÇAMENTO EXCESSO 10.000,00 ATENÇÃO BÁSICA SOCIAL

DECRETO Nº 5584/2016

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o Inciso VII do artigo 84 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Art. 9º da Lei Municipal nº. 4456/2015, Lei Federal nº. 4.320/64 e a Norma Constitucional vigente,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.454, de 16 de dezembro de 2015 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2016, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a Proteção Social Básica no município de Dionísio Cerqueira - SC, em conformidade com o disposto na Portaria nº. 113/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, segundo Plano de Aplicação aprovado entre as partes ajustadas.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.455, de 16 de dezembro de 2015 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a Proteção Social Básica no município de Dionísio Cerqueira - SC, em conformidade com o disposto na Portaria nº. 113/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, segundo Plano de Aplicação aprovado entre as partes ajustadas.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.456, de 16 de dezembro de 2015 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2016, mais precisamente o Orçamento Geral do Município

de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), objetivando a instituir dotação orçamentária suficiente ao atendimento de despesas com a Proteção Social Básica no município de Dionísio Cerqueira - SC, em conformidade com o disposto na Portaria nº. 113/2015, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, segundo Plano de Aplicação aprovado entre as partes ajustadas.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Especial na importância

R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinado a onerar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do orçamento em execução, a saber:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.2.058 – Adm. Geral dos Bens e Serviços dos Programas Sociais Desenvolvidos no Município

(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.0155 – Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 10.000,00

Art. 5º Para a cobertura complementar do crédito autorizado neste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal permitido a utilizar o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Órgão do GOVERNO FEDERAL, repasse Fundo a Fundo, em conformidade com as Planificações aprovadas entre as partes ajustadas, na importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 21 DE JULHO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA

Secretário Municipal

DECRETO Nº 5585 2016 HOMOLOGA RESULTADO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

DECRETO Nº 5.585/2016.

HOMOLOGA RESULTADO PROFERIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; Art. 17, da Lei Federal nº. 8.666/93; e, demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

Art. 1º Fica HOMOLOGADO, em consonância com a Anexo Único, o resultado proferido pela Comissão Especial, nomeada pelo Decreto nº 5.583/2016, relativamente à avaliação dos bens imóveis considerados inservíveis a administração municipal, com a finalidade de proceder a alienação dos mesmos através de processo regular de licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão por conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 21 DE JULHO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JAIR BARBOSA
Secretário Municipal

ANEXO 01

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA/SC.

Aos 20 dias do mês de julho de 2016, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, sito a Rua Santos Dumont, 413, Centro, reuniram-se os membros da Comissão de Avaliação de bens imóveis, nomeados pelo Decreto Nº5.583/2016, sob presidência do senhor Jair Barbosa, juntamente com os demais membros da comissão, senhores: Idacir Ferrazzo, Corretor de Imóveis, CRECI nº.15114-F; Luiz Roberto Gonçalves, corretor de imóveis da empresa NBM EMPREENDIMENTOS LTDA ME, CRECI Nº 4498; Rafael Gasperin, Engenheiro Civil, CREA Nº.118695-6, com a finalidade de atender a determinação do Decreto citado anteriormente, pelo qual esta comissão ficou encarregada de proceder a avaliação prévia, para fins de alienação de bens imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, sendo: ITEM 001 - Lote Urbano nº. 1, da Gleba nº 4 do Imóvel Tracutinga, sem benfeitorias, com área de 1.728,24 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC. sob nº. 11.733; e, ITEM 002 - Lote Urbano nº. 09, da Quadra nº 162, sito a Rua Sabino Sangali esquina com Rua Camargo Fortes, do Loteamento Jardim Imperador, com área de 1.515,65 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC. sob nº. 15.535. Após debate entre os membros da comissão, diante de informações levantados junto ao mercado imobiliário, os referidos itens foram avaliados, com as seguintes cotações: ITEM 001 no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e ITEM 002 no valor de R\$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da comissão presentes.

Forquilha

PREFEITURA

DECRETO Nº. 147 DE 20 DE JULHO 2016.

DECRETO Nº. 147 DE 20 DE JULHO 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, incisos I da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 406.845,48 (quatrocentos e seis mil, oitocentos e quarenta e cinco reais, quarenta e oito centavos) distribuídos na seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

1.005 – Construção, Ampliação, Reformas e Reequipamentos de Unidades Escolares

267 – 4490.00.06.58 – Aplicações DiretasR\$ 350.000,00

2.016 – Manutenção do Transporte Escolar

268 – 4490.00.06.22 – Aplicações DiretasR\$ 11.391,48

Órgão 11 – Fundo Municipal Reeq. Corpo de Bombeiros

2.037 – Manutenção do FUNREBOM

265 – 3390.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

266 – 4490.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 15.454,00

TOTAL R\$ 406.845,48

Art. 2º O valor do novo elemento de despesa que trata o Art. 1º, será suplementado pelo superávit financeiro apurado no exercício de 2015, conforme saldo das contas abaixo:

.na despesa 267 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo na conta nº 672.001-7, do Banco do Brasil S/A;

.na despesa 268 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo na conta nº 64.455-2, do Banco do Brasil S/A;

.nas despesas 265 e 266 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo na conta nº 96.250-3, do Banco do Brasil S/A.

TOTAL R\$ 406.845,48

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 20 de julho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 20 de julho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 27/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 27/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 11/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2016.

DO VALOR – Fica acrescido no objeto do Contrato n. 11/FMS/2016 o valor de R\$ 364,73 (trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e três centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 07 de julho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

LEI Nº 2.198, DE 21 DE JULHO DE 2016.

LEI Nº 2.198, DE 21 DE JULHO DE 2016.

DENOMINA UNIDADE DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE FRIDOLINO STEINER O PRÓPRIO PÚBLICO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se UNIDADE DE ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE FRIDOLINO STEINER a unidade de saúde na Rua 350, nº 100, no Centro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 21 de julho de 2016.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 21 de julho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

ASSOCIAÇÃO ATITUDE E VIDA DE FRAIBURGO 2016

ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO									
ESTADO DE SANTA CATARINA									
ANEXO TC 28									
BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS									
UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo									
ORDENADOR DA DESPESA: ELTON LUIZ BORRACHINI									
ENTIDADE BENEFICIADA					Associação Atitude e Vida			CNPJ: 07.625.350/0001-92	
ENDEREÇO: 10 DE NOVEMBRO, 56					CEP: 89580-000				
RESPONSÁVEL: FIORINDO GRANDO					CPF: 436.377.109-78				
Nota de Empenho:		355	Data:	20/01/16	Valor Total: 121.000,00				
Ordem de Pagamento		4780	Data:	15/06/16	Valor: 11.000,00				
Projeto Atividade: 2048			Manutenção do CREAS						
Item/Fonte: 3.3.50.41.99			Contribuições						
Histórico da Finalidade:									
Manutenção no atendimento á crianças portadoras de necessidades especiais com realização de vários tipos de atendimento e acompanhamento e realização de atividades pedagógicas que estimulem a criatividade e o desenvolvimento dos alunos.									
Documento		HISTÓRICO			RECEBIMENTO		PAGAMENTO		
NÚMERO	DATA								
4780	15/06/2016	REPASSE DA PREFEITURA			11.000,00				
850634	06/07/2016	Pago salário de Maria Ap. Matias					2.014,29		
850639	06/07/2016	Pago guia INSS 06/2016					292,30		
850635	06/07/2016	Pago salário a Maria Joceli H Dalazen					1.070,62		
7378	06/07/2016	Pago a Jean Silva – NF 7378					3.600,00		
850633	06/07/2016	Pago guia FGTS 06/2016					270,17		
7377	06/07/2016	Pago a Cleusa Maria Venson NF 7377					750,00		
850638	09/07/2016	Pago aluguel a Itacir Del Ré (05/2016)					1.450,00		
7385	12/07/2016	Pago a Marisa de L. Dos S. Mello NF 7385					1.552,62		
		TOTAL GERAL			11.000,00		11.000,00		
Local e Data: Fraiburgo(SC), 18 de Julho de 2016									
FIORINDO GRANDO									

ANEXO V

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

01 – A SER PREENCHIDO PELA ENTIDADE RECEBEDORA DE RECURSOS

PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS					MÊS DO DEPÓSITO: Abril				
RECEBEDOR DO RECURSO: Associação Atitude e Vida de Fraiburgo									
CIDADE: Fraiburgo(SC)					CNPJ: 07.625.350/0001-92				
ENDEREÇO: Rua 10 de novembro, 56 – Bairro Santa Monica					CEP: 89580-000				
PARCELA: 5			VALOR: 11.000,00			DATA: 15/06/2016			
RESPONS. P/ PREST. CONTAS: Fiorindo Grando					FONE: (49) 3246-3002				

DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS

Declaro, de acordo com o Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, que os recursos recebidos, foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos, cuja prestação de contas foi montada conforme requisitos do artigo 22 do Decreto supra, sendo que todos os

documentos de despesas estão legíveis e devidamente assinados.

Fraiburgo 18/07/2016 _____

Fiorindo Grando 02 – A SER PREENCHIDO PELO ORDENADOR DA DESPESA

A aplicação dos recursos transferidos, em cumprimento ao Art. 23 do Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, foi julgada: () Regular () Irregular

Fraiburgo ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Ordenador 03 – A SER PREENCHIDO PELO SETOR DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA

ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA MIRIAN VIECELLI ZAGO - 2016

ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO									
ESTADO DE SANTA CATARINA									
ANEXO TC 28									
BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS									
UNIDADE CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Fraiburgo									
ORDENADOR DA DESPESA: ELTON LUIZ BORRACHINI									
ENTIDADE BENEFICIADA					Associação Ecológica M. V. Zago			CNPJ: 05.534.719/0001-26	
ENDEREÇO: Rua dos Guabijus, 170 – Bairro Santo Antonio					CEP: 89580-000				
RESPONSÁVEL: RAFAEL BAIROS PORTO					CPF: 533.278.029-04				
Nota de Empenho:		70	Data:	04/01/2016	Valor Total: 16.866,64				
Ordem de Pagamento		4932	Data:	21/06/2016	Valor: 2.108,33				
Projeto Atividade: 2048			Manutenção do Ensino Fundamental						
Item/Fonte: 3.3.50.41.99			Contribuições						
Histórico da Finalidade:									
Auxiliar na manutenção da conveniente no atendimento a crianças, todas elas portadoras de necessidades especiais (alunos da apae e do cdv), no acompanhamento aos alunos e realização de atividades de equoterapia, estimulando e melhorando o seu condicionamento físico e mental, mantendo os mesmos em contato com a natureza, bem como, pagamento do equitador e de cursos de atualização e capacitação para melhor atendimento a estas crianças, e ainda atendimento às crianças e adolescentes vítimas de ofensas/abusos sexuais. Conforme CV15PMF0009.									
Documento		HISTÓRICO			RECEBIMENTO		PAGAMENTO		
NÚMERO	DATA								
4932	21/06/2016	REPASSE DA PREFEITURA			2.108,33				
7341	24/06/2016	Pago a Aldair César Dias Ribeiro, com cheque No 850156					2108,33		
		TOTAL GERAL			2.108,33		2.108,33		
Local e Data: Fraiburgo (SC) 13 de Julho de 2016.									
RAFAEL BAIROS PORTO									

ANEXO V

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS

01 – A SER PREENCHIDO PELA ENTIDADE RECEBEDORA DE RECURSOS

PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	MÊS DO DEPÓSITO: Outubro
RECEBEDOR DO RECURSO: Associação Ecológica Miriam Vieceili Zago	
CIDADE: Fraiburgo(SC)	CNPJ: 05.534.719/0001-26
ENDEREÇO: Rua dos Guabijus, 170 – B. Santo Antonio	CEP: 89580-000
PARCELA: 5ª parcela	VALOR: 2.108,33
RESPONS. P/ PREST. CONTAS: Rafael Bairros Porto	FONE: (49) 9911-9468

DECLARAÇÃO DO RECEBEDOR DE RECURSOS

Declaro, de acordo com o Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, que os recursos recebidos, foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos, cuja prestação de contas foi montada conforme requisitos do artigo 22 do Decreto supra, sendo que todos os documentos de despesas estão legíveis e devidamente assinados.

Fraiburgo, 13/07/16 _____

Rafael Bairros Porto 02 – A SER PREENCHIDO PELO ORDENADOR DA DESPESA

A aplicação dos recursos transferidos, em cumprimento ao Art. 23 do Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, foi julgada: () Regular () Irregular

Fraiburgo ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Ordenador 03 – A SER PREENCHIDO PELO SETOR DE CONTABILIDADE DA PREFEITURA

O presente processo analisado pelo Setor de Contabilidade, foi achado regular, face sua documentação encontrar-se completa e correta sob o aspecto legal e aritmético em conformidade com o Decreto Municipal nº 0020 de 26 de janeiro de 2007, em condições portanto de ser proferida a respectiva baixa.

Fraiburgo ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Analista Responsável.

AT16FME38**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FME38

Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

Contratada.: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

Valor : 2.960,00 (dois mil novecentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 12/07/2016 Término: 31/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4 BRANCO, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS).

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16FMS48**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS48

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada.: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

Valor : 5.920,00 (cinco mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 12/07/2016 Término: 31/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4 BRANCO, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS).

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16FMS49**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16FMS49

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO

Contratada.: BACKES CONFECÇÕES LTDA

Valor : 12.714,00 (doze mil setecentos e quatorze reais)

Vigência : Início: 12/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, SAMU E AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

AT16SF46**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF46

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada.: DICAPEL PAPEIS E EMBALAGENS LTDA

Valor : 5.920,00 (cinco mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 12/07/2016 Término: 31/01/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2016

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE RESMAS DE PAPEL SULFITE A4 BRANCO, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS).

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016

JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AT16SF47**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: AT16SF47

Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO

Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LT.

Valor : 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais)

Vigência : Início: 15/07/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2016

Objeto : REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE AREIA MÉDIA PARA USO DA SANE-FRAI, DURANTE O PERÍODO DE JULHO A DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016

JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

AVISO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0030 - SF

Aviso de Anulação do Pregão Presencial Nº 0030/2016 – SF

Registro de Preço: Nº 0019/2016 – SF

Processo Administrativo Licitatório Nº 0040/2016 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

O Presidente da SANEFRAI torna público a ANULAÇÃO do Edital em epígrafe, cujo objeto REGISTRO DE PREÇOS visando aquisições futuras de materiais hidráulicos e outros, para uso nas manutenções gerais da SANEFRAI, no período de julho a dezembro de 2016, considerando CI nº 085/2016 emanada da Autarquia, em razão do Lote 9 conter determinação de marca e ainda falta de descrição do LOTE 10, em face de razões do interesse público e princípios administrativos, devidamente fundamentadas na Decisão constante do referido Processo, no art. 49 “caput” da Lei Federal 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 21 de julho de 2016.

João Albino de Barros – Presidente

AVISO DA RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0004-2016 DOM

Aviso de Retificação do Edital de Tomada de Preços nº 0004/2016 – SF

Município de Fraiburgo – SC

Processo Administrativo Licitatório nº 0039/2016 – SF

O Prefeito de Fraiburgo (SC) torna público que no PAL em epígrafe cujo objeto é Contratação de empresa da área de informática para a prestação de serviços técnicos especializados para implantação (compreendendo também todos os aspectos relacionados à instalação, conversão e importação dos dados em uso, parametrizações, customizações e treinamento dos servidores públicos para utilização do sistema) e manutenção mensal (compreendendo também as manutenções corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa) com suporte técnico (compreendendo também os serviços de helpdesk e configurações do sistema) para o software livre “SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO – GSAN” (aplicativo disponível na internet, no Portal do Software Público Brasileiro <<http://www.softwarepublico.gov.br>>), o qual será utilizado pela Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo (SANEFRAI), conforme especificações estabelecidas no edital e Projeto Básico (ANEXO I). RETIFICA-SE o item 2.4 e 6.3 do Edital o qual passará ter a seguinte redação: “Nos termos do art. 40, inc. X, da Lei nº 8.666/96, o valor máximo que a SANEFRAI se propõe a pagar pela prestação dos serviços, objeto do presente certame, durante o período contratado é de R\$ 85.250,00 (oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais). Diante da retificação acima, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do presente Certame, passando para o dia: protocolo

dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 08.08.2016: abertura do certame: no mesmo dia às 09:15 horas. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus.

Fraiburgo(SC), 19 de julho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito.

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0049-2016

Aviso da Inexigibilidade de Licitação 0049/2016-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0210/2016 – PMF

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0049/2016 - PMF

O Município de Fraiburgo – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público, com fundamento no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a Inexigibilidade de Licitação nº 0049/2016, cujo objeto é a contratação da empresa AGF – ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA., inscrita no CNPJ de nº 03.910.392/0001-14, para prestação de serviços de operacionalização de 3 (tres) geradores de solo para combate ao granizo, instalados nas Localidades do Barro Preto 1, Baía 1 e Butia Verde, neste município, durante o período de julho a dezembro de 2016, no valor total de R\$ 33.715,50 (trinta e tres mil, setecentos e quinze reais e cinquenta centavos) a serem pagos em 6 (seis) parcelas de R\$5.619,25 (cinco mil seiscentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos).

Fraiburgo(SC), 21 de julho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito Municipal

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111A_2016

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0111A/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: aquisição de Mobiliário e cadeiras para uso no Quartel do Corpo de Bombeiros de Fraiburgo – FUNREBOM. Retificação: FICA retificada a descrição dos itens do LOTE 1, Desta forma, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do certame passando para o dia 03.08.2016, sendo: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 03 de agosto de 2016, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 21 de julho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

EXTRATO TERMO DE CESSÃO 002-2016

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2016. PARTICIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Fraiburgo-SC. OBJETO: Cessão do veículo marca Ford, modelo KA Hatch SE, tipo automóvel, combustível Gasolina/Etanol, ano/modelo 2016/2017, cor vermelha, chassi nº 9BFZH55LXH8352117, placa QIA-2793. VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Fraiburgo, 21 de julho de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Ivo Biazolo, pelo Município.

TA.AT16FME10

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FME10 - Contrato Nº: AT16FME29
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LT.
Valor : 6.155,16 (seis mil cento e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos).

Vigência : Início: 12/07/2016 Término: 31/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DOS LOTES 1 E 2.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16FME11

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FME11 - Contrato Nº: AT16FME13
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : 213,57 (duzentos e treze reais e cinquenta e sete centavos).

Vigência : Início: 14/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DOS ITENS 1 E 2. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16FMS17

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FMS17 - Contrato Nº: AT16FMS36
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO
Contratada...: ARCO-IRIS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LT.
Valor : 1.751,81 (um mil setecentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos).

Vigência : Início: 12/07/2016 Término: 31/08/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DOS LOTES 1, 2 E 3.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16FMS18

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16FMS18 - Contrato Nº: AT16FMS11
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO
Contratada...: MARIA DURDIA DOS SANTOS ME
Valor : 548,40 (quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos).

Vigência : Início: 14/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2016
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NAS QUANTIDADES DOS ITENS 1 E 2. DE COMUM ACORDO, RESOLVEM TAMBÉM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA.AT16SF18

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16SF18 - Contrato Nº: AT16SF13
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: TANAC S.A.
Vigência : Início: 13/07/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 11 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2006, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA.AT16SF19

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA.AT16SF19 - Contrato Nº: AT16SF15
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: ELSTER MEDIÇÃO DE ÁGUA S.A.
Valor : 9.490,00 (nove mil quatrocentos e noventa reais)
Vigência : Início: 13/07/2016 Término: 30/09/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, EM CONFORMIDADE COM O ART. 17 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 0149, DE 24 DE

NOVEMBRO DE 2006 E COM O ART. 65, § 1º DA LEI Nº 8.666/93, DE COMUM ACORDO, AJUSTAM E CONTRATAM O ACRÉSCIMO DE 25% NA QUANTIDADE DO ITEM 01.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA16FME02 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FME02 - Contrato Nº: CT15FME03
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 401,49 (quatrocentos e um reais e quarenta e nove centavos).
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SEGUNDA PARA O DIA 30 DE JULHO DE 2017. O VALOR TOTAL DO PRESENTE CONTRATO É DE R\$ 401,49 (QUATROCENTOS E UM REAIS E QUARENTA E NOVE CENTAVOS), CORRESPONDENTE À SOMATÓRIA DOS PRÊMIOS DOS VEÍCULOS DA FROTA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONSTANTE DO LOTE 2. QUE PASSARÁ PARA R\$ 802,98.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16FME03 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FME03 - Contrato Nº: CT15FME04
Contratante.: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
Valor : 401,49 (quatrocentos e um reais e quarenta e nove centavos).
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SEGUNDA PARA O DIA 30 DE JULHO DE 2017. O VALOR TOTAL DO PRESENTE CONTRATO É DE R\$ 498,55 (QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), CORRESPONDENTE AO VALOR DO PRÊMIO DO VEÍCULO DA FROTA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, CONSTANTE DO LOTE 4, QUE PASSARÁ PARA R\$ 900,04.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16FMS10 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS10 - Contrato Nº: CT15FMS13
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 1.373,12 (um mil trezentos e setenta e três reais e doze centavos).
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SEGUNDA PARA O DIA 30 DE JULHO DE 2017. O VALOR TOTAL DO PRESENTE CONTRATO É R\$ 1.373,12 (UM MIL TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E DOZE CENTAVOS), CORRESPONDENTE À SOMATÓRIA DOS PRÊMIOS DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSTANTES DO LOTE 2. QUE PASSARÁ PARA R\$ 2.746,24.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16FMS11 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS11 - Contrato Nº: CT15FMS15
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO
Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor : 3.200,00 (três mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SEGUNDA PARA O DIA 30 DE JULHO DE 2017. O VALOR TOTAL DO PRESENTE CONTRATO É DE R\$ 3.200,00 (TRÊS MIL E DUZENTOS REAIS), CORRESPONDENTE À SOMATÓRIA DOS PRÊMIOS DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSTANTES DOS LOTES 9, QUE PASSARÁ PARA R\$ 6.400,00 (SEIS MIL, E QUATROCENTOS REAIS).

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16FMS12 EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16FMS12 - Contrato Nº: CT15FMS14
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO
Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
Valor : 876,01 (oitocentos e setenta e seis reais e um centavo).
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SEGUNDA PARA O DIA 30 DE JULHO DE 2017. O VALOR TOTAL DO PRESENTE CONTRATO É DE

R\$ 876,45 (OITOCENTOS E SETENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS), CORRESPONDENTE À SOMATÓRIA DOS PRÊMIOS DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSTANTES DO LOTE 4 E 8, E PASSARÁ PARA R\$ 1.752,46.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16FMS13**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16FMS13 - Contrato Nº: CT14FMS11
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FRAIBURGO
Contratada...: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO EIR
Valor : 21.078,25 (vinte e um mil e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos).
Vigência : Início: 08/07/2016 Término: 01/08/2017
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014.
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO E EM CONFORMIDADE COM O PREVISTO NA CLÁUSULA TERCEIRA E COM FULCRO NO ART. 57 INC. IV DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL PARA ATÉ O DIA 01/08/2017. DIANTE DA REFERIDA PRORROGAÇÃO, CONFORME PREVISÃO DA CLÁUSULA QUINTA, FICA REAJUSTADO COM BASE NO IGP-M DOS ÚLTIMOS DOZE (12) MESES NO PERCENTUAL DE 12.2193%.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16SF07**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16SF07 - Contrato Nº: CT15SF17
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 1.568,78 (um mil quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos).
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SEGUNDA PARA O DIA 30 DE JULHO DE 2017. O VALOR TOTAL DO PRESENTE CONTRATO É DE R\$ 1.568,78 (MIL E QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS), CORRESPONDENTE À SOMATÓRIA DOS PRÊMIOS DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SANEFRAI, CONSTANTES DOS LOTES 1 E 2. QUE PASSARÁ PARA R\$ 3.137,56.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

TA16SF08**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA16SF08 - Contrato Nº: CT15SF18
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.
Valor : 1.034,11 (um mil e trinta e quatro reais e onze centavos).
Vigência : Início: 01/07/2016 Término: 30/07/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 84/2015
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA SEGUNDA PARA O DIA 30 DE JULHO DE 2017. O VALOR TOTAL DO PRESENTE CONTRATO É DE R\$ 1.192,60 (UM MIL, CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E SESSENTA CENTAVOS), CORRESPONDENTE À SOMATÓRIA DOS PRÊMIOS DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SANEFRAI, CONSTANTES DOS LOTES 3 E 7, QUE PASSARÁ PARA R\$ 2.226,71.

Fraiburgo, 20 de Julho de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

BALANÇO - 3 BIMESTRE

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	80.000.000,00	80.000.000,00	15.256.323,82	19,07	46.250.841,91	33.749.158,09
RECEITA TRIBUTÁRIA	76.934.900,00	76.934.900,00	14.481.142,30	18,82	44.520.345,31	32.414.554,69
IMPOSTOS	10.706.300,00	10.706.300,00	1.710.045,16	15,97	7.113.459,89	3.592.840,11
TAXAS	7.530.000,00	7.530.000,00	1.312.127,03	17,43	5.111.711,78	2.418.288,22
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.776.300,00	2.776.300,00	365.933,80	13,18	1.883.839,67	892.460,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	31.984,33	8,00	117.908,44	282.091,56
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	900.000,00	900.000,00	244.445,90	27,16	731.467,37	168.532,63
RECEITA PATRIMONIAL	900.000,00	900.000,00	244.445,90	27,16	731.467,37	168.532,63
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	672.100,00	672.100,00	294.448,96	43,81	825.113,51	-153.013,51
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	35.000,00	35.000,00	7.409,00	21,17	15.500,06	19.499,94
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	629.100,00	629.100,00	286.240,03	45,50	795.772,64	-166.672,64
RECEITA DE SERVIÇOS	8.000,00	8.000,00	799,93	10,00	13.840,81	-5.840,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.675.700,00	4.675.700,00	1.002.093,45	21,43	3.026.354,68	1.649.345,32
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	58.756.000,00	58.756.000,00	10.384.851,46	17,67	30.842.297,87	27.913.702,13
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	58.587.000,00	58.587.000,00	10.339.117,01	17,65	30.724.894,26	27.862.105,74
TRANSF. DE PESSOAS	144.000,00	144.000,00	20.734,45	14,40	52.497,49	91.502,51
TRANSF. DE CONV.	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	25.000,00	0,00	64.906,12	-64.906,12
MULTAS E JUROS DE MORA	1.224.800,00	1.224.800,00	845.257,37	69,01	1.981.651,99	-756.851,99
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	688.800,00	688.800,00	143.806,02	20,88	422.364,90	266.435,10
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	120.500,00	120.500,00	612.503,08	508,30	1.257.350,86	-1.136.850,86
RECEITAS DIVERSAS	411.000,00	411.000,00	83.136,20	20,23	286.945,10	124.054,90
RECEITAS DE CAPITAL	4.500,00	4.500,00	5.812,07	129,16	14.991,13	-10.491,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.065.100,00	3.065.100,00	775.181,52	25,29	1.730.496,60	1.334.603,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	2.940.100,00	2.940.100,00	51.429,38	1,75	282.748,66	2.657.351,34
ALIEAÇÃO DE BENS	2.940.100,00	2.940.100,00	51.429,38	1,75	282.748,66	2.657.351,34
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	120.000,00	120.000,00	5.573,43	4,64	23.728,57	96.271,43
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	65.000,00	65.000,00	0,00	0,00	0,00	65.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55.000,00	55.000,00	5.573,43	10,13	23.728,57	31.271,43
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.000,00	5.000,00	718.178,71	14.363,57	1.424.019,37	-1.419.019,37
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	5.000,00	5.000,00	102.400,00	2.048,00	242.400,00	-237.400,00
	0,00	0,00	615.778,71	0,00	1.181.619,37	-1.181.619,37

R\$ 1,00

Continua 1/4

21/07/2016 - moises

Continuação 2/4

Município de Fraiburgo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	80.000.000,00	80.000.000,00	15.256.323,82	19,07	46.250.841,91	33.749.158,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	80.000.000,00	80.000.000,00	15.256.323,82	19,07	46.250.841,91	33.749.158,09
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	80.000.000,00	80.000.000,00	15.256.323,82	19,07	46.250.841,91	33.749.158,09
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	6.739.628,98	—	—	3.499.415,68	—
Superávit Financeiro	—	6.739.628,98	—	—	3.499.415,68	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	80.000.000,00	93.124.623,39	14.963.218,52	54.808.901,89	38.315.721,50	15.520.447,31	39.479.519,55	53.645.103,84	37.474.973,86
DESPESAS CORRENTES	73.129.700,00	80.640.387,36	13.196.111,14	49.300.324,53	31.340.062,83	14.350.249,84	37.638.110,18	43.002.277,18	35.800.718,29
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.790.640,00	48.168.398,47	7.282.425,33	22.090.276,49	26.078.121,98	7.590.452,47	21.240.092,81	26.928.305,66	21.179.408,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	600.000,00	600.000,00	39.100,00	499.628,80	100.371,20	16.231,04	26.232,02	573.767,98	26.232,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.739.060,00	31.871.988,89	5.874.585,81	26.710.419,24	5.161.569,65	6.743.566,33	16.371.785,35	15.500.203,54	14.595.078,03
DESPESAS DE CAPITAL	6.670.300,00	12.284.236,03	1.767.107,38	5.508.577,36	6.775.658,67	1.170.197,47	1.841.409,37	10.442.826,66	1.674.255,57
INVESTIMENTOS	6.070.300,00	11.684.236,03	1.767.107,38	5.108.577,36	6.575.658,67	1.063.614,06	1.543.127,56	10.141.108,47	1.375.973,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	600.000,00	600.000,00	0,00	400.000,00	200.000,00	106.583,41	298.281,81	301.718,19	298.281,81

Continua 2/4

21/07/2016 - moises

Continuação 3/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	80.000.000,00	93.124.623,39	14.963.218,52	54.808.901,89	38.315.721,50	15.520.447,31	39.479.519,55	53.645.103,84	37.474.973,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	80.000.000,00	93.124.623,39	14.963.218,52	54.808.901,89	38.315.721,50	15.520.447,31	39.479.519,55	53.645.103,84	37.474.973,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	80.000.000,00	93.124.623,39	14.963.218,52	54.808.901,89	38.315.721,50	15.520.447,31	39.479.519,55	53.645.103,84	37.474.973,86
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	6.771.322,36	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	80.000.000,00	93.124.623,39	14.963.218,52	54.808.901,89	—	15.520.447,31	46.250.841,91	—	37.474.973,86

FONTE:

Continua 3/4

21/07/2016 - moises

Continuação 4/4

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC N° 031038/O-0MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Município de Fraiburgo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					(b/Total b)			(d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	80.000.000,00	93.124.623,39	14.963.218,52	54.808.901,89	100,00	15.520.447,31	39.479.519,55	100,00
Ação Legislativa	2.530.000,00	2.530.000,00	101.614,18	2.081.671,65	3,80	410.895,08	1.069.077,97	2,71
Administração	2.530.000,00	2.530.000,00	101.614,18	2.081.671,65	3,80	410.895,08	1.069.077,97	2,71
Administração Geral	9.227.000,00	9.361.609,28	824.614,80	5.606.762,69	10,23	1.431.765,63	4.062.150,84	10,29
Administração Financeira	6.562.000,00	6.626.609,28	562.451,95	3.720.815,54	6,79	940.540,76	2.790.270,54	7,07
Controle Interno	2.510.000,00	2.540.000,00	238.255,67	1.803.278,78	3,29	463.882,01	1.190.204,89	3,01
Segurança Pública	155.000,00	195.000,00	23.907,18	82.668,37	0,15	27.342,86	81.675,41	0,21
Policimento	753.000,00	1.163.782,09	94.285,21	555.976,78	1,01	211.738,95	335.869,59	0,85
Defesa Civil	428.000,00	557.768,65	56.402,91	309.504,69	0,56	62.123,39	147.231,75	0,37
Assistência Social	325.000,00	606.013,44	37.882,30	246.472,09	0,45	149.615,56	188.637,84	0,48
Assistência à Criança e ao Adolescente	2.333.500,00	2.305.196,25	300.523,47	1.226.075,16	2,24	347.465,92	877.566,80	2,22
Assistência Comunitária	47.000,00	52.041,35	2.341,50	8.909,50	0,02	2.186,96	4.277,76	0,01
Saúde	2.286.500,00	2.253.154,90	298.181,97	1.217.165,66	2,22	345.278,96	873.289,04	2,21
Atenção Básica	15.464.160,00	17.876.280,91	3.361.679,66	10.778.261,73	19,67	3.074.924,26	8.696.604,96	22,03
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	11.286.460,00	13.365.977,78	2.486.000,70	7.510.401,09	13,70	2.065.515,96	6.480.880,20	16,42
Suporte Profilático e Terapêutico	3.199.500,00	3.440.314,42	682.806,81	2.567.594,99	4,68	791.147,94	1.579.975,85	4,00
Vigilância Sanitária	641.000,00	670.140,18	90.032,61	410.413,23	0,75	112.253,82	354.431,46	0,90
Vigilância Epidemiológica	136.200,00	139.730,46	14.672,43	113.081,22	0,21	26.649,24	111.716,88	0,28
Educação	201.000,00	260.118,07	88.167,11	176.771,20	0,32	83.346,87	169.600,57	0,43
Alimentação e Nutrição	31.582.600,00	34.105.818,27	6.121.909,70	18.219.054,63	33,24	6.317.853,23	15.319.237,13	38,80
Ensino Fundamental	1.454.800,00	1.626.078,63	268.680,83	1.047.727,86	1,91	468.303,10	915.217,82	2,32
Ensino Médio	17.448.300,00	19.987.992,56	3.999.786,03	10.898.770,12	19,89	3.508.072,79	8.735.447,55	22,13
Ensino Superior	427.200,00	433.665,94	215.376,42	429.977,16	0,78	104.379,89	203.327,62	0,52
Educação Infantil	550.000,00	550.000,00	0,00	549.854,67	1,00	288.037,34	430.165,85	1,09
Educação de Jovens e Adultos	11.696.100,00	11.499.079,67	1.638.066,42	5.291.454,82	9,85	1.947.826,76	5.034.489,39	12,75
Cultura	6.200,00	9.001,47	0,00	1.270,00	0,00	233,35	589,10	0,00
Urbanismo	1.055.000,00	955.000,00	190.617,96	504.142,78	0,92	207.451,87	391.618,92	0,99
Infra-Estrutura Urbana	1.055.000,00	955.000,00	190.617,96	504.142,78	0,92	207.451,87	391.618,92	0,99
Serviços Urbanos	6.630.600,00	10.296.414,24	1.684.406,36	5.571.507,92	10,17	1.034.403,15	2.513.778,35	6,37
Transportes Coletivos Urbanos	5.645.100,00	7.072.565,52	848.864,38	3.845.965,94	7,02	729.479,81	1.960.529,29	4,97
	985.000,00	3.168.706,74	780.900,00	1.670.900,00	3,05	250.281,36	498.607,08	1,26
	500,00	55.141,98	54.641,98	54.641,98	0,10	54.641,98	54.641,98	0,14

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

21/07/2016 - moises

Continuação 2/2

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habituação	80.000.000,00	93.124.623,39	14.963.218,52	54.808.901,89	38.315.721,50	15.520.447,31	39.479.519,55	100,00
Habituação Rural	43.000,00	370.074,55	16.140,00	291.859,20	78.215,35	15.281,58	289.119,01	0,73
Habituação Urbana	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	42.000,00	369.074,55	16.140,00	291.859,20	77.215,35	15.281,58	289.119,01	0,73
Saneamento Básico Urbano	5.657.500,00	7.381.851,60	1.098.920,91	5.730.118,91	1.651.732,69	1.622.571,04	3.636.335,58	9,21
Gestão Ambiental	5.657.500,00	7.381.851,60	1.098.920,91	5.730.118,91	1.651.732,69	1.622.571,04	3.636.335,58	9,21
Preservação e Conservação Ambiental	13.000,00	36.448,00	0,00	26.448,00	10.000,00	4.408,00	13.224,00	0,03
Agricultura	13.000,00	36.448,00	0,00	26.448,00	10.000,00	4.408,00	13.224,00	0,03
Extensão Rural	1.360.000,00	1.899.601,31	427.246,25	1.299.927,26	599.674,05	197.174,31	623.000,71	1,58
Indústria	1.360.000,00	1.899.601,31	427.246,25	1.299.927,26	599.674,05	197.174,31	623.000,71	1,58
Promoção Industrial	45.000,00	45.000,00	0,00	38.671,22	6.328,78	16.444,58	38.671,22	0,10
Comércio e Serviços	45.000,00	45.000,00	0,00	38.671,22	6.328,78	16.444,58	38.671,22	0,10
Turismo	50.000,00	225.000,00	121.156,57	220.656,57	4.343,43	164.378,17	183.878,17	0,47
Transporte	50.000,00	225.000,00	121.156,57	220.656,57	4.343,43	164.378,17	183.878,17	0,47
Transporte Rodoviário	106.100,00	1.356.415,31	413.919,37	944.659,12	411.756,19	163.986,72	591.162,67	1,50
Desporto e Lazer	106.100,00	1.356.415,31	413.919,37	944.659,12	411.756,19	163.986,72	591.162,67	1,50
Desporto Comunitário	1.099.540,00	1.166.131,58	164.435,98	795.182,40	370.949,18	174.242,27	495.412,73	1,25
Encargos Especiais	1.099.540,00	1.166.131,58	164.435,98	795.182,40	370.949,18	174.242,27	495.412,73	1,25
Serviço da Dívida Interna	1.850.000,00	1.850.000,00	41.748,10	917.925,87	932.074,13	125.462,55	342.810,90	0,87
Outros Encargos Especiais	1.200.000,00	1.200.000,00	39.100,00	899.628,80	300.371,20	122.814,45	324.513,83	0,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	650.000,00	650.000,00	2.648,10	18.297,07	631.702,93	2.648,10	18.297,07	0,05
	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	80.000.000,00	93.124.623,39	14.963.218,52	54.808.901,89	38.315.721,50	15.520.447,31	39.479.519,55	100,00

FONTE:

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

21/07/2016 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.146.945,49	6.941.191,31	6.795.113,12	7.280.343,02	7.023.816,47	7.911.415,32	7.806.433,71	8.374.327,52	7.432.186,30	8.378.482,15	8.146.692,33	7.610.577,63	91.347.424,37
RECEITA TRIBUTÁRIA	831.003,37	783.449,63	750.797,82	939.851,10	706.594,74	856.133,90	957.355,95	1.284.449,40	1.034.610,52	2.126.988,86	879.794,13	830.251,03	10.706.300,00
I.P.T.U.	47.583,63	77.871,36	68.182,11	63.515,75	17.765,20	15.442,70	2.684,32	28.986,18	211.825,69	1.424.427,44	157.813,15	55.574,14	2.172.681,67
I.R.R.F.	97.089,38	95.138,65	90.790,66	106.949,74	120.278,55	176.053,19	128.703,65	124.896,12	149.663,61	122.742,17	117.472,76	119.158,27	1.450.938,75
I.S.S.	311.569,80	382.711,73	341.914,81	313.851,41	288.627,83	304.903,30	329.833,28	313.741,01	323.270,71	341.211,66	327.670,55	322.561,95	3.500.000,00
I.T.B.I.	153.177,25	29.197,51	46.035,11	150.289,98	79.846,09	104.502,04	73.646,86	91.618,46	102.453,46	28.888,13	73.798,42	138.077,79	1.071.510,70
Outras Receitas Tributárias	221.583,51	218.530,38	203.875,13	203.244,62	200.437,07	235.232,67	422.445,84	724.197,63	247.397,05	194.878,88	203.039,25	194.878,88	3.176.300,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	103.434,26	110.702,11	110.594,85	111.103,68	106.305,59	110.327,37	110.480,41	110.095,74	119.268,55	147.176,77	117.705,49	126.740,41	1.383.925,23
RECEITA PATRIMONIAL	130.514,25	140.175,94	206.869,85	202.751,00	124.375,34	141.881,67	112.619,28	128.353,70	145.004,03	144.687,54	143.799,67	150.849,29	672.100,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	445.625,51	425.926,63	429.727,91	439.116,79	428.806,49	452.624,35	452.524,49	531.830,94	516.790,34	523.115,46	516.104,39	485.989,06	4.675.700,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.523.360,65	5.406.219,59	5.194.822,90	5.564.889,62	5.531.589,28	6.218.593,51	6.046.034,55	6.193.911,08	5.159.551,69	5.510.175,76	6.055.397,30	5.605.581,82	68.010.127,75
Cota-Parte do FPM	1.202.033,14	1.188.397,09	990.774,05	1.127.665,08	1.273.222,38	2.152.935,11	1.391.256,24	1.741.651,66	1.057.911,62	1.257.623,71	1.672.343,97	1.381.827,04	16.437.447,09
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.361.072,03	1.307.452,57	1.384.641,31	1.411.024,58	1.419.493,22	1.385.747,17	1.683.503,78	1.373.515,26	1.389.125,78	1.428.248,45	1.381.512,34	1.364.926,65	16.870.263,14
Cota-Parte do I.P.V.A.	299.679,42	274.518,32	281.751,99	278.846,17	253.196,24	147.147,79	124.596,33	186.338,33	261.113,16	253.078,75	287.492,56	283.439,37	2.500.000,00
Cota-Parte do ITR	47,94	51,79	1.808,02	47.922,44	2.079,35	1.218,45	1.446,50	182,09	883,97	221,89	169,29	372,36	40.000,00
Outras Transferências Correntes	988.929,04	917.027,10	915.463,03	957.265,98	869.822,54	757.375,66	846.817,95	1.077.981,71	715.756,20	752.901,75	858.377,73	806.362,10	9.288.000,00
Transferências da LC 61/1989	19.508,34	20.757,76	20.698,72	24.008,89	16.656,60	26.817,15	26.434,42	20.407,67	19.824,31	20.444,01	23.215,82	13.814,46	252.678,15
Transferências da LC 87/1996	5.885,11	5.885,11	5.885,11	5.885,11	5.885,11	5.885,11	5.883,30	5.883,34	5.883,28	5.883,28	5.883,33	5.883,28	70.000,00
Transferências do FUNDEB	1.646.205,63	1.692.129,85	1.613.800,67	1.712.271,37	1.691.233,84	1.741.468,87	1.966.126,03	1.787.981,02	1.709.173,37	1.791.787,92	1.846.422,26	1.768.576,56	21.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	112.907,45	74.717,41	102.309,79	122.650,83	127.785,03	151.854,52	127.409,03	125.686,66	456.961,17	426.337,76	433.891,35	411.366,02	1.224.800,00
DEDUÇÕES (II)	540.457,85	559.412,29	533.111,57	579.081,82	594.106,38	606.193,96	646.177,90	665.587,53	546.924,22	593.097,02	610.119,28	606.008,38	6.872.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	540.457,85	559.412,29	533.111,57	579.081,82	594.106,38	606.193,96	646.177,90	665.587,53	546.924,22	593.097,02	610.119,28	606.008,38	6.872.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6.606.387,64	6.381.779,02	6.262.001,55	6.701.261,20	6.429.710,09	7.305.221,36	7.159.815,81	7.708.739,99	6.885.262,08	8.285.385,13	7.476.573,05	7.004.569,25	76.934.900,00

FONTE:

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUIZ MACHADO
Controlador ORÇ/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.066.640,49	4.106.261,37	4.053.755,44
DEDUÇÕES (II)	10.625.150,94	15.451.670,29	14.746.826,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.584.884,87	17.238.455,31	16.840.247,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	959.733,93	1.786.785,02	2.093.421,01
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-6.558.510,45	-11.345.408,92	-10.693.071,15
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-6.558.510,45	-11.345.408,92	-10.693.071,15

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
VALOR	652.337,77	-4.134.560,70

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	5.500.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	76.305.800,00	43.724.572,67	40.918.601,60
Receita Tributária	10.706.300,00	7.113.459,89	6.757.349,57
I.P.T.U.	2.000.000,00	1.882.320,92	1.730.076,01
I.S.S.	3.500.000,00	1.958.289,16	1.852.279,77
I.T.B.I.	800.000,00	508.463,12	450.524,21
I.R.R.F.	1.230.000,00	762.638,58	653.563,89
Outras Receitas Tributárias	3.176.300,00	2.001.748,11	2.070.905,69
Receita de Contribuição	900.000,00	731.467,37	452.713,12
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	900.000,00	731.467,37	452.713,12
Receita Patrimonial Líquida	43.000,00	29.340,87	24.525,41
Receita Patrimonial	672.100,00	825.113,51	647.336,45
(-) Aplicações Financeiras	629.100,00	795.772,64	622.811,04
Transferências Correntes	58.756.000,00	30.842.297,87	30.393.988,32
F.P.M.	13.400.000,00	6.801.936,34	6.919.859,26
I.P.V.A	2.000.000,00	1.084.847,35	1.031.213,67
I.C.M.S.	12.800.000,00	6.896.666,29	6.837.032,71
Convênios	0,00	64.906,12	0,00
Outras Transferências Correntes	30.556.000,00	15.993.941,77	15.605.882,68
Demais Receitas Correntes	5.900.500,00	5.008.006,67	3.290.025,18
Dívida Ativa	411.000,00	286.945,10	237.146,50
Diversas Receitas Correntes	5.489.500,00	4.721.061,57	3.052.878,68
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.065.100,00	1.730.496,60	1.067.174,53
Operações de Crédito (III)	2.940.100,00	282.748,66	458.838,06
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	120.000,00	23.728,57	22.988,76
Transferências de Capital	5.000,00	1.424.019,37	585.347,71
Convênios	0,00	1.181.619,37	585.347,71
Outras Transferências de Capital	5.000,00	242.400,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	5.000,00	1.424.019,37	585.347,71
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	76.310.800,00	45.148.592,04	41.503.949,31

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	80.640.387,36	49.300.324,53	43.410.962,58	37.638.110,18	34.078.101,93
Pessoal e Encargos Sociais	48.168.398,47	22.090.276,49	20.135.010,20	21.240.092,81	19.250.373,43
Juros e Encargos da Dívida (IX)	600.000,00	499.628,80	98.429,75	26.232,02	60.560,06
Outras Despesas Correntes	31.871.988,89	26.710.419,24	23.177.522,63	16.371.785,35	14.767.168,44
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	80.040.387,36	48.800.695,73	43.312.532,83	37.611.878,16	34.017.541,87
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.284.236,03	5.508.577,36	9.732.026,01	1.841.409,37	3.612.645,24
Investimentos	11.684.236,03	5.108.577,36	8.244.817,94	1.543.127,56	2.370.984,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	600.000,00	400.000,00	1.487.208,07	298.281,81	1.241.660,94
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.684.236,03	5.108.577,36	8.244.817,94	1.543.127,56	2.370.984,30
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	91.924.623,39	53.909.273,09	51.557.350,77	39.155.005,72	36.388.526,17

21/07/2016 - meses

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-15.613.823,39	-8.760.681,05	-10.053.401,46	5.993.586,32	5.115.423,14
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	3.499.415,68	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	3.499.415,68	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.489.200,00

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC N° 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Município de Fraiburgo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	78.644,71	881.089,22	874.121,80	6.967,42	874.121,80	523.261,13	4.503.219,92	2.753.185,00	2.740.306,29	153.793,65	2.132.381,11
EXECUTIVO	78.644,71	881.089,22	874.121,80	6.967,42	874.121,80	523.261,13	4.503.219,92	2.753.185,00	2.740.306,29	153.793,65	2.132.381,11
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	78.644,71	850.415,30	843.447,88	6.967,42	843.447,88	523.261,13	4.036.426,93	2.448.835,41	2.435.956,70	132.704,71	1.991.026,65
GABINETE DO PREFEITO	0,00	21.279,15	21.279,15	0,00	21.279,15	0,00	25.762,70	24.216,93	9.182,77	1.545,77	0,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	26.006,28	26.006,28	0,00	26.006,28	0,00	10.208,83	9.182,77	1.026,06	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	29.072,36	29.072,36	0,00	29.072,36	1.000,00	40.679,62	29.286,57	29.286,57	10.705,59	1.687,46
SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIEN	0,00	18.231,69	18.231,69	0,00	18.231,69	14.750,00	2.615,15	260,24	260,24	1.334,91	15.770,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	8.792,99	8.792,99	0,00	8.792,99	0,00	94.400,00	94.400,00	94.400,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	562.496,54	562.496,54	0,00	562.496,54	343.964,37	2.069.206,98	1.250.262,89	1.237.384,18	56.405,40	1.119.381,77
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	51.720,24	51.720,24	0,00	51.720,24	0,00	19.573,72	2.814,48	2.814,48	16.409,21	350,03
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	78.644,71	69.167,47	69.167,47	0,00	69.167,47	161.178,44	1.551.208,14	831.490,03	831.490,03	27.059,16	853.837,39
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	63.648,58	56.681,16	6.967,42	56.681,16	2.368,32	222.771,19	206.921,50	206.921,50	18.218,61	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FM	0,00	315,86	315,86	0,00	315,86	0,00	265.718,79	108.998,73	108.998,73	15.365,60	141.354,46
Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	0,00	315,86	315,86	0,00	315,86	0,00	265.718,79	108.998,73	108.998,73	15.365,60	141.354,46
SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO	0,00	30.358,06	30.358,06	0,00	30.358,06	0,00	201.074,20	195.350,86	195.350,86	5.723,34	0,00
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRA	0,00	30.358,06	30.358,06	0,00	30.358,06	0,00	201.074,20	195.350,86	195.350,86	5.723,34	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	78.644,71	881.089,22	874.121,80	6.967,42	874.121,80	523.261,13	4.503.219,92	2.753.185,00	2.740.306,29	153.793,65	2.132.381,11

FONTE:

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO Prefeito Municipal	MÁRCIO LUIZ MACHADO Contador CRC/SC Nº 031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Controlador Interno
------------------------------------	--	---

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	7.854.000,00	7.854.000,00	5.377.409,70	68,47
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.184.000,00	2.184.000,00	2.037.133,16	93,28
1.1.1- IPTU	2.000.000,00	2.000.000,00	2.478.722,57	123,94
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	4.000,00	4.000,00	1.604,21	40,11
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	120.000,00	120.000,00	93.440,19	77,87
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	60.000,00	60.000,00	63.515,41	105,86
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(600.149,22)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	800.000,00	800.000,00	508.463,12	63,56
1.2.1- ITBI	800.000,00	800.000,00	516.700,39	64,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(8.237,27)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.640.000,00	3.640.000,00	2.069.174,84	56,85
1.3.1- ISS	3.500.000,00	3.500.000,00	1.989.406,02	56,84
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	30.000,00	30.000,00	19.962,92	66,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	59.925,19	99,88
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	32.329,05	64,66
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(32.448,34)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.230.000,00	1.230.000,00	762.638,58	62,00
1.4.1- IRRF	1.230.000,00	1.230.000,00	762.638,58	62,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.360.000,00	35.360.000,00	18.641.777,60	52,72
2.1- Cota-Parte FPM	16.500.000,00	16.500.000,00	8.502.420,24	51,53
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.500.000,00	16.500.000,00	8.502.420,24	51,53
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	16.000.000,00	16.000.000,00	8.620.832,26	53,88
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	35.179,81	50,26
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	124.230,69	49,69
2.5- Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	3.056,10	7,64
2.6- Cota-Parte IPVA	2.500.000,00	2.500.000,00	1.356.058,50	54,24
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	43.214.000,00	43.214.000,00	24.019.187,30	55,58
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.670.100,00	2.670.100,00	1.581.487,90	59,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.955.600,00	1.955.600,00	1.207.845,40	61,76
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	453.000,00	453.000,00	234.080,00	51,67
5.4- Transferências Diretas - PNATE	127.500,00	127.500,00	64.416,36	50,52
5.5- Outras Transferências do FNDE	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	34.000,00	34.000,00	75.146,14	221,02
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	285.911,53	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	282.836,29	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	3.075,24	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	523.300,00	523.300,00	264.691,53	50,58
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.193.400,00	3.193.400,00	2.132.090,96	66,77
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.872.000,00	6.872.000,00	3.728.354,33	54,25
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.100.000,00	3.100.000,00	1.700.483,90	54,85
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.200.000,00	3.200.000,00	1.724.165,97	53,88
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	7.036,03	50,26
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	24.846,12	49,69
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	8.000,00	8.000,00	611,16	7,64
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	500.000,00	500.000,00	271.211,15	54,24
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	21.150.000,00	21.150.000,00	10.995.500,20	51,99
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	21.000.000,00	21.000.000,00	10.870.077,16	51,76
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	150.000,00	150.000,00	125.423,04	83,62
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	14.128.000,00	14.128.000,00	7.141.722,83	50,55
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

21/07/2016 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	14.805.000,00	14.805.000,00	7.450.239,69	50,32	7.450.239,69	50,32
13.1- Com Educação Infantil	6.500.000,00	6.500.000,00	2.892.945,16	44,51	2.892.945,16	44,51
13.2- Com Ensino Fundamental	8.305.000,00	8.305.000,00	4.557.294,53	54,87	4.557.294,53	54,87
14- OUTRAS DESPESAS	6.345.000,00	6.700.365,08	3.844.003,32	57,37	3.354.654,66	50,07
14.1- Com Educação Infantil	2.605.000,00	2.720.000,00	1.763.029,91	64,82	1.588.469,68	58,40
14.2- Com Ensino Fundamental	3.740.000,00	3.980.365,08	2.080.973,41	52,28	1.766.184,98	44,37
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	21.150.000,00	21.505.365,08	11.294.243,01	52,52	10.804.894,35	50,24
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						355.365,08
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						355.365,08
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						355.365,08
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						10.449.529,27
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						67,76
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						27,28
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2) x 100) %						4,97
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						355.365,08
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						355.365,08
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100		
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	10.803.500,00	10.803.500,00	6.004.796,83	55,58		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	11.326.000,00	10.491.000,00	4.874.609,46	46,46	4.679.939,24	44,61
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	15.231.200,00	16.991.366,55	8.535.620,46	50,24	7.677.248,94	45,18
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.045.000,00	12.285.365,08	6.638.267,94	54,03	6.323.479,51	51,47
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.186.200,00	4.706.001,47	1.897.352,52	40,32	1.353.769,43	28,77
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	26.557.200,00	27.482.366,55	13.410.229,92	48,80	12.357.188,18	44,96
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						7.141.722,83
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)						125.423,04
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						337.596,83
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						7.604.742,70
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						4.752.445,48
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						19,79
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.985.600,00	3.332.653,24	2.230.944,09	66,94	1.278.988,49	38,38
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.039.800,00	3.290.798,48	2.577.880,62	78,34	1.683.060,46	51,14
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	5.025.400,00	6.623.451,72	4.808.824,71	72,60	2.962.048,95	44,72
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	31.582.600,00	34.105.818,27	18.219.054,63	53,42	15.319.237,13	44,92

21/07/2016 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	7.498,09	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	7.498,09	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		879.134,50	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		10.870.077,16	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		11.075.986,07	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		10.626.442,23	0,00
49.2 Restos a Pagar		449.543,84	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		125.423,04	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		798.648,63	0,00

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

21/07/2016 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	2.940.100,00	282.748,66			2.657.351,34
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	12.284.236,03	5.508.577,36	1.841.409,37	0,00	6.775.658,67
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeir;	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.284.236,03	5.508.577,36	1.841.409,37	0,00	6.775.658,67
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-9.344.136,03	-5.225.828,70	-	-	-4.118.307,33

FONTE:

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL							
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	120.000,00				23.728,57		96.271,43
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00				23.728,57		31.271,43
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	65.000,00				0,00		65.000,00
TOTAL	120.000,00				23.728,57		96.271,43

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	208.656,03	38.431,52	30.807,62	29.798,00	0,00	9.358,72	178.858,03
Investimentos	208.656,03	38.431,52	30.807,62	29.798,00	0,00	9.358,72	178.858,03
TOTAL	208.656,03	38.431,52	30.807,62	29.798,00	0,00	9.358,72	178.858,03

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)					SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	103.309,80					-15.428,15	87.881,65

FONTE:

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalMÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Município de Fraiburgo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS			
								Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)				7.854.000,00		7.854.000,00		5.377.409,70		68,47	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				2.000.000,00		2.000.000,00		1.882.320,92		94,12	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI				800.000,00		800.000,00		508.463,12		63,56	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				3.500.000,00		3.500.000,00		1.958.289,16		55,95	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF				1.230.000,00		1.230.000,00		762.638,58		62,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				34.000,00		34.000,00		21.557,70		63,41	
Dívida Ativa dos Impostos				180.000,00		180.000,00		153.342,87		85,19	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				110.000,00		110.000,00		90.797,35		82,54	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				34.360.000,00		34.360.000,00		18.641.777,60		54,25	
Cota-Parte FPM				15.500.000,00		15.500.000,00		8.502.420,24		54,85	
Cota-Parte ITR				40.000,00		40.000,00		3.056,10		7,64	
Cota-Parte IPVA				2.500.000,00		2.500.000,00		1.356.058,50		54,24	
Cota-Parte ICMS				16.000.000,00		16.000.000,00		8.620.832,26		53,88	
Cota-Parte IPI-Exportação				250.000,00		250.000,00		124.230,69		49,69	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				70.000,00		70.000,00		35.179,81		50,26	
Desoneração ICMS (LC 87/96)				70.000,00		70.000,00		35.179,81		50,26	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II				42.214.000,00		42.214.000,00		24.019.187,30		56,90	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (c)		RECEITAS REALIZADAS			
								Até o Bimestre (d)		% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				5.542.900,00		5.542.900,00		3.104.003,24		56,00	
Provenientes da União				5.542.900,00		5.542.900,00		3.104.003,24		56,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				0,00		0,00		0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				25.500,00		25.500,00		23.736,08		93,08	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				5.568.400,00		5.568.400,00		3.127.739,32		56,17	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)				DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
								Até o Bimestre (f)		% (f/e)*100	
								Até o Bimestre (g)		% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES				15.187.160,00		16.787.017,86		10.520.363,51		62,67	
Pessoal e Encargos Sociais				8.417.000,00		9.008.761,17		4.148.464,18		46,05	
Outras Despesas Correntes				6.770.160,00		7.778.256,69		6.371.899,33		81,92	
DESPESAS DE CAPITAL				254.000,00		1.066.263,05		239.298,22		22,44	
Investimentos				254.000,00		1.066.263,05		239.298,22		22,44	
								57.205,94		5,37	
								57.205,94		5,37	

Continua 1/4

21/07/2016 - moises

Município de Fraiburgo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	254.000,00	1.066.263,05	239.298,22	22,44	57.205,94	5,37
Investimentos	254.000,00	1.066.263,05	239.298,22	22,44	57.205,94	5,37
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.441.160,00	17.853.280,91	10.759.661,73	60,27	8.678.004,96	48,61
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.542.900,00	6.671.960,44	3.746.214,99	34,82	3.015.085,88	34,74
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.542.900,00	6.671.960,44	3.746.214,99	34,82	3.015.085,88	34,74
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.542.900,00	6.671.960,44	3.746.214,99	34,82	3.015.085,88	34,74
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	9.898.260,00	11.181.320,47	7.013.446,74	65,18	5.662.919,08	65,26
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI%) = (VI / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,58
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIB)/100]⁶						2.060.040,99

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de Fraiburgo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2015	26.169,98	7.052,16	19.117,82	7.052,16	0,00			
Inscritos em 2014	2.368,32	0,00	2.368,32	0,00	0,00			
TOTAL	28.538,30	7.052,16	21.486,14	7.052,16	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	0,00		0,00		0,00			
	0,00		0,00		0,00			
	0,00		0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	-		-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Suporte Profilático e Terapêutico Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m) % (m/Total m)*100			
	11.286.460,00	13.365.977,78	7.510.401,09	69,68	6.480.880,20 74,52			
	3.199.500,00	3.440.314,42	2.567.594,99	23,82	1.579.975,85 18,17			
	641.000,00	670.140,18	410.413,23	3,81	354.431,46 4,08			
	136.200,00	139.730,46	113.081,22	1,05	111.716,88 1,28			
	201.000,00	260.118,07	176.771,20	1,64	169.600,57 1,95			
TOTAL	15.464.160,00	17.876.280,91	10.778.261,73	100,00	8.696.604,96 100,00			

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[(VI/(h+i)) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

For a more detailed description of the data, see the following table:

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	80.000.000,00
Previsão Atualizada		—	80.000.000,00
Receitas Realizadas		15.256.323,82	46.250.841,91
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	3.499.415,68
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	80.000.000,00
Créditos Adicionais		—	13.124.623,39
Dotação Atualizada		—	93.124.623,39
Despesas Empenhadas		14.963.218,52	54.808.901,89
Despesas Liquidadas		15.520.447,31	39.479.519,55
Superavit Orçamentário		—	6.771.322,36
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		14.963.218,52	54.808.901,89
Despesas Liquidadas		15.520.447,31	39.479.519,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			84.206.706,17
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
			% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		5.500.000,00	-4.134.560,70
Resultado Primário		-2.489.200,00	5.993.586,32
			-75,17
			-240,78
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
			Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	5.026.481,05	153.793,65	2.740.306,29
EXECUTIVO	5.026.481,05	153.793,65	2.740.306,29
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	959.733,93	6.967,42	874.121,80
EXECUTIVO	959.733,93	6.967,42	874.121,80
TOTAL:	5.986.214,98	160.761,07	3.614.428,09
			2.211.025,82
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.752.445,48	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.450.239,69	60%
Liquidadas		0,00	19,79
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	67,76
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		282.748,66	2.657.351,34
Despesa de Capital Líquida		1.841.409,37	10.442.826,66
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2016	2024	2034
			2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		23.728,57	96.271,43
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		30.807,62	177.848,41

Continua 1/2

21/07/2016 - moises

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	5.662.919,08	15,00	23,58
Liquidadas	0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FRAIBURGO, 21/07/2016

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC/SC Nº 031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador Interno

21/07/2016 - moises

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Operador de Máquina		Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO				
Código:	1		Área de Atuação:	Geral				
Disciplina:	Operador de Máquina – Bob Cat							

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Critérios de Desempate				
					1º	2º	3º	4º	5º
1	6	ADEMIR FRANCISCO CAREGNATO JUNIOR	4	0	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
2	7	CLEBER ALBUQUERQUE	2	0	0	0	1	NÃO	15/10/1982
3	5	JESSÉ ANTONIO DA SILVA BARTEL	2	0	0	0	0	NÃO	05/06/1989
4	2	GUSTAVO CORDEIRO SARTORI	2	0	0	0	0	NÃO	14/06/1994
5	3	EDUARDO DOS REIS	2	0	0	0	0	NÃO	05/01/1996
6	8	JAIME SOARES JUNIOR	0	0	0	0	1	NÃO	25/07/1996
7	1	EDSON LUIZ MOLIM	0	0	0	0	0	NÃO	14/10/1994
8	4	LEONARDO HENRIQUE DA SILVA	0	0	0	0	0	NÃO	29/05/1962
					0	0	0	NÃO	29/07/1994

DECRETO Nº 184/2016**DECRETO Nº 184, 21 DE JULHO DE 2016.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0002, DE 20 DE JANEIRO DE 2016, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; Considerando que ocorreu equívoco na publicação da classificação anterior, onde não constou na relação Edson Luiz Molim, regularmente inscrito.

DECRETA:

Art. 1º. Fica retificada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0002/2016, de 20 de janeiro de 2016, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

Art. 2º. Ficam convocados os candidatos classificados até a 5ª posição, para realização da prova prática, nos termos do Edital n. 0002/2016, no seguinte dia, local e horário:

I – CÓDIGO 1 – OPERADOR DE MÁQUINA – BOB CAT:

Data: 26 de julho (terça-feira)

Horário: 8:30hs devendo o candidato chegar ao local com 15 minutos de antecedência

Local: Estação de Tratamento de Água da Sanefrai – Rua Juscelino Kubitschek, n. 170, Santo Antônio, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 176, de 13 de julho de 2016.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 13 DE JULHO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	Operador de Máquina		Quadro:	I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO				
Código:	1		Área de Atuação:	Geral				
Disciplina:	Operador de Máquina – Bob Cat							

Ordem Classif.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Critérios de Desempate				
					1º	2º	3º	4º	5º
1	6	ADEMIR FRANCISCO CAREGNATO JUNIOR	4	0	2	0	2	NÃO	15/10/1982
2	7	CLEBER ALBUQUERQUE	2	0	0	0	1	NÃO	05/06/1989
3	5	JESSÉ ANTONIO DA SILVA BARTEL	2	0	0	0	0	NÃO	14/06/1994
4	2	GUSTAVO CORDEIRO SARTORI	2	0	0	0	0	NÃO	05/01/1996
5	3	EDUARDO DOS REIS	2	0	0	0	0	NÃO	25/07/1996
6	8	JAIME SOARES JUNIOR	0	0	0	0	1	NÃO	14/10/1994
7	1	EDSON LUIZ MOLIM	0	0	0	0	0	NÃO	29/05/1962
8	4	LEONARDO HENRIQUE DA SILVA	0	0	0	0	0	NÃO	29/07/1994

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 142/2016

DECRETO N.º 142, DE 21 DE JULHO DE 2016.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação dos saldos dos empenhos a pagar da PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, abaixo relacionado:

SECRETARIA DA FAZENDA			
EMPENHO	DATA	CREDOR	VALOR R\$
0177/15	14/01/2015	CONSORCIO DE INF. NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL-CIGA	410,00
0539/15	30/01/2015	SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA	134,25
0550/15	30/01/2015	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	11,36
2026/15	29/05/2015	COMERCIAL CASCAES LTDA	756,03
2628/15	23/07/2015	LAVACAO EDENESER LTDA ME	460,44
2891/15	07/08/2015	ASTEROIDE PEREIRA - ME	474,32
3575/15	30/09/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	20.000,00
3760/15	23/10/2015	BANCO DO BRASIL	1.600,88
3761/15	26/10/2015	ALEMÃO SONORIZAÇÃO LTDA - ME	0,01
4029/15	17/11/2015	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5.524,18

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de julho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/07/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2016

PMG

Ata nº. 42/2016; Processo nº.102/2016; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: LILIANE GUERREIRO GONÇALVES ME; COPAL ALJMENTOS LTDA; Objeto: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para utilização na merenda das escolas e creches da rede municipal de ensino de Garopaba. Data da Assinatura: 21/07/2016.

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 110/2016

DECRETO Nº. 110 de 15 de julho de 2016

"Dispõe sobre a exoneração da servidora Andréia Luzia Barroso, da função de confiança de Chefe do Pronto Atendimento."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerada a servidora ANDRÉIA LUZIA BARROSO da função de confiança de Chefe do Pronto Atendimento, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde, nomeada através do Decreto Nº 116/2015, de 30 de julho de 2015.

ART. 3o - Este Decreto entra em vigor a contar de 15 de Julho de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 111/2016

DECRETO Nº. 111 de 15 de julho de 2015

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Andréia Luzia Barroso, para a função de Chefe do Setor de Vigilância a Saúde".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a servidora ANDRÉIA LUZIA BARROSO, portadora de CPF nº 005.107.869-44, para a função de confiança de Chefe do Setor de Vigilância a Saúde - FC, subordinada a Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 15 de Julho de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 114/2016

DECRETO Nº. 114 de 21 de julho de 2016

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Cecília Senke Rüeckert, para a função de Chefe do Pronto Atendimento."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeada a servidora CECILIA SENKE RÜECKERT, portadora de CPF nº 768.736.419-87, para a função de confiança de Chefe do Pronto Atendimento - FC, subordinado à Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 21 de julho de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 81/2016

PORTARIA Nº. 081, de 21 de julho de 2016

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1808/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor RICARDO BUENO.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 21 de julho de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 82/2016

PORTARIA Nº. 082, de 21 de julho de 2016

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, Processo n.º 1813/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, da servidora MARIA JOSE LISBOA FARIAS.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Operacional I, Classe II, referência "M".

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 21 de julho de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 83/2016

PORTARIA Nº. 083, de 21 de julho de 2016

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 1834/2016;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

ART. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor LUIZ FERNANDO PADILHA.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Operacional I, Classe II, referência “A”.

ART. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

ART. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 21 de julho de 2016.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.095, DE 14 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 7.095, DE 14 DE JULHO DE 2016.

ANULA E SUPLEMENTA SALDO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ORÇAMENTO VIGENTE NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, inciso II, da Lei Municipal nº 3.681, de 18 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Dotação: 4 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.590,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Unidade: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	
Função: 04 ADMINISTRAÇÃO	
SubFunção: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Dotação: 6 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.590,00

Art. 3º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2166 Gestão do IGD – Índice de Gestão Descentralizada	
Dotação: 33 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 4º Por conta da anulação do art. 3º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 FUNDO MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social	
Função: 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Sub-Função: 244 Assistência Comunitária	
Programa: 0029 Gestão na Área de Desenvolvimento Social	
Atividade: 2166 Gestão do IGD – Índice de Gestão Descentralizada	
Dotação: 30 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

Art. 5º Ficam anulados, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
--	--

Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	
Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 82 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 594.982,70
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 59 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.402.370,65

Art. 6º Por conta da anulação do art. 5º, ficam suplementados, nos valores indicados, os seguintes saldos das dotações do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade: 07 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
SubFunção: 361 ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental	

Atividade: 2042 Manutenção da Educação Fundamental	
Dotação: 81 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 247.744,10
Dotação: 88 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 347.238,60
Unidade: 06 EDUCAÇÃO INFANTIL	
Função: 12 EDUCAÇÃO	
Sub-Função: 365 Educação Infantil	
Programa: 0009 Gestão de Educação Infantil	
Atividade: 2038 Manutenção da Educação Infantil	
Dotação: 60 3.1.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 1.402.370,65

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de julho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.097, DE 18 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 7.097, DE 18 DE JULHO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA SERVIDORA CELIA CAMILA HORST.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 22 de julho de 2016, a vacância do cargo de provimento efetivo de Merendeira/Servente, da servidora CELIA CAMILA HORST, CPF nº 770.568.339-34, nomeada pelo Decreto nº 3.304/2009, em virtude de aposentadoria por tempo de contribuição.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de julho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.098, DE 18 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 7.098, DE 18 DE JULHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo, a candidata habilitada em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
OLINDA DE SOUZA	MERENDEIRA/SERVENTE	40	20º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de julho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7101, DE 19 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 7.101, DE 19 DE JULHO DE 2016.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE POSSE EM CARGO INACUMULÁVEL DA SERVIDORA ISADORA ISIS DO CARMO CABRAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso V da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Procuradora Municipal, da servidora ISADORA ISIS DO CARMO CABRAL, portadora do CPF 057.210.777-35, em decorrência de posse em cargo público inacumulável, a partir de 31 de agosto de 2016.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de julho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

PORTARIA Nº 4.080, DE 20 DE JULHO DE 2016

PORTARIA Nº 4.080, DE 20 DE JULHO DE 2016.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 03/2016, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE PELO FORNECIMENTO DE NOTIFICAÇÕES DE RECEITAS ASSINADAS E CARIMBADAS, COM DEMAIS DADOS EM BRANCO, DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 03/2016 – Sindicância 03/2016,

RESOLVE:

Art. 1o Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de julho de 2016, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 03/2016, instaurada para apurar a responsabilidade de servidores da Secretaria Municipal de Saúde pelo fornecimento de notificações de receitas assinadas e carimbadas, com demais dados em branco, de medicamentos controlados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de julho de 2016.

Pedro Celso Zuchi

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 69/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 158/2016

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2016

A Prefeitura Municipal de Gaspar, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público e para conhecimento dos licitantes e demais interessados que o Pregão Presencial nº 69/2016, cujo objeto é o Registro de Preços para futuras aquisições de Medicamentos para dispensação gratuita da Farmácia Básica do Município de Gaspar, encontra-se suspenso "sine die", para análise das Impugnações apresentadas contra as disposições do Edital, tendo em vista não representar prejuízo a nenhum dos Interessados em participar do referido Pregão Presencial, bem como o fato da matéria ora impugnada apresentar-se controversa no campo jurídico.

Gaspar (SC), 21/07/2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE - GASPAR

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2016 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS E SEUS ADITIVOS | 2016

=====

Número do contrato: 34/2016

Data vigência: 07/07/2016

Data vencimento: 30/11/2016

Número da Licitação: 31/2016 - Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: VOLKSWAGEN DO BRASIL IND. DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Objeto: Aquisição de veículos automotores.

Valor: R\$ 83.000,00 (oitenta e três mil)

=====

Gaspar (SC), em 07 de julho de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 36/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 36/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DOS GRUPOS A e E GERADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/08/2016 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/08/2016 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 21 de Julho de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 37/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 37/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará a licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/08/2016 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/08/2016 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 21 de Julho de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 109

JUSTIFICATIVA À QUEBRA
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando-se que Anesio Volpato ME possui valores em haver do Município de Grão-Pará que se enquadram dentro dos valores previstos pelos referidos dispositivos; considerando que o fornecedor apresentou desconto e que a aquisição de que trata as Ordens de Pagamento abaixo citadas vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ANESIO VOLPATO ME
Empenho: 613/16

Valor: R\$ 9.801,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 21 de julho de 2016.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 89.16 AQUISIÇÃO DE TINTA E MÃO DE OBRA PINTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº89/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 109/16, Edital de Pregão Presencial Nº 89/16, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Tintas para pintura de faixas de sinalização viária e mão-de-obra para pintura; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 04/08/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 04/08/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 21 de julho de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 90.16 AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS CONserto BOMBA HIDRAULICA E DEMAIS MOTONIVELADORA VOLVO 710A

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº90/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 110/16, Edital de Pregão Presencial Nº 90/16, Objeto: Aquisição de Peças e serviços para conserto da bomba hidráulica, hastes, camisas e embolos do cilindro e demais para conserto do sistema hidráulico da motoniveladora VOLVO 710A; recebimento de propostas até às 10:30 horas do dia 04/08/16; a abertura do Edital será às 10:30 horas do dia 04/08/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 21 de julho de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

QUEBRA CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA Nº 41/2016

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, §3 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que (Sebastião da Luz Borges MEI.) possui valores em haver do Município de Guaraciaba/SC, em restos a pagar, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: Sebastião da Luz Borges MEI

Empenho:2439 VALOR: R\$ 5.019,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Guaraciaba/SC, aos 21 de julho de 2016.

ROQUE LUIZ MENEGHINI
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

1ª AVALIAÇÃO AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016 - FMS

Processo Licitatório nº 25/2016 - FMS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

1ª Avaliação das amostras entregues pelas empresas

ITEM	1º CLASSIFICADO	
1	SILMES	APROVADO
2	PRIME	APROVADO
3	PRIME	APROVADO
4	SILMES	APROVADO
5	SILMES	NÃO ENTREGOU
6	SILMES	NÃO ENTREGOU
7	PRIME	APROVADO
8	PRIME	APROVADO
9	PRIME	APROVADO
10	PRIME	APROVADO
11	SILMES	APROVADO
13	PRIME	APROVADO
15	SILMES	APROVADO
17	PRIME	APROVADO
18	PRIME	APROVADO
19	PRIME	APROVADO
20	PRIME	APROVADO
21	SILMES	REPROVADO
22	SILMES	REPROVADO
23	SILMES	REPROVADO
24	SILMES	NÃO ENTREGOU
25	PRIME	APROVADO
26	SILMES	NÃO ENTREGOU
27	SILMES	NÃO ENTREGOU
28	SILMES	NÃO ENTREGOU
29	SILMES	NÃO ENTREGOU
30	SILMES	NÃO ENTREGOU
31	SILMES	APROVADO
32	SILMES	NÃO ENTREGOU
34	SILMES	NÃO ENTREGOU
36	SILMES	APROVADO
37	SILMES	APROVADO
38	SILMES	APROVADO
39	SILMES	APROVADO
40	SILMES	NÃO ENTREGOU
41	DENTARIA PORTOALEGRENSE	APROVADO
42	DENTARIA PORTOALEGRENSE	REPROVADO
43	DENTARIA PORTOALEGRENSE	REPROVADO

44	DENTARIA PORTOALEGRENSE	REPROVADO
45	DENTARIA PORTOALEGRENSE	REPROVADO
46	SILMES	NÃO ENTREGOU
47	SILMES	APROVADO
48	SILMES	APROVADO
49	SILMES	APROVADO
50	SILMES	NÃO ENTREGOU
51	SILMES	APROVADO
52	SILMES	APROVADO
53	SILMES	APROVADO
54	SILMES	NÃO ENTREGOU
55	SILMES	NÃO ENTREGOU
56	SILMES	NÃO ENTREGOU
57	DENTARIA PORTOALEGRENSE	APROVADO
58	PRIME	APROVADO
59	PRIME	APROVADO
60	PRIME	APROVADO
61	PRIME	APROVADO
62	SILMES	APROVADO
75	DENTARIA PORTOALEGRENSE	REPROVADO
76	SILMES	APROVADO
77	SILMES	APROVADO
80	SILMES	NÃO ENTREGOU
81	SILMES	NÃO ENTREGOU
83	SILMES	APROVADO
84	SILMES	APROVADO
85	SILMES	NÃO ENTREGOU
86	SILMES	NÃO ENTREGOU
87	DENTARIA PORTOALEGRENSE	APROVADO
89	SILMES	NÃO ENTREGOU
90	SILMES	APROVADO
92	PRIME	APROVADO
95	PRIME	APROVADO
96	PRIME	APROVADO
97	DENTARIA PORTOALEGRENSE	APROVADO
98	PRIME	APROVADO
99	PRIME	APROVADO
100	PRIME	APROVADO
101	PRIME	APROVADO
102	PRIME	APROVADO
103	PRIME	APROVADO
104	SILMES	APROVADO
105	SILMES	NÃO ENTREGOU
106	SILMES	APROVADO
107	SILMES	NÃO ENTREGOU

108	PRIME	APROVADO
109	SILMES	APROVADO
110	PRIME	APROVADO
111	SILMES	APROVADO
112	PRIME	APROVADO
113	SILMES	APROVADO
114	SILMES	NÃO ENTREGOU
115	PRIME	APROVADO
116	DENTARIA PORTOALEGRENSE	APROVADO

Os laudos de avaliação encontram-se juntados ao processo licitatório, estando a disposição das licitantes junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Guaramirim, 21 de julho de 2016.

Avaliação realizada pela Equipe Técnica Nomeada pela Portaria nº 191/2016, composta pelos servidores: Adriana R S de Andrade; Claudia Bez; Luiz Roberto de Almeida Filho e Vinicius Menezes Machado.

2ª AVALIAÇÃO AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2016 - FMS

Processo Licitatório nº 10/2016 - FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA SITUAÇÕES EVENTUAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA PACIENTES AVALIADOS NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL E FRALDAS GERIÁTRICAS ESPECÍFICAS PARA PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS.

2ª Avaliação das amostras entregues pelas empresas

ITEM	2º CLASSIFICADO	
01	SEBOLD	APROVADO
02	SEBOLD	APROVADO
05	SEBOLD	APROVADO
06	SEBOLD	APROVADO
07	PRODUVALE	NÃO ENCAMINHOU
08	SEBOLD	APROVADO
09	SEBOLD	APROVADO
10	SEBOLD	APROVADO
11	DIMACI	REPROVADO
12	DIMACI	REPROVADO

Os laudos de avaliação encontram-se juntados ao processo licitatório, estando a disposição das licitantes junto ao setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC).

Guaramirim, 15 de julho de 2016.

Avaliação realizada pela Equipe Técnica Nomeada pela Portaria nº 176/2016, composta pelas servidoras: Adriana R S de Andrade; Andreia F. Silveira, Tanisse Amorim Ferrari.

ANULAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2016 - PMG

PROCESSO LICITATORIO N.º 14/2016- PMG
CONCORRÊNCIA Nº. 14/2016 – PMG

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

1. Avoco o processo licitatório.
2. Trata-se de Concorrência, do tipo Técnica e Preço para Contratação de empresa especializada em levantamento cadastral, geoprocessamento, fornecimento e implantação de sistema cadastral e cartográfico de informações georeferenciais – cadastro técnico e multifinalitário – bem como capacitação, treinamento e suporte técnico ao município de Guaramirim (SC).
3. Verificando os autos, percebo que o processo licitatório encontra-se suspenso para análise de questionamentos pela área técnica. No decorrer da análise dos questionamentos, o Sr. Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano solicitou que o edital seja relançado na Modalidade Pregão. Assim, considerando tal fato, entendo que não há como prosseguir este processo licitatório, pois é incompatível o tipo Técnica e Preço e a modalidade Pregão.
4. Assim, REVOGO o presente processo licitatório e DETERMINO a abertura de novo processo licitatório na modalidade PREGÃO, com critério de julgamento apenas no preço. Para tanto, os documentos deste processo licitatório devem ser reaproveitados, inclusive os orçamentos, alterando-se apenas os pontos do edital relativos aos critérios de julgamento da proposta técnica e aspectos procedimentais da modalidade pregão.

Guaramirim (SC), 04 de julho de 2016.
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
LAURO FRÖHLICH

AVISO CONTINUIDADE SESSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016 - FMS

Prefeitura Municipal de Guaramirim

PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2016 – FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, EQUIPAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

Diante da conclusão das análises de amostra pela equipe técnica, fica designado o dia 27 de julho de 2016 no horário das 11:00h (onze horas), no setor de Licitações da Prefeitura de Guaramirim - sito a Rua 28 de Agosto, 2042, Centro, Guaramirim (SC), para conclusão do certame, com a abertura e julgamento dos documentos de habilitação e inclusive para manifestação de intenção de recursos, se assim os licitantes desejarem.

Carlos Felipe Fischer
Pregoeiro
Portaria 67/2016

AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 121/2016 - PMG

-

Processo Licitatório: 121/2016 - PMG

Tipo: Menor Preço - Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM

LEVANTAMENTO CADASTRAL, GEOPROCESSAMENTO, FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA CADASTRAL E CARTOGRÁFICO DE INFORMAÇÕES GEOREFERENCIAIS - CADASTRO TÉCNICO E MULTIFINALITÁRIO - BEM COMO CAPACITAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO AO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 04/08/2016 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 04/08/2016 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 20 de julho de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO - APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - LICITAÇÃO Nº 25/2016 - FMS

Convocação para Apresentação de Amostras – 2ª Chamada
Processo Licitatório nº 25/2016.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Tendo em vista a que algumas amostras dos primeiros colocados não foram entregues para avaliação da comissão técnica (Designada pela Portaria nº 191/2016) e que outras foram reprovadas pela referida comissão, ficam convocados as licitantes abaixo relacionados para apresentarem suas amostras, no prazo de máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios, no local e horários indicados no item 3b.4 do instrumento convocatório:

ITEM	LICITANTE 2ª COLOCADA/CONVOCADA
05	PRIME
06	DENTÁRIA PORTO ALEGRENSE
21	PRIME
22	PRIME
23	PRIME
24	PRIME
26	PRIME
27	PRIME
28	PRIME
29	PRIME
30	PRIME
32	PRIME
34	DENTARIA PORTOALEGRENSE
40	PRIME
42	SILMES
50	DENTARIA PORTOALEGRENSE
54	PRIME
55	PRIME
56	PRIME
80	DENTARIA PORTOALEGRENSE
81	PRIME
85	PRIME
86	PRIME
89	PRIME
105	PRIME
107	PRIME
114	PRIME

Guaramirim, 21 de julho de 2016.

Carlos Felipe Fischer
Pregoeiro
Portaria nº 67/2016

CONVOCAÇÃO - APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS - LICITAÇÃO Nº 10/2016-FMS

Convocação para Apresentação de Amostras – 3ª Chamada
Processo Licitatório nº 10/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS E INFANTIS PARA SITUAÇÕES EVENTUAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA PACIENTES AVALIADOS NO SETOR DE SERVIÇO SOCIAL E FRALDAS GERIÁTRICAS ESPECÍFICAS PARA PACIENTES COM DETERMINAÇÕES JUDICIAIS.

Tendo em vista que as seguintes amostras dos primeiros colocados foi reprovada pela comissão de avaliação técnica (Designada pela Portaria nº 176/2016), nos termos do item 5.6 do instrumento convocatório, ficam convocados as licitantes abaixo relacionados para apresentarem suas amostras, no prazo de máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios, no local e horários indicados no item 5.3 do instrumento convocatório:

ITEM	LICITANTE 3ª COLOCADA/CONVOCADA
07	SEBOLD
11	PRODUVALE
12	PRODUVALE

Guaramirim, 21 de julho de 2016.

Carlos Felipe Fischer
Pregoeiro
Portaria nº 67/2016

DECRETO Nº. 670/2016

DECRETO Nº. 670/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) constante do orçamento Municipal, de acordo com a Lei nº. 4328/2016, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	140.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infantil (pre-escolar)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00

Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028.0846.0000.0003	Precatórios e Sentenças Judiciais
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	120.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
Total Geral	575.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Funda-mental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação

06.002	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino Infantil
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos
3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	245.000,00
Total Geral	575.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de julho de 2016.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para aquisição de areia, seixo, macadame, bica corrida, rachão, pó de brita, pedrisco, brita nº1 para recuperação e manutenção da malha viária, execução de obras e outros serviços pertinentes ao município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 64/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: RENATO TOMELIN - EPP, com sede na Rua Gustavo Rubin s/nº, Bairro Centro, em Guaramirim - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 81.866.980/0001-01.

Vigência: Início: 13/07/2016 Término: 13/07/2017.

Fornecedor: 43427 - RENATO TOMELIN EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
6	3750	M3	MACADAME PRETO	23,80	89.250,00
7	3750	M3	MACADAME PRETO 3A	23,70	88.875,00
17	1250	M3	MACADAME PRETO	23,80	29.750,00
18	1250	M3	MACADAME PRETO 3A	23,70	29.625,00
Total				R\$237.500,00	

Guaramirim (SC), 19 de julho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para aquisição de areia, seixo, macadame, bica corrida, rachão, pó de brita, pedrisco, brita nº1 para recuperação e manutenção da malha viária, execução de obras e outros serviços pertinentes ao município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 64/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: L.T WONSIEWSKI & CIA LTDA - EPP, com sede na Rua Victor Bramorski, nº 207, Bairro Centro, em Guaramirim - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.159.720/0001-55.

Vigência: Início: 13/07/2016 Término: 13/07/2017.

Fornecedor: 71765 - L. T. WONSIEWSKI & CIA LTDA - EPP					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
5	7500	M3	MACADAME VERMELHO	22,90	171.750,00
10	1875	M3	RACHÃO	33,80	63.375,00
16	2500	M3	MACADAME VERMELHO	22,90	57.250,00
21	625	M3	RACHÃO	33,80	21.125,00
Total				R\$313.500,00	

Guaramirim (SC), 19 de julho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para aquisição de areia, seixo, macadame, bica corrida, rachão, pó de brita, pedrisco, brita nº1 para recuperação e manutenção da malha viária, execução de obras e outros serviços pertinentes ao município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 64/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: PEDREIRA RIO BRANCO LTDA, com sede na Rua Anélio Nicocelli, nº 2374, Bairro Figueirinha, em Guaramirim - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.618.975/0001-05.

Vigência: Início: 14/07/2016 Término: 14/07/2017.

Fornecedor: 142522 - PEDREIRA RIO BRANCO LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
8	3000	M3	BICA CORRIDA 1,5	45,35	136.050,00
9	3000	M3	BICA CORRIDA 2,5	45,38	136.140,00
11	1125	M3	PÓ DE BRITA	39,79	44.763,75
12	1125	M3	PEDRISCO	42,35	47.643,75
Total				R\$364.597,50	

Guaramirim (SC), 19 de julho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para aquisição de areia, seixo, macadame, bica corrida, rachão, pó de brita, pedrisco, brita nº1 para recuperação e manutenção da malha viária, execução de obras e outros serviços pertinentes ao município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 64/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: TJF EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA - ME, com sede na Estrada Bananal do Sul, nº 5980, Bairro Bananal do Sul, em Guaramirim- SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.374.871/0001-63.

Vigência: Início: 14/07/2016 Término: 14/07/2017.

Fornecedor: 258148 - TJF EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA - ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
3	3750	M3	SEIXO	27,70	103.875,00
4	3750	M3	MACADAME BRANCO	23,90	89.625,00
14	1250	M3	SEIXO	27,70	34.625,00
Total				R\$228.125,00	

Guaramirim (SC), 19 de julho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para aquisição de areia, seixo, macadame, bica corrida, rachão, pó de brita, pedrisco, brita nº1 para recuperação e manutenção da malha viária, execução de obras e outros serviços pertinentes ao município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 64/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: BRITAGEM TRÊS RIOS LTDA, com sede na Rua Prefeito José Bauer, nº2445, Bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 08.649.579/0001-20.

Vigência: Início: 14/07/2016 Término: 14/07/2017.

Fornecedor: 410330 - BRITAGEM TRES RIOS LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
13	1125	M3	BRITA Nº 1	44,30	49.837,50
19	1000	M3	BICA CORRIDA 1,5	45,75	45.750,00
20	1000	M3	BICA CORRIDA 2,5	45,45	45.450,00
22	375	M3	PÓ DE BRITA	46,00	17.250,00
23	375	M3	PEDRISCO	46,45	17.418,75
24	375	M3	BRITA Nº 1	44,30	16.612,50
Total				R\$192.318,75	

Guaramirim (SC), 19 de julho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para aquisição de areia, seixo, macadame, bica corrida, rachão, pó de brita, pedrisco, brita nº1 para recuperação e manutenção da malha viária, execução de obras e outros serviços pertinentes ao município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 64/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: WANDE – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA, com sede na Rua Virgílio Pedro Rubini, nº 1700, Bairro Barra do Rio Cerro, em Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 17.875.364/0001-18.

Vigência: Início: 14/07/2016 Término: 14/07/2017.

Fornecedor: 2986655 - WANDE - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA ME					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1000	M3	AREIA MÉDIA	38,40	38.400,00
2	1000	M3	AREIA GROSSA	35,75	35.750,00
Total				R\$74.150,00	

Guaramirim (SC), 19 de julho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2016 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2016 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2016 – PMG

Objeto: Registro de preços para aquisição de areia, seixo, macadame, bica corrida, rachão, pó de brita, pedrisco, brita nº1 para recuperação e manutenção da malha viária, execução de obras e outros serviços pertinentes ao município de Guaramirim (SC).

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 64/2016.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: TRANSPEZIA AMBIENTAL LTDA - EPP, com sede na Rua João Januário Ayroso, nº 816, Bairro Jaraguá Esquerdo, em Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.752.374/0001-87.

Vigência: Início: 14/07/2016 Término: 14/07/2017.

Fornecedor: 3015947 - TRANSPEZIA AMBIENTAL LTDA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
15	1250	M3	MACADAME BRANCO	23,70	29.625,00
Total				R\$29.625,00	

Guaramirim (SC), 19 de julho de 2016.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2016 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL PROCESSO Nº 028/2016 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2016 – FMS

Aos vinte dias do mês de julho de 2016, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto Municipal nº 10, de 19 de março de 2007, o Decreto Municipal nº 212, de 8 de abril de 2013, do Decreto nº 566, de 20 de outubro de 2015, além das demais disposições legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas e homologação, transcurso o prazo para interposição de recursos, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. Lauro Fröhlich, a seguir denominado PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, resolve registrar o preço da empresa abaixo identificada, a seguir, denominada simplesmente FORNECEDOR, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

PANIFICADORA E CONFEITARIA KENO'S LTDA – EPP, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2737, bairro Centro, em Guaramirim, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 73.823.015/0001-23, neste ato representada por seu sócio-administrador, o Sr. Eder de Arrazão, residente em Guaramirim, Santa Catarina, portador da Cédula de Identidade nº 4.919.087-3 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 048.025.489-31;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual e futura AQUISIÇÃO DE BEBIDAS NÃO-ALCÓOLICAS PARA EVENTOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

1.2. Este instrumento não obriga a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, a contratar o objeto nele registrados, nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1. Os quantitativos, marcas e preços registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata. Valor Total Registrado R\$ 9.287,50 (nove mil duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1. A vigência desta Ata inicia-se na data de sua assinatura e os preços registrados vigorarão pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

4.1. O FORNECEDOR compromete-se, com relação ao disposto nesta cláusula primeira, fornecer o objeto do contrato, de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Requisitante, rigorosamente dentro do prazo máximo de 1 (um) dia consecutivo após solicitação através de ordem de compra, nos locais indicados pelas secretarias requisitantes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

5.1. A empresa vencedora obriga-se a:

5.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

5.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que

causar à PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores;

5.1.3. Responsabilizar-se pela correta aplicação das Normas de Segurança no Trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho, sendo que o seu eventual descumprimento sujeitará ao FORNECEDOR às penalidades previstas nesta contratação, podendo até, implicar na rescisão do contrato;

5.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, assim como manter a compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, devendo comunicar à PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente;

5.1.5. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM e/ou terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;

5.1.6. É obrigatório aos empregados em serviço a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecidos pelo FORNECEDOR;

5.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração;

5.1.8. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, acompanhado da respectiva nota fiscal;

5.1.9. Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes às entregas dos produtos; e

5.1.10. Proceder à substituição do produto, que for entregue fora do que consta no Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM:

6.1. Notificar o FORNECEDOR de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais;

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado na cláusula sétima deste instrumento; e

6.3. Exigir que o FORNECEDOR cumpra com o exposto nesta ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria de Administração e Finanças, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, após a apresentação de documentação fiscal, fatura devidamente atestada por servidor competente .

7.1.1. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR, por meio de ordem bancária contra qualquer entidade bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

7.1.2. O pagamento ao FORNECEDOR somente será efetuado após a comprovação que mantém as condições de habilitação.

7.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

7.3. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida ao FORNECEDOR, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE:

8.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, o preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 1 (um) ano.

8.1.1. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

8.1.2. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM à variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

8.1.3. Caso a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM já tenha emitido a nota de empenho respectiva, para que a empresa realize o fornecimento do objeto, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre pedido já formalizado e empenhado.

8.1.4. Em eventual prorrogação contratual, poderá ser concedido reajuste, após transcurso de 1 (um) ano, com base no INPC.

8.2. A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

8.2.1. Durante esse período a empresa deverá efetuar a entrega do pedido pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pela a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

8.2.2. A empresa obrigar-se-á a realizar as entregas pelo preço registrado, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

8.3. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM negociará com o FORNECEDOR sua redução.

CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS E RECURSOS:

9.1. Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão provirão da dotação orçamentária indicada no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. A presente Ata ou o Registro de FORNECEDOR específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

10.1.1. Pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM:

a) quando o FORNECEDOR não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o FORNECEDOR não assinar o contrato no prazo estabelecido;

c) quando o FORNECEDOR der causa a rescisão administrativa deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do artigo 78 da Lei federal nº 8.666/93;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

10.1.2. Pelo FORNECEDOR:

a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

10.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o FORNECEDOR será informado por correspondência com Aviso de Recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.4. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento dos itens.

10.6. Ocorrendo rescisão da ata de registro de preço na forma do inciso I, do art. 79, da Lei federal nº 8.666/93, a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES:

11.1. A inexecução das condições estabelecida nesta Ata, a execução insatisfatória do fornecimento, os atrasos, as omissões e outras falhas, sujeitará o FORNECEDOR às seguintes sanções:

a) No caso de atraso injustificado por parte do contratado na execução do contrato, a partir do primeiro dia, o mesmo sujeitar-se-á à multa de mora de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 30% (trinta por cento) do montante, que será descontado dos valores eventualmente devidos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM, ou ainda, quando for o caso, cobrados administrativamente ou judicialmente.

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, além do disposto no subitem 11.1, estará o FORNECEDOR sujeito às seguintes sanções:

1) advertência;

2) multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor dos itens prejudicados pela conduta do ;

3) suspensão temporária de licitar e contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM pelo período de até 05 (dois) anos consecutivos;

4) declaração de inidoneidade.

11.2. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta Ata e no Edital não exclui a possibilidade de aplicação das demais, bem como das penalidades previstas nas Leis Federais 8.666/93 e suas atualizações e Lei n.º 10.520/02, Decreto Federal n.º 3.555/00.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. Esta Ata de Registro de Preço e o Edital de Pregão Presencial Processo nº 028/2016 – FMS e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO:

13.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Guaramirim, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

E, por estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Guaramirim/SC, 20 de julho de 2016.

PANIFICADORA E CONFEITARIA KENO'S LTDA – EPP

Eder de Arrazão

CPF nº 048.025.489-31

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Lauro Fröhlich

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 065/2016 – FMS

ANEXO I - PREÇOS REGISTRADOS

Fornecedor: 46469 - PANIFICADORA E CONFEIT KENO'S LTDA EPP					
1 - LOTE 1 - BEBIDAS ENVASADAS					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	150	UN	SUCO INTEGRAL, ADOÇADO, SABORES DIVERSOS, LATA DE 350 ML CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	3,05	457,50
2	500	UN	REFRIGERANTE DE 2 LITROS, EMBALAGEM PET, SABORES VARIADOS CONFORME SOLICITADO PELA SECRETARIA (COLA, LARANJA, LIMÃO E GUARANÁ), BEBIDA NÃO ALCOÓLICA, NÃO FERMENTADA E GASEIFICADA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTE.	2,90	1.450,00
3	350	UN	SUCO INTEGRAL, ADOÇADO, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM LONGA VIDA DE 1000 ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE DE ACORDO COM AS NORMAS VIGENTES DA ANVISA E MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	5,30	1.855,00
4	500	UN	ÁGUA MINERAL NATURAL, SEM GÁS, ACONDICIONADA EM GARRAFA PLÁSTICA ENTRE 300 ML E 510 ML. RÓTULO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE DA ANVISA. VALIDADE MÍNIMA DE 01 (UM) ANO A CONTAR DA DATA DE ENTREGA.	1,90	950,00
2 - LOTE 2 - BEBIDAS IN NATURA					
Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	750	LITRO	CAFÉ COM LEITE(BEBIDA PRONTA PARA CONSUMO)	6,10	4.575,00
Total				R\$9.287,50	

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2016-PMG

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
 EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 119/2016- PMG
 Dispensa de Licitação: 119/2016 - PMG

Modalidade:Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação:AQUISIÇÃO DE UM DISPLAY ELETRÔNICO ZF 0501 PARA MANUTENÇÃO DA MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG 140B 2010 – MIH 5107.

Contratante:Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº11.293.409/0001-60, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada:SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob nº06.224.121/0006-08,com sede na Rodovia BR 476, n. 7490, Bairro Ciar, Km 21,5, Araucária – PR.

Valor: R\$4.117,84(quatro mil e cento e dezessete reais e oitenta e quatro centavos).

GUARAMIRIM (SC), 21/07/2016
 LAURO FRÖHLICH
 PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016 - PMG

Estado de Santa Catarina
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO CONTRATO 019/2016 – PMG
 Processo Licitatório nº: 103/2016 – PMG

Modalidade: Pregão Presencial.

Objeto da Licitação: Aquisição de bica corrida 1,5 para a recuperação de ruas nos bairros Caixa d'Água, Poço Grande e Jacu Açu do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, situada na Rua 28 de agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratado: Pedreira Rio Branco LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.618.975/0001-05, estabelecida na Rua Anélio Nicocelli, nº 2374, bairro Figueirinha, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 404.884,80 (quatrocentos e quatro mil oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos)

Data da Assinatura: 15/07/2016 Vigência: 31/12/2016

Guaramirim (SC), 21 de julho de 2016.
 Lauro Fröhlich
 PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº. 4328/2016

LEI Nº. 4328/2016

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012.0361.0005.2021	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Fundamental
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	140.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012.0365.0005.2022	Manutenção e Desenv. das Atividades do Ensino Infantil (pre-escolar)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	50.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0365.0005.2023	Manutencao e Desenv das Atividades do Ensino Infantil (creches)
3449000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028.0846.0000.0003	Precatórios e Sentenças Judiciais
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	25.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura

08.001.0015.0451.0011.1017	Construcao de Pontes e Pontilhoes
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	120.000,00
Código	Descrição
08	Secretaria de Infra-estrutura
08.001	Secretaria de Infra-estrutura
08.001.0026.0782.0011.2091	Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corregos e Valas
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
Total Geral	575.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação das dotações abaixo relacionadas:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.001	Ensino Fundamental
06.001.0012.0306.0005.2073	Alimentacao Escolar - Ensino Fundamen- tal
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.002	Educação Infantil
06.002.0012.0365.0005.2017	Manutenção das Atividades da Secretaria do Ensino Infantil
3339000000000000	Aplicações Diretas
01010000	Receitas de Impostos - Educação
Total Ação	70.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.005	Educação Infantil - Pré-escolar
06.005.0012.0306.0005.2074	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (pré-escolas)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	100.000,00
Código	Descrição
06	Secretaria Municipal de Educação
06.006	Educação Infantil - Creches
06.006.0012.0306.0005.2075	Alimentação Escolar - Ensino Infantil (creches)
3339000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	60.000,00
Código	Descrição
26	Encargos Gerais do Município
26.001	Encargos Gerais do Município
26.001.0028.0846.0000.0002	Amortização da Dívida e Encargos

3469000000000000	Aplicações Diretas
01000000	Recursos Ordinários
Total Ação	245.000,00
Total Geral	575.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 20 de julho de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

RELATIVO A AMOSTRAS - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2016 - FMS

Processo Licitatório nº 16/2016 - FMS.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS, EQUIPAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC).

3ª Chamada das amostras

ITEM	3º CLASSIFICADO	
39	PRODUVALE	NÃO ENTREGOU
46	OLIMED	NÃO ENTREGOU

Guaramirim, 21 de julho de 2016.

Carlos Felipe Fischer

Pregoeiro

Portaria nº 67/2016

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 33/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 33/2016 - Pregão Presencial Nº. 20/2016.

Objeto: Aquisição de brinquedos para serem utilizados na Creche Municipal Fofura de Gente do município de Guarujá do Sul, em execução ao Programa Brasil Carinhoso/ FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Propostas e Habilitação: 05/08/2016 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 21 de julho 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

AVISO E ERRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - PREF CD 207/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

ERRATA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Dispensa de Licitação – Compra Direta nº. 203/2016, publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios no dia 21 de julho de 2016, Edição nº. 2043, Pagina 314, teve erro de digitação, onde le-se Revisão Obrigatória 10.000 km passa a Le-se Revisão Obrigatória 14.000 km

Guarujá do Sul, SC, 21 de julho de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO – COMPRA DIRETA Nº. 207/2016.

O município de Guarujá do Sul, com fundamento no Artigo 24 Inciso XVII da Lei nº. 8666/93 comunica Aquisição de material e serviço para revisão obrigatória de 25.000 km do veículo Ônibus VW H QHF 9397 utilizado pela Secretaria Municipal de Educação no transportes escolar.

Fornecedor: L F CAMINHÕES LTDA

Valor Total - R\$ 870,97 (Material R\$ 770,22 / Serviço R\$ 100,75)

Guarujá do Sul, SC, 21 de julho de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 836/2016

PORTARIA Nº 836/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 18 de julho de 2016, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, ao Servidor JOÃO CALDEROLI NETO (Matr. 1842), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Edificações e Manutenção, Nível – 5, Referência "E", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de julho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 837/2016

PORTARIA Nº 837/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 19 de julho de 2016 até 14 de janeiro de 2017, conforme preceitua o Artigo 107 da Lei Complementar Nº. 281/2011, à Servidora JANELISE BRESSAN DE LÁZARO (Matr. 4254), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Artes, Nível – 6, Referência "A", 20 horas semanais, Anexo XI da Lei Complementar Nº. 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 21 de Julho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO Nº 007/2016 - RH

CONTRATO Nº 007/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. MAYARA DA SILVA OLIVEIRA, brasileira, solteira, Técnica de Enfermagem, CI 3.152.351, CPF nº 049.450.889-26, COREN SC 001025407, residente no Município de Ibiam/SC, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira – O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 1º e inc. VII - § 1º, do art. 2º, da Lei Municipal nº 112, de 05.01.1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03.06.2005; considerando o afastamento da servidora Célia Aparecida da Silva Ramos Auxiliar de Enfermagem), o pedido de exoneração da servidora Sandra Splendor Rodrigues (Técnica em Enfermagem); e, considerando a Comunicação Interna nº 022/2016, do Gestor da Saúde na qual solicita emergência na contratação de um Auxiliar de Enfermagem; bem como o resultado da Chamada Pública aberta pelo Edital nº 002, de 30.06.2016, homologado pelo Decreto nº 2.939, de 12.06.2016; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. MAYARA DA SILVA OLIVEIRA, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a serem desenvolvidas junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Cláusula Segunda – A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.366,96 (mil trezentos e sessenta reais e noventa e seis centavos), conforme Anexo Único, da Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011.

§ 1º - A contratada receberá adicional de insalubridade correspondente a 20% (vinte por cento) do piso salarial dos funcionários do município, conforme art. 62, da Lei Municipal nº 255, de 07.01.2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 326, de 30.08.2006, bem como Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT, de 20.01.2015 e Decreto nº 2873, de 18.12.2015.

§ 2º - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 112, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira – O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 31.12.2016 ou até que cesse o motivo que deu causa à contratação.

Cláusula Quarta – Poderá haver a prorrogação do contrato desde que persistam os motivos da contratação.

Cláusula Quinta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 12, da Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999.

Cláusula Sexta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 03 – Fundos Municipais

Unidade orçamentária: 0301 – Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 1001 – Saúde com Qualidade

Projeto/atividade: 2039 – Manutenção das atividades da saúde

Elemento de Despesa: 31900000 – 0102 – Aplicações Diretas

Cláusula Sétima – O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997 e alterações posteriores, Chamada Pública – Edital nº 002, de 30 de junho de 2016, Decreto Municipal nº 2.939, de 12 de junho de 2016 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 19 de julho de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal
CPF – 422.402.559-00

MAYARA DA S. OLIVEIRA
CPF – 049.450.889-26

Testemunhas:

MARIA SOLANGE DA S. MATOS BORSOI
CPF – 894.413.209-78

EUDES VILMAR TRINDADE
CPF – 509.352.839-00

HENRIQUE GRASSI ROSSATO
ADVOGADO – OAB/SC 34173

DECRETO Nº 2941/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 2941, DE 19 DE JULHO DE 2016

“ CRIA COMITÊ LOCAL DE PLANOS DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto Nº 6.094, de 24/04/2007,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação para a elaboração e acompanhamento do PAR 2016-2019.

Art. 2º. O Comitê será constituído pelo (a) titular da Secretaria Municipal de Educação, a quem caberá a coordenação e, ainda, um representante de cada segmento conforme abaixo:

- I. Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
- II. Gestor Escolar da Educação Infantil;

- III. Gestor Escolar do Ensino Fundamental;
- IV. Presidente do Conselho Municipal de Educação;
- V. Presidente do CACS/FUNDEB.
- VI. Presidente do CAE.

Art. 3º. O Comitê Local tem por atribuições:

- I. Elaborar o diagnóstico da situação educacional do município;
- II. Elaborar e acompanhar a implementação e execução do Plano de Ações Articuladas - PAR;
- III. Articular as metas do PME-Plano Municipal de Educação ao PAR;
- IV. Analisar as estratégias de implementação das propostas do PAR;
- V. Analisar os relatórios de progresso da execução do PAR;
- VI. Avaliar o desempenho e os resultados alcançados pelo PAR;
- VII. Identificar possibilidades de articulação e parcerias que possam contribuir para acelerar a implantação e execução do PAR;
- VIII. Contribuir para o diálogo com as escolas do sistema municipal de ensino na ampliação da adesão e execução do PAR e na sua divulgação junto à sociedade civil.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 19 DE JULHO DE 2016.
GILMAR FONTANA
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

PORTARIA Nº 159/2016

PORTARIA Nº 159, DE 18 DE JULHO DE 2016

"DETERMINA DESCONTO NA FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDOR QUE MENCIONA, POR DANO CAUSADO AO ERÁRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere os incisos. VII e XXXIV, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como o art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 e Portaria nº 078, de 01 de março de 2005;

Considerando as multas aplicadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no veículo com código no RENAVAM 1028449108;

Considerando que o ato de notificação, identifica infração praticada pelo motorista;

Considerando que o veículo placa MLR 2789, no dia da infração praticada era dirigido pelo Sr. IVAIR ZENO MICHELIZZI,

Considerando que a infração praticada deve ser atribuída ao motorista com o ônus inerente, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que a multa aplicada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT sob Nº E020328436, seja paga pela Tesouraria do Município.

Art. 2º. Que seja descontado em folha de pagamento do SR. IVAIR ZENO MICHELIZZI, em parcela única no mês de julho/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE JULHO DE 2016.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 160/2016

PORTARIA Nº 160, DE 19 DE JULHO DE 2016

"DESIGNA COMITÊ LOCAL DO PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e, considerando a necessidade de composição do COMITÊ local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, em atendimento ao Decreto Municipal nº 2.941/2016, RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores e representantes abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro, para comporem o COMITÊ Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, sob o compromisso da elaboração e acompanhamento do PAR 2016-2019 :

I – Olivo Ceron - Secretário Municipal da Educação;

II – Fátima Fontana Gonzatto - representante da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal da Educação;

III – Rodrigo Felicetti Perosa - representante Gestor da Educação Infantil;

IV – Lucila Dalmolin Ciarnoschi - representante Gestor do Ensino Fundamental;

V – Mônica Tragancin Holleweger - Presidente do Conselho Municipal de Educação;

VI – Elaine Mariza Piovesan Zanin Cordeiro- Presidente do CACS/FUNDEB;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE JULHO DE 2016.

GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

PORTARIA Nº 161/2016

PORTARIA Nº 161, DE 19 DE JULHO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Maternidade a servidora ELZA RINALDI COSER, ocupante do cargo efetivo de Contadora – Nível 11– Referência E – Anexo 2, da Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011.

Art. 2º. A licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias será usufruída no período de 12.07.2016 a 08.11.2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de julho de 2016..

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE JULHO DE 2016.
GILMAR FONTANA
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

Ilhota

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO PRG 024 - 2016 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - COFFEE BREAK

PROCESSO Nº. 153/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2016 – MULTIENTIDADES
REGISTRO DE PREÇO
Prefeitura Municipal de Ilhota
Fundo Municipal de Saúde
Fundo Municipal de Educação
Fundo Municipal de Assistência Social

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
-------	--------------------------------------

TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
------	----------------------

OBJETO	REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COFFEE BREAK (LANCHE), conforme Anexo I do Edital.
--------	--

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 04/08/16 às 09:30 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 04/08/16 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e Decreto nº 8.538/2015 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

MAIORES INFORMAÇÕES:

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 815.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:30h às 17:30h.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
PREFEITO MUNICIPAL
Ilhota, 22 de julho de 2016.

Imbituba

PREFEITURA

EDITAL SEAGP Nº 069/2016

EDITAL SEAGP Nº 069/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2016.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 05/2016, divulgado através do Edital nº 05/2016, de 02 de junho de 2016, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 05/2016, de 28 de junho de 2016, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 05/2016, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – GGP/SEAGP, situado na R: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 22 de Julho a 21 de Agosto de 2016, no horário das 08:00h às 13:00h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 21 de julho de 2016.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 069/2016

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Agente Administrativo ACESSUAS

Vanessa Aires da Silva

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 132/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 132/2016

CONTRATADA: SVI REPRESENTAÇÕES E PROMOÇÕES DE EVENTOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação de apresentações artísticas musicais das seguintes bandas e grupos: "Grupo Indaialense de Viola Caipira" e "Musical JP". Os shows serão realizados durante a realização da 48ª Festa do Colono.

VALOR: R\$ 8.200,00

PRAZO: 18 de julho de 2016 a 01 de agosto de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2016.

DECRETO Nº 2056/16

. DECRETO Nº 2056/16

. De 21 de julho de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei nº 5261, de 21 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 86.510,00 (oitenta e seis mil, quinhentos e dez reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MOBILIA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
0335416	UNIAO – PROP. 11355.4830001-14-002
	R\$ 86.510,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de julho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 2057/16

. DECRETO Nº 2057/16

. De 21 de julho de 2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2016 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação.

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 99.968,00 (noventa e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BÁSICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MOBILIA
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
01335417	UNIAO – PROP. 11355.4830001-14-002
	Valor: (99.968,00)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2016.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de julho de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

CÂMARA MUNICIPAL**ATA ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO 18/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 04/2016**

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL.

DATA: 21/07/2016

HORÁRIO: 10h15MIN.

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 – TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS, conforme especificações constantes no edital de Pregão Nº 4/2016 Processo Licitatório nº 18/2016.

No dia e hora supramencionados, na sala do plenário da sede da Câmara Municipal de Indaial, realizou-se sessão pública para o recebimento de propostas dos licitantes participantes para a licitação epigrafada, com a presença do Pregoeiro e Equipe de Apoio designada (Comissão Permanente de Licitação – Portaria 26/2016). Aberta a sessão, procedeu-se ao credenciamento, identificação do representante e recolhimento do envelope de proposta comercial e de habilitação da empresa FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME, credenciado o senhor Moacir Antonio Fistarol. Ato contínuo, foi recebida a Declaração do Licitante de que atende plenamente os requisitos de Habilitação estabelecidas no Edital e os dois envelopes contendo propostas e os documentos de habilitação estabelecidos no edital, respectivamente. Verificou-se que a empresa estava de acordo com as exigências do edital, e, portanto, aberto o Envelope de nº 1 (Proposta de Preços) da empresa participante e com a colaboração dos membros da Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento, verificando-se que:

Em razão disso, o Pregoeiro declarou como Classificada do Pregão (anexo relatório completo), o licitante:

FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME

ITEM	QUANT	PRODUTO/ESPECIFICAÇÕES	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL(R\$)		
01	100 pacotes	Açúcar refinado – Embalagem de 5kg – Validade de 12 meses a partir da fabricação;	R\$13,99	R\$ 1.399,00		
02	10 unidades	Adoçante dietético líquido – Embalagem de 100 ml – Validade de 6 meses.	R\$2,99	R\$ 29,90		
03	3000 litros	Leite UHT integral longa vida. Embalagem com 1 litro, em caixa – Validade de 5 meses a partir da entrega;	R\$3,95	R\$ 11.850,00		
					Total:	R\$4.610,20

Encerrada a etapa de lance, o pregoeiro procedeu com a abertura do envelope de habilitação. Os documentos ali contidos foram verificados pelo pregoeiro, equipe de apoio e representantes presentes. Após análise e conferência dos documentos, a comissão declarou CLASSIFICADA a proposta. Desta forma, a Comissão declarou VENCEDORA a licitante FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME, para os itens 1, 2 e 3. Questionado o representante presente este declinou do direito de interposição de recurso. Não havendo qualquer objeção, e nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representante presente, para produza efeitos legais.

Câmara Municipal de Indaial, em 21 de julho de 2016.

Jefferson José Carlini

Pregoeiro

Luiz Fernando Surdi
Membro da Equipe de Apoio

Rafael Nagel
Membro da Equipe de Apoio

Representante Empresa:

FISTAROL PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI ME.

PORTARIA 31/2016

Portaria Nº 31/16

Concede Férias/JACQUELINE BÜCHNER BLAESE

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições, de acordo com artigo 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/2010 (Estatuto Servidores Públicos do Município de Indaial), e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 (dez) dias de férias, a serem usufruídas a partir de 21 de setembro de 2016, à servidora JACQUELINE BÜCHNER BLAESE, Assessora de Gabinete, símbolo CC6-AG, do quadro de servidores da Câmara Municipal de Indaial, relativas ao período de 2014/2015.

Art. 2º - Fica autorizado o pagamento relativo a 1/3 (um terço) devido, conforme legislação vigente.

Art. 3º - Com a presente Portaria, a servidora JACQUELINE BÜCHNER BLAESE zera o saldo de férias, relativo ao período aquisitivo 2014/2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 21 de Julho de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

PORTARIA 32/2016

Portaria Nº 32/16

Exoneração / Jonas Mizaél Rosenbrock

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso VII, do artigo 50 da Lei Orgânica do Município, inciso VII, do artigo 21 do Regimento Interno, Lei Complementar 167/2015, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a partir de 01 de agosto de 2016, o servidor JONATAS MIZAEL ROSENBRÖCK, ocupante do cargo em Comissão de Assessor de Gabinete, símbolo CC6-AG, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 21 de Julho de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Osvaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

Iomerê

PREFEITURA

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º BIMESTRE 2016 (RETIFICADO)

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.588.000,00	15.588.000,00	2.593.901,34	16,64	7.454.162,38	8.133.837,62	
RECEITAS CORRENTES	15.587.982,00	15.587.982,00	2.589.901,34	16,61	7.163.724,98	8.424.257,02	
RECEITA TRIBUTÁRIA	712.210,00	712.210,00	229.132,62	32,17	440.602,80	271.607,20	
IMPOSTOS	598.900,00	598.900,00	163.946,79	27,37	334.971,07	263.928,93	
TAXAS	112.100,00	112.100,00	65.185,83	58,15	105.631,73	6.468,27	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	120.000,00	120.000,00	43.587,71	36,32	122.453,82	-2.453,82	
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	120.000,00	120.000,00	43.587,71	36,32	122.453,82	-2.453,82	
RECEITA PATRIMONIAL	148.326,00	148.326,00	32.483,96	21,90	92.451,80	55.874,20	
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	12.000,00	12.000,00	1.975,69	16,46	6.139,78	5.860,22	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	136.326,00	136.326,00	30.508,27	22,38	86.312,02	50.013,98	
RECEITAAGROPECUÁRIA	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00	
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	83.210,00	83.210,00	6.232,94	7,49	20.929,21	62.280,79	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.464.086,00	14.464.086,00	2.267.322,31	15,68	6.443.338,79	8.020.747,21	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.418.876,00	14.418.876,00	2.137.010,31	14,82	6.303.846,79	8.115.029,21	
TRANSF. DE CONV.	45.210,00	45.210,00	130.312,00	288,24	139.492,00	-94.282,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	58.940,00	58.940,00	11.141,80	18,90	43.948,56	14.991,44	
MULTAS E JUROS DE MORA	22.869,00	22.869,00	10.226,53	44,72	34.749,16	-11.880,16	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	7.260,00	7.260,00	915,27	12,61	7.948,36	-688,36	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.897,00	6.897,00	0,00	0,00	1.071,94	5.825,06	
RECEITAS DIVERSAS	21.914,00	21.914,00	0,00	0,00	179,10	21.734,90	
RECEITAS DE CAPITAL	18,00	18,00	4.000,00	22.222,22	290.437,40	-290.419,40	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	18,00	18,00	4.000,00	22.222,22	290.437,40	-290.419,40	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	18,00	18,00	4.000,00	22.222,22	290.437,40	-290.419,40	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	15.588.000,00	15.588.000,00	2.593.901,34	16,64	7.454.162,38	8.133.837,62	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	15.588.000,00	15.588.000,00	2.593.901,34	16,64	7.454.162,38	47,82
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	15.588.000,00	15.588.000,00	2.593.901,34	16,64	7.454.162,38	47,82
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	210.528,19	—	—	99.657,02	—
Superávit Financeiro	—	210.528,19	—	—	99.657,02	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.588.000,00	16.273.827,06	2.052.493,88	9.567.860,02	6.705.967,04	6.703.988,75
DESPESAS CORRENTES	14.876.787,00	15.169.664,08	1.957.770,84	8.859.356,13	6.311.307,95	6.299.644,71
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.676.778,00	7.713.208,41	1.199.343,72	3.493.652,33	4.219.556,08	3.473.126,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.199.009,00	7.455.455,67	758.427,12	5.364.703,80	2.090.751,87	2.826.518,38
DESPESAS DE CAPITAL	687.013,00	1.079.962,98	94.723,04	709.503,89	370.459,09	404.344,04
INVESTIMENTOS	386.513,00	779.462,98	94.723,04	412.303,85	367.159,13	523.718,96
INVERSOES FINANCEIRAS	500,00	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	300.000,00	300.000,00	0,00	297.200,04	2.799,96	148.600,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	15.588.000,00	16.273.827,06	2.052.493,88	9.567.860,02	6.705.967,04	6.703.988,75
					9.426.973,28	6.703.988,75

Continuação 2/3

Município de Iomerê - SC

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balço Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Janeiro a Junho 2016/Bimestre Maio - Junho

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.588.000,00	16.273.827,06	2.052.493,88	9.567.860,02	6.705.967,04	2.503.609,79	6.846.853,78	9.426.973,28	6.703.988,75
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	607.308,60	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.588.000,00	16.273.827,06	2.052.493,88	9.567.860,02	-	2.503.609,79	7.454.162,38	-	6.703.988,75

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milton Luiz Borge

Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen

Contadora

Douglas Francisco Zardo

Secretário de Administração e Finanças

Helin Perazzoli

Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	15.588.000,00	16.273.827,06	2.052.493,88	9.567.860,02	100,00	2.503.608,79	6.846.853,78	100,00
Ação Legislativa	545.000,00	545.000,00	-38.458,46	123.431,89	1,29	0,00	123.431,89	1,80
Administração	545.000,00	545.000,00	-38.458,46	123.431,89	1,29	0,00	123.431,89	1,80
Administração Geral	2.011.700,00	2.025.860,00	225.713,96	1.119.022,58	11,70	304.885,74	841.506,37	12,29
Segurança Pública	2.011.700,00	2.025.860,00	225.713,96	1.119.022,58	11,70	304.885,74	841.506,37	12,29
Policiamento	43.970,00	58.970,00	2.075,85	48.847,68	0,51	4.380,35	24.741,18	0,36
Defesa Civil	39.970,00	54.970,00	2.075,85	48.847,68	0,51	4.380,35	24.741,18	0,36
Assistência Social	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	270.000,00	270.000,00	30.199,50	196.523,79	2,05	42.474,04	120.247,45	1,76
Assistência Comunitária	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	258.000,00	258.000,00	30.199,50	196.523,79	2,05	42.474,04	120.247,45	1,76
Atenção Básica	3.851.447,80	3.861.307,80	515.903,24	2.301.832,99	24,06	685.116,33	1.744.861,98	25,48
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.385.515,80	3.395.375,80	463.765,19	2.073.555,73	21,67	589.482,35	1.549.723,05	22,63
Vigilância Epidemiológica	294.905,00	294.905,00	45.200,88	136.420,19	1,43	45.297,56	136.130,15	1,99
Alimentação e Nutrição	28.605,00	28.605,00	3.775,00	19.709,20	0,21	5.066,00	8.733,20	0,13
Abastecimento	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	124.121,00	124.121,00	3.162,17	72.147,87	0,75	45.270,42	50.275,58	0,73
Ensino Fundamental	3.301,00	3.301,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Médio	4.409.527,00	4.611.634,70	490.113,17	2.543.408,66	26,58	718.086,59	1.950.594,54	28,49
Ensino Superior	3.576.327,00	3.776.780,24	436.398,02	2.138.719,40	22,35	580.231,06	1.605.242,94	23,44
Educação Infantil	185.000,00	185.000,00	0,00	185.000,00	1,93	83.048,38	142.576,84	2,08
Educação Especial	455.000,00	456.654,46	3.245,00	13.630,00	0,14	3.245,00	13.630,00	0,20
Cultura	13.200,00	13.200,00	50.470,15	194.059,26	2,03	49.552,15	184.144,76	2,69
Diffusão Cultural	447.000,00	447.000,00	0,00	12.000,00	0,13	2.000,00	5.000,00	0,07
Urbanismo	447.000,00	447.000,00	214.578,09	322.507,39	3,37	66.841,71	101.495,58	1,48
Serviços Urbanos	1.237.755,00	1.452.334,58	228.166,49	913.708,66	9,55	66.841,71	101.495,58	1,48
Habituação	23.004,00	127.583,58	0,00	119.579,58	1,25	205.539,12	540.971,12	7,90
Habitação Urbana	1.214.751,00	1.324.751,00	228.166,49	794.129,08	8,30	16.929,53	46.480,89	0,68
Saneamento	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	188.609,59	494.490,23	7,22
Saneamento Básico Urbano	3.001,00	3.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2.001,00	2.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Gestão Ambiental	15.588.000,00	16.273.827,06	2.052.493,88	9.567.860,02	6.705.967,04	2.503.609,79	6.846.853,78	100,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	3.300,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	1.482.102,00	1.582.101,00	197.440,25	769.482,91	812.618,09	172.341,18	566.689,12	8,28
Indústria	1.482.102,00	1.582.101,00	197.440,25	769.482,91	812.618,09	172.341,18	566.689,12	8,28
Promoção Industrial	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	667.365,20	797.485,98	173.834,02	681.169,76	116.316,22	195.557,40	556.387,81	8,13
Desporto e Lazer	667.365,20	797.485,98	173.834,02	681.169,76	116.316,22	195.557,40	556.387,81	8,13
Desporto Comunitário	97.001,00	97.001,00	12.927,77	69.593,67	27.407,33	30.866,41	50.509,76	0,74
Encargos Especiais	97.001,00	97.001,00	12.927,77	69.593,67	27.407,33	30.866,41	50.509,76	0,74
Outros Encargos Especiais	482.130,00	482.130,00	0,00	478.330,04	3.799,96	77.520,92	225.416,98	3,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	482.130,00	482.130,00	0,00	478.330,04	3.799,96	77.520,92	225.416,98	3,29
	24.200,00	24.200,00	0,00	0,00	24.200,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	15.588.000,00	16.273.827,06	2.052.493,88	9.567.860,02	6.705.967,04	2.503.609,79	6.846.853,78	100,00

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milto Luiz Borge
Ordenador da Despesa

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Helin Perazzoli
Controlador Interno

Sirlei Altenhofen
Contadora

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2015 A JUNHO/2016

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												RS 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Maio/2016	Jun/2016	TOTAL (JUL. 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2016
RECEITAS CORRENTES (I)		1.297.446,37	1.375.334,67	1.251.291,76	1.373.737,86	1.339.325,45	1.625.215,07	1.443.351,20	1.453.445,07	1.179.716,67	1.328.886,26	1.653.376,28	1.355.448,58	16.896.587,44	18.409.042,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		83.398,97	54.327,52	63.006,60	48.506,02	56.094,83	78.675,15	44.932,16	32.638,10	49.263,07	84.636,95	175.989,52	53.143,10	825.519,89	712.100,00
IPTU		5.986,93	456,88	5.547,87	1.590,57	5.206,10	783,29	0,00	0,00	0,00	14.624,64	68.525,83	827,67	103.546,78	100.000,00
IRPJ		20.257,65	19.111,48	11.900,67	23.344,59	17.883,43	37.539,58	22.013,91	17.446,18	18.744,74	22.280,70	22.196,88	22.170,47	254.870,26	240.000,00
I.R.R.F.		28.650,65	21.144,95	20.613,71	15.162,49	19.070,57	36.170,24	11.927,39	9.693,91	15.147,90	22.170,57	19.230,23	20.530,63	238.749,24	190.000,00
I.S.S.		21.281,24	7.120,00	14.590,00	6.170,00	2.329,40	4.982,14	4.982,14	2.725,00	4.340,00	4.711,20	7.620,00	2.855,08	78.814,06	108.000,00
I.T.E.I.		7.122,50	6.494,21	10.384,35	3.248,37	11.605,33	4.050,06	6.028,72	2.537,01	11.030,43	20.846,74	58.426,58	6.759,25	148.536,55	113.100,00
Outras Receitas Tributárias		17.899,95	18.166,55	18.403,94	19.843,03	17.410,79	18.403,98	22.743,24	19.653,73	15.526,38	20.832,76	22.514,46	21.073,25	233.575,06	120.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		15.792,64	13.635,26	13.065,59	13.846,66	15.121,17	13.208,45	12.846,51	14.185,37	17.549,68	15.385,28	15.878,03	16.065,93	177.111,77	148.326,00
RECEITA PATRIMONIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		6.011,41	1.683,79	1.505,67	43.146,50	57.189,24	18.410,85	3.419,27	5.397,73	3.530,72	2.246,55	1.165,63	5.067,11	148.876,67	83.210,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.169.636,81	1.277.556,18	1.141.474,78	1.242.807,40	1.165.164,14	1.483.944,27	1.248.329,73	1.375.677,37	1.087.823,60	1.194.573,34	1.443.404,88	1.282.840,95	15.206.433,45	17.285.146,00
Cota-Parte do FPM		381.039,57	445.848,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,36	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	627.129,00	516.110,14	5.535.988,47	7.280.000,00
Cota-Parte do ICMS		443.276,17	425.813,29	444.438,63	459.544,79	462.302,87	451.311,94	559.917,42	457.088,24	462.284,27	475.303,81	459.750,57	454.231,05	5.555.264,06	6.282.000,00
Cota-Parte do IPVA		41.396,49	40.119,60	33.365,18	52.257,76	23.957,55	13.081,26	24.505,28	34.046,58	31.599,99	33.155,96	30.662,89	38.510,80	396.683,16	423.300,00
Cota-Parte do ITR		21,63	14,93	1.190,70	5.149,27	894,92	52,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.263,74	3.000,00
Outras Transferências Correntes		177.644,83	237.027,63	167.594,04	171.559,10	91.378,84	340.816,53	100.902,70	103.353,09	74.384,19	85.968,38	192.754,98	117.213,81	1.960.593,12	1.579.946,00
Transferências da LC 61/199		6.353,49	6.760,42	6.741,22	7.819,23	7.124,03	7.034,56	8.793,71	6.791,43	6.930,59	6.803,54	7.725,95	4.597,28	83.175,45	96.800,00
Transferências da LC 87/1996		1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.916,67	1.912,23	1.951,23	1.951,23	1.951,23	1.951,23	1.951,23	23.207,40	30.000,00
Transferências do FUNDEB		116.990,96	120.254,72	114.688,08	121.696,18	120.190,88	123.760,96	131.485,01	119.524,44	114.266,48	119.776,26	123.430,46	118.226,63	1.444.263,05	1.600.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.806,59	9.956,57	13.842,18	4.598,05	8.345,28	8.574,37	10.080,29	5.582,77	6.023,22	11.120,48	4.423,55	6.718,24	95.070,60	58.940,00
DEDUÇÕES (II)		174.799,95	184.054,54	171.844,30	185.912,14	194.718,69	204.474,33	223.388,19	230.599,76	179.334,42	197.765,19	225.443,65	203.479,87	2.380.315,03	2.821.060,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		174.799,95	184.054,54	171.844,30	185.912,14	194.718,69	204.474,33	223.388,19	230.599,76	179.334,42	197.765,19	225.443,65	203.479,87	2.380.315,03	2.821.060,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.122.646,42	1.191.280,33	1.079.447,46	1.183.825,72	1.144.606,76	1.420.740,74	1.219.963,01	1.222.845,31	999.882,25	1.131.133,07	1.427.932,63	1.151.968,71	14.506.272,41	15.587.982,00
FONTE:															
Iomerê, 21/07/2016															
Ordernador da Despesa	Sílei Altenhofen														
	Concedora														
Hélio Perazzoli	Douglas Francisco Zardo														
	Secretário de Administração e Finanças														
Contratador Interno															

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES REALIZADOS						
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						0,00
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						0,00
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016		2015	
Caixa			0,00		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento			0,00		0,00	0,00
Investimentos			0,00		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00		0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Iomerê - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milito Luiz Borge Ordenador da Despesa	Sirléia Altenhofen Contadora	Douglas Francisco Zardo Secretário de Administração e Finanças	Helin Perazoli Controlador Interno
---	---------------------------------	---	---------------------------------------

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	544.866,62	445.799,94	396.266,60
DEDUÇÕES (II)	1.231.384,05	1.495.582,06	1.480.481,61
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.231.384,05	1.698.456,92	1.623.346,64
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	202.874,86	142.865,03
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-686.517,43	-1.049.782,12	-1.084.215,01
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-686.517,43	-1.049.782,12	-1.084.215,01

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2016 (C - A)
VALOR	-34.432,89	-397.697,58

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-180.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 30 Abr 2016 (B)	Em 30 Jun 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milto Luiz Borga
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Helin Perazzoli
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	15.451.656,00	7.077.412,96	6.840.916,28
Receita Tributária	712.210,00	440.602,80	401.393,93
I.P.T.U.	100.000,00	83.978,14	79.050,75
I.S.S.	150.000,00	98.936,63	73.923,80
I.T.B.I.	108.900,00	27.213,42	50.294,66
I.R.R.F.	240.000,00	124.842,88	110.985,01
Outras Receitas Tributárias	113.310,00	105.631,73	87.139,71
Receita de Contribuição	120.000,00	122.453,82	54.239,62
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	120.000,00	122.453,82	54.239,62
Receita Patrimonial Líquida	12.000,00	6.139,78	4.813,94
Receita Patrimonial	148.326,00	92.451,80	90.743,09
(-) Aplicações Financeiras	136.326,00	86.312,02	85.929,15
Transferências Correntes	14.464.086,00	6.443.338,79	6.282.701,70
F.P.M.	5.808.000,00	2.550.726,25	2.594.947,36
I.P.V.A	338.800,00	153.980,74	161.422,96
I.C.M.S.	5.033.600,00	2.294.861,61	2.227.509,05
Convênios	45.210,00	139.492,00	13.770,00
Outras Transferências Correntes	3.238.476,00	1.304.278,19	1.285.052,33
Demais Receitas Correntes	143.360,00	64.877,77	97.767,09
Dívida Ativa	6.897,00	1.071,94	6.469,16
Diversas Receitas Correntes	136.463,00	63.805,83	91.297,93
RECEITAS DE CAPITAL (II)	18,00	290.437,40	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	18,00	290.437,40	0,00
Convênios	18,00	290.437,40	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	18,00	290.437,40	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	15.451.674,00	7.367.850,36	6.840.916,28

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.169.664,08	8.858.356,13	8.604.967,46	6.442.509,74	6.395.727,88
Pessoal e Encargos Sociais	7.713.208,41	3.493.652,33	3.241.467,25	3.473.126,33	3.225.385,12
Juros e Encargos da Dívida (IX)	1.000,00	0,00	10.570,00	0,00	10.525,62
Outras Despesas Correntes	7.455.455,67	5.364.703,80	5.352.930,21	2.969.383,41	3.159.817,14
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.168.664,08	8.858.356,13	8.594.397,46	6.442.509,74	6.385.202,26
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.079.962,98	709.503,89	966.238,02	404.344,04	532.615,75
Investimentos	779.462,98	412.303,85	431.531,27	255.744,02	180.438,50
Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	300.000,00	297.200,04	534.706,75	148.600,02	352.177,25
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	779.962,98	412.303,85	431.531,27	255.744,02	180.438,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	24.200,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.972.827,06	9.270.659,98	9.025.928,73	6.698.253,76	6.565.640,76

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-521.153,06	-1.902.809,62	-2.185.012,45	669.596,60	275.275,52
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	99.657,02	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	99.657,02	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				164.674,00	

Iomerê, 21/07/2016

Mito Luiz Borge
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Helin Perazzoli
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	83.657,50	387.609,87	252.819,04	252.819,04	-	218.448,33
EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.657,50	387.609,87	252.819,04	252.819,04	0,00	218.448,33
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.657,50	387.609,87	252.819,04	252.819,04	0,00	218.448,33
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.657,50	12.758,94	9.033,49	9.033,49	0,00	87.382,95
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.676,79	9.976,79	9.976,79	0,00	94.700,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.891,84	31.202,89	31.202,89	0,00	4.688,95
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	234.282,30	202.605,87	202.605,87	0,00	31.676,43
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	83.657,50	387.609,87	252.819,04	252.819,04	0,00	218.448,33

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milton Luiz Borge	Silveir Altenhofen	Douglas Francisco Zardo
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças
Helin Perazzoli		
Controlador Interno		

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	614.872,00	614.872,00	337.061,11	54,82
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	110.406,00	110.406,00	85.020,51	77,01
1.1.1- IPTU	100.000,00	100.000,00	83.978,14	83,98
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	726,00	726,00	46,31	6,38
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	6.050,00	6.050,00	589,98	9,92
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.630,00	3.630,00	396,08	10,91
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	108.900,00	108.900,00	27.213,42	24,99
1.2.1- ITBI	108.900,00	108.900,00	27.213,42	24,99
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	155.566,00	155.566,00	99.984,30	64,27
1.3.1- ISS	150.000,00	150.000,00	98.936,63	65,96
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	4.840,00	4.840,00	404,25	8,35
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	121,00	121,00	471,96	390,05
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	605,00	605,00	171,46	28,34
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.000,00	240.000,00	124.842,88	52,02
1.4.1- IRRF	240.000,00	240.000,00	124.842,88	52,02
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.105.300,00	14.105.300,00	6.302.561,44	44,68
2.1- Cota-Parte FPM	7.260.000,00	7.260.000,00	3.188.407,58	43,92
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.260.000,00	7.260.000,00	3.188.407,58	43,92
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.292.000,00	6.292.000,00	2.868.576,37	45,59
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.000,00	30.000,00	11.707,38	39,02
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	96.800,00	96.800,00	41.342,50	42,71
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	52,29	1,74
2.6- Cota-Parte IPVA	423.500,00	423.500,00	192.475,32	45,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.720.172,00	14.720.172,00	6.639.622,55	45,11
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	272.242,00	272.242,00	128.005,90	47,02
5.1- Transferências do Salário-Educação	180.000,00	180.000,00	84.340,59	46,86
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	44.000,00	44.000,00	18.784,00	42,69
5.4- Transferências Diretas - PNATE	40.000,00	40.000,00	15.882,24	39,71
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	1.654,46	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.242,00	8.242,00	7.344,61	89,11
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	45.002,00	45.002,00	178.425,34	396,48
6.1- Transferências de Convênios	44.002,00	44.002,00	177.004,40	402,26
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	1.000,00	1.000,00	1.420,94	142,09
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	289.247,00	289.247,00	5.611,54	1,94
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	606.491,00	606.491,00	312.042,78	51,45
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.821.060,00	2.821.060,00	1.260.511,08	44,68
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.452.000,00	1.452.000,00	637.681,33	43,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.258.400,00	1.258.400,00	573.714,76	45,59
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	2.341,44	39,02
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.360,00	19.360,00	8.268,52	42,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	10,45	1,74
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	84.700,00	84.700,00	38.494,58	45,45
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	726.711,28	45,42
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	726.711,28	45,42
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.221.060,00	-1.221.060,00	-533.799,80	43,72
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.610.000,00	1.638.275,95	715.918,03	43,70	715.918,03	43,70
13.1- Com Educação Infantil	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.550.000,00	1.578.275,95	715.918,03	45,36	715.918,03	45,36
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.610.000,00	1.638.275,95	715.918,03	43,70	715.918,03	43,70
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						715.918,03
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						98,51
19.2 - Mínimo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Mínimo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						1,49
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³		3.680.043,00		3.680.043,00	1.659.905,64	45,11
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	455.000,00	455.000,00	192.404,80	42,29	182.490,30	40,11
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.102.983,00	3.131.258,95	1.674.868,81	53,49	1.210.679,97	38,66
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.550.000,00	1.578.275,95	715.918,03	45,36	715.918,03	45,36
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.552.983,00	1.552.983,00	958.950,78	61,75	494.761,94	31,86
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.557.983,00	3.586.258,95	1.867.273,61	52,07	1.393.170,27	38,85
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-533.799,80
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-533.799,80
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						1.926.970,07
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						29,02
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	188.000,00	188.000,00	84.965,28	45,19	82.345,97	43,80
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	787.664,00	797.984,35	499.805,24	62,63	373.782,62	46,84
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	975.664,00	985.984,35	584.770,52	59,31	456.128,59	46,26
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.533.647,00	4.572.243,30	2.452.044,13	53,63	1.849.298,86	40,45

MUNICÍPIO DE IOMERÊ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		726.711,28	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		726.711,28	0,00

Iomerê, 21/07/2016

Milto Luiz Borga
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Helin Perazzoli
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.079.962,98	709.503,89	404.344,04	370.459,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.079.962,98	709.503,89	404.344,04	370.459,09
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.079.962,98	-709.503,89	-	-370.459,09

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milton Luiz Borge

Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen

Contadora

Douglas Francisco Zardo

Secretário de Administração e Finanças

Helin Perazzoli

Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/02/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milto Luiz Borga
Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen
Contadora

Douglas Francisco Zark
Secretário de Administr

Helin Perazzoli
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)								R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)	
RECEITA DE CAPITAL								
ALIENAÇÃO DE ATIVOS		0,00				0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		0,00				0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		0,00				0,00	0,00	
TOTAL		0,00				0,00	0,00	
DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital		451,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451,00
Investimentos		451,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451,00
TOTAL		451,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	451,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2015 (h)	Em 2016 (i) = (b) - (e+f)				SALDO ATUAL (j) = (h+i)	
		0,00					0,00	
							</	

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milito Luiz Braga
Ordenador da DespesaSirlei Altenhofen
ContadoraHelin Perazzoli
Controlador InternoDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e Finanças

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	614.872,00	614.872,00	337.061,11	54,82		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	100.000,00	100.000,00	83.978,14	83,98		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	108.900,00	108.900,00	27.213,42	24,99		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	150.000,00	150.000,00	98.936,63	65,96		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.000,00	240.000,00	124.842,88	52,02		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	5.566,00	5.566,00	450,56	8,09		
Dívida Ativa dos Impostos	6.171,00	6.171,00	1.071,94	17,37		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.235,00	4.235,00	567,54	13,40		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.468.600,00	14.468.600,00	6.302.561,44	43,56		
Cota-Parte FPM	7.260.000,00	7.260.000,00	3.188.407,58	43,92		
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	52,29	1,74		
Cota-Parte IPVA	423.500,00	423.500,00	192.475,32	45,45		
Cota-Parte ICMS	6.292.000,00	6.292.000,00	2.868.576,37	45,59		
Cota-Parte IPI-Exportação	96.800,00	96.800,00	41.342,50	42,71		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	393.300,00	393.300,00	11.707,38	2,98		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	11.707,38	39,02		
Outras	363.300,00	363.300,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.083.472,00	15.083.472,00	6.639.622,55	44,02		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	766.276,00	766.276,00	340.695,37	44,46		
Provenientes da União	766.276,00	766.276,00	340.695,37	44,46		
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	3,00	3,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	3.145,00	3.145,00	4.080,99	129,76		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	769.424,00	769.424,00	344.776,36	44,81		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	3.627.432,80	3.627.432,80	2.177.615,20	60,03	1.651.816,48	45,54
Pessoal e Encargos Sociais	2.046.800,00	2.046.800,00	971.890,53	47,48	971.890,53	47,48
Outras Despesas Correntes	1.580.632,80	1.580.632,80	1.205.724,67	76,28	679.925,95	43,02
DESPESAS DE CAPITAL	73.093,00	82.953,00	33.469,92	40,35	33.469,92	40,35
Investimentos	73.093,00	82.953,00	33.469,92	40,35	33.469,92	40,35

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	73.093,00	82.953,00	33.469,92	40,35	33.469,92	40,35
Investimentos	73.093,00	82.953,00	33.469,92	40,35	33.469,92	40,35
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.700.525,80	3.710.385,80	2.211.085,12	59,59	1.685.286,40	45,42
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	786.644,00	786.644,00	340.371,85	15,39	274.864,02	16,31
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	785.432,00	785.432,00	340.371,85	15,39	274.864,02	16,31
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	1.212,00	1.212,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	786.644,00	786.644,00	340.371,85	15,39	274.864,02	16,31
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.913.881,80	2.923.741,80	1.870.713,27	84,61	1.410.422,38	83,69
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						21,24
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						414.479,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)				
	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				
	-	-		-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.385.515,80	3.395.375,80	2.073.555,73	93,00	1.549.723,05	91,45
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	294.905,00	294.905,00	136.420,19	6,12	136.130,15	8,03
Vigilância Sanitária	28.605,00	28.605,00	19.709,20	0,88	8.733,20	0,52
Vigilância Epidemiológica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.724.025,80	3.733.885,80	2.229.685,12	100,00	1.694.586,40	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual não estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula [(V(h+i)) - (15 x IIIb)/100]

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Iomerê - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Iomerê, 21/07/2016

Milton Luiz Borge
Ordenador da DespesaDouglas Francisco Zardo
Secretário de Administração e FinançasSirlei Altenhofen
ContadoraHelin Perazzoli
Controlador Interno

Município de Iomerê - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Iomerê, 21/07/2016

Milto Luiz Borga

Ordenador da Despesa

Sirlei Altenhofen

Contadora

Douglas Francisco Zardo

Secretário de Administração e Finanças

Helin Perazzoli

Controlador Interno

Município de Iomerê - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	15.588.000,00	
Previsão Atualizada		—	15.588.000,00	
Receitas Realizadas		2.593.901,34	7.454.162,38	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	99.657,02	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	15.588.000,00	
Créditos Adicionais		—	685.827,06	
Dotação Atualizada		—	16.273.827,06	
Despesas Empenhadas		2.052.493,88	9.567.860,02	
Despesas Liquidadas		2.503.609,79	6.846.853,78	
Superavit Orçamentário		—	607.308,60	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.052.493,88	9.567.860,02	
Despesas Liquidadas		2.503.609,79	6.846.853,78	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			14.306.272,41	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-180.000,00	-397.697,58	220,94
Resultado Primário		164.674,00	669.596,60	406,62
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	471.267,37	0,00	252.819,04	218.448,33
EXECUTIVO	471.267,37	0,00	252.819,04	218.448,33
TOTAL:	471.267,37	0,00	252.819,04	218.448,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.926.970,07	25%	29,02
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		715.918,03	60%	98,51
Liquidadas		0,00		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		404.344,04	675.618,94	

Continua 1/2

Município de Iomerê - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2016/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA					2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)					0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)					0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)					0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	451,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Limite Constitucional Anual	
					Valor apurado até o Bimestre	% Aplicado até o Bimestre
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde					1.410.422,38	15,00
Liquidadas					0,00	21,24
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados					0,00	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)					0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Iomerê, 21/07/2016

Milito Luiz Braga	Sirlei Altenhofen	Douglas Francisco Zardo
Ordenador da Despesa	Contadora	Secretário de Administração e Finanças

Helin Perazzoli

Controlador Interno

Ipumirim

PREFEITURA

EDITAL 001/2016

EDITAL 001/2016

ESTABELECE A ABERTURA DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E CONVOCA AS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA PARTICIPAREM DA ELEIÇÃO.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CMHIS, no uso de suas atribuições legais, pelo presente edital, convoca as entidades com atuação no município sendo, Associações de Moradores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL, para participar da assembleia de escolha dos representantes da sociedade civil a ser realizada no dia 22 de agosto de 2016, às 13h30min, na Fundação Cultural Felix Bonissoni, 2º Piso, na sala de reunião, sito Rua Bento Gonçalves nº. 220 – Centro.

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS, devidamente constituída para tal fim, providenciará a imediata publicação deste edital, no Diário dos Municípios e site www.ipumirim.sc.gov.br, procedendo à eleição no Fórum específico/plenária aberta segundo as regras contidas no regulamento constante no anexo deste edital. Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 18 de julho de 2016.

Márcia Faccin De Conto
Presidente do CMHIS

ANEXO I

Dispõe sobre a Regulamentação do Processo de Escolha dos Representantes da Sociedade Civil em Fórum Específico/Plenária Aberta para composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, Biênio 2016/2018.

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS, no uso de suas atribuições legais, regulamenta o processo de escolha dos representantes da sociedade civil em fórum específico/plenária aberta para composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, para o biênio 2016/2018, devendo, ao final, encaminhar os nomes dos representantes escolhidos e respectivos suplentes, por ordem de votação, ao Presidente do CMHIS.

Da Assembleia:

Art. 1º. A Assembleia estará aberta a todos os interessados, participando do fórum específico/plenária aberta apenas às organizações da sociedade civil, devidamente habilitadas.

Art. 2º. A Assembleia será presidida pela Comissão Organizadora representada por membros do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, instituída pela resolução do CMHIS Nº. 01/2016, que procederá à abertura do evento explicitando os procedimentos que serão adotados e, após o encerramento dos trabalhos da eleição, proclamará o resultado, encaminhando – o ao Presidente do CMHIS.

Das Habilitações:

Art. 3º. As habilitações das entidades não governamentais para participação do processo de escolha dos representantes da sociedade civil em fórum específico/plenária aberta para a composição

do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social deverão ser realizadas no período de 20 de julho de 2016 a 12 de agosto de 2016, perante a comissão organizadora do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social em formulário próprio, no endereço Rua Bento Gonçalves nº. 259- centro, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos dias úteis, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

Parágrafo Único – para ser habilitada a entidade ou associação deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Requerimento assinado pelo representante legal da entidade, indicando nome do candidato a titular e suplente que representará a entidade/associação no processo eleitoral;

II – Cópias autenticadas dos Estatutos;

III – Cópia do cadastro geral de contribuinte – CNPJ, que comprove ser a entidade sediada no município com inscrição há no mínimo 01 (um) ano.

IV – Cópia de identidade e CPF dos candidatos indicados;

Art. 4º. No momento de inscrição, a entidade/associação deverá comprovar os requisitos necessários à sua habilitação e indicar 02 (dois) candidatos, sendo 01 (um) representante titular e 01 (um) representante suplente à votar e ser votado a fim de integrar o Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social – CMHIS no fórum específico/plenárias abertas.

Art. 5º - Terminado o prazo de inscrição, as entidades/associações que se candidatarem tomarão conhecimento de sua habilitação através de relação a ser divulgada no site www.ipumirim.sc.gov.br e afixada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no dia 16.08.2016, a partir das 14h00min.

§ 1º. Da decisão que indeferir a inscrição, caberá recurso dirigido à comissão organizadora no prazo de 48h00min, das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min tendo como local na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

§ 2º. O resultado da análise de recursos interpostos perante a comissão organizadora será divulgado no dia 19.08.2016, no site www.ipumirim.sc.gov.br, afixada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, juntamente com a listagem das entidades/associações aptas ao processo eleitoral.

Do Fórum Específico/Plenária Aberta:

Art. 6º. O fórum específico/plenária aberta será distribuído por categorias, sendo destinado à apresentação dos candidatos, e posterior ocorrerá à votação entre os mesmos, após apuração dos votos, que ocorrerão no mesmo local sob a supervisão/direção da comissão organizadora.

Art. 7º - É vedada a participação, na comissão organizadora, de pessoas que serão

candidatos das organizações da sociedade civil.

Art. 8º - Compete à comissão organizadora:

I- proceder à abertura do fórum específico/plenária aberta;

II- prestar os esclarecimentos necessários sobre as normas de votação e apuração;

III- coordenar e cronometrar as apresentações dos candidatos;

IV- comunicar e observar os horários de votação e apuração;

V- dar início e finalizar o processo de escolha;

VI- abrir a urna na presença dos representantes habilitados, lavrando-a em seguida;

VII- proceder à conferência do protocolo de inscrição e documentos dos candidatos;

VIII- colher a assinatura dos votantes na lista de presença;

IX- deliberar sobre as dificuldades e dúvidas que ocorrerem durante o processo;

X- proceder à abertura da urna, para a contagem dos votos, na presença dos participantes;
XI- lavrar a ata do fórum específico/plenária aberta, votação e apuração e registro de ocorrências diversas;

Da votação:

Art. 9º - O fórum específico/plenária aberta terá seu início no dia 22 de agosto de 2016, sendo que a votação ocorrerá no horário das 13h45min até as 14h00min, na Fundação Cultural Felix Bonissoni 2º. piso na sala de reunião, na ocasião poderão votar e ser votados os representantes habilitados na respectiva categoria, ocasião em que deverão apresentar documento de identidade.

Art. 10 - As cédulas de votação deverão ser rubricadas, na parte da frente, por um dos membros da comissão organizadora.

Art. 11 - O voto do representante habilitado será pessoal e intransferível, sendo vetada a participação por meio de procuração.

Art. 12 - A votação será secreta e os votos serão depositados na urna

lacrada pela comissão organizadora.

Art. 13 - Não serão admitidos recursos de votação ou apuração sem prévia impugnação, a qual não suspende o processo de escolha em andamento.

Art. 14 - Apenas o titular indicado pela entidade/associação terá direito de votar e ser votado na categoria que representa.

Art. 15 - A listagem das entidades/associação e seus candidatos serão afixados no local de votação.

Da apuração:

Art. 16 - A apuração dos votos será realizada pela comissão organizadora do fórum específico/plenária aberta, podendo os candidatos acompanhar a apuração de sua categoria em seus devidos lugares.
Art. 17- Serão nulas as cédulas que:

I - contiverem rasuras, expressões, frases ou anotações e não estiverem corretamente assinadas;

II- não corresponderem ao modelo da cédula "oficial";

III - não estiverem rubricadas por 01 (um) dos membros da comissão organizadora.

Art. 18 - Havendo empate na votação, será considerado como critério de desempate para cada categoria, o maior tempo de fundação, apurado pela data de seu primeiro estatuto quando não houver outra forma de comprovação.

Art. 19- Serão considerados escolhidos as entidades/associações que obtiverem o maior número de votos dentre suas categorias:

Art. 20 - Ao término da apuração dos votos será lavrada a ata com os resultados finais, que deverá ser assinada pela comissão organizadora e os demais participantes.

Da homologação:

Art. 21. A homologação do resultado geral do fórum específico/plenária aberta será publicada pela comissão organizadora no site www.ipumirim.sc.gov.br e afixada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação até o dia 23.08.2016.

Art. 22. No caso do não preenchimento das vagas oferecidas às organizações da sociedade civil, a comissão organizadora do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS manterá o resultado geral e promoverá oportunamente outro processo de escolha para o preenchimento das vagas ociosas.

Das vagas:

Art. 23 - As vagas para os representantes das organizações da sociedade civil no Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS serão em número de 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes, nas seguintes categorias:

- a) 03 representantes de Associação de Moradores;
- b) 01 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipumirim;
- c) 01 representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL.

Da posse:

Art. 24. Os representantes das organizações da sociedade civil eleitos no processo de escolha serão nomeados e empossados pelo Prefeito ou seu representante legal juntamente com os representantes do governo.

Da impugnação:

Art. 25. Qualquer membro da comunidade maior de 18 anos e o Ministério Público poderão solicitar impugnação de entidade ou associação no prazo de 48 horas após a publicação do resultado final, tendo os mesmos direito a ampla defesa.

Das disposições finais:

Art. 26. A inscrição no processo de escolha de representantes de organizações da sociedade civil, implicará na aceitação, por parte das organizações da sociedade civil, através de seus representantes, do pleno conhecimento da regulamentação das normas contidas neste edital.

Art. 27. A competência da comissão organizadora do processo de escolha cessará com a nomeação e a posse dos eleitos.

Art. 28. Os casos omissos serão julgados e deliberados pela comissão organizadora deste processo.

Art. 29. O presente edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 18 de julho de 2016

Márcia Faccin De Conto

Comissão Organizadora

Adriana Giombelli Bordinhon

Comissão Organizadora

Angela Terezinha Camillo Techio

Comissão Organizadora

Jacira Bonissoni Rech

Comissão Organizadora

PORTARIA Nº 6 DE 18 DE JULHO DE 2016/CMV

PORTARIA Nº 6 DE 18 DE JULHO DE 2016

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio à Servidora ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DE IPUMIRIM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, nos termos do Artigo 118 da Lei Complementar 001/2002, que Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das Autarquias e das Fundações Municipais, faz saber a todos os habitantes do Município que Ela promulga a seguinte:

PORTARIA

Art.1º. Fica concedido Licença Prêmio de 45 (quarenta e cinco) dias, relativo ao período aquisitivo de 2007 a 2012, e período de gozo de 18 de julho ate 1º de setembro de 2016, à Servidora Irene Siebeneichler Mosconi, brasileira, casada, nascida em 18/11/1974, portadora da RG nº 14/C 2.135.730, ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, lotada na função de Agente de Serviços de Copa e Cozinha, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Ipumirim – SC, 18 de julho de 2016. Osmar José Simon-Presidente; Mauro Antonio Gabardo-Vice-Presidente; Gilmar Cavaliéri-Primeiro Secretário. Registra-se e publica-se em 18 de julho de 2016; Edson Luiz Bogoni-Agente Legislativo

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2016, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2016/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 43/2016

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: aquisição de material elétrico e serviço instalação de luminárias de emergência no Núcleo Educacional Claudino Locatelli e Creche Municipal Danilo João Cason. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 21/07/2016

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 01/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS

RESOLUÇÃO Nº. 01/2016

Institui Comissão de Organização do processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil que integrarão o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS gestão 2016/2018.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS no uso de suas atribuições legais, em consonância com a Lei nº. 1.472/2007 de 13 de junho de 2007.

Resolve:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão de Organização do processo de escolha dos representantes da Sociedade Civil em fórum específico/plenária aberta para composição do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, Biênio 2016/2018.

Art. 2º. A Comissão será composta pelos seguintes membros do CMHIS:

I – Conselheiros representantes da sociedade civil e governo:

Márcia Faccin De Conto

Adriana Giombelli Bordinhon

Angela Terezinha Camillo Techio

Jacira Bonissoni Rech

Art. 3º. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

assessorar a comissão organizadora e propiciar-lhe todo o apoio necessário ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 4º. A comissão organizadora deverá concluir o referido processo no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 18 de julho de 2016.

Márcia Faccin De Conto

Presidente do CMHIS

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 43, DL Nº 14-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 14/2016 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 43/2016 Data do Processo: 21/07/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 43/2016
b) Licitação Nr.: 14/2016-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 21/07/2016
e) Objeto da Licitação aquisição de material elétrico e serviço instalação de luminárias de emergência no Núcleo Educacional Claudino Locatelli e Creche Municipal Danilo João Cason.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ELETRICA JLB LTDA ME (9410)

1	EXTINTOR PO QUIMICO 4kg	UN	4,00	0,0000	100,00	400,00
2	Placa saída luminosa Led 3W	UN	46,00	0,0000	58,00	2.668,00
3	Luminária de emergência LED 8 watts	UN	51,00	0,0000	25,00	1.275,00
4	CANAleta BRANCA SISTEMA X	UN	80,00	0,0000	4,00	320,00
5	CAIXA PADRÃO SISTEMA X	UN	80,00	0,0000	1,95	156,00
6	TOMADA SISTEMA X	UN	80,00	0,0000	4,25	340,00
7	CABO FLEXIVEL 2,5MM	M	1.050,00	0,0000	0,80	840,00
8	Fita isolante 10mt	RI	6,00	0,0000	2,00	12,00
9	Abraçadeira nylon 300mm x 3,6	UN	95,00	0,0000	0,10	9,50
10	Parafuso 3.5 x30mm	UN	95,00	0,0000	0,05	4,75
11	BUCHA NYLON 6 MM	UN	95,00	0,0000	0,05	4,75

Ipumirim, 21 de Julho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO**Nr.: 14/2016 - DL**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 43/2016
Data do Processo: 21/07/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**ELETRICA JLB LTDA ME (9410)**

12	mao de obra e serviço instalação elétrica	SER	1,00	0,0000	1.490,00	1.490,00
Total do Fornecedor:						7.520,00
Total Geral:						7.520,00

Ipumirim, 21 de Julho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3038/2016

DECRETO Nº 3.038/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Fica suplementada no montante de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) a dotação:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.1.90.00.00.00.00.00.0252 (52)	Aplicações Diretas	R\$ 22.000,00

Art. 3º - Devido a suplementação do artigo anterior, ficam anuladas as dotações:

04 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.3.90.00.00.00.00.00.0252 (54)	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0252 (56)	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de julho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3039/2016

DECRETO Nº 3.039/2016

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferido e autorizado pela Lei nº 1.887 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Irineópolis, no exercício corrente, as dotações a seguir especificadas.

Art. 2º - Fica suplementada no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) a dotação:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.006 – Manutenção do Ensino Fundamental		

3.3.90.00.00.00.00.00.0257 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00
---------------------------------	--------------------	----------------

Art. 3º - Devido suplementação do artigo anterior, fica anulada a dotação:

02 – PODER EXECUTIVO		
05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		
2.011 – Manutenção do Ensino Infantil		
3.1.90.00.00.00.00.00.0257 (58)	Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Art. 4º - Ficam suplementadas no montante de R\$ 93.000,00 (Noventa e três mil reais) as dotações:

02 – PODER EXECUTIVO		
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
2.016 – Manutenção de Ações de Serviços Urbanos		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (95)	Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (106)	Aplicações Diretas	R\$ 76.000,00
4.6.90.00.00.00.00.00.0100 (113)	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
TOTAL GERAL R\$ 93.000,00		

Art. 5º - Devido suplementação do artigo anterior, ficam anuladas as dotações:

02 – PODER EXECUTIVO		
09 – SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA		
1.006 – Pavimentação de ruas, ciclovia e rodovias		
4.4.90.00.00.00.00.00.0100 (90)	Aplicações Diretas	R\$ 13.000,00
2.018 – Manutenção do Transporte Rodoviário		
3.2.90.00.00.00.00.00.0100 (105)	Aplicações Diretas	R\$ 80.000,00
TOTAL GERAL R\$ 93.000,00		

Art. 6º - Ficam suplementadas no montante de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) as dotações:

02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.019 – Manutenção do Conselho Tutelar		
3.1.90.00.00.00.00.00.0100 (115)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
2.020 – Manutenção de Programas de Assistência Social		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (121)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
TOTAL GERAL R\$ 70.000,00		

Art. 7º - Devido suplementação do artigo anterior, ficam anuladas as dotações:

02 – PODER EXECUTIVO		
10 – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO		
2.023 – Desenvolvimento da Cultura		
3.3.90.00.00.00.00.00.0100 (136)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

2.024 – Manutenção do Desporto Comunitário		
3.1.90.00.00.00.00.0100 (131)	Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
TOTAL GERAL		R\$ 70.000,00

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de julho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N º 163/2016

PORTARIA N º. 163/2016.

DESIGNA SERVIDORA PARA AS ATRIBUIÇÕES DE COORDENADORA DO PROGRAMA SAMU – SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - DESIGNAR a servidora VIVIANE RENATA OPAUTCHAK, ocupante do cargo efetivo de Técnica de Enfermagem do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município, para desempenhar cumulativamente com as atividades de seu cargo, as atribuições de Coordenadora do Programa SAMU, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde, sem ônus para o Município.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de Julho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 106, DE 19 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 106, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Altera veículo para serviços de táxi.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e ainda, de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992;

Decreta:

Art. 1º. Fica alterado o veículo do Ponto n. 04, junto ao Hospital, município de Itapiranga SC, para o veículo CHEV/SPIN 1.8L AT LTZ, placas QIC6695, ano de fabricação e modelo 2016, RENAVAL 1091801182, CHASSI 9BGJC75EOGB187633, cor prata, de propriedade de Jaime Mees.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 19 de julho de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios.

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

DECRETO Nº 108, DE 19 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 108, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga-SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação", na seguinte fonte de Recurso 104 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais):

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente
20.606.0107.1026 – Aquisição de Veículos e Equipamentos e Material Permanente
44.90.00.00.00.00.0104 - Aplicações diretas R\$ 4.300,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 19 de julho de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 109, DE 19 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 109, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, por conta do "Excesso de Arrecadação" na fonte de recurso 120 – Convênio Saúde Bucal, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

92.01 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0133.2026 – Manutenção das Atividades da Secretária Municipal da Saúde
33.90.00.00.00.00.0120– Aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 19 de julho de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretário Municipal de Administração.

DECRETO Nº 107 DE 19 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 107 DE 19 DE JULHO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.004 de 15 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, por conta do "Superávit Financeiro", verificado no exercício anterior, na fonte de recurso 177 - Recursos do Tesouro do Exercício Anterior – Transf. Capital do Estado, no valor de R\$ 108.401,22 (cento e oito mil quatrocentos e um reais e vinte dois centavos):

03.03 – Secretaria Municipal Administração, Obras, Serviços Urbanos - Urbanismo

15.451.0076.1006- Construção e Manutenção de Asfalto, Calçamento e Passeios Públicos

44.90.00.00.00.00.0177- Aplicações Diretas R\$ 108.401,22

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 19 de julho de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

DECRETO Nº 110, DE 19 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 110, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Delega atribuições à Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento e dá outras providências.

O Prefeito em Exercício do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

D e c r e t a :

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto delegadas atribuições à Secretária Municipal de da Fazenda e Planejamento, Jacinta Maria Nyland, matrícula nº 10182/06, para cumulativamente de 20 a 22 de julho de 2016, efetuar a assinatura de toda documentação da Secretaria Municipal de Administração Obras e Serviços Urbanos por motivo da viagem do Secretário Artemio Antonio Scalon, matrícula nº 9979/5, a Florianópolis para participar do 105º Seminário Brasileiro de Prefeitos, Vereadores, Procuradores, Controladores Internos, Secretarios e Assessores.

Parágrafo único. A delegação prevista no caput deste artigo não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga - SC, 19 de julho de 2016.

Inácio Oswald

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 116/2016, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de materiais didático pedagógicos para manutenção das atividades das escolas municipais. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 10 de agosto de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 21 de julho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 021/2016 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UBS BARRA DO SAÍ

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 021/2016 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA UBS BARRA DO SAÍ

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde da área de abrangência da Unidade Básica de Saúde Barra do Saí:

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Cezar Augustus Kojikovski	88
2º	Helda Regina do Nascimento Sousa	88
3º	Rosana Lucia Ramos Leão	84
4º	Milene Cristina Maciel dos Santos	80
5º	Elisabete Maria Kania	76
6º	Liziany de Fátima Koppe	74
7ª	Jessica de Campos	74
8ª	Sharon Angel Julie Farrath Ferreira	72
9ª	Marilize Nunes de Jesus da Silva	68
10ª	Fabiane Alves da Silveira	60

Itapoá, 21 de Julho de 2016.

Marciane Rech
Enfermeira Coordenadora ESF

Joseane Maria Soares de Lima
Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

DECRETO MUNICIPAL Nº 2835/2016 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

DECRETO MUNICIPAL nº 2835/2016

Data: 19 de julho de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a LM 660/2016, de 19 de julho de 2016,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.616.750,00 (hum milhão seiscentos e dezesseis mil setecentos e cinquenta reais) em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Créditos Adicionais Especiais

16.00 IPESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOC SERV PÚBLICOS DO MUN. DE ITAPOÁ

16.01 IPESI

00902720014.2134 Benefícios de Aposentadorias

33190 Aplicações Diretas (12) FR 10300 R\$ 1.399.000,00

00902720014.2135 Outros Benefícios Previdenciários

33190 Aplicações Diretas (13) FR 10300 R\$ 217.750,00

Total dos Créditos Adicionais R\$ 1.616.750,00

Anulações

16.00 IPESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOC SERV PÚBLICOS DO MUN. DE ITAPOÁ

16.01 IPESI

00902720014.2134 Benefícios de Aposentadorias

33390 Aplicações Diretas (01) FR 10300 R\$ 1.399.000,00

00902720014.2135 Outros Benefícios Previdenciários

33390 Aplicações Diretas (02) FR 10300 R\$ 217.750,00

Total das Anulações R\$ 1.616.750,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2837/2016 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2837/2016

Data: 12 de janeiro de 2016

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2565/2015, DE 09 DE OUTUBRO DE 2015, QUE NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, PARA O BIÊNIO 2015/2017.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 030/2001, de 29 de junho de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 397/2012, e considerando Of./CMAS/nº 002/2016, de 11 de janeiro de 2016,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 2565/2015, de 09 de outubro de 2015, conforme segue:

Representantes não-governamentais

· Entidades ou Organizações de Assistência Social que prestam sem fins lucrativos, atendimento assistencial conforme determina a Lei:

· Lana Rosélia Quadros Beveláqua Titular

· Marlene Amâncio Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e altera o Decreto Municipal nº 2565/2015, de 09 de outubro de 2015.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2838/2016 – DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

DECRETO MUNICIPAL nº 2838/2016

Data: 19 de julho de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a LM 663/2016, de 19 de julho de 2016,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, no valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais) em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementações**09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA****09.01 Departamento de Agricultura**

02006080012.1014 aquisição de Veículos, Equipamentos e Maquinários para a Agricultura

34490 Aplicações Diretas (225) FR 10000 R\$ 31.500,00

34490 Aplicações Diretas (488) FR 23404 R\$ 97.500,00

Total das Suplementações R\$ 129.000,00

Anulações**11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS****11.01 Departamento de Obras**

00154510009.2077 Aquisição e Manutenção de Veículos, Maquinários e Equipamentos

34490 Aplicações Diretas (278) FR 10000 R\$ 31.500,00

34490 Aplicações Diretas (453) FR 23404 R\$ 97.500,00

Total das Anulações R\$ 129.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2839/2016 – ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2638/2016, QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PAD Nº 45/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2840/2016

Data: 20 de julho de 2016.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2641/2016, DE 20 DE JANEIRO DE 2016, QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 46/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, e, considerando Of. PAD 45, nº11/16, de 15 de julho de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a letra c), do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 2641/2016, de 20 de janeiro de 2016, que passa vigorar com a seguinte redação:

c) Flávio Elias Gelamo Custódio Membro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2839/2016 – ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2638/2016, QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PAD Nº 45/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2839/2016

Data: 20 de julho de 2016.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2638/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016, QUE INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - PAD Nº 45/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, e, considerando Of. PAD 45, nº12/16, de 15 de julho de 2016,

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a letra c), do artigo 1º, do Decreto Municipal nº 2638/2015, de 13 de janeiro de 2016, que passa vigorar com a seguinte redação:

c) Flávio Elias Gelamo Custódio Membro

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 20 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2836/2016 - DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

DECRETO MUNICIPAL nº 2836/2016

Data: 19 de julho de 2016.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a LM 661/2016, de 19 de julho de 2016,

DECRETA

Art. 1º Abre-se no Orçamento Municipal crédito adicional suplementar por anulação de dotação, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementação**15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****15.01 Fundo Municipal de Assistência**

00802440005.2122 Manutenção do FMAS

33390 Aplicações Diretas (31) FR 10000 R\$ 100.000,00

Anulação**15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****15.01 Fundo Municipal de Assistência**

00802440005.2143 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (34) FR 10000 R\$ 100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 660/2016

LEI MUNICIPAL Nº 660/2016

Data: 19 de julho de 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS ESPECIAIS POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais especiais por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Créditos Adicionais Especiais

16.00 IPESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOC SERV PÚBLICOS DO MUN. DE ITAPOÁ

16.01 IPESI

00902720014.2134 Benefícios de Aposentadorias

33190 Aplicações Diretas (12) FR 10300 R\$ 1.399.000,00

00902720014.2135 Outros Benefícios Previdenciários

33190 Aplicações Diretas (13) FR 10300 R\$ 217.750,00

Total dos Créditos Adicionais R\$ 1.616.750,00

Anulações

16.00 IPESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOC SERV PÚBLICOS DO MUN. DE ITAPOÁ

16.01 IPESI

00902720014.2134 Benefícios de Aposentadorias

33390 Aplicações Diretas (01) FR 10300 R\$ 1.399.000,00

00902720014.2135 Outros Benefícios Previdenciários

33390 Aplicações Diretas (02) FR 10300 R\$ 217.750,00

Total das Anulações R\$ 1.616.750,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 661/2016

LEI MUNICIPAL Nº 661/2016

Data: 19 de julho de 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR anulação de dotação.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar por anulação de dotação, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência

00802440005.2122 Manutenção do FMAS

33390 Aplicações Diretas (31) FR 10000 R\$ 100.000,00

Anulação

15.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

15.01 Fundo Municipal de Assistência

00802440005.2143 Folha de Pagamento do FMS

33190 Aplicações Diretas (34) FR 10000 R\$ 100.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 662/2016

LEI MUNICIPAL Nº 662/2016

Data: 19 de julho de 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementações

08.00 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

08.01 Departamento de Esporte

02708120016.2030 Manutenção do Departamento de Esporte

33390 Aplicações Diretas (194) FR 10000 R\$ 5.000,00

02708120016.2035 Incentivo ao Esporte Amador e Profissional

33390 Aplicações Diretas (332) FR 10000 R\$ 3.000,00

Total das Suplementações R\$ 8.000,00

Anulações

08.02 Departamento de Lazer

02708130016.1013 Projeto Verão

33390 Aplicações Diretas (176) FR 10000 R\$ 6.000,00

34490 Aplicações Diretas (157) FR 10000 R\$ 2.000,00

Total das Anulações R\$ 8.000,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de julho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 663/2016

LEI MUNICIPAL Nº 663/2016

Data: 19 de julho de 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR anulações de dotações.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares por anulações de dotações, em conformidade com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, conforme abaixo:

Suplementações

09.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA

09.01 Departamento de Agricultura

02006080012.1014 aquisição de Veículos, Equipamentos e Maquinários para a Agricultura

34490 Aplicações Diretas (225) FR 10000 R\$ 31.500,00

34490 Aplicações Diretas (488) FR 23404 R\$ 97.500,00

Total das Suplementações R\$ 129.000,00

Anulações

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

11.01 Departamento de Obras

00154510009.2077 Aquisição e Manutenção de Veículos, Maquinários e Equipamentos

34490 Aplicações Diretas (278) FR 10000 R\$ 31.500,00

34490 Aplicações Diretas (453) FR 23404 R\$ 97.500,00

Total das Anulações R\$ 129.000,00
Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 19 de julho de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 664/2016

LEI MUNICIPAL Nº 664/2016
Data: 19 de julho de 2016

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 122/2007, de 28 de FEVEREIRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONDEB - Conselho Municipal de Acompanhamento e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes, que a Câmara Municipal de Itapoá aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

I. Fica alterado o art. 2º, da Lei Municipal nº 122/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O CONDEB será constituído por onze membros titulares e respectivos suplentes, com a seguinte representação:

I. 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo um da Secretaria Municipal de Educação e um representante dos diretores das escolas básicas públicas;

II. 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

III. 1 (um) representante da OAB (Itapoá);

IV. 1 (um) representante dos servidores da área técnico-administrativo das escolas básicas públicas;

V. 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

VI. 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, sendo 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas;

VII. 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação; e

VIII. 1 (um) representante do Conselho Tutelar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Lei Municipal nº 395/2012, de 03 de julho de 2012.

Itapoá (SC), 19 de julho de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

DECRETO Nº. 569, de 20 de julho de 2016.

DECRETO Nº. 569, de 20 de julho de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e,

Considerando que no art. 42 da LC 101/00 "é vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito".

Considerando o que lhe faculta o § 3º do artigo 157 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008;

Considerando o que estabelece o artigo 103 da Lei Complementar nº 020, de 17 de dezembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º. Fica suspenso até 31 de dezembro de 2016 o gozo de Licença Prêmio, bem como a conversão de 1/3 (um terço) da licença em pecúnia, a todos os servidores que fazem parte do Quadro dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único. Excetuam-se da vedação prevista no caput deste artigo os servidores que já possuírem tempo de contribuição suficiente para aposentadoria e a fruição da licença não implique em contratação de substituto, ficando vedada, porém, sua conversão de 1/3 em pecúnia.

Art. 2º. Fica igualmente suspenso até 31 de dezembro de 2016 o gozo de férias acumuladas, bem como a conversão de 1/3 em pecúnia.

Parágrafo Único: Excetuam-se da vedação prevista no caput deste artigo os servidores que já possuírem tempo de contribuição suficiente para aposentadoria e a fruição de férias não implique em contratação de substituto, ficando vedada, porém, sua conversão de 1/3 em pecúnia.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 01 de agosto de 2016.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de julho de 2016

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

DECRETO Nº 568, de 20 de julho de 2016

DECRETO Nº 568, de 20 de julho de 2016

Dispõe Sobre Procedimentos Administrativos e Instruções Relativas às Eleições 2016 no Âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito Municipal de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e, CONSIDERANDO a necessidade de sistematizar os procedimentos administrativos relativos às Eleições 2016, bem como de levar ao conhecimento dos servidores públicos e agentes políticos normas inerentes à legislação eleitoral em vigência, mormente em relação às condutas vedadas;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre procedimentos administrativos e instruções relativas às Eleições 2016 no âmbito do Poder Executivo do Município de Ituporanga e dá outras providências.

CAPÍTULO II

DAS CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS

De Acordo com a Legislação Eleitoral

Art. 2º São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais, de acordo com a Lei nº 9.504, de 1997, Resolução nº 22.579, de 30 de agosto de 2007, e Resolução nº 22.718, de 28 de fevereiro de 2008, ambas do Tribunal Superior Eleitoral:

I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária (Lei nº 9.504/97, art. 73, I);

II - usar materiais ou serviços custeados pelos Governos ou Casas Legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram (Lei nº 9.504/97, art. 73, II);

III - ceder servidor público ou empregado da Administração Direta ou Indireta Federal, Estadual ou Municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado (Lei nº 9.504/97, art. 73, III);

IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo Poder Público (Lei nº 9.504/97, art. 73, IV);

V - nomear, contratar ou de qualquer forma, admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios

dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, a partir de 02 de julho de 2016 até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvadas (Lei nº 9.504/97, art. 73, V):

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança (Lei nº 9.504/97, art. 73, V, a);

b) a nomeação para cargos do Poder Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais ou Conselhos de Contas e dos órgãos da Presidência da República (Lei nº 9.504/97, art. 73, V, b);

c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo (Lei nº 9.504/97, art. 73, V, "c");

d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo (Lei nº 9.504/97, art. 73, V, d); e

e) a transferência ou remoção ex officio de militares, policiais civis e de agentes penitenciários (Lei Federal nº 9.504/97, artigo 73, V, "e").

VI - a partir de 02 de julho de 2016 até a realização do pleito (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI):

a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, a);

b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da Administração Indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/97, artigo 73, VI, b); e

c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, "c").

VII - realizar, em ano de eleição, antes do prazo fixado no inciso anterior, despesas com publicidade dos órgãos públicos ou das respectivas entidades da Administração Indireta, que excedam a média dos gastos nos 03 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou do último ano imediatamente anterior à eleição, prevalecendo o que for menor (Lei nº 9.504/97, art. 73, VII); e

VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 05 de abril de 2016 até a posse dos eleitos (Lei nº 9.504/97, art. 73, VIII).

§1º Reputa-se agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional (Lei nº 9.504/97, art. 73, §1º).

§2º A vedação do inciso I deste artigo não se aplica ao uso, em

campanha, pelos candidatos à reeleição de prefeito e vice-prefeito, de suas residências oficiais, com os serviços inerentes à sua utilização normal, para realização de contatos, encontros e reuniões pertinentes à própria campanha, desde que não tenham caráter de ato público (Lei nº 9.504/97, art. 73, §2º).

§3º As vedações do inciso VI, alíneas "b" e "c", deste artigo, aplicam-se apenas aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, §3º).

§4º O descumprimento do disposto neste artigo acarretará a suspensão imediata da conduta vedada, quando for o caso, e sujeitará os agentes responsáveis à multa no valor de R\$ 5.320,50 (Cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$ 106.410,00 (Cento e seis mil, quatrocentos e dez reais), sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar, fixadas pelas demais leis vigentes (Lei nº 9.504/97, art. 73, §4º, c.c. art. 78).

§5º No caso de descumprimento dos incisos I, II, III, IV e VI deste artigo, sem prejuízo do disposto no §4º, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma, sem prejuízo de outras sanções de caráter constitucional, administrativo ou disciplinar, fixadas pelas demais leis vigentes (Lei nº 9.504/97, art. 73, §5º, c.c. art. 78).

§6º As multas de que trata este artigo serão duplicadas a cada reincidência (Lei nº 9.504/97, art. 73, §6º).

§7º As condutas enumeradas no caput deste artigo caracterizam, ainda, atos de improbidade administrativa, a que se refere o artigo 11, I, da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e sujeitam-se às disposições daquele Diploma Legal, em especial, às cominações do artigo 12, III (Lei nº 9.504/97, art. 73, §7º).

§8º Aplicam-se as sanções do §4º deste artigo aos agentes públicos responsáveis pelas condutas vedadas e aos partidos políticos, às coligações e aos candidatos que delas se beneficiarem (Lei nº 9.504/97, art. 73, §8º).

§9º No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, artigo 73, §10).

Art. 3º. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos (Constituição Federal, art. 37, §1º).

Parágrafo único. Configura abuso de autoridade, para os fins do disposto no artigo 22, da Lei Complementar Federal nº 64, de 1990, a infringência do disposto no caput, ficando o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro de sua candidatura (Lei nº 9.504/97, art. 74).

Art. 4º. A partir de 02 de julho de 2016, na realização de inaugurações, é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei nº 9.504/97, art. 75).

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo caracterizará abuso do poder econômico (Lei Complementar nº 64/90, art. 22).

Art. 5º. É proibido aos candidatos aos cargos de Prefeito e

Vice-Prefeito participar, a partir de 02 de julho de 2016, de inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77, caput).

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo sujeita o infrator à cassação do registro (Lei nº 9.504/97, art. 77, parágrafo único).

Art. 6º. O servidor ou empregado público, durante o horário de expediente, só pode se dedicar às funções que lhes são atribuídas, exercendo-as em benefício exclusivo da Administração Pública.

Art. 7º. Os agentes públicos, nos 03 (três) meses que antecedem as eleições, só podem se pronunciar em cadeia de rádio e televisão no horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo (art. 73, VI, "c", da Lei nº 9.504/97).

Art. 8º. Fica vedado, no ano de 2016, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior (artigo 73, §10, da Lei Federal Nº 9.504/97).

§1º Essas transferências de recursos ocorrem sob a forma de subvenções sociais, auxílios e contribuições.

§2º A norma de que trata o artigo 73, §10, da Lei Eleitoral, requer atenção redobrada, para que se evite erro de interpretação quanto à vedação expressa na alínea "a", inciso VI, do mesmo dispositivo, cujos prazos e regras são distintas.

§3º A regra do inciso VI, "a", do artigo 73, veda repasses entre os entes federativos; por sua vez, a regra artigo 73, §10, remete sua vedação ao âmbito interno da Administração Pública quando esta se relaciona com os cidadãos e a sociedade, incidindo especificamente sobre as ações de governo, notadamente, àquelas relacionadas com programas assistenciais.

Das Disposições Gerais

Art. 9º. Sem prejuízo do disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 9.504, de 1997, Resolução nº 22.579, de 30 de agosto de 2007, Resolução nº 22.718, de 28 de fevereiro de 2008, ambas do Tribunal Superior Eleitoral, são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas:

I - utilizar carro oficial em favor de candidato, partido político ou coligação, e bem ainda para uso pessoal do servidor;

II - utilizar carro oficial fora do horário de expediente, exceto os veículos destinados a serviços urgentes e essenciais;

III - transportar familiares e pessoas fora do quadro de funcionários da Prefeitura Municipal;

IV - manter em residência particular ou em qualquer outro estabelecimento comercial carro oficial, fora do horário de expediente;

V - utilizar telefone pago com dinheiro público em favor de candidato, partido político ou coligação, e bem ainda receber ligações a cobrar em qualquer hipótese;

VI - usar serviços gráficos próprios para fazer impressos de propaganda;

VII - contratar pesquisas de opinião relacionadas com a eleição;

VIII - realizar despesas com propaganda eleitoral dos candidatos

ou partidos;

IX - promover pessoas ou siglas ou símbolos ou imagens na divulgação dos atos municipais;

X - ceder instalações de prédios públicos para reuniões partidárias ou comícios ou reuniões políticas com objetivo eleitoral;

XI - ceder instalações para cursos ministrados por candidatos;

XII - permitir o uso de carros oficiais pelos candidatos ou pelos agentes públicos em reuniões partidárias ou comícios;

XIII - permitir que o servidor público atue em comitê eleitoral durante o expediente, exceto em férias ou licença-prêmio ou maternidade ou sem remuneração;

XIV - fazer uso promocional em favor de candidato ou partido da distribuição gratuita de bens ou serviços de caráter social (merenda e material escolar, comida, roupas, agasalhos, remédios, consultas médicas e dentárias, etc.);

XV - receber recursos de convênios após 02 de julho de 2016, excetuados os assinados anteriormente ou para atender situações de emergência e calamidade pública;

XVI - permitir o uso de símbolos, frases e imagens associadas ou semelhantes às usadas pelos órgãos públicos em propaganda eleitoral;

XVII - permitir a distribuição de propaganda nas repartições públicas;

XVIII - licitar obras ou serviços sem previsão de recursos orçamentários suficientes para pagar as despesas no corrente exercício;

XIX - utilizar em obra ou serviço particular veículos, máquinas, equipamentos ou material da Administração Pública;

XX - permitir que pessoas físicas ou jurídicas usem bens públicos em proveito próprio;

XXI - ordenar ou permitir despesas irregulares ou ilegais;

XXII - negligenciar na arrecadação de tributos ou renda ou na conservação do patrimônio público;

XXIII - retardar ou deixar de praticar ato de ofício;

XXIV - negar publicidade aos atos oficiais;

XXV - deixar de prestar contas na forma da lei;

XXVI - empenhar despesas além dos créditos regularmente concedidos;

XXVII - desrespeitar a ordem cronológica dos pagamentos (Lei Federal Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 5º); e

XXVIII - negar publicidade ou fazer divulgação em desacordo com a Constituição Federal e a Constituição do Estado.

Art. 10º. Cada funcionário municipal deve zelar pelo fiel cumprimento deste Decreto, informando de imediato ao superior hierárquico qualquer desobediência.

Art. 11º. Com relação à fiscalização sobre a frota de veículos oficiais, cada Secretário Municipal deve se responsabilizar pelos veículos ligados à respectiva pasta, mantendo no interior de cada veículo detalhado formulário, o qual deve ser entregue no final

de cada mês ao Secretário Municipal da Fazenda para criterioso controle.

Art. 12º. O desrespeito ao disposto neste Decreto acarretará instauração de processo administrativo, com todas as consequências legais.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. Este Decreto possui caráter instrutivo e informativo, estando nele consolidadas as normas inerentes à legislação vigente aplicáveis aos agentes públicos por ocasião das Eleições de 2016, não substituindo ou modificando, em nenhuma hipótese, a normatividade decorrente de tal legislação, possuindo, todavia, força normativa com referência aos procedimentos administrativos por ele estatuídos.

Art. 14º. Dê-se ciência pessoalmente do presente decreto a todos os Secretários Municipais e Chefes de Departamento, inclusive para que afixem cópia do presente decreto em todas as repartições da municipalidade, sem prejuízo da publicação como de costume.

Art. 15º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 20 de julho de 2016

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 204/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 233/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 204/2016 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 233/2015

PROCESSO: Inexigibilidade 022/2015-FMS ao CREDENCIAMENTO 059/2014 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CLINICA SAUDE MULHER SS LTDA.

OBJETO: Credenciamento de pessoas jurídicas, para a prestação de serviços especializados no Grupo 03 - Consulta médica especializada em: Anestesiologia, Angiologia, Cirurgia Geral de Média Complexidade, Cardiologia, Cardio Pediatria, Dermatologia, Endocrinologia e Metabologia, Gastroenterologia, Oftalmologia, Ortopedia, Psiquiatria, Proctologia, Reumatologia, Neurologia, Urologia e Grupo 02 – Procedimento com finalidade Diagnóstica; todos da Tabela Unificada de Procedimentos e Valores do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme Tabela de Preços, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, ao regulamento do sistema de credenciamento, em especial o Edital e demais anexos que são partes integrantes do procedimento instaurado pelo Edital de Credenciamento nº 59/2014-FMS.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 14.1 da cláusula décima quarta do Termo de Credenciamento original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 10/06/2016 com término em 09/06/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	56	Próprios	36.273,49
10.302.0753.2.705.3.3.90	Teto municipal de média e alta complexidade-amb. e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	57	Recursos Média Alta Complexidade	914,51

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen, Dalton Fernando Fischer e Guilherme Maciel Sapia.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

ANEXOS DA LEI Nº 7.235/2016

ANEXOS I, II e III DA LEI MUNICIPAL Nº 7.235/2016

Devido a problemas técnicos com a disponibilização de mapas no Diário Oficial do Município, os anexos da Lei Municipal nº 7.235/2016 encontram-se disponíveis no link abaixo:

<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/downloads.php?cat=1729>

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 182/2016 AO CONTRATO Nº 197/2013

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO Nº 182/2016 AO CONTRATO Nº 197/2013

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 157/2012.

FUNDAMENTO: Artigo 57, § 1º inciso VI da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: MD ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA.

DO OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para construção do Centro Municipal de Educação Infantil Braço Ribeirão Cavalo com área total de 1.060,30m², situado na Rua Francisco Gretter s/n, no Bairro Braço Ribeirão Cavalo, no município de Jaraguá do Sul, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º inciso I da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 201/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 378/2014, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 491/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 168/2015, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Quinto Termo Aditivo nº 209/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 322/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo nº 008/2016, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 26/03/2016 com término em 23/06/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: Com base no ofício encaminhado pela contratada e na comunicação interna encaminhada pelo Fiscal e Gestor do Contrato, o engenheiro Ariano José Toassi (em anexo), a garantia de execução contratual, prevista na alínea "m" do item 8.1 da oitava cláusula do contrato original, passa a ser substituída por uma retenção de pagamento no valor de R\$ 75.300,00 (setenta e cinco mil e trezentos reais) correspondente a 5% (cinco por cento) do valor atual do contrato.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Ricardo L. Herbert Diefenthaler.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 175/2016 AO CONTRATO Nº 469/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 175/2016 AO CONTRATO Nº 469/2015

PROCESSO LICITATÓRIO: TOMADA DE PREÇOS N.º 111/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, parágrafo primeiro, inciso III da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: JMS SERVIÇOS DE TRÂNSITO LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de sinalizações semafóricas, semi-pórticos piscantes e fornecimento de materiais para manutenção, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo (Termo de Referência), Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, parágrafo primeiro, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 17/03/2016 com término em 15/06/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 14 de agosto de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo a fiscal do contrato designada pelo Decreto Municipal nº 10.654/2015, servidora pública Engenheira Ana Maria Badura, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 13/05/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Jair Eugênio de Souza.

DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 193/2016 AO CONTRATO Nº 471/2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 193/2016 AO CONTRATO Nº 471/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 092/2015.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para reforma na E.M.E.F Machado de Assis (área de 1.092,34m²), localizada na Rua Manoel Francisco da Costa, 4390 no Bairro João Pessoa em Jaraguá do Sul SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 19/04/2016 com término em 17/07/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 3.410,57 (três mil quatrocentos e dez reais e cinquenta e sete centavos), correspondentes a 0,813% (oitocentos e treze milésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original; Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo II) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 131.924,06 (cento e trinta e um mil novecentos e vinte e quatro reais e seis centavos), correspondentes a 31,43% (trinta e um inteiros e quarenta e três centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original; Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 548.257,69 (quinhentos e quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e nove centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2016, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
12.361.0350.2.117.4.4.90	Manut. patrimonial – Ensino Fundamental	4.4.90 – Aplicações Diretas	119	Salário Educação

Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 2.312/2016.

DA PRORROGAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 15 de setembro de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.585/2015, servidor público Engenheiro Felipe Kutzner, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 09/06/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Paulo Roberto Knop.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 196/2016 AO CONTRATO Nº 309/2012

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 196/2016 AO CONTRATO Nº 309/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2012

FUNDAMENTO: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: EPAGRI – EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural em propriedades rurais cadastradas no município de Jaraguá do Sul em conformidade com o ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução previsto no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 277/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 256/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 266/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 01/07/2016 com término em 30/06/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o contratado, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 277/2013, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 256/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 266/2015, reduzido pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 037/2016, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 3.109,45 (três mil cento e nove reais e quarenta e cinco centavos), totalizando o termo aditivo no valor R\$ 37.313,40 (trinta e sete mil trezentos e treze reais e quarenta centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
20.606.0502.2.408.3.3.90	Serviços profissionais de extensão rural, pesquisa e projetos	3.3.90 – Aplicações Diretas	211	Próprios	18.656,70
20.606.0502.2.408.3.3.90	Serviços profissionais de extensão rural, pesquisa e projetos	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	Próprios	18.656,70

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Onévio Antonio Zabet.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 186/2015 AO CONTRATO Nº 214/2015

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 186/2015 AO CONTRATO Nº 214/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 034/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELI ME

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para implantação de um espaço de convívio social, paisagismo e enrocamento, localizado na Rua Erwino Menegotti, 478, no Bairro Água Verde, no município de Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, e considerada a justificativa do fiscal da obra, Engenheiro Bruno Dilmo de Souza, o prazo de vigência dos serviços previstos no item 6.2 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 483/2015, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 21/07/2016 com término em 18/10/2016.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 18 de outubro de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.410/2015, servidor público Engenheiro Bruno Dilmo de Souza, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 23/05/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Lincon Truppel Machado.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 198/2016 AO CONTRATO Nº 264/2014

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 198/2016 AO CONTRATO Nº 264/2014

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 081/2014.

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e nº 8.666/93

LOCADORA: AEB ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

OBJETO: Locação de imóvel (salas comerciais), sala 01 - 33,49m², sala 02 - 35,67m², sala 03 - 33,39m² e duas garagens, garagem 03 - 13,84m² e 04 - 14,67m², compostos no Cadastro Imobiliário nº 33.702 e Matrícula MI 8.638, localizados no pavimento térreo do Edifício Mime na Rua Guilherme Cristiano Wackerhagen, no Bairro Vila Nova, nesta Cidade, destinado exclusivamente para funcionamento da Gerência do Contencioso Fiscal da Procuradoria Geral do Município.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 263/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período iniciado em 01/07/2016 e com término em 30/06/2017. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o locador, o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 263/2015, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 3.154,00 (três mil cento e cinquenta e quatro reais); Considerando o item 4.1.1 da cláusula quarta do contrato original e que o imóvel alugado não possui relógio individual para o controle de água e esgoto, fica acrescido ao valor pago mensal o montante de R\$ 71,08 (setenta e um reais e oito centavos) referente a taxa mínima de consumo de água e esgoto para salas comerciais praticada pelo SAMAE; Em consequência, o valor mensal do presente termo aditivo fica no valor de R\$ 3.225,08 (três mil duzentos e vinte e cinco reais e oito centavos), totalizando o valor de R\$ 38.700,96 (trinta e oito mil setecentos reais e noventa e seis centavos) pelo período de 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta dos orçamentos dos exercícios de 2016 e 2017, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
4.122.0300.2.058.3.3.90	Pagto. Despesas fixas-Patrimônio (água, energia elétrica, telefone, etc)	3.3.90 – Aplicações Diretas	43	Próprios	25.800,64
4.122.0300.2.058.3.3.90	Pagto. Despesas fixas-Patrimônio (água, energia elétrica, telefone, etc)	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	Próprios	12.900,32

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Adejair Estefano Balsanelli.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 187/2016 AO CONTRATO Nº 215/2015

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 187/2016 AO CONTRATO Nº 215/2015

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 034/2015.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: TRANSPÉZIA AMBIENTAL LTDA EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia para implantação de um espaço de convívio social, paisagismo e enrocamento, localizado na Rua Erwino Menegotti, 478, no Bairro Água Verde, no município de Jaraguá do Sul/SC, com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, e considerada a justificativa do fiscal da obra, Engenheiro Bruno Dilmo de Souza, o prazo de vigência dos serviços previstos no item 6.2 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 484/2015, fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias a contar de 21/07/2016 com término em 18/10/2016.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 18 de outubro de 2016, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.410/2015, servidor público Engenheiro Bruno Dilmo de Souza, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 23/05/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Dêlcio Luís Spézia.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 195/2016 AO CONTRATO Nº 257/2013

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 195/2016 AO CONTRATO Nº 257/2013

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2013.

FUNDAMENTO: No item 6.7 da cláusula sexta do Contrato original, e no §1º do artigo 3º da Lei Federal n.º 10.192/2001 e Prejulgados nºs 424 e 869 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, no artigo 57 inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INSTALADORA ELÉTRICA OSVALDO LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços para manutenção física preventiva e corretiva da rede lógica, telefonia e elétrica da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, para um total de 6.600 (seis mil e seiscentos) horas/homem anual, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência/Especificações Técnicas e Anexo IX – Minuta de Contrato, e demais condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 7.1 da cláusula sétima do contrato original, prorrogado pelo item 5.1 da cláusula quinta do Primeiro Termo Aditivo nº 254/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 255/2015, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a contar de 07/06/2016 com término em 06/06/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR E DO REAJUSTE: O valor pactuado no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 254/2014, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 255/2015, fica reajustado em 9,81% (nove inteiros e oitenta e um centésimos por cento), referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC apurado no período de junho de 2015 e maio de 2016, passando o valor por hora/homem de R\$ 28,84 (vinte e oito reais e oitenta e quatro centavos) para R\$ 31,67 (trinta e um reais e sessenta e sete centavos); Em consequência, o valor total do presente Termo Aditivo fica no valor total de R\$ 209.022,00 (duzentos e nove mil vinte e dois reais).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2016 e 2017, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
4.722.0300.2.060.3.3.90	Manut. dos serviços de tecnologia da informação	3.3.90 – Aplicações Diretas	52	Próprios	121.929,50
4.722.0300.2.060.3.3.90	Manut. dos serviços de tecnologia da informação	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	Próprios	87.092,50

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 10/06/2016.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Osvaldo Bridaroli.

Dieter Janssen
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 199/2016 AO CONTRATO Nº 295/2013

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 199/2016 AO CONTRATO Nº 295/2013

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2013

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na prestação de assessoria técnica especializada na área de orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços, previstos no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 308/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 290/2015, fica prorrogado por mais 03 (três) meses compreendendo o período de 06/07/2016 com término em 05/10/2016. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DO VALOR : Em concordância com a Contratada, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, reduzido pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 290/2015, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais), totalizando o aditivo no valor em R\$ 13.050,00 (treze mil e cinquenta reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2016, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
4.122.0300.2.020.3.3.90	Manutenção das atividades administrativas do Gabinete do Prefeito e do vice Prefeito	3.3.90 – aplicações diretas	1	Próprios

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2016.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Dieter Janssen e Lilio Chaves Cabral.

DIETER JANSSEN
Prefeito Municipal

ISSEM - CONTRATO 151/2016

CONTRATO 151/2016

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2013

TOMADA DE PREÇO Nº 06/2013

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 38/2013, Tomada de Preço nº 06/2013, para contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços técnicos especializados de Data Center e Hospedagem de Software na forma de Cloud Computing, em Cloud privada, para hospedagem e acesso aos aplicativos do Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA, que mantém entre si, a empresa CBA SISTEMAS LTDA - EPP e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar o prazo de execução do serviço para mais 12 (doze) meses, a contar de 01/07/2016, conforme estabelecido no item 7.2;
- 2) Reajustar em 9,82%, conforme índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IBGE), o valor mensal da prestação do serviço, conforme previsto no item 4.5 do contrato. Desta forma, o valor mensal do serviço de Data Center e Hospedagem de Software será de R\$ 2.974,01 (dois mil novecentos e sessenta e quatro reais e um centavo); totalizando o valor de R\$ 35.688,12 (trinta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e doze centavos) pelo período de 12 meses.
- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 30 de junho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente	Darlan Segalin Sócio Administrador
---	---------------------------------------

TESTEMUNHA:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	
---	--

ISSEM - CONTRATO 153/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 145/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 145/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA MÉDICA SÃO LUCAS JARAGUÁ DO SUL SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar da data de assinatura.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 01 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Scharlon Ehmke Sócio Administrador CONTRATADA
	Tatiana Beatriz Wittaczik Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 160/2016

EXTRATO – TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 160/2016
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2013
CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)
CONTRATADO: FARMÁCIA VIDA E SAÚDE LTDA (CNPJ nº 81.551.780/0001-60)
OBJETO: Fornecimento de Medicamentos, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.
FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 09/2013 e legislação pertinente.
VIGÊNCIA: 12 meses.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2016.
SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Sara Letícia de Avila.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente

ISSEM - CONTRATO 161/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 112/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA BRENNEISEN SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Acrescentar à tabela constante no item 1.3:

2) O presente aditivo terá vigência de 12 meses, a contar de 04/07/2016, podendo ser prorrogado a critério do ISSEM.

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 07 de junho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Ana Júlia Schiroky Brenneisen Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 162/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 150/2015, para o fornecimento de exames laboratoriais, que mantém entre si, a credenciada ANTELO LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar da data de assinatura.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 13 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Rafael Rodrigues Antelo Lopez Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 163/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 155/2015, para o fornecimento de medicamentos, que mantém entre si, a credenciada FARMÁCIA LOPES E SATO LTDA ME, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 20/07/2016.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas

abaixo:

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Melyna Thiemi Sato Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 164/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 157/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 157/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada MEDCLIN UROLOGIA E MEDICINA DO TRABALHO SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 21/07/2016.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Douglas Mauricio Spies Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 165/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 169/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 169/2015, para o fornecimento de serviços de odontologia básica, que mantém entre si, a credenciada LEVIE CLÍNICA ODONTOLÓGICA SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 28/07/2016.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Simara Lídia Esser Sócia Administradora CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 166/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 171/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 171/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CLÍNICA VITAL, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 30/07/2016.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Alessandra Cristhina Escopelli Orzechowski Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 167/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 173/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 173/2015, para o fornecimento de exames de imagem, que mantém entre si, a credenciada SONOANGIO DIAGNÓSTICOS VASCULARES SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 30/07/2016.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Leandro Eger Sócio Administrador CONTRATADA
--	---

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA
---	--

duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente Contratante	Ronaldo Benkendorf Diretor Comercial Contratada
--	---

ISSEM - CONTRATO 168/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 172/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 172/2015, para o fornecimento de serviços de radiologia odontológica, que mantém entre si, a credenciada CRO – CENTRO DE RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA SS LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 30/07/2016.
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 14 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Camila Machado de Souza Fortkamp Sócia Administradora CONTRATADA
--	--

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA
---	--

TESTEMUNHAS:

Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde	Deise Fernanda Pincegher Rodrigues Superintendente de Previdência Social
---	---

ISSEM - CONTRATO 170/2016

EXTRATO - CONTRATO Nº 170/2016

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 12/2013

CONTRATANTE: ISSEM – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: NUTRICARE – CLÍNICA DE NUTRIÇÃO LTDA (CNPJ nº 11.479.658/0001-44)

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS DE CONSULTAS COM NUTRICIONISTA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do ISSEM.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 5.313/2004, Edital de Credenciamento nº 12/2013 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses.

DATA DA ASSINATURA: 14/07/2015.

SIGNATÁRIOS: Rosana Maria de Souza Rosa e Lindolfo Rudnick Júnior.

Rosana Maria de Souza Rosa
Diretora Presidente

ISSEM - CONTRATO 169/2016

CONTRATO Nº 169/2016

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 170/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 07/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 170/2015, para fornecimento de Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação Predial das dependências do ISSEM, que mantém entre si, o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS e ORBENK ADMINISTRADORA E SERVIÇOS LTDA, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar o prazo de fornecimento do serviço por mais 12 meses, a iniciar em 01/08/2016 e terminar em 31/07/2017, conforme estabelecido no item 7.1;
- 2) Reajustar o valor do serviço mensal em + 11,5% (onze inteiros e cinquenta centésimos por cento), conforme a cláusula quarta da Convenção Coletiva da Categoria - Ano 2016. Desta forma, o valor do serviço mensal de servente será de R\$ 3.700,57 (três mil setecentos reais e cinquenta e sete centavos), totalizando o valor de R\$ 44.406,84 (quarenta e quatro mil quatrocentos e seis reais e oitenta e quatro centavos) para o período de 12 meses.
- 3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas;

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em

ISSEM - CONTRATO 171/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 163/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 163/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CARDIOPRIME S/S, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 22/07/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 19 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Julio Cesar Schulz Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 172/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 192/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 192/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada CARDIOPRIME S/S, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 12/08/2016.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 19 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Julio Cesar Schulz Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 173/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 185/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 185/2015, para o fornecimento de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada ORS MÉDICOS ASSOCIADOS, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Acrescentar à tabela constante no item 1.3:

2) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 03/08/2016.

3) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2016:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 19 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Osmar Andreatta Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 175/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 153/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 153/2015, para o fornecimento de serviços de fisioterapia, que mantém entre si, a credenciada ORTO-FISIO CLÍNICA MÉDICA SS, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar da data de assinatura.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Daniel Antônio Wulf Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

ISSEM - CONTRATO 176/2016

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2015

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 136/2015, para o fornecimento de serviços de psicologia, que mantém entre si, a credenciada CARDIOCLÍNICA SS, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar da data de assinatura.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 21 de julho de 2016.

Rosana Maria de Souza Rosa Diretora Presidente CONTRATANTE	Cassio Fontoura Sócio Administrador CONTRATADA
Gilséia Kassner Leoni Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA	Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

LEI Nº 7.235/2016

LEI Nº 7.235/2016

Dispõe Sobre a Delimitação da Área Urbana Consolidada do Município de Jaraguá do Sul e Estabelece Medidas Para a Regularização Ambiental e/ou Fundiária de Imóveis Situados às Margens de Cursos D'Água Naturais em Tais Locais, nos Termos do Artigo 30, Inciso I, da Constituição Federal, de 1988, do Artigo 64 e do Artigo 65, da Lei Federal Nº 12.651, de 2012, e do Artigo 112-A, da Lei Estadual Nº 14.675/2009, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art.1º Esta Lei delimita a Área Urbana Consolidada (AUC) do Município de Jaraguá do Sul e estabelece medidas para a regularização ambiental e/ou fundiária de imóveis situados às margens de cursos d'água naturais em tais locais.

Parágrafo único. As medidas de que trata esta Lei abrangem edificações já existentes, com ou sem a emissão de Habite-se ou Alvará de Construção, e a realização de futuras edificações.

Art.2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Área Urbana Consolidada Previamente Identificada (AUC-PI), aquela representada pelo mapa constante do Anexo I, parte integrante desta Lei;

II - Área Urbana Consolidada Mediante Análise (AUC-MA), aquela representada pelo mapa constante do Anexo II, parte integrante desta Lei;

III - Área Urbana Não Consolidada, aquela integrante do perímetro urbano municipal, mas não inserida nos incisos I ou II deste artigo 2º;

IV - Linha da Média Calculada (LMC), aquela que representa o distanciamento que as edificações localizadas em imóveis lindeiros mantêm em relação ao curso d'água natural, sendo calculada individualmente para cada lote, na forma do Anexo III, observando-se o mínimo de 15,00 (quinze) metros.

§1º As disposições desta Lei, na forma prevista nos artigos seguintes, aplicam-se automaticamente aos imóveis localizados na AUC-PI, indicada no inciso I deste artigo 2º.

§2º No que se refere a imóvel localizado na AUC-MA, indicada no inciso II deste artigo 2º, as disposições desta Lei, na forma prevista nos artigos seguintes, somente serão aplicáveis mediante manifestação favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), ouvida a Comissão de Análise Prévia da Área Urbana Consolidada (CAP-AUC), a partir de requerimento fundamentado apresentado pelo interessado, observado o previsto no artigo 8º.

§3º As disposições desta Lei não se aplicam aos imóveis localizados na área descrita no inciso III deste artigo 2º.

**CAPÍTULO II
DAS MEDIDAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E/OU FUNDIÁRIA DE IMÓVEIS EM ÁREA URBANA CONSOLIDADA**

Art.3º A regularização ambiental e/ou fundiária de imóveis inseridos em AUC, definida nos termos do artigo 2º, observará o seguinte procedimento:

I - o interessado na regularização ambiental e/ou fundiária de determinado imóvel encaminhará requerimento ao Poder Executivo Municipal, solicitando a emissão de Certidão de AUC;

II - o Poder Executivo Municipal realizará a análise do requerimento indicado no inciso I, para constatar se o imóvel:

a) está inserido em AUC-PI (inciso I do artigo 2º) ou, em se tratando de AUC-MA (inciso II do artigo 2º), tenha ocorrido prévia manifestação favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema) (artigo 2º, §2º);

b) não está localizado em área de risco ou em área de interesse ecológico relevante, cuja ocupação não seja admitida pela legislação municipal;

c) possui edificação que observa o afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros entre a construção e o curso d'água natural;

d) se enquadra, total ou parcialmente, em alguma das seguintes modalidades:

1. edificação existente, munida de Alvará de Construção ou Habite-se;

2. edificação existente, sem Alvará de Construção ou Habite-se;

3. para nova edificação;

4. para outros procedimentos cabíveis, na forma do artigo 10.

III - atendidos os requisitos contidos no inciso II, o Poder Executivo Municipal irá deferir o requerimento formulado, expedindo Certidão de AUC, que conterá o seguinte:

a) caso o requerimento seja destinado à edificação já existente no imóvel e que esteja munida de Habite-se ou Alvará de Construção, o atestado de regularidade ambiental e/ou fundiária quanto à localização da edificação em relação a curso d'água natural;

b) caso o requerimento seja destinado à edificação já existente no imóvel e que não esteja munida de Habite-se ou Alvará de Construção, o atestado da viabilidade de regularização ambiental e/ou fundiária quanto à localização da edificação em relação a curso d'água natural, sem prejuízo da aplicação dos demais requisitos contidos na legislação municipal;

c) o afastamento que as futuras edificações no imóvel devem observar em relação a curso d'água natural, observado o previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo 3º;

d) que a Certidão de AUC possui natureza declaratória, não substituindo atos administrativos destinados à construção ou regularização de edificações (Alvará de Construção, de Reforma, de Habite-se, etc.), cuja emissão pode estar condicionada ao pagamento de medida de compensação mitigatória, na forma do artigo 4º.

§1º Nas futuras edificações em AUC, quando realizadas em imóveis localizados nas margens do Rio Itapocu, Rio Itapocuzinho, Rio Jaraguá, Rio Cerro, Ribeirão do Molha, Ribeirão das Pedras Brancas e Córrego Boa Vista, para fins de definição da faixa não edificável em cada imóvel, será adotada a LMC, observando-se o seguinte:

I - não será admitida a ampliação de edificações já existentes na faixa compreendida entre a LMC e o curso d'água natural;

II - a instalação de estruturas ou equipamentos de uso temporário (tais como quiosques, chupanas, piscinas, equipamentos de lazer) será permitida na faixa compreendida entre o mínimo de 15,00 (quinze) metros e a LMC, desde que não implique impermeabilização em área superior a 10% (dez por cento) de tal local;

III - no caso de demolição de edificação já existente, para a construção de nova edificação:

a) na faixa compreendida entre o mínimo de 15,00 (quinze) metros e a LMC, a nova edificação não poderá ocupar área de solo superior àquela da edificação anteriormente existente;

b) a nova edificação não poderá estar situada em distância inferior do curso d'água natural, em comparação com a edificação anteriormente existente.

§2º Nas margens dos demais cursos d'água naturais, não inseridos no §1º deste artigo, será adotado o afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros, dispensando a aplicação da LMC.

§3º Não serão admitidas novas edificações na faixa de 15,00 (quinze) metros a partir da margem do curso d'água natural.

§4º O disposto no parágrafo anterior se aplica a todos os imóveis, inclusive àqueles em que tenha ocorrido a demolição de edificações anteriormente existentes.

Art.4º A medida de compensação mitigatória (inciso III, "d", do artigo 3º) consistirá na destinação de recursos monetários pelo requerente, para financiar a adoção de providências do Poder Público Municipal que visem à redução dos efeitos de impactos ambientais do processo de ocupação urbana e será calculada da forma seguinte:

I - quando se tratar de edificação já existente e que não esteja munida de Alvará de Construção ou Habite-se, a medida de compensação mitigatória será o resultado da seguinte equação: $V = [Ae(VT+VE)]15\%$;

II - quando se tratar de nova edificação, a medida de compensação mitigatória será o resultado da seguinte equação: $V = (Fae*VT)30\%$;

III - quando se tratar de edificação já existente e que esteja munida de Alvará de Construção ou Habite-se, não se aplica a previsão de medida de compensação mitigatória.

Onde:

V = valor da medida de compensação mitigatória, expresso em reais (R\$);

Ae = área da edificação já existente no imóvel, que esteja localizada entre o afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros do curso d'água natural e a distância fixada como regra geral para Área de Preservação Permanente (artigo 4º, I, da Lei Federal Nº 12.651/2012), expressa em metros quadrados (m²);

Fae = área da edificação a ser construída no imóvel, que estará localizada entre o afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros do curso d'água natural e a distância fixada como regra geral para Área de Preservação Permanente (artigo 4º, I, da Lei Federal Nº 12.651/2012), expressa em metros quadrados (m²);

VT = valor médio do metro quadrado do terreno, expresso em reais (R\$);

VE = valor médio do metro quadrado da edificação, expresso em reais (R\$).

§1º Para o cálculo da medida de compensação mitigatória, a definição do VT e do VE será realizada pela Comissão Permanente de Processo Administrativo para Fins de Aquisição ou Locação de Bens Imóveis, Alienação e Outorga de Concessão ou Permissão de Bens Públicos, do Poder Executivo Municipal.

§2º Nos casos em que houver, no mesmo imóvel, edificações parcialmente munidas de Alvará de Construção ou Habite-se, a medida de compensação mitigatória incidirá somente em relação à área edificada que não estiver contemplada nos referidos atos administrativos.

§3º Os recursos oriundos das medidas de compensação mitigatória de que trata este artigo serão mantidos em conta específica do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Reconstituição dos Bens Lesados, administrado pela Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama) (Lei Complementar Municipal Nº 41/2005) e serão aplicados exclusivamente para a aquisição de áreas de preservação permanente, de risco ou relevante interesse ecológico ou para a realização de medidas de recuperação ou melhoria da qualidade ambiental de tais locais.

§4º Nos imóveis munidos de Certidão de AUC e para os quais se aplique o previsto neste artigo 4º, I e II, a emissão de atos administrativos destinados à construção ou regularização de edificações (Alvará de Construção, de Reforma, de Habite-se, etc.), bem como a emissão ou renovação de Licença Ambiental relativa às atividades desenvolvidas no imóvel, está condicionada ao pagamento da medida de compensação mitigatória, calculada na forma deste artigo.

CAPÍTULO III

DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE EMISSÃO DE CERTIDÃO DE AUC

Art.5º As edificações já existentes, cujas obras tenham respeitado a legislação mais restritiva vigente à época em que foram construídas, serão consideradas ambiental e fundariamente regularizadas quanto ao afastamento de curso d'água natural, independentemente da adoção do procedimento previsto nesta Lei.

§1º Para a comprovação do previsto no caput deste artigo, será admitida a apresentação de imagens de satélite, plantas ou qualquer outro meio de prova em direito admitido.

§2º Será admitida a reforma das edificações previstas no caput, desde que não implique ampliação da área construída.

Art.6º Ainda que se trate de imóvel inserido em AUC (incisos I e II do artigo 2º), o procedimento de regularização previsto nesta Lei não se aplica:

I - às edificações construídas sem observância do afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros do curso d'água natural, ressalvado o previsto no artigo 5º;

II - à aprovação e registro de novos parcelamentos do solo urbano na modalidade de loteamento, bem como aos lotes individualizados deles decorrentes;

III - aos lotes decorrentes de loteamentos nos quais, por ocasião da aprovação e registro do referido parcelamento do solo, tenha sido expressamente realizada a aplicação dos distanciamentos constantes no artigo 2º, "a", da Lei Federal Nº 4.711/1965.

§1º Na hipótese do inciso I deste artigo, a regularização da edificação poderá ser pleiteada mediante a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta específico, desde que verificada a ausência de situação de risco ou interesse ecológico relevante, e mediante a aplicação de medidas compensatórias ou mitigatórias, observado o seguinte:

I - manifestação favorável do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema), ouvida a Comissão de Análise Prévia da Área Urbana Consolidada (CAP-AUC);

II - a providência de que trata o artigo 8º desta Lei.

§2º Aplicam-se as disposições desta Lei aos lotes decorrentes de desdobro ou desmembramento de imóveis inseridos na AUC (incisos I e II, do artigo 2º).

Art.7º A Certidão de AUC destina-se exclusivamente à definição do distanciamento a ser observado por edificações em relação a cursos d'água naturais, não dispensando o cumprimento dos demais requisitos contidos na legislação urbanística, ambiental e de

defesa civil.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.8º Antes de formalizar as providências previstas no §2º, do artigo 2º, e no §1º, do artigo 6º, o Poder Executivo Municipal comunicará o Ministério Público Estadual, com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência, encaminhando a integralidade do respectivo processo.

Art.9º Fica criada a Comissão de Análise Prévia da Área Urbana Consolidada (CAP-AUC), que será formada por, no mínimo, 03 (três) representantes, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo, sendo 01 (um) da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), 01 (um) da Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul (Instituto Jourdan) e 01 (um) da Secretaria Municipal do Urbanismo.

Parágrafo único. A CAP-AUC auxiliará os demais órgãos internos do Executivo Municipal envolvidos na aplicação da presente Lei.

Art.10. Nos imóveis inseridos na AUC e que estejam localizados nas margens de cursos d'água naturais, a emissão de Certidão de AUC será documento obrigatório para a tramitação de procedimentos administrativos relativos:

I - a novas edificações,

II - à regularização de edificações já existentes;

III - ao desmembramento e desdobro de imóveis;

IV - à retificação, à unificação e à inserção de confrontações e medidas;

V - à emissão ou renovação de licenças ambientais relativas às atividades desenvolvidas no imóvel, quando cabível;

VI - em outros procedimentos administrativos, definidos por meio de regulamento do Poder Executivo.

Parágrafo único. Nas situações previstas no caput, para análise do procedimento administrativo, deverá ser considerado o afastamento constante na Certidão de AUC.

Art.11. O preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei substituiu a exigência de apresentação dos estudos técnicos individuais em cada imóvel, referidos no artigo 64 e no artigo 65, da Lei Federal Nº 12.651/2012.

Art.12. Fazem parte desta Lei:

I - Anexo I: mapa da Área Urbana Consolidada Previamente Identificada;

II - Anexo II: mapa da Área Urbana Consolidada Mediante Análise;

III - Anexo III: metodologia para definição da AUC e da LMC.

Art.13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

PORTARIA Nº 631/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--

PORTARIANº 631/2016 - de 20/07/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora THAIS LENZ PSZYBILSKI.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

PORTARIA Nº 632/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--

PORTARIANº 632/2016 - de 20/07/2016

Instaura Processo Administrativo Disciplinar em Face da Servidora SANDRA MARIS PETRY DE OLIVEIRA.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

PORTARIA Nº 633/2016

PORTARIANº 633/2016

Substitui Conselheiros do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 011/2016/CMTE/JS, de 15/07/2016, do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 13/07/2016, RICARDO AMADIO, como conselheiro titular, em substituição a Marcio Manoel da Silveira; e MARCOS RODRIGO JUNG ALVES, como conselheiro suplente, em substituição a Ricardo Amadio, para representarem a Fundação Instituto Jourdan de Pesquisa e Planejamento para o Desenvolvimento Urbano e Econômico Sustentável de Jaraguá do Sul, na qualidade de Representantes do Governo, no Conselho Municipal de Trabalho e Emprego (CMTE).

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 497/2015, de 09/04/2015, e parcialmente revogada a Portaria Nº 939/2014, de 26/05/2014, no que se refere a designação de Marcio Manoel da Silveira.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 1º/06/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.
DIETER JANSSEN
Prefeito

RESOLUÇÃO Nº 07/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 07/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre a análise da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando o inciso XII do Art. 2º da Lei Municipal nº 3.486/2003 a saber: "orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários [...], a elaboração e execução financeira do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, [...] conforme prevê o artigo 8º, V, da Lei Federal Nº 8.842/94";

Considerando o Art.3º da Lei Municipal nº 5.430/2009: "Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - FMDIJS somente serão aplicados e utilizados sob controle e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDIJS, de acordo com o Plano Integrado Municipal do Idoso, conforme inciso IV, do artigo 2º, da Lei Municipal Nº 3.486/2003, de 26/11/2003. Parágrafo único. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDIJS analisar, fiscalizar e aprovar a utilização e aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – FMDIJS";

Considerando o inciso IV do Art.9º da Lei Municipal nº 5.430/2009: "examinar e aprovar as contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – FMDIJS";

Considerando o ofício 06/06/2016/Semascr que encaminhou ao CMDI as prestações de contas dos meses de janeiro e fevereiro de 2016;

Considerando a análise dos empenhos emitidos, relacionados as despesas realizadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI);

Considerando os quadros abaixo, que apresentam as receitas e despesas relacionadas aos recursos do FMDI, aplicados nas ações deliberadas pelo CMDI, nos meses de janeiro e fevereiro de 2016.

	MÊS 01/2016	MÊS 02/2016
Saldo Anterior	R\$ 1.030.932,43	R\$ 1.037.669,81
Rendimentos de Aplicações Financeira	R\$ 6.744,08	R\$ 6.451,04
Destinações IR Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Resgates e pagamentos	R\$106,70	R\$ 0
Tarifa Bancária (conciliação)	R\$ (3.208,50)	R\$ (3.208,50)
SALDO EXTRATO	R\$1.037.669,81	R\$1.044.220,85

Foi analisado o Bimestre que iniciou em janeiro com saldo em conta corrente no valor de R\$ 1.030.932,43 e, considerando os rendimentos de aplicações financeiras recebidos no valor de (R\$ 13.195,12) e considerando os valores de destinação de IR Pessoa Jurídica (R\$ 200,00) e os valores de empenhos pagos no período de (R\$ 106,70) e valores em conciliação(a regularizar conforme

prestação de contas R\$ 3.208,50) constata-se que o saldo final em conta corrente, aos 28/02/2016 é de R\$ 1.044.220,85. As despesas realizadas no período referem-se aos pagamentos, restos de 2015, de serviço de publicidade da Campanha Contra a Violência ao Idoso.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a prestação de contas dos recursos financeiros do FMDI, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2016, uma vez que não foi encontrado nenhum item em desacordo com as deliberações do Conselho.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 08/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 08/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre a análise da prestação de contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, referente aos meses de março e abril de 2016.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando o inciso XII do Art. 2º da Lei Municipal nº 3.486/2003 a saber: "orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários [...], a elaboração e execução financeira do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, [...] conforme prevê o artigo 8º, V, da Lei Federal Nº 8.842/94";

Considerando o Art.3º da Lei Municipal nº 5.430/2009: "Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - FMDIJS somente serão aplicados e utilizados sob controle e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDIJS, de acordo com o Plano Integrado Municipal do Idoso, conforme inciso IV, do artigo 2º, da Lei Municipal Nº 3.486/2003, de 26/11/2003. Parágrafo único. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDIJS analisar, fiscalizar e aprovar a utilização e aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – FMDIJS";

Considerando o inciso IV do Art.9º da Lei Municipal nº 5.430/2009: "examinar e aprovar as contas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – FMDIJS";

Considerando o ofício 0219/2016/Semascr que encaminhou ao CMDI as prestações de contas dos meses de março e abril de 2016;

Considerando a análise dos empenhos emitidos, relacionados as despesas realizadas com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI);

Considerando os quadros abaixo, que apresentam as receitas e despesas relacionadas aos recursos do FMDI, aplicados nas ações deliberadas pelo CMDI, nos meses de março e abril de 2016

	MÊS 03/2016	MÊS 04/2016
Saldo Anterior	R\$ 1.044.220,85	R\$ 1.051.291,45
Rendimentos de Aplicações Financeira	R\$ 7.520,49	R\$ 6.881,88
Destinações IR Pessoa Jurídica	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Resgates e pagamentos	R\$ 549,89	R\$ 0
Tarifa Bancária (conciliação)	R\$ (3.208,50)	R\$ (3.208,50)
SALDO EXTRATO	R\$1.051.291,45	R\$ 1.058.273,33

Foi analisado o Bimestre que iniciou em março com saldo em conta corrente no valor de R\$ 1.044.220,85 e, considerando os rendimentos de aplicações financeiras recebidos no valor de (R\$ 14.402,37) e considerando os valores de destinação de IR Pessoa Jurídica (R\$ 200,00) e os valores de empenhos pagos no período de (R\$ 549,89) e valores em conciliação(a regularizar conforme prestação de contas R\$ (3.208,50) constata-se que o saldo final em conta corrente, aos 30/04/2016 é de R\$1.058.273,33

As despesas realizadas no período referem-se aos pagamentos, restos de 2015, de serviço de publicidade da Campanha Contra a Violência ao Idoso.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a prestação de contas dos recursos financeiros do FMDI, referentes aos meses de março e abril de 2016, uma vez que não foi encontrado nenhum item em desacordo com as deliberações do Conselho.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 09/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 09/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre o Plano de Aplicação Financeira do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul FMDI/JS, para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA/2017.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando o Art. 165 da Constituição Federal de 1988 “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais”; Considerando o inciso XII do Art. 2º da Lei Municipal nº 3.486/2003 a saber: “orientar, fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos orçamentários [...], a elaboração e execução financeira do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, [...] conforme prevê o artigo 8º, V, da Lei Federal Nº 8.842/94”; Considerando o Art.3º da Lei Municipal nº 5.430/2009: “Os recursos

do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - FMDIJS somente serão aplicados e utilizados sob controle e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDIJS, de acordo com o Plano Integrado Municipal do Idoso, conforme inciso IV, do artigo 2º, da Lei Municipal Nº 3.486/2003, de 26/11/2003. Parágrafo único. Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDIJS analisar, fiscalizar e aprovar a utilização e aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – FMDIJS” (grifo nosso); Considerando o ofício nº 236/2016/Semascr, que solicita ao CMDI o Plano de Aplicação Financeira dos Recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – FMDI/JS, para elaboração da Lei Orçamentária - LOA/2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Plano de Aplicação Financeira do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul FMDI/JS, para elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA/2017.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 10/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003	
---	--

RESOLUÇÃO Nº 10/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre o Edital nº 01/2016/CMDI/JS e seus anexos, para apresentação de projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDIJS, à organizações governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso na modalidade de financiamento direto.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando a Lei Federal nº8.842/1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

Considerando a Lei Federal 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências, especialmente o seu Art.48, parágrafo único: As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao Idoso ficam sujeitos à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa [...].

Considerando a Lei municipal nº3.486/2003, que cria o conselho municipal dos direitos do idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS.

Considerando a Lei Municipal nº5.430/2009 que institui o Fundo Municipal dos Direitos do idoso de Jaraguá do Sul – FMDIJS e dá outras providências, especialmente seus artigos:

Art.2º O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - FMDIJS instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem objetivo proporcionar apoio e suporte financeiro aos programas, projetos e atividades voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso e àquelas relacionadas às ações de implantação e valorização das políticas públicas afetas aos cidadãos da terceira idade.

Art.3º Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - FMDIJS somente serão aplicados e utilizados sob controle e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS [...].

Considerando a resolução nº19/2012 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso que estabelece critérios para utilização dos recursos do Fundo nacional dos Direitos do Idoso e para o seu funcionamento.

Considerando o Manual de Orientações do Ministério Público – Centro de Apoio Operacional dos Direitos humanos e Terceiro Setor - Conselho Municipal do Idoso: criação e atuação.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o edital nº 001/2016/CMDCA e seus anexos, que dispõe sobre as inscrições para apresentação de projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDIJS, à organizações governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso na modalidade de financiamento direto.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso (CMDI)

EDITAL Nº 001/2016/CMDI

ABRE INSCRIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS QUE PODERÃO SER FINANCIADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – FMDIJS, À ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO AO IDOSO NA MODALIDADE DE FINANCIAMENTO DIRETO.

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul - CMDI/JS, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere as Leis Municipais nº 3.486/2003 e 5.430/2009; e deliberações aprovadas em Plenária ocorrida no dia 13/07/2016, torna público que estará disponibilizando recursos oriundos do Fundo Municipal do Idoso de Jaraguá do Sul – FMDI/JS, para a viabilização de projetos voltados ao atendimento de idosos conforme a Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

CAPÍTULO I – DO OBJETIVO

Art.1º. Tornar público os procedimentos e critérios para inscrição de projetos que poderão ser financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (FMDI/JS), por organizações governamentais e não governamentais, na modalidade de financiamento direto, a fim de qualificar e potencializar os serviços da rede de atendimento ao idoso de Jaraguá do Sul.

CAPÍTULO II – DOS CRITÉRIOS E REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

Art.2º. As organizações governamentais e não governamentais inscritas no CMDI/JS poderão inscrever projetos para pleitear recursos do

FMDI.

Art.3º. Os projetos apresentados, deverão atender idosos do município de Jaraguá do Sul prevendo aplicação dos recursos do FMDI, de acordo com os seguintes requisitos:

I. despesas com projetos, programas e serviços voltados para a promoção, proteção e defesa do idoso;

II. despesas com consultoria, projetos de pesquisa ou de estudo, relacionados com o idoso;

III. despesas com programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;

IV. pagamento de serviços técnicos de assessoria, de comunicação e de divulgação de interesse do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS;

V. apoio na realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção, defesa, controle e garantia dos direitos do idoso;

VI. Implantação e manutenção de banco de dados com informações sobre programas, projetos e atividades governamentais e não-governamentais de âmbito municipal, regional, estadual, federal e internacional relativos ao idoso;

Art.4º. Os projetos aprovados poderão ser refinanciados, mediante reencaminhamento anual da documentação, em conformidade com o edital vigente.

Art.5º. Poderão ser financiados no máximo 3 (três) projetos por organização não governamental ou programa governamental.

DAS INSCRIÇÕES

As inscrições para apresentação de projetos que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos do Idoso – FMDI, a organizações governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso na modalidade de financiamento direto, serão gratuitas;

As inscrições poderão ser entregues, juntamente com a documentação exigida de segunda a sexta-feira, no período: das 08h às 11:00h e das 13:00h às 16:00h exclusivamente na sala da Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, situada na Rua Walter Marquardt, nº 1111, Barra do Rio Molha, na cidade de Jaraguá do Sul-SC – anexa a Secretaria Municipal de Assistência Social Criança e Adolescente.

Os documentos deverão ser entregues em cópia física e cópia digital, devidamente identificada e assinada pelo responsável legal da organização governamental ou não governamental. Conforme segue:

EDITAL 001/2016/CMDI

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS O IDOSO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

PROPONENTE: _____

Nome do Projeto: _____

CAPÍTULO III – DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

Art.6º. A inscrição dos projetos, será efetuada mediante apresentação dos seguintes documentos:

a)Requerimento (anexo I).

b)Folha de rosto (anexo II)

c) Descrição técnica do projeto (anexo III).

d) Planilha de custos (anexo IV).

e) Declaração de compromisso com a divulgação da parceria entre o programa governamental CMDI/FMDI (Anexo VI).

f) CNPJ (quando houver);

g) 3(três) cotações, no mínimo, contendo a descrição de cada material/serviço, com prazo de validade em conformidade com o protocolo do projeto. A especificação técnica do material/serviço, deverá ser a mesma em todos os orçamentos e com detalhes suficientes para sua correta identificação, em especial para equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros.

Mínimo de 3 (três) orçamentos, contendo a descrição do material a ser adquirido ou serviço a ser executado, com prazo de validade em conformidade com o protocolo do projeto. A especificação técnica do material/serviço, deverá ser a mesma em todos os orçamentos e com detalhes suficientes para sua correta identificação, em especial para equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, eletroportáteis, instrumentos musicais, móveis, veículos, entre outros.

h) Justificativa da falta de três orçamentos, quando não houverem, no mínimo três fornecedores ou fabricantes, assim como, justificativa para as vantagens apresentadas por uma das cotações, em razão do custo benefício.

§4º. No ato da celebração do convênio a organização não governamental deverá providenciar os documentos exigidos pela Controladoria Geral do Município.

§5º. Os projetos apresentados e seus anexos não serão devolvidos, independentemente de qual seja o resultado.

Art.7º. Caso o projeto apresentado pelo proponente exigir a elaboração e execução de projetos técnicos, este(s) deverá(ão) ser assinado(s) por responsável com o respectivo registro profissional em seu órgão de classe.

CAPÍTULO IV – DA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS

Art.8º. Poderá as organizações governamentais e não governamentais, apresentar recurso ao CMDI, caso seu projeto seja indeferido. As organizações governamentais e não governamentais poderão apresentar recurso ao CMDI, caso seu projeto seja indeferido, desde que:

- I - protocolado Recurso na Secretaria Executiva do CMDI, nos 15 (quinze) dias seguintes a divulgação do indeferimento de seu projeto.
- II - Não serão analisados os recursos interpostos fora dos prazos estipulados neste Edital.

§1º. O recurso deverá identificar os pontos cujo proponente discorda, com respectiva justificativa.

CAPÍTULO V - CALENDÁRIO OFICIAL

Art.9º. O calendário oficial obedecerá as seguintes etapas:

ETAPA	PROCEDIMENTO	DATA
	Publicação do Edital no website da PMJS (www.jaraguadosul.sc.gov.br).	Até três dias após aprovação em Plenária
	Publicação da resolução do CMDI que disporá sobre o resultado do projeto no website da PMJS (www.jaraguadosul.sc.gov.br).	Até o 5º dia útil, após a deliberação pela plenária do CMDI.
	Prazo para protocolo de recurso, pela entidade não governamental e programa governamental, junto a secretaria executiva do CMDI/JS.	Até 15 (quinze) dias úteis após a publicação da Resolução.
	Publicação da resolução do CMDI constando o resultado da análise do recurso, no website da PMJS (www.jaraguadosul.sc.gov.br).	Até o 5º dia útil, após a deliberação pela plenária do CMDI.

CAPÍTULO VI – DOS CRITÉRIOS, PROCEDIMENTOS E METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS PROJETOS

Art.10. Os projetos serão analisados pela Comissão de Legislação e Normas do CMDI/JS, a qual terá 30 (trinta) dias, após o protocolo do projeto, para emitir parecer, que então será apreciado pela Plenária.

Art.11. As propostas serão avaliadas pela Comissão de Legislação e Normas, que, se necessário, convocará representante do proponente do projeto para prestar esclarecimentos, realizando visita “in loco”.

Parágrafo único: Os representantes de entidades não governamentais ou programas governamentais, presentes na plenária, na ocasião da votação do projeto, não poderão manifestar-se, com exceção de solicitação da plenária.

CAPÍTULO VII – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art.13. Os recursos para o financiamento dos projetos selecionados são oriundos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (FMDI/JS).

Art.14. Os recursos poderão ser liberados totalmente ou parcialmente, na ordem de até 100% (Cem por cento) do solicitado, considerando a disponibilidade financeira no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul (FMDIJS) e as normas gerais deste edital.

CAPÍTULO X – DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.17. A organização não governamental ou governamental, ao término do repasse da última parcela, deverá encaminhar e apresentar ao CMDI, prestação de contas em conformidade com o anexo V deste edital.

Art.18. A organização não governamental ou governamental que não apresentar prestação de contas ou investir o recurso em desconformidade com o plano de aplicação aprovado pelo CMDI, estará sujeita a devolução do valor investido indevidamente. E não renovação de novos convênios.

Art.19. A organização governamental ou não governamental também deverá apresentar prestação de contas do convênio em conformidade com as normas da Controladoria Geral do Município.

Art. 20. As organizações governamentais e não governamentais contemplados com recursos do FMDI/JS, deverão participar de ações de socialização dos resultados dos projetos financiados, em conformidade com deliberação do CMDI (audiências públicas, plenárias extraordinárias, plenárias ampliadas entre outros eventos), sempre que este solicitar, como forma de prestação de contas à comunidade.

CAPÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art.21. As organizações governamentais e não governamentais que não iniciarem seu projeto no cronograma previsto, perderam o financiamento, exceto se houver justificativa aprovada pelo CMDI/JS.

Art.22. As organizações governamentais e não governamentais que obtiveram projetos aprovados pelo CMDIJS, deverão obrigatoriamente mencionar em suas divulgações, que o projeto é financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul– FMDIJS.

Parágrafo único - A divulgação deverá ser realizada contendo a logomarca do Fundo e do CMDI como parceiro/financiador, conforme modelos constantes do anexo VI.

Art.23. Ao inscrever projetos a entidade não governamental ou programa governamental, automaticamente concorda com a utilização gratuita, pelo CMDIJS, de seu nome, voz, imagem e trabalho escrito para divulgação em qualquer meio de comunicação, independente de qual seja sua forma.

Art.24. O ato de inscrição de projetos implica na plena concordância dos termos deste edital.

Art.25. Integram o presente edital os anexos I, II, III, IV, V e VI.

Art.26. Toda a legislação vigente pertinente a este edital e demais informações poderão ser obtidas no portal da Prefeitura de Jaraguá do Sul www.jaraguadosul.sc.gov.br ou através do endereço eletrônico conselho.idoso@jaraguadosul.sc.gov.br.

Art.27. Este edital entra em vigor na data da sua publicação, tendo sua validade no exercício vigente, podendo ser revogado em partes ou em sua totalidade, a qualquer tempo.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal dos

Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDCA/JS

ANEXO I

REQUERIMENO

(Quando houver, colocar Logomarca e Cabeçalho)

Jaraguá do Sul, de de 2016.

Ao

Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI

Prezados Conselheiros,

Atendendo às solicitações constantes no Edital N° 01/2016/CMDIJS, encaminhamos o projeto " " para apreciação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, objetivando captar recursos através do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDIJS).

Quaisquer esclarecimentos acerca deste projeto poderão ser prestados pelo (a) Sr (a) pelo (s) telefone(s) ou através do endereço eletrônico (e-mail)

Atenciosamente,

NOME COMPLETO

Responsável pelo Projeto

(Poderá constar mais de uma assinatura dos responsáveis se for o caso)

ANEXO II

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

INSCRIÇÃO DE PROJETO NO CMDI/JS

PROPONENTE DO PROJETO (ENTIDADE/GRUPO)			
Nome da Entidade/Grupo:			
Endereço:		Nº:	Comp.:
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone:		e-mail: se houver	
CNPJ nº:			
Nome do responsável legal da entidade:			
Telefones:		E-mail: se houver	
Nome do responsável pelo projeto:			
Telefone:		e-mail: se houver	
Valor total do projeto:			
Valor a ser captado:			
Duração do projeto (nº de meses):			

ANEXO III

DESCRIÇÃO DO PROJETO

1. NOME DO PROJETO

Escrever o nome para o projeto, por exemplo: Confraternização de Natal.

2. HISTÓRICO

Descrever em poucas linhas a história da entidade, suas principais atividades e serviços prestados.

3. DADOS SOBRE O PROJETO:

3.1 JUSTIFICATIVA

Este item deverá responder o quê será desenvolvido e deve explicar a importância do projeto para os idosos, suas famílias e comunidade.

3.2 OBJETIVOS

Este item deve responder para que vai ser realizado o projeto. Pode conter apenas o Objetivo Geral ou também os Objetivos Específicos, sempre relacionados com os resultados que se pretende alcançar com o projeto.

3.3 PÚBLICO BENEFICIADO

Este item refere-se a quais e quantas pessoas serão beneficiadas, descrevendo as características deste público (faixa etária, realidade social, etc.).

3.4 METODOLOGIA

Descrever como o Projeto será realizado do começo ao fim, após o recebimento do recurso financeiro.

3.5 RECURSOS HUMANOS

Descrever quem serão as pessoas responsáveis pela execução deste projeto, conforme a tabela abaixo:

Profissional (cargo/função na entidade)	Função no projeto	Vínculo (CLT, prestador serviços, voluntário, efetivo)
--	-------------------	---

3.6 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Especificar quais ações/atividades serão desenvolvidas mês a mês.

ANO DE EXECUÇÃO - 2016												
Ação/Atividade	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

3.7 AVALIAÇÃO

Descrever como serão avaliados os resultados do projeto. Importante destacar o que será feito, caso os resultados não sejam os esperados.

3.8 DIVULGAÇÃO

Informar como a comunidade em geral tomará conhecimento de que a realização do projeto tem o apoio do FMDI.

ANEXO IV

PLANILHA DE CUSTOS

Nº Ord.	Item	Quantidade	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Menor Orçamento	Fornecedor
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							

ANEXO V
PRESTAÇÃO DE CONTAS**NOME DO PROJETO:**

01 – NOME DA ENTIDADE/GRUPO PROPONENTE:	02- PERÍODO DE EXECUÇÃO:
03- CONVÊNIO Nº (ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL):	04. TOTAL DE PARCELAS:

05. RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	
5.1.1 VALOR TOTAL RECEBIDO:	5.1.2. VALOR TOTAL GASTO:
OBS:	

06.Ações e Resultados		
Ações previstas no projeto	Realização	Justificativa para os Resultados não Alcançados Somente se não houve a realização das ações previstas
	() Sim () Não	
	() Sim () Não	
	() Sim () Não	
	() Sim () Não	
	() Sim () Não	
	() Sim () Não	

07. ATENDIMENTOS	
Nº DE IDOSOS BENEFICIADOS	
Nº DE FAMÍLIAS BENEFICADAS	

____/____/____ DATA
NOME DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE/GRUPO
ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE/GRUPO

ANEXO VI
DECLARAÇÃO**DECLARAÇÃO**

DECLARO estar ciente da obrigatoriedade da entidade não governamental e/ou programa governamental proponente do projeto " _____", de divulgar o apoio do Conselho Municipal dos Direitos Do Idoso (CMDI), através do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDIJS), por meio de placa fixada na sede, adesivos e ou impressos, constando a parceria existente com este Conselho, conforme os seguinte modelo:

ESTA ENTIDADE RECEBEU RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO – FMDI
VALOR DO CONVÊNIO: 00.000,00
Repasse realizado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDIJS

Jaraguá do Sul, ____ de _____ de 20

NOME COMPLETO
RESPONSÁVEL PELO PROJETO

JOEL LUIS CORRÊA
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS

RESOLUÇÃO Nº 11/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 11/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre compilação de informações referentes as entidades/ serviços/programas de atendimento a pessoa idosa no município de Jaraguá do Sul.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando que as entidades Rede Masculina de Combate ao Câncer, Sesc e Instituto Jourdan, não responderam os ofícios enviados;

Considerando a deliberação em plenária do dia 09/03/2016, para que a comissão de Legislação e Normas do CMDI, copilasse os dados colhidos das informações destes ofícios;

Considerando a resposta das entidades notificadas, a CLN/CMDI, construiu o seguinte quadro:

Instituição	Atividade
APAE	Centro de Convivência Conviver (as atividades são direcionadas as características, interesses e demandas, como vivências em grupo, experimentações artísticas, culturais e esportivas, promovendo autonomia). Atende a 16 usuários no período matutino e 21 no período vespertino, totalizando 37 usuários.
Centro Universitário Católica de Santa Catarina	Inclusão digital para terceira idade (atividades de inclusão digital relacionadas a informática básica, ofertada de forma gratuita). São atendidos cerca de 150 usuários por semestre.
Fundação Cultural	Coral musical Programa incentivando talentos Jaraguá em dança; Concurso de declamação; Carnaval; Schützenfest; Eventos alusivos ao aniversário de Jaraguá do Sul; Sábado Cultural; Festival da canção popular e sertaneja; Programação natalina; Feira do livro.
Associação dos Grupos da Terceira Idade de Jaraguá do Sul - AGTI	Grupos de Idosos que promovem encontros, jogos, palestras, teatro, viagens, praticam atividades que possibilitam aos idosos descontração, integração e empoderamento ao grupo. Anexo relação dos grupos de terceira idade do município. Público atendido em torno de 3.500 idosos.
Hospital e Maternidade Jaraguá	Apoio psicossocial Avaliação nutricional, Clínica Pastoral (assistência religiosa) Fisioterapia Todos os serviços oferecidos aos idosos internados.

Fundação de Esporte e Turismo	23 Academias para Idosos, que atendem 73 usuários. Voleibol para Idosos em parceria com o Centro de Convivência atende a nº de usuários atendidos nessa ação 33
Secretária Municipal de Saúde	Atendimentos nas unidades de saúde: Consulta médica, Enfermagem, Odontologia, Educador físico. Grupos: Diabéticos, Hipertensos, Artesanatos, Caminhadas, entre outros. Academias de saúde, Centro de atendimentos especiais – programas de segurança alimentar e nutricional na saúde – PSANS, Programa de Oxigenoterapia, Programa de ostomizados, Programa de curativos especiais, Centro de Atenção a Mulher, SAD – Serviço de Atenção Domiciliar (melhor em casa) Segue em anexo as Unidades de Atendimento: Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Estratégia Saúde da Família (ESF) e os Pronto Atendimentos. No ano de 2015 foram atendidos 156.235 idosos.
Secretaria Municipal de Educação	Projeto Intergeracional (parceria com o SESC e Escola Municipal de Ensino Fundamental Atayde Machado), visa integrar alunos do 5º ano com seus avós (idosos) através de atividades, dinâmicas, oficinas e leituras compartilhadas com livros que abordam o tema.
Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente - Semascri	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV (são efetuados grupos para complementar o trabalho do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF, cujo objetivo é preventivo e proativo pautado na defesa e afirmação dos direitos); nº de usuários atendidos nessa ação 55 idosos em CRAS. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (prevenção de agravos que possam provocar rompimento de vínculos sociais e familiares); nº de usuários atendidos nessa ação 11. Serviços de Proteção Social Especial no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas e suas famílias (realiza atendimentos as famílias e aos idosos com o vínculo familiar fragilizado e/ou rompido quando possuem direitos violados); nº de usuários atendidos nessa ação 16. Centro de Convivência (atividades livres, recreativas, culturais e de lazer que visam a interação social) nº de usuários atendidos nessas ações 887.
Dpcami	A delegacia de proteção a criança, ao adolescente, a mulher e ao idoso de Jaraguá do Sul, não desenvolve programas ou projetos com idosos, trabalham na categoria de defesa de violação de direitos.

RESOLVE:

Art. 1º – Encaminhar os dados compilados neste parecer para as entidades com representação no CMDI/JS.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 12/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SETOR DE CONTROLE SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL
Lei nº 3.486/2003

RESOLUÇÃO Nº 12/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre a inscrição da entidade Lar das Flores, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que “dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que “prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso”;

Considerando a RDC nº 283/2005 – Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que define critérios mínimos para o funcionamento e avaliação, bem como mecanismos de monitoramento das Instituições de Longa Permanência para Idosos;

Considerando a Resolução nº 12/2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, que “estabelece parâmetros e diretrizes para a regulamentação do art. 35 da Lei Federal nº 10.741/2003, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada”;

Considerando a Resolução nº 001, de 27 de março de 2012 do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina – CEI/SC, que “dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição e renovação de programas de atendimento à pessoa idosa na Instituição de Longa Permanência para Idosos”;

Considerando a Lei Municipal nº 3486/2003 que cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, especialmente o inciso XXIII do art. 2º que estabelece como competência do Conselho, a saber: registrar e fiscalizar entidades não governamentais de atendimento ao idoso tais como: Centro de Convivência, Casa - Lares, oficinas abrigadas de trabalho, casas geriátricas, Centro Dia, Instituições asilares e similares, fazendo cumprir os preceitos da Lei do Idoso.

Considerando a Resolução nº 04/2016 que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul -CMDI/JS, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento.

Considerando que a análise da documentação apresentada pela entidade, conforme a Resolução acima atende aos critérios estabelecidos no Capítulo II, que trata da documentação para inscrição;

Considerando a visita in loco realizada pela Comissão de Legislação e Normas, com representantes técnicos, administrativos e

coordenação da referida instituição, onde constatou-se:

- 1 - que a entidade atende 62 idosos em conformidade com sua capacidade instalada;
- 2 - a satisfação dos idosos usuários com os serviços prestados pela ILPI, durante entrevista realizada pela comissão;
- 3 - que a infraestrutura atende as necessidades dos idosos, bem como, está adequada aos padrões de acessibilidade;
- 4 - que a entidade estimula a autonomia da pessoa idosa, garantindo independência nas decisões referentes as atividades da vida diária;
- 5 - que a entidade mantém e fortalece a preservação dos vínculos familiares e comunitários;
- 6 - que a entidade proporciona atendimento personalizado;
- 7 - que a entidade proporciona acomodações e horários apropriados para recebimento de visitas;
- 8 - que a entidade proporciona cuidados básicos à saúde conforme a necessidade do idoso;
- 9 - que a entidade proporciona assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;
- 10 - que a entidade mantém em seu quadro, profissionais com formação específica;
- 11 - que a localização da entidade proporciona autonomia para participação de atividades da vida comunitária;
- 12 - que a entidade apresenta prontuários com dados pessoais e registros individuais dos idosos;
- 13 - que a entidade cumpre com as diretrizes estabelecidas no artigo 49 do Estatuto do Idoso.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a inscrição da entidade Associação Assistencial para Idosos “Lar das Flores”;

Art. 2º - Sugerir que a entidade estabeleça termo de parceria com os órgãos públicos e privados que desenvolvem atividades esportivas, culturais, lazer, entre outros em sua sede;

Art. 3º - Adequar o estatuto social da entidade, considerando:

3.1) Identificar a entidade como uma instituição de longa permanência – ILPI;

3.2) Contemplar nas finalidades estatutárias o art.49 e 50 do estatuto do idoso, especialmente com relação as ações de manutenção de vínculos familiares;

3.3) Descrever no item III das finalidades estatutárias quais os outros serviços de assistência e amparo que a entidade prestará ao idoso, especificando as áreas de atuação (saúde, educação, assistência social, entre outros);

Art. 4º - Adequar o contrato de prestação de serviços, de acordo com a Resolução nº12/2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, tendo como base o anexo da mesma, que trata do contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada, considerando especialmente os itens: “II- Do objeto do contrato e III- Dos compromissos das partes”, uma vez que estes fazem referência aos artigos 35, 49 e 50 do estatuto do idoso, o qual não constam no referido documento.

Art. 5º - Adequar o plano de ação da entidade, considerando:

5.1) Nominar no item 1.2 (Abrangência Territorial), os municípios de abrangência;

5.2) Especificar no item 1.3, a quantidade de banheiros, cozinhas, refeitórios, salas de visitas entre outros;

5.3) Rever o item 2.1 (objetivo geral), observando as finalidades de uma Instituição de Longa Permanência – ILPI;

Art. 6º - Estabelecer o prazo de 28 de fevereiro de 2017 para entrega das adequações solicitadas nos itens 2 ao 5 desta resolução, sendo que a não entrega implicará no cancelamento da inscrição junto a este conselho.

Art. 7º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 13/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 13/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre a inscrição do "Grupo de Convivência Conviver" da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que "prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso";

Considerando a Resolução nº 34/2011/CNAS que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos.

Considerando a Lei Municipal nº 3486/2003 que cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, especialmente o inciso XXIII do art. 2º que estabelece como competência do Conselho, a saber: registrar e fiscalizar entidades não governamentais de atendimento ao idoso [...] fazendo cumprir os preceitos da Lei do Idoso.

Considerando a Resolução nº 04/2016 que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento.

Considerando que a análise da documentação apresentada pela entidade, conforme a Resolução acima atende aos critérios estabelecidos no Capítulo II, que trata da documentação para inscrição;

Considerando que a entidade desenvolve o "Grupo de Convivência Conviver" voltado para pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla em processo de envelhecimento. De acordo com o seu Plano de Ação este Grupo tem como objetivo: "desenvolver atividades que contribuam para o envelhecimento saudável, com o foco no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidade, no fortalecimento/resgate dos vínculos familiares, do convívio comunitário na prevenção de situações de risco social [...]".

Considerando a fundamentação teórica do Plano de Ação da entidade, que versa sobre o processo de envelhecimento precoce da pessoa com deficiência intelectual e /ou múltipla geralmente, de forma que os sinais de envelhecimento se dá por volta dos 40 anos. Desta forma, é possível considerar a demanda deste serviço

pessoas idosas.

Considerando que na visita in loco realizada pela Comissão de Legislação e Normas, com representante da coordenação técnica da referida entidade, constatou-se:

1 - que a entidade atende 38 pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla em processo de envelhecimento no "Grupo de Convivência Conviver" em conformidade com sua capacidade instalada, sendo 3 pessoas acima de 60 anos, 34 acima de 40 anos e um com 36 anos.

2 - que a infraestrutura da entidade está adequada aos padrões de acessibilidade;

3 - que a entidade estimula a autonomia das pessoas com deficiência intelectual e/ou múltipla em processo de envelhecimento garantindo independência nas decisões referentes as atividades da vida diária;

4 - que a entidade fortalece a preservação dos vínculos familiares e comunitários;

5 - que a entidade proporciona atendimento personalizado;

6 - que a entidade mantém em seu quadro, profissionais com formação específica;

7 - que a entidade apresenta prontuários com dados pessoais e registros individuais.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a inscrição do "Grupo de Convivência Conviver" da entidade Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE junto ao Conselho Municipal de Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 14/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003

RESOLUÇÃO Nº 14/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre a inscrição do "Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas" da entidade SOL – Grupo de Solidariedade, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando o Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996, que regulamenta a Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que "dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, que "prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não governamentais de assistência à pessoa idosa inscreverem seus programas nos Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual do Idoso";

Considerando que a entidade atende a prerrogativa da Resolução do CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, no que se refere ao "Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas";

Considerando que a entidade atende a Resolução do CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos a NOB-RH/SUAS;

Considerando a Lei Municipal nº3486/2003 que cria o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, especialmente o inciso XXIII do art. 2º que estabelece como competência do Conselho, a saber: registrar e fiscalizar entidades não governamentais de atendimento ao idoso [...] fazendo cumprir os preceitos da Lei do Idoso;

Considerando a Resolução nº 04/2016 que dispõe sobre critérios e procedimentos para inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, das organizações governamentais e não governamentais, com ou sem fins lucrativos e seus respectivos serviços e programas de atendimento;

Considerando que a análise da documentação apresentada pela entidade, conforme a Resolução acima atende aos critérios estabelecidos no Capítulo II, que trata da documentação para inscrição;

Considerando que a entidade desenvolve o "Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas". De acordo com o seu Plano de Ação este Serviço tem por finalidade "a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários [...]";

Considerando que na visita in loco realizada pela Comissão de Legislação e Normas, no qual estavam presentes os técnicos que executam o serviço na entidade, constatou-se:

- 1 - que a entidade atende 10 pessoas idosas dentre elas, 5 homens e 5 mulheres;
- 2 - que a infraestrutura da entidade está adequada aos padrões de acessibilidade;
- 3 - que o serviço fortalece a preservação dos vínculos familiares;
- 4 - que o serviço proporciona atendimento personalizado;
- 4 - que o serviço possui equipe técnica necessária para o serviço prestado;
- 5 - que a entidade apresenta prontuários com dados pessoais e registros individuais dos idosos;
- 6 - que a entidade possui capacidade de atendimento para 40 usuários (pessoas com deficiência e idosas), desses 10 são idosos;
- 7 - que a entidade tem uma demanda reprimida de 15 idosos para o "Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas";
- 8 - que a entidade desenvolve atividade de grupo de atenção aos cuidadores.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a inscrição do "Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas" da entidade Grupo Solidariedade – SOL, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 15/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

SETOR DE CONTROLE SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL
Lei nº 3.486/2003

RESOLUÇÃO Nº 15/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre as adequações propostas pela Procuradoria Geral do Município de Jaraguá do Sul, bem como, pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Criança e Adolescente – Semascri, referente a Minuta de Lei Municipal, que versa sobre o Conselho Municipal dos direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS e seu respectivo Fundo.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando a Lei Federal nº8.842/1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei Federal 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências;

Considerando a Lei municipal nº3.486/2003, que cria o conselho municipal dos direitos do idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS.

Considerando a Lei Municipal nº5.430/2009 que institui o Fundo Municipal dos Direitos do idoso de Jaraguá do Sul – FMDIJS e dá outras providências;

Considerando o Manual de orientações do Ministério Público de Santa Catarina – Centro de Apoio Operacional dos Direitos humanos e Terceiro Setor - Conselho Municipal do Idoso: criação e atuação, especialmente o modelo de projeto de lei de criação do Conselho Municipal do Idoso, disposto na página 38 do referido manual;

Considerando o parecer jurídico nº 42/2016 da Procuradoria-Geral do Município;

Considerando o ofício nº 189/2016/Semascri com sugestões de revisão dos seguintes apontamentos na referida lei:

1. Previsão de segmentos que poderão compor o CMDI;
2. Previsão de número de conselheiros titulares e suplentes;
3. Previsão de inscrição de projetos na modalidade chancela;
4. Previsão de capacitação para os membros da secretaria executiva do CMDI;
5. Previsão de participação financeira do idoso em instituição de longa permanência para idosos – ILPI;
6. Previsão de inscrição no CMDI para entidades que tenham interesse em participar do fórum de eleição da sociedade civil;
7. Previsão de assessoria técnica para o CMDI;
8. Adequação sobre pagamentos de diárias de acordo com a Lei Municipal nº 6493/2012.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar as alterações na Minuta de Lei que versa sobre o Conselho Municipal dos direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDI/JS e seu respectivo Fundo.

Art. 2º – Solicitar à Semascri que faça os encaminhamentos pertinentes a esta deliberação

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso (CMDI)

LEI Nº /2014

Dispõe sobre a Política de Atendimento ao Idoso, atualização e correção da Lei de criação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso – CMDI, Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO

Art. 1º O atendimento dos direitos do idoso, no âmbito municipal, far-se-á através de:

- I. Políticas sociais básicas de assistência social, educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social do idoso;
- a) O município destinará recursos e espaços públicos para atender as políticas sociais básicas, voltadas ao Idoso.
- b) Serviços, programas e projetos de assistência social, para aqueles que dela necessitem;
- c) Serviços especiais nos termos dos Artigos 44 e 45, da Lei Federal nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, que visam as medidas específicas de proteção.

Art. 2º São órgãos da política de atendimento dos direitos do idoso do município de Jaraguá do Sul:

I. Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

II. Todas as Secretarias Municipais, que atuam direta ou indiretamente com a promoção, defesa, controle, efetivação e garantia dos direitos do idoso.

Art. 3º O município deverá criar programas e serviços a que aludem o inciso I, do artigo 1º, desta Lei ou estabelecer, quando necessário, consórcio intermunicipal para o atendimento regionalizado, instituídos e mantidos por entidades governamentais ou não-governamentais de atendimento.

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art.4º Deverá ser assegurado pela família, comunidade, sociedade e Poder Público, com absoluta prioridade ao idoso, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, possibilitando o envelhecimento ativo em condições de dignidade.

Art.5º. A Política Municipal do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover a sua autonomia, protagonismo, integração e participação efetiva na sociedade.

Art.6º Compete ao Poder Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações do Município de Jaraguá do Sul, cumprir e fazer cumprir o que preconiza a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842/1994 e Lei Federal nº10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e demais legislações pertinentes.

Art.7º Compete ao órgão gestor da Política de Assistência Social a formulação e coordenação geral da Política Municipal do Idoso, com a participação do Conselho Municipal do Idoso.

Art.8º A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

a)

Seção I

Da Natureza e Finalidade Composição

Art.9º Fica instituído o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, instância deliberativa do sistema descentralizado e participativo da Política Municipal do Idoso, de caráter permanente e de composição paritária entre o governo e a sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso é órgão colegiado consultivo e deliberativo, de caráter permanente, vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social Criança e Adolescente de Jaraguá do Sul, ou outra que a suceder.

Seção II

Composição e Mandato

Art. ... O CMDI é composto por no mínimo 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, organizados de forma paritária entre sociedade civil organizada e governo.

§1º: Os Conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período, com possibilidade de serem substituídos a qualquer tempo pelos seus órgãos ou entidades de representação, mediante comunicação escrita dirigida à presidência do CMDI por representante legal e entregues à Secretaria Executiva do Conselho. (Foi unido o §1º e §2º)

§3º Entende-se por mandato o período entre a nomeação do conselheiro e sua desvinculação oficial, mesmo que este não tenha completado o total de 2 (dois) anos de mandato.

§4º O conselheiro que já tenha sido eleito(a) pela segunda vez consecutiva, governamental ou não governamental, não poderá participar do processo eleitoral enquanto candidato para um terceiro mandato seguido, mesmo que representando outra entidade e/ou seguimento.

§3º Os conselheiros titulares e respectivos suplentes, serão nomeados pelo Prefeito Municipal .

§4º Após a nomeação dos conselheiros, o Conselho deverá reunir-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob a presidência do conselheiro com mais idade, para eleição, dentre seus membros, de uma Diretoria composta por 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente e 1 (um) Secretário, com atribuições disciplinadas no Regimento Interno.

§5º Deverá ocorrer alternância entre sociedade civil e governo, na Presidência e Vice Presidência, respeitado o período de 12 (doze) meses, para cada segmento.

§6º A representação do CMDI será exercida por seu Presidente nos atos inerentes ao seu exercício, o qual poderá indicar outro conselheiro para lhe representar sempre que necessário.

Seção II

Do Fórum para Eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil

Art. A eleição das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o Conselho, far-se-á mediante assembleia específica denominada: "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDI de Jaraguá do Sul", obedecendo aos princípios gerais de escolha, dispostos em edital especialmente elaborado para esta finalidade, sendo as vagas destinadas aos seguintes segmentos:

- a) Representante das Instituições de Ensino Superior;
- b) Representantes das Entidades Religiosas;
- c) Representante dos Sindicatos Laborais;

- d) Representante das Associações de Profissionais Liberais;
- e) Representante de organizações não governamentais com serviços e programas de atendimento que tenham inscrição junto ao Conselho;
- f) Representantes de Associações ou Grupos de Idosos;

§1º O Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDI de Jaraguá do Sul, deve ser convocado pelo Presidente do CMDI, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do término do mandato do Conselho, designando Comissão especial para conduzir o referido processo.

§2º As organizações da sociedade civil interessadas em participar do processo eleitoral devem efetuar processo de habilitação junto a Comissão designada para este fim, atendendo critérios estabelecidos em Edital.

§3º No prazo máximo de 05 (cinco) dias após o processo de escolha dos representantes da sociedade civil (Fórum), através da Secretaria Executiva do CMDI será encaminhado ao Prefeito, relação das organizações da sociedade civil que integrarão o Conselho e os nomes dos conselheiros representantes (titulares e suplentes) por elas indicados, para nomeação e posse.

Art.10. A eleição das organizações da sociedade civil serão a cada 2 (dois) anos, far-se-á mediante assembleia denominada "Fórum" especialmente convocada pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, através de edital com normas e procedimentos estabelecidos pelo regimento interno do CMDI.

Art.11. Os membros da Comissão do "Fórum próprio de eleição da sociedade civil para compor o CMDI - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul" serão, preferencialmente, representantes de organizações que não concorram ao pleito do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul.

Art. 12. A Comissão responsável pela realização do processo de eleição dos membros representantes da sociedade civil, encaminhará ao Prefeito, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o processo de escolha, a relação das organizações da sociedade civil que integrarão o conselho e os nomes dos conselheiros representantes titulares e suplentes por elas indicados, devendo a nomeação e posse serem efetuadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art.13. O Poder Público Municipal poderá acompanhar o processo de escolha dos membros representantes das entidades da sociedade civil organizada, sendo porém vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil, junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Seção III

Da Indicação dos Conselheiros Governamentais

Art.xx Os 9 (nove) conselheiros titulares e suplentes, representantes dos órgãos governamentais serão indicados pelo Prefeito, que poderá substituí-los a qualquer tempo.

§1º Os representantes governamentais deverão atuar em diferentes órgãos que, direta ou indiretamente, tenham relação com a execução dos direitos do idoso.

§2º O número máximo de conselheiros indicados por órgão não poderá exceder a 2 (dois) representantes titulares e respectivos suplentes.

CAPÍTULO IV DAS COMPETÊNCIAS

Art.14. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS:

I – Formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a Política Municipal dos Direitos do Idoso, observando as proposições e eventuais alterações da Política Nacional e Estadual específicas; zelando pela sua execução, assegurando o exercício dos direitos fundamentais da pessoa idosa;

II – Avaliar e elaborar propostas que possibilitem Elaborar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação pertinente à Política Municipal do Idoso;

III – Indicar as prioridades a serem incluídas no planejamento municipal quanto às questões que dizem respeito ao idoso;

IV - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas, por desrespeito aos direitos assegurados ao idoso, dando-lhes o encaminhamento devido;

V – Cumprir e zelar pelo cumprimento das normas constitucionais e legais referentes ao idoso, sobretudo as Leis Federais nº 8.842/1994 e 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e leis pertinentes de caráter estadual e municipal, denunciando à autoridade competente e ao Ministério Público o desrespeito a qualquer uma delas, e propondo medidas para observância de seus direitos; descumprimento de qualquer uma delas;

VI - Representar ao Ministério Público, em caso de descumprimento de alguma de suas deliberações, ameaça ou violação de direitos do idoso, visando à adoção de providências cabíveis, bem como, os demais órgãos legitimados na Lei Federal nº 10.741/2004 e legislação correlata;

VI – Fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, conforme o disposto no artigo 52 da Lei nº 10.741/2003;

VIII – Propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltados para a promoção, a proteção e a defesa dos direitos do idoso;

IX - Proceder a inscrição de das organizações governamentais e não governamentais de assistência ao idoso e seus respectivos programas e projetos; Inscrever programas das entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso;

Estabelecer a forma de participação do idoso residente no custeio da entidade de longa permanência filantrópica ou casa-lar, nos casos em que a cobrança seja facultada, não podendo exceder a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social por ele recebido;

X – Apoiar a descentralização político administrativa, incentivando a participação efetiva da pessoa idosa e de organizações representativas dos idosos na formulação de políticas, planos, programas e projetos de atendimento ao idoso;

XI - Promover a articulação com os demais Conselhos Municipais, e com os Conselhos Estadual e Nacional visando a defesa e garantia dos direitos dos idosos;

XII - Incentivar e fomentar o trabalho em rede para a articulação dos serviços destinados a pessoa idosa;

XIII - Indicar as prioridades para destinação de valores depositados no Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, elaborando ou aprovando planos e programas em que está prevista a aplicação de recursos oriundos daquele;

Acompanhar, controlar e avaliar a execução de convênios e contratos das entidades públicas com entidades privadas filantrópicas, onde forem aplicados recursos públicos governamentais do Município, Estado e União nas questões afetas aos direitos dos idosos;

XIV - Acompanhar o reordenamento institucional, propondo, sempre que necessário, as modificações nas estruturas públicas e privadas destinadas ao atendimento do idoso;

XV -Participar na elaboração de leis atinentes à garantia do direito do idoso, preconizados na Lei Federal Nº 10.741/2004 10.741/2003 e legislação correlata;

XVI - Proceder a inscrição de serviços, programas e projetos governamentais e não governamentais, voltados ao atendimento, proteção, defesa e garantia de direitos do idoso;

XVII - Apoiar e promover a promoção de campanhas educativas sobre os direitos do idoso, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação desses direitos;

Assessorar e apoiar instituições públicas ou privadas que promovam eventos educativos, informativos e de lazer voltados para o público idoso na conformidade desta lei;

Assessorar o governo municipal ou entidades patrocinadoras, quando solicitado, na obtenção e destinação de recursos técnicos e/ou financeiros, para programas relacionados à conscientização sobre envelhecimento e qualidade de vida ao idoso;

XVIII - Pronunciar-se, emitir pareceres, resoluções, normativas e prestar informações sobre assuntos correlatos à promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso;

XIX - Elaborar o regimento interno, que será aprovado pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros, definindo a forma de indicação do seu Presidente e Vice-Presidente;

Elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com a aprovação por, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total dos seus membros;

XX - Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio da rede municipal, visando fortalecer o atendimento dos direitos do idoso;

XXI - Reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o Regimento Interno;

Regulamentar temas de sua competência, através de Resoluções aprovadas por maioria simples;

XXII - Publicizar os atos deliberativos do Conselho.

XXIII - Apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentaria anual e suas eventuais alterações, zelando pela previsão de investimentos voltados à política de atendimento do idoso.

Seção I

Do Desempenho da Função de Conselheiros e da Perda do Mandato

Art.15. O desempenho da função de membro do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, será considerado como serviço público relevante prestado ao município, e não será remunerado.

Parágrafo único: O conselheiro responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular da função, aplicando-se ao mesmo, naquilo que couber, o disposto na legislação do servidor municipal.

Art.16. Os membros representantes da sociedade civil ou do Poder Executivo, Autarquias e Fundações Municipais, poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados quando:

I - for constatada 3 (três) faltas consecutivas não justificadas nas sessões plenárias ou 4 (quatro) faltas alternadas, no período de 1 (um) ano, conforme disciplinado no regimento interno.

a) A participação do conselheiro suplente, abona a falta do titular.

II. for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, conforme disposto no regimento interno do Conselho;

Art.17. A cassação do mandato dos representantes governamentais e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, previsto no regimento interno do Conselho, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por 2/3 de votos dos membros do Conselho.

Art.18. Na perda de mandato de conselheiro, titular ou suplente, o chefe do Poder Executivo ou a organização da sociedade civil respectiva, indicará seu substituto no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Seção II

Da Estrutura Administrativa

Art.19. Cabe à administração municipal, fornecer os recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica.

§1º A dotação a que se refere este artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, inclusive para as despesas com a capacitação dos conselheiros e membros da Secretaria Executiva;

§2º O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso deverá contar com espaço físico adequado para o seu funcionamento e com recursos materiais e humanos necessários ao bom desempenho de suas funções.

Art.20. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso terá a seguinte estrutura operacional, sendo as atribuições definidas no Regimento Interno:

I – Plenária;

II – Secretaria Executiva;

III – Comissões Temáticas;

Parágrafo único: O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, deverá contar com uma Secretaria Executiva, composta no mínimo por 1(um) servidor público efetivo, com nível superior e conhecimento na área da Política de Atendimento ao Idoso, com a finalidade de desenvolver as atividades administrativas e prestar apoio ao Conselho.

Art. ... A Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso tem por objetivo prestar assessoria técnica e administrativa ao Conselho, podendo compor esta Secretaria 1 (um) servidor público, com nível superior e conhecimento na área da política de atendimento ao idoso, para desenvolver atividades de apoio e assessoria administrativa; e poderá contar ainda com 1 (um) servidor público, com formação preferencialmente em serviço social, para desenvolver atividades de assessoria técnica às ações do Conselho.

CAPÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

Seção I

Finalidade

Art. 21. Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), destinado a financiar os programas e as ações relativas ao idoso com vistas a assegurar os seus direitos sociais e criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Art.23. O FMDI deve ser inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, na condição de Matriz, conforme instruções normativas da Receita Federal do Brasil em vigor, com o intuito de assegurar maior transparência na identificação e no controle das contas a eles vinculadas, sem, com isso, caracterizar a autonomia administrativa e de gestão.

Art.22. O FMDI é mecanismo gerenciador e captador de recursos, devendo utilizá-los segundo deliberações do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, é o órgão captador de recursos, tendo como gestor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, que os aplicará e utilizará segundo suas diretrizes e deliberações.

§1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, como ordenador primário das despesas, designará um servidor para exercer as funções de ordenador de despesas do FMDI, sendo preferencialmente o(a) Secretário(a) de Assistência Social, Criança e Adolescente ou outra que lhe suceder, disponibilizando a estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da Lei.

§2º Acompanhará a assinatura do ordenador de despesas, a título de controle das despesas, a assinatura de mais uma pessoa

indicada pelo Prefeito Municipal, devendo esta, compor o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art. 24. Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social, gerir o FMDI, sob orientação e controle do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso .

Parágrafo único. As receitas do FMDI serão depositadas obrigatoriamente em conta especial e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

Art. 25. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do Orçamento Público Municipal.

Parágrafo único. Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Seção II

Seção I

Receitas do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso

Art.26. Constituem recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso:

I - Recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, do Estado e do Município, inclusive mediante transferências "fundo a fundo", entre essas esferas de governo;

II - Doações de pessoas físicas e jurídicas em conformidade com a Lei Federal n. 12.213, de 20 de janeiro de 2010, que autoriza a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas nas doações efetuadas aos Fundos Estaduais e altera o art. 12, inciso I, da Lei Federal n. 9.250, de 26 de dezembro de 1995;

III - Valores oriundos da aplicação das multas previstas na Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, fixadas pelo Poder Judiciário, em conformidade com o disposto na legislação federal;

IV - Rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - Recursos advindos de convênios, contratos e acordos firmados entre o município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VI - Remuneração oriunda de aplicações financeiras;

VII - Recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à elaboração Política do Idoso;

VIII - Outros legalmente constituídos.

Seção III II

Da Regulamentação e Gestão dos Recursos do Fundo FMDI

Art.27. A regulamentação do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso (FMDI), dar-se-á através de resolução do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art.28. A gestão do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, ao qual compete:

a) elaborar o Plano de Ação e o Plano de Aplicação dos recursos do Fundo, deliberando sobre a aplicação destes recursos;

b) elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos do Idoso, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

c) deliberar e homologar o repasse de recursos do FMDI às entidades não governamentais, serviços e programas governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos do idoso ;

d) solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação acerca dos recursos homologados e, quando entender necessário, auditoria pelo Poder Executivo;

e) acompanhar e avaliar a execução, desempenho e resultados

financeiros do Fundo;

f) avaliar, e aprovar os balancetes trimestrais e anuais do Fundo;

g) aprovar, fiscalizar e publicizar os projetos desenvolvidos com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso;

h) desenvolver ações relacionadas à captação de recursos para o Fundo;

i) monitorar a atualização anual do cadastro nacional dos fundos municipais do idoso junto a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República;

j) monitorar as destinações e doações realizadas ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, para fins de prestação de contas aos doadores e destinadores;

k) dar ampla publicidade, no município, de todas as resoluções do CMDI relativas ao Fundo, assim como publicar a prestação de contas sintético financeiro anual do Fundo.

Seção IV III

Da Operacionalização e Administração do FMDI

Art.29. A operacionalização e administração do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso será realizada pela Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente, ou outra que a suceder. ou outro órgão representativo do Governo que o Chefe do Poder Executivo Municipal designar.

§1º A operacionalização e administração a que se alude o caput, refere-se a execução das atividades orçamentárias e contábil dos recursos do Fundo, a saber:

I - responsabilizar-se pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo;

II - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado e pela União, para as políticas voltadas ao idoso;

III - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

IV - preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem encaminhadas à Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder;

V - elaborar balancetes trimestrais e anuais relativos ao Fundo, encaminhando para apreciação, avaliação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, assim como, ao órgão de controle e fiscalização interna e externa, em conformidade com a legislação vigente;

VI - proceder os trâmites administrativos para a liberação dos recursos a serem aplicados em benefício da política de atendimento ao idoso, nos termos das Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

VII - encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), em conformidade com legislações que dispõem sobre esta matéria;

VII - comunicar ao Setor de Patrimônio do Município sobre os bens patrimoniais adquiridos pelo Fundo para a realização do controle necessário;

IX - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;

X- liberar os recursos a serem aplicados em benefício da Política do Idoso, nos termos das Resoluções do CMDI;

XI - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FMDI;

XII - manter os controles necessários sobre convênios, contratos e instrumentos congêneres de prestação de serviços de terceiros e dos empréstimos feitos para o FMDI.

Art.30. O Chefe do Poder Executivo Municipal, como ordenador primário das despesas, designará um servidor, para exercer as funções de ordenador de despesas do FMDI, sendo preferencialmente o(a) Secretário(a) de Assistência Social, ou outra que a suceder, disponibilizando a estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da Lei.

Parágrafo único. Acompanhará a assinatura do responsável ordenador de despesas do FMDI, a título de controle das despesas, a assinatura de mais 01 (uma) pessoa indicada pelo Prefeito do Município de Jaraguá do Sul, devendo ser preferencialmente um servidor lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, ou outra que a suceder, vez que esta é considerada como órgão responsável pela operacionalização das contas do FMDI.

Seção V IV

Atribuições do ordenador de despesas do FMDI

Art. 31. São atribuições do ordenador de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social:

I - responsabilizar-se pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo;

II - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos pelo Estado e pela União, para as políticas voltadas ao idoso;

III - manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo referente a empenhos, liquidação e pagamento das despesas e aos recebimentos das receitas do Fundo;

IV - preparar as demonstrações mensais da receita e despesas a serem encaminhadas à Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder;

V - elaborar balancetes trimestrais e anuais relativos ao Fundo, encaminhando para apreciação, avaliação e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, assim como, ao órgão de controle e fiscalização interna e externa, em conformidade com a legislação vigente;

VI - proceder os trâmites administrativos para a liberação dos recursos a serem aplicados em benefício da política de atendimento ao idoso, nos termos das Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

VII - encaminhar à Secretaria da Receita Federal do Brasil a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), em conformidade com legislações que dispõem sobre esta matéria;

VII - comunicar ao Setor de Patrimônio do Município sobre os bens patrimoniais adquiridos pelo Fundo para a realização do controle necessário;

IX - registrar os recursos captados pelo Município através de convênios ou por doações ao Fundo;

X- liberar os recursos a serem aplicados em benefício da Política do Idoso, nos termos das Resoluções do CMDI;

XI - ordenar empenhos e pagamentos das despesas do FMDI;

XII - manter os controles necessários sobre convênios, contratos e instrumentos congêneres de prestação de serviços de terceiros e

dos empréstimos feitos para o FMDI.

Seção VI V

Da Aplicação dos Recursos

Art.32. Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso deverão ser aplicados de acordo com as reais demandas e prioridades, para o atendimento ao Idoso, através do financiamento de ações relativas a:

§1º apoio e realização de estudos, pesquisas e diagnósticos municipais sobre a situação do idoso;

§2º financiamento de projetos de entidades não governamentais, serviços, programas e projetos governamentais que atuem no atendimento, promoção ou defesa dos direitos do idoso, registrados e inscritos junto ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, em conformidade com as normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em relação ao repasse de recursos.

Fica facultado ao Conselho Municipal dos Direitos do Idoso cancelar projetos, mediante edital específico que estabelecerá as normas gerais e específicas da chancela.

A chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso destinados ao financiamento do projeto apresentado.

Fica fixado o percentual de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor captado ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso como retenção dos recursos captados, em cada chancela.

§3º Realização de eventos, campanhas educativas e publicações, visando a garantia dos direitos do idoso.

§4º Realização de pagamento para a consecução de serviços técnicos, de comunicação, divulgação e publicação do interesse do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

§5º Apoio e promoção de programas e projetos de capacitação continuada voltada aos profissionais que atuam na rede de promoção, proteção e garantia dos direitos do idoso.

§6º Pagamento de inscrição em eventos voltados a política de atendimento ao idoso, assim como, concessão de diárias e adiantamentos para:

a) conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

b) membros da Secretaria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

c) colaboradores eventuais; e

d) para idosos e profissionais na condição de representantes do Município de Jaraguá do Sul ou do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

§7º Pagamento de consultoria e assessoria técnica para realização de eventos e formação continuada dos conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso e de profissionais que atuam na rede de atendimento ao idoso.

§8º Aquisição de material permanente e de consumo, necessários ao desenvolvimento das ações, estrutura e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

§9º Financiamento das ações previstas no Plano de Aplicação Financeira, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art.33. As entidades que receberem recursos transferidos do Fundo a título de subvenções sociais, auxílios, convênios ou transferências a qualquer título, serão obrigadas a comprovar a aplicação dos recursos recebidos, segundo os fins a que se destinarem, sob pena de suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização civil, criminal e administrativa.

Art.34. Os equipamentos e materiais permanentes, adquiridos com recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso, necessários à consecução de projetos aprovados pelo CMDI, se incorporam ao patrimônio da entidade ou órgão governamental.

Parágrafo único. Havendo a interrupção do projeto, pela entidade ou órgão governamental os equipamentos e materiais permanentes, mencionados no caput, deverão ser alocados em outros

serviços ou programas que atendam idosos, mediante aprovação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art.35. O nome do doador ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

Art.36. Fica vedada qualquer movimentação dos recursos do Fundo sem prévia deliberação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, sob pena de responsabilização criminal e administrativa, conforme legislação vigente.

CAPÍTULO VII VI

Disposições Finais

Art.37. As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso serão devidamente disciplinadas pelo seu Regimento Interno.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, deverá aprovar as alterações do seu Regimento Interno, em conformidade com esta Lei, em sessão com quórum mínimo de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, visando normatizar o funcionamento administrativo do órgão.

Art.38. O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul, na consecução de suas atividades adotará os princípios da administração pública, constantes do Art. 37 da Constituição Federal.

Art.39. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando as Leis Municipais nº 3.486/2003/2003, 5.340/2009 e demais disposições municipais em contrário.

DIETER JANSSEN

Prefeito

ANTONIO MARCOS DA SILVA

JEAN CARLO LEUTPRECHT

Secretário Municipal da Assistência Social,
Criança e Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 16/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 16/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre alteração na composição da Comissão de Planejamento do CMDI.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando o Art. I da Lei Municipal nº 3.486/2003 que criou o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS;

Considerando o Art. 22 do Regimento Interno do CMDIJS;

Considerando os trabalhos deliberados às comissões;

RESOLVE:

Art 1º – Alterar a composição da Comissão Permanente de Planejamento do CMDI, ficando assim composta: Ivana Aparecida Cavalcanti, Mariana Vasconcelos, Marli Cardoso Baehr e Sigmar Guenther.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESOLUÇÃO Nº 17/2016/CMDI /JS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SETOR DE CONTROLE SOCIAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE JARAGUÁ DO SUL Lei nº 3.486/2003	
--	--

RESOLUÇÃO Nº 17/2016/CMDI /JS

Dispõe sobre alteração na composição da Comissão de Legislação e Normas do CMDI.

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.486/2003 de 26 de novembro de 2003, em conformidade com deliberação da sessão plenária ordinária de 20 de julho de 2016.

Considerando o Art. I da Lei Municipal nº 3.486/2003 que criou o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Jaraguá do Sul – CMDIJS;

Considerando o Art. 22 do Regimento Interno do CMDIJS;

Considerando os trabalhos deliberados às comissões;

RESOLVE:

Art 1º – Alterar a composição da Comissão Permanente de Legislação e Normas do CMDI, ficando assim composta: Joel Luis Corrêa, Laura Fernanda Kimdermann, Mirian Bertoldi Oberziner e Marli Cardoso Baehr.

Art 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de julho de 2016.

JOEL LUIS CORRÊA

Presidente do Conselho Municipal
dos Direitos do Idoso (CMDI)

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016-FMS**RESULTADO DE JULGAMENTO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016-FMS**

A Pregoeira, designada pelo Decreto nº 9.071/2013 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014 alterado pelo Decreto nº 10.054/2014, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 22/2016-FMS, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto a aquisição de LEITE EM PÓ E ALIMENTOS ESPECIAIS ao longo de 12(doze) meses, destinados para pacientes atendidos pelo CAE (Serviço de Atendimento Especial), pelo Programa Municipal de Controle de DST/AIDS, pacientes oncológicos e outras patologias e Processos Judiciais, teve o seguinte resultado:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Especificação dos objetos	Valor unitário por item R\$
01	CM HOSPITALAR S.A.	600	Lata	DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA 01 A 10 ANOS – CÓDIGO 28506 Dieta para uso oral ou enteral, nutricionalmente completa, normocalórica, normolipídica, normoprotéica, com proteínas do soro do leite, isenta de glúten indicada para a faixa etária de 03 a 10 anos. Sabor chocolate e baunilha. Embalagem mínima de 400g. MARCA: NUTREN JR - Processo Judicial nº 036.14.000647-3	49,00
02	POLLIMED COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA	720	Lata	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS – CÓDIGO 28513 Módulo para suplementação de fibras solúveis e insolúveis, para uso oral ou enteral, sem adição de sabor, isento de sacarose, lactose e glúten. Embalagem mínima de 200g.	35,50
03	POLLIMED COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA	80	Lata	MÓDULO DE FIBRAS SOLÚVEIS E INSOLÚVEIS – CÓDIGO 28513 Módulo para suplementação de fibras solúveis e insolúveis, para uso oral ou enteral, sem adição de sabor, isento de sacarose, lactose e glúten. Embalagem mínima de 200g.	35,50
04	PFG COMERCIAL LTDA ME	300	Pacote	MALTODEXTRINA – CÓDIGO 19458 Módulo de carboidratos para dieta enteral e oral tendo como fonte os oligossacarídeos (maltodextrina). Indicado como aporte energético, poupador de proteínas, situações de intolerância de dissacarídeo; dietas para pacientes diabéticos. Embalagem mínima de 250g. MARCA: MALTODEXTRINA - Processo Judicial nº 036.10.001014-3	16,10
05	DESERTO	300	Pacote	ALBUMINA – CÓDIGO 19954 Albumina de ovo; obtida a partir do ovo; submetida a processo de pasteurização; em pó; neutro; composta de 78% a 100% de proteína. Embalagem mínima de 250g. MARCA: ALBUMINA - Processo Judicial nº 036.10.001014-3	XX-XX-XX
06	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	600	Frasco	FÓRMULA INFANTIL HIPERCALÓRICA 0-12 MESES – CÓDIGO 34153 Fórmula infantil nutricionalmente completa hipercalórica em pó para crianças de 0 a 12 meses. Adicionada de LCPufas, nucleotídeos e prebióticos (GOS/FOS) Isenta de sacarose e glúten. Indicações: Pacientes com necessidades nutricionais aumentadas e/ou com restrição de volume (Cardiopatas congênitas, Doença pulmonar crônica, Fibrose cística, Paralisia cerebral, Déficit de crescimento, Desnutrição, Pré e pós-operatório). Embalagem mínima: 400g.	125,00
07	PFG COMERCIAL LTDA ME	600	Lata	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE ANTI-REGURGITAÇÃO – CÓDIGO 26160 Fórmula anti-regurgitação indicada desde o nascimento para lactentes que apresentem sintomas de regurgitação e/ou refluxo gastroesofágico. Apresentação: Embalagem mínima 400g.	14,75
08	PFG COMERCIAL LTDA ME	2000	Lata	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE – C/ PREBIÓTICOS – CÓDIGO 26161 Fórmula infantil de partida, com proteína otimizada e prebióticos, para aumento do número de evacuações e efeito bifidogênico, reduzindo o risco de diarreia. Especifica para lactentes no primeiro semestre de vida. Embalagem mínima de 400g.	19,00
09	PFG COMERCIAL LTDA ME	600	Lata	FÓRMULA INFANTIL 2º SEMESTRE - CÓDIGO 17564 Fórmula infantil à base de proteína láctea, em pó, enriquecida com ferro e prebióticos ou probióticos, indicada para lactentes a partir de 06 meses de vida, que atenda todas as recomendações do Codex Alimentarius FAO/OMS. Apresentação: Embalagem mínima de 800g.	18,28
10	NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA	540	Lata	LEITE EM PÓ ESPECIAL A BASE DE AMINOÁCIDOS – CÓDIGO 30046 Denominação comum Brasileira:- Fórmula infantil em pó, para crianças desde o nascimento, nutricionalmente completa a base de aminoácidos, não alergênicos, com LC PUFAS e nucleotídeos. Isento de sabor. Apresentação: Embalagem mínima de 400g. MARCA: NEOCATE LCP - Processo Judicial nº 5001645 – 05.2015.4.04.7209/SC, Processo Judicial nº 5001621 - 74.2015.4.04.7209/SC e Processo judicial nº 5001619 – 07.2015.4.04.7209/SC.	185,00

11	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	60	Lata	LEITE EM PÓ ESPECIAL A BASE DE AMINOÁCIDOS – CÓDIGO 30046 Denominação comum Brasileira:- Fórmula infantil em pó, para crianças desde o nascimento, nutricionalmente completa a base de aminoácidos, não alergênicos, com LC PUFAS e nucleotídeos. Isento de sabor. Apresentação: Embalagem mínima de 400g. MARCA: NEOCATE LCP - Processo Judicial nº 5001645 – 05.2015.4.04.7209/SC, Processo Judicial nº 5001621 - 74.2015.4.04.7209/SC e Processo judicial nº 5001619 – 07.2015.4.04.7209/SC.	259,00
12	PFG COMERCIAL LTDA ME	600	Lata	LEITE EM PÓ ESPECIAL PARA RISCO DE ALERGIA – CÓDIGO 30047 Fórmula infantil hipoalergênica, a base de proteína do soro do leite, parcialmente hidrolisada (100%). Indicada para lactentes com risco de manifestações alérgicas. Embalagem mínima de 400g.	30,00
13	POLLIMED COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA	3.600	Lata	DIETA EM PÓ A BASE DE SOJA COM FIBRAS – CÓDIGO 28517 Dieta em pó nutricionalmente completa a base de proteína isolada de soja, normocalórica e hipossódica. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: Embalagem com até 800g.	26,75
14	POLLIMED COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA	400	Lata	DIETA EM PÓ A BASE DE SOJA COM FIBRAS – CÓDIGO 28517 Dieta em pó nutricionalmente completa a base de proteína isolada de soja, normocalórica e hipossódica. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação: Embalagem com até 800g.	26,75
15	PFG COMERCIAL LTDA ME	400	Lata	MÓDULO DE PROTEÍNAS – CÓDIGO 30044 Módulo de proteína para dieta enteral ou oral, sem sabor, 100% proteínas. Sem glúten. Embalagem mínima de 250g.	60,00
16	FRONTAL DISTRIBUIDORA EIRELI EPP	800	Lata	DIETA NUTRICIONAL FAIXA ETÁRIA 01 A 10 ANOS SEM SABOR – CÓDIGO 28511 Dieta para uso oral ou enteral para crianças de 03 a 10 anos, nutricionalmente completo. Isenta de lactose, sacarose e glúten. Diluição de 1,0 a 1,5 kcal/ml. Sem sabor. Embalagem mínima de 325g A 400g. MARCA: FORTINI SEM SABOR - Processo Judicial nº 0900142-03.2015.8.24.0036	80,50
17	NUTRIPORT COMERCIAL LTDA	270	Lata	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS – CÓDIGO 33628 Fórmula elementar de aminoácidos, nutricionalmente completa para crianças acima de 03 anos com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes. Isenta de proteína láctea, lactose, sacarose, frutose. Galactose e ingredientes de origem animal. Embalagem mínima de 400g. MARCA: NEOCATE ADVANCE - Processo Judicial nº 5002119-73.2015.4.04.7209/SC	179,05
18	DESERTO	30 10% do item 17	Lata	FÓRMULA ELEMENTAR DE AMINOÁCIDOS – CÓDIGO 33628 Fórmula elementar de aminoácidos, nutricionalmente completa para crianças acima de 03 anos com alergias alimentares ou distúrbios da digestão e absorção de nutrientes. Isenta de proteína láctea, lactose, sacarose, frutose. Galactose e ingredientes de origem animal. Embalagem mínima de 400g. MARCA: NEOCATE ADVANCE - Processo Judicial nº 5002119-73.2015.4.04.7209/SC	XX-XX-XX

Jaraguá do Sul, SC, 18 de Julho de 2016.
Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 9.071/2013
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 127/2016 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS EM CARÁTER CONTINUADO PARA MANUTENÇÃO EM VEÍCULOS UTILITÁRIOS, VEÍCULOS DE PASSEIO E CAMINHONETES DA FROTA DO SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 127/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS EM CARÁTER CONTINUADO PARA MANUTENÇÃO EM VEÍCULOS UTILITÁRIOS, VEÍCULOS DE PASSEIO E CAMINHONETES DA FROTA DO SAMAE

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 22/07/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 05/08/2016 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 128/2016 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL MODALIDADE: PREGÃO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE REBOBINAMENTO DE MOTORES

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº: 128/2016

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE REBOBINAMENTO DE MOTORES

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 22/07/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 05/08/2016 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-
Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SEMAG - PORTARIA Nº 003/2016

PORTARIANº 003/2016/Semag

IVAN ANDREIAS WOLTER, Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – SEMAG, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelas servidoras públicas municipais Viviane Stolf, matrícula 8220-1; Roberta Rotermund Baratto, matrícula 9108-1; e Clareli Adriano Malheiro, matrícula 7045-9; Sindicância Administrativa Nº 010/2016, Portaria inicial Nº 001/2016/Semag, datada de 23 de maio de 2016, em face do servidor Zeno Froehlich;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 30/2016/SCPSA, datado de 19 de julho de 2016, subscrito pela Presidente da Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE :

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 22/07/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Segunda Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 001/2016/Semag, de 23/05/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/07/2016.

Jaraguá do Sul, 21 de julho de 2016.
IVAN ANDREIAS WOLTER
Secretário Municipal do
Desenvolvimento Rural e Agricultura

SEMED - PORTARIA Nº 431/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 431/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 007/2015, de 04.02.2015, que admitiu SALIMAR SANTOS SCHETTERT, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 432/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 432/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 018/2015, de 04.02.2015, que admitiu GRACIMARA DORALINA TEIXEIRA DA ROSA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de PORTUGUÊS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 433/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 433/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 006/2015, de 04.02.2015, que admitiu FÁBIO ALVAREZ, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 29.02.2016; de 01.03.2016 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 434/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 434/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 015/2015, de 04.02.2015, que admitiu MARINEUSA WIGGERS DE SOUZA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 435/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 435/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 019/2015, de 04.02.2015, que admitiu SIUMARA CRISTINA BERTI GRANDO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 436/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 436/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 020/2015, de 04.02.2015, que admitiu CARLA CECÍLIA DA SILVA BASCHERA, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Educação Infantil, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 437/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 437/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 025/2015, de 05.02.2015, que admitiu JACQUELINE REGINA MERINI TISCOSKI, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, nos ANOS INICIAIS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 439/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 439/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 012/2015, de 03.02.2015, que admitiu CARLOS OSVALDO KANZLER, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de EDUCAÇÃO FÍSICA, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 438/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 438/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 017/2015, de 05.02.2015, que admitiu SUELEN WECHTER DOS SANTOS CARVALHO, para em Caráter Temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de PORTUGUÊS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 440/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

PORTARIA Nº 440/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

PRORROGAR A PORTARIA Nº 014/2015, de 04.02.2015, que admitiu CYNTHA ROBERTA ORZECOSKI, para em caráter temporário atuar como Professor de Ensino Fundamental, na disciplina de CIÊNCIAS, nos períodos de 20.06.2015 a 18.12.2015; de 19.12.2015 a 18.06.2016; e de 19.06.2016 a 16.12.2016.

Jaraguá do Sul, 04 de julho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 76/2016**

PORTARIA Nº 76/2016

Nomeia Chefe de Gabinete.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA, Presidente da Câmara Municipal de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no inciso XV do Artigo 22 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR, de acordo com a Lei nº 7.071/2015 de 13 de julho de 2015, a SRA. MARISTELA MENEL ROZA, para o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE GABINETE.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 21 de julho de 2016.

JOSÉ OZORIO DE ÁVILA

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

23/2016 PMJ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2015/PMJ/05 – TA 01

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de julho do ano de 2016, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada neste ato pela Secretária, MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT, como órgão gerenciador e o GABINETE DO PREFEITO, como órgão participante, e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA – ME, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 564, centro, no município de Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.306.829/0001-16, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pelo Sr. Sérgio Antonio Durigon, portador da Cédula de Identidade nº 657.432 e inscrito no CPF sob o nº 250.325.429-20, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 23/2015/04 PMJ, firmada em 14/12/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 89/2015/PMJ, instaurado pelo Edital PP nº 53/2015/PMJ para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de gêneros alimentícios destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito e à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço do item 43 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
43	Açúcar cristal	kg	ALTO ALEGRE	2,19	2,95

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 23/2015/PMJ/05.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 21 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT - Secretária

MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA – ME

SÉRGIO ANTONIO DURIGON

Testemunhas:

1. _____

2. _____

EXTRATO CONTRATO 322/2016/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 322/2016/PMJ

PROVENIENTE DO PL 46/2016/PMJ – CC 3/2016/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: a execução pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção da 2ª etapa do Parque Central, na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba, SC.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 959.226,97 (novecentos e cinquenta e nove mil duzentos e vinte e seis reais e noventa e sete centavos), SENDO:

- R\$ 672.435,34 (seiscentos e setenta e dois mil quatrocentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos), referentes aos materiais.

- \$ 286.791,63 (duzentos e oitenta e seis mil setecentos e noventa e um reais e sessenta e três centavos), referentes aos serviços.

DOTAÇÃO:

1.063 – CONSTRUÇÃO DE PARQUE PARA LAZER E ESPORTE

153 – 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO:

VIGÊNCIA: vigência de 05 (cinco) meses, contados do recebimento pela CONTRATADA da Ordem de Serviço Inicial, podendo ser prorrogado.

DATA DE ASSINATURA: 21.07.2016.

Joaçaba – SC, 21 de julho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

VENILTON ROGÉRIO TELES - Secretário

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO CONTRATO 316/2016/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE RETIFICAÇÃO Nº 1
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2016/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 2/2016/PMJ
CONTRATO Nº 316/2016/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a RETIFICAÇÃO efetuada no contrato nº 316/2016/PMJ, que tem por objeto a "Permissão de Uso do Ponto correspondente ao item 2 do Anexo I do Edital de Concorrência nº 2/2016/PMJ, localizado na Avenida Barão do Rio Branco – em frente ao nº 149, visando a exploração de comércio ambulante contínuo de alimentos, de acordo com o estabelecido no referido Edital e seus Anexos e no Decreto nº 3.103/2007.", nos termos solicitados no memorando nº 38/2016: No contrato nº 316/2016/PMJ ONDE LÊ-SE: "Avenida Barão do Rio Branco – em frente ao nº 149", LEIA-SE: "Avenida Barão do Rio Branco – em frente ao nº 449". As demais disposições do contrato permanecem inalteradas.

Joaçaba (SC), 21 de julho de 2016.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Rafael Laske - Prefeito

EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR - TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 8.643/2011-6.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
EXTRATO DE TERMO DE CESSÃO DE USO
TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 8.643/2011-6. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Joaçaba. OBJETO: Cessão do veículo marca Renault, modelo Symbol PR1.6 16v, tipo automóvel, combustível Álcool/Gasolina, ano/modelo 2011/2011, cor vermelha, chassi nº8A1LBMC35BL786141, placa MIU-2113.VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura. DATA: Joaçaba, 20 de julho de 2016. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Rafael Laske, pelo Município.

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 002/2016 - BOLSA ATLETA

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 002/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: MATHEUS FIORESE
MODALIDADE: FUTEBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.280,00 A SER LIBERADO EM 4 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 20 de julho de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

MATHEUS FIORESE
Atleta de Futebol

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 043/2016 - BOLSA ATLETA

EXTRATO DO TERMO DE ADESAO Nº 043/2016
CONCEDENTE: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE - FME
BENEFICIÁRIO: INGRID CALDART DA SILVA
MODALIDADE: VOLEIBOL
OBJETO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIO BOLSA ATLETA
VALOR: R\$ 1.350,00 A SER LIBERADO EM 6 PARCELAS MENSAS.

Modalidade Aplicação: 211 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000.

Joaçaba - SC, 20 de julho de 2016
ANDERSON ANDRES
Diretor do FME

INGRID CALDART DA SILVA
Atleta de Voleibol

ORDEM DE SERVIÇO Nº 285/2016 DE 07/07/2016 - RECEBIDA EM 13/07/2016

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 285/2016

Autorizo por meio desta, a empresa CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA, CNPJ/MF nº 09.234.560/0001-85 a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reparos a construção de capela mortuária em alvenaria, junto à Estrada Municipal do Distrito de Nova Petrópolis, neste município, de acordo com o Processo de Licitação nº 35/2016/PMJ – Edital Tomada de Preços nº 08/2016/PMJ, homologado no dia 07/07/2016. O total do serviço ora contratado é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 122.706,57 (cento e vinte e dois mil, setecentos e seis reais e cinquenta e sete centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do Contrato nº 320/2016/PMJ de 07 de julho de 2016. O prazo de início é de 10 (dez) dias e a execução é de até 120 (cento e vinte) dias contados da data de recebimento desta Ordem de Serviço Joaçaba (SC), 07 de julho de 2016.

Contratante : SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Assinatura e carimbo: _____
VENILTON ROGÉRIO TELES
Secretário

Contratada: CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA

Representante: JUNIOR DE MATTOS

Assinatura e carimbo _____
CPF: 040.937.649-30

RECEBI EM ____/____/____

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

PORTARIA Nº 6322

PORTARIA Nº 6.322 DE 21 DE JULHO DE 2016

"SUBSTITUI MEMBRO DA DIRETORIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE ,

Art. 1º - Substituir membro da Diretoria do Fundo Municipal de Assistência Social, de que trata o Art. 24 da Lei n.º 4.281 de 23 de novembro de 2012, na seguinte forma:

Diretor: Mario Wolfart

Substituto: Gregório Luiz

Art. 2º - Os demais membros nomeados através das Portarias n.º 2.355/2014 e nº 2.660/2014 permanecem os mesmos.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 21 de julho de 2016.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

Lacerdópolis

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 27/2016

MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 027/2016

Aviso de Edital de Pregão Presencial nº. 15/2016

O MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS estará realizando sessão de pregão presencial no dia 29/07/2016 as 09:00 horas, para selecionar a melhor proposta para Contratação dos Serviços de Transporte Escolar para o ano letivo de 2016, para atendimentos de até 5 (cinco) alunos, que freqüentem cursos técnicos/profissionalizantes no município de Luzerna. Cópia integral do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, na Rua 31 de Março 1050, centro, Lacerdópolis-SC. Demais informações, por e-mail: licitacao@lacerdopolis.sc.gov.br e pelo telefone (0**49)3552-0188.

Hilário Chiamolera

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

PREFEITURA

CC 11-2016 PML AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: CC 11-2016 PML
Objeto: Alienação de um Terreno Urbano de Propriedade do Município de Lages/SC.
Tipo: Maior Oferta
Abertura: 26/08/2016 às 13:30
Valor Oferta Mínima: R\$ 12.000.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.
Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 21 de julho de 2016.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 195/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 195/2015 PML.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.
CONTRATADO: MARCIO MORAIS SANTANA, inscrito no CPF sob n.º 639.178.409-44, com sede a Rua Ambrosio, 2012 – Centro – CEP 88845-000 – Cocal do Sul.
Contrato, em decorrência da Dispensa de Licitação 65/2015.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente contrato é a locação de um Imóvel localizado a Rua Melwin Jones, 30 Bairro Vila Nova, na cidade de Lages, para uso da EMEB Nicanor Rodrigues Gourlart.
Fica reajustado o contrato com fundamento na Cláusula Segunda – Parágrafo Único, com base no Índice IGP-M passando de R\$ 2.085,94 (dois mil e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), para R\$ 2.326,85 (dois mil trezentos e vinte e seis reais e oitenta e cinco centavos), percentual de 11,549100%. Retroagindo a maio de 2016

Lages, 21 de julho de 2016
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 199/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 199/2015 PML.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.
LOCADOR: MENFIS IMOBILIÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 83.162.057/0001-14, estabelecida na Rua Pres. Nereu Ramos, 84 – Centro – Lages, CEP 88502-170.
Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 157/2015.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sala comercial sito á Rua Sebastião Furtado, 81 – Centro – Lages/SC onde

será utilizado como sede da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda.

Fica reajustado o contrato com fundamento na Cláusula Terceira 3.2, com base no Índice IGP-M passando de R\$ 5.900,00 (cinco mil e novecentos e reais), para R\$ 6.581,40 (seis mil quinhentos e oitenta e um reais e quarenta centavos), percentual de 11,549100%. Retroagindo a maio de 2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de julho de 2016
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 381/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 381/2015PML.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.
CONTRATADO: SOMA LOCAÇÃO DE MAQUINAS LTDA inscrita no CNPJ sob nº 18.135.450/0001-57, estabelecida a Rua Plácido Damiani, 1200 – Bairro Frei Rogério Lages/SC CEP 88.508-070
Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 223/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 102/2015.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Contratação de Empresa para Prestação de Serviços “por hora cheia trabalhada,” de Minicarregadeira Tipo Bobcat Modelo S-175 ou Maior, com motorista e/ou operador devidamente habilitado(s), para atender as necessidades da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital
Conforme solicitação de acréscimo, efetuada pela empresa, com ratificação ao pedido, PELA Secretaria gestora do Contrato, com anuência da Secretaria da Fazenda n. 195/2016, e com parecer jurídico PROGEM n. 671/2016, fica Acrescido ao valor inicialmente contratado a quantia de R\$ 107.676,80 (cento e sete mil seiscentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), gerando um percentual de 25%.
As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de julho de 2016.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 58/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 58/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: MENFIS IMOBILIÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.162.057/0001-14, estabelecida na Rua Pres. Nereu Ramos, 84 – Centro – Lages, CEP 88502-170.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 47/2015, correlato à Dispensa de Licitação 8/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Rua Aristiliano Ramos, 84 – Bairro Centro – Lages, que será utilizado pelo Centro de Atendimento Psicossocial Infantil CAPSI, da Secretaria Municipal da Saúde.

Fica reajustado o contrato com fundamento na Cláusula 3.2, com base no Índice IGP-M passando de R\$ 2.436,75 (dois mil e quatrocentos e trinta e seis reais e setenta e cinco centavos), para R\$ 2.718,17 (dois mil setecentos e dezoito reais e dezessete centavos), percentual de 11,549100%. Retroagindo a maio de 2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de julho de 2016

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 59/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO ao CONTRATO 59/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: MENFIS IMOBILIÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.162.057/0001-14, estabelecida na Rua Pres. Nereu Ramos, 84 – Centro – Lages, CEP 88502-170.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 39/2015, correlato à Dispensa de Licitação 5/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Rua Walter Dachs, 69 – Bairro Centro que será utilizado pelo Setor de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

Fica reajustado o contrato com fundamento na Cláusula 3.2, com base no Índice IGP-M passando de R\$ 2.847,98 (dois mil oitocentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos), para R\$ 3.176,90 (três mil cento e setenta e seis reais e noventa centavos), percentual de 11,549100%. Retroagindo a maio de 2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de julho de 2016.

Elizeu Mattos

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 60/2015 SMS

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

LOCADOR: MENFIS IMOBILIÁRIA LTDA inscrita no CNPJ sob nº 83.162.057/0001-14, estabelecida na Rua Pres. Nereu Ramos, 84 – Centro – Lages, CEP 88502-170.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 38/2015, correlato à Dispensa de Licitação 4/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel sito à Rua Sete de Setembro 244 - Bairro Centro que será utilizado Centro Ambulatorial à Saúde Mental (Casm) da Secretaria Municipal da Saúde.

Fica reajustado o contrato com fundamento na Cláusula 3.2, com base no Índice IGP-M passando de R\$ 1.550,66, (um mil quinhentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos), para R\$ 1.729,75, (um mil setecentos e cinte e nove reais e setenta e cinco centavos), percentual de 11,549100%. Retroagindo a maio de 2016.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 21 de julho de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 57/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 57/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC
CONTRATADA: STC SERVIÇOS TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 79.242.434/0001-58, estabelecida Rua São Cristóvão, 220 Coqueiros Florianópolis/SC CEP 88.080-320 – stcengenharia@globocom.

Resolvem celebrar este Contrato, Conforme Parecer Jurídico n. 138/2016, em decorrência do Processo Licitatório nº 36/2016, correlato à Concorrência Pública nº 02/2016, do tipo Menor Preço Global, em regime de empreitada por preço unitário, aberta em 15/04/2016 e homologada em 20/07/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia para Execução das Obras de Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário do Projeto Ponte Grande, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 13.577.777,77 (treze milhões quinhentos e setenta e sete mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e sete centavos)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE/PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

O prazo de duração será de 21 (vinte e um) meses, a contar da data da assinatura do Presente contrato, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

Lages, 20 de Julho de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

EDITAL 030/2016 - PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 030/2016 – PML/FMS

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 04/08/2016, as 14:00 horas, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OS SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D' ÁGUA, PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br - laguna.central@gmail.com ou no portal da transparência no site www.laguna.sc.gov.br pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

- Os Editais são fornecidos apenas por meio eletrônico.

Laguna, 22 de Julho de 2016

Fellipe Machado Barzan

Pregoeiro Municipal.

EDITAL 031/2016 EDITAL DE PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

EDITAL DE REGISTRO DE PREÇO – 031/2016 – PML/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES.

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, em conformidade com o que estabelece a Lei 8.666/13, 10.520/02, Decreto Municipal 1634/11 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, no dia 08/08/2016, as 14:00 horas, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL PEDAGÓGICO. Edital, Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail central@laguna.sc.gov.br - laguna.central@gmail.com ou no portal da transparência no site www.laguna.sc.gov.br pelo telefone (48) 8844-2819, ou no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Osvaldo Cabral, 140 – Centro, Laguna SC das 13:00 às 19:00.

- Os Editais são fornecidos apenas por meio eletrônico.

Laguna, 22 de Julho de 2016

Fellipe Machado Barzan

Pregoeiro Municipal.

Lajeado Grande

PREFEITURA

ERRATA - LICITAÇÃO 021. PP 015 AQUISIÇÃO DE SÊMEN E MATERIAIS

ERRATA AO PROCESSO LICITATÓRIO N. 021/2016 – PREGÃO PRESENCIAL N. 015/2016.

O Município de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vitória, 503, centro, Lajeado Grande– SC, CEP n. 89.828-000, FAZ SABER a todos os interessados, que o Sr. Prefeito Municipal VALMIR LOCATELLI, faz saber a todos os interessados em participar do Processo Licitatório n. 021/2016, Pregão Presencial n. 015/2016, que por razões de conveniência administrativa, prorroga o prazo para apresentação dos envelopes de documentos e propostas de preços para o dia 03 de agosto de 2016 a partir das 09:00 horas. Permanecem inalteradas as demais condições previstas no Edital.

Lajeado Grande/SC, em 21 de julho de 2016.

VALMIR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMAS Nº 010/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 010/2016

Aprova o Plano de Ação da APAE para o ano de 2016, aprova o relatório anual de atividades da APAE referente ao ano de 2015 e renova a inscrição da mesma no CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 07 de julho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/2011;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social/2004;

Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012, com ênfase ao artigo 121 da NOB/SUAS/2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS/2006;

Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS 109/2009;

Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, com ênfase para a resolução CNAS nº 14/2014; Resolve:

Art. 1º: Aprovar por unanimidade o Plano de Ação da APAE para o ano de 2016 e o relatório anual de atividades da APAE referente ao ano de 2015.

Art. 2º: Conceder a renovação da inscrição no CMAS para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, CNPJ: 78.497.013/0001-05, sob Nº 003, com validade até 30 de abril de 2017.

Art. 3º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 07 de julho de 2016.
Angelina Rossa Spautz
Presidente CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 007/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 007/2016

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do CMAS/LR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 07 de julho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/2011;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social/2004;

Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS/2006;

Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS 109/2009;

Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Resolve:

Art. 1º: APROVAR o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS/LR.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 02 de junho de 2016.
Angelina Rossa Spautz
Presidente CMAS

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS/SC

Capítulo I

Da Natureza, Competência e Organização.

Artigo 1º - O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Lebon Régis, criado pela Lei Municipal 827, de 18 de Dezembro de 1995, alterado pela lei 1011 de 17 de dezembro de 1999, previsto pela Lei Federal 8742, de 07 de Dezembro de 1993, é órgão deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador, permanente e controlador da política municipal destinada à Assistência Social, e tem seu funcionamento regulado por este Regimento Interno- RI.

Artigo 2º - Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:
I - deliberar sobre a Política Municipal de Assistência Social;
II - fixar diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o Município de Porto Alegre, conforme deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social;
III - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada de assistência social;

IV - regular critérios de funcionamento das entidades e organizações de assistência social;

V - fixar normas e efetuar o registro de entidades não-governamentais de assistência social;

VI - efetuar a inscrição e aprovar os programas de assistência social das organizações não governamentais - ONG's - e dos órgãos governamentais;

VII - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social e exigir sua adequação às determinações da Lei Federal 8742/93, cabendo lhes aplicar sanções no caso de não cumprimento ou irregularidades em relação à lei vigente, conforme segue:

São medidas cabíveis às entidades e organizações de assistência social que descumprirem as obrigações constantes da Lei 8742/93 e atualizações, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos: Advertência, Suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas, Cancelamento do registro;

VIII - cancelar o registro das entidades assistenciais que incorrerem em irregularidades na aplicação dos recursos que lhe forem repassados pelos poderes públicos e não obedecerem aos princípios e diretrizes da Lei nº 8.472/93e demais legislações pertinentes;

IX - zelar pela efetivação do Sistema Municipal de Assistência Social - SMAS;

X - articular-se com as instâncias deliberativas do Município, tendo em vista a organicidade da Política de Assistência Social com as demais políticas setoriais e por seguimento para integração das ações;

XI - deliberar sobre o Fundo Municipal de Assistência Social;

XII - deliberar sobre a transferência de recursos financeiros às entidades não governamentais de assistência social;

XIII - emitir parecer sobre o orçamento municipal destinado à assistência social;

XIV - convocar, a cada dois anos ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, com objetivo de avaliar a situação da assistência social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do SMAS;

XV - incentivar a realização de estudos e pesquisas na área, sugerindo medidas de prevenção, controle e avaliação;

XVI - elaborar e deliberar sobre o Regimento Interno;

XVII - exercer outras atribuições que lhe forem delegadas por lei;

XVIII - Aprovar a proposta orçamentária dos recursos destinados a todas as

ações de assistência social, tanto os recursos próprios, quanto os oriundos de

outras esferas de governo, que estiverem alocados no Fundo Municipal de

Assistência Social (FMAS).

XIX - Definir critérios para a celebração de contratos e convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviços de assistência social no âmbito municipal;

XX - Propor projetos de lei pertinentes à questão da Assistência Social, observadas as atribuições de iniciativa da Lei Orgânica do Município.

XXI - acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, no âmbito municipal;

XXII - acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA;

XXIII - acompanhar a oferta por parte da Administração Municipal dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;

XXIV - estimular a participação comunitária no controle da execução do PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, no âmbito municipal;

XXV - Aprovar critérios de concessão de benefícios eventuais a de prestação continuada, de acordo com a Lei 8742/93;

XXVI - Exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Artigo 3º - O Presidente do CMAS e demais membros da diretoria executiva deverão ser eleitos pelos membros titulares e suplentes

do Conselho, em assembleia geral, por meio de votação direta.

Parágrafo 1º - Havendo vacância de cargos da Diretoria Executiva ocorrerá nova eleição para o cargo em questão.

Parágrafo 2º - Na escolha do presidente deve se observada a alternância entre o poder público e a sociedade civil, visando a garantia da paridade entre os poderes.

Artigo 4º - As atividades dos membros do CMAS reger-se-ão pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado;

II - Os membros titulares e respectivos suplentes exercerão mandato de dois anos, admitindo-se uma única recondução, por igual período;

III - As decisões do CMAS serão consubstanciadas em resoluções, que deverão ser publicadas e publicizadas;

IV - Em caso de algum conselheiro candidatar-se a cargos políticos, deverá afastar-se da função de conselheiro, de acordo com a legislação eleitoral vigente.

Capítulo II

Da Composição

Artigo 5º - o Conselho Municipal de Assistência Social será composto por doze membros titulares, conforme segue:

I – seis representantes do poder público municipal, dentre os quais deve estar um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

I – seis representantes Organizações não Governamentais e Usuários da Assistência Social:

Parágrafo 1º- Cada titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

Parágrafo 2º- Os membros de CMAS poderão ser substituídos por membros da mesma área de atuação, mediante solicitação da entidade ou autoridade responsável, apresentada ao Prefeito Municipal.

Capítulo III

Dos Órgãos

Artigo 6º - São órgãos do CMAS:

I - Diretoria Executiva: Composta pelo presidente, vice-presidente, secretário e segundo secretário.

II - Comissões: compostas por membros indicados pelo conselho para fins específicos, devem aprofundar-se nos temas que lhes são afetos, auxiliando e assessorando o Conselho nas tomadas de decisões.

III – Plenário: composto por todos os membros do CMAS, sendo que compete ao plenário:

a) Acompanhar e controlar em todos os níveis as ações oriundas das finalidades do Conselho.

b) Deliberar sobre assuntos encaminhados à apreciação do Conselho;

c) Dispor sobre as normas e atos relativos ao funcionamento do conselho;

d) Constituir as comissões temáticas, permanentes e transitórias;

e) Deliberar sobre a administração de recursos financeiros afetos à assistência social;

f) Avaliar, anualmente, o balanço patrimonial e financeiro do Fundo Municipal de Assistência Social;

h) Apreciar, mensalmente, a programação físico- financeira das atividades do

conselho;

Capítulo IV

Do Funcionamento

Artigo 7º - São atribuições dos membros titulares do conselho:

- a) Comparecer às reuniões plenárias, justificando as possíveis faltas;
- b) Relatar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias os processos que lhe forem distribuídos;
- c) Solicitar, justificadamente, prorrogação do prazo regimental para relatar processos;
- d) Discutir e votar assuntos no plenário;
- e) Assinar, no livro próprio, a presença às reuniões a que comparecer;
- f) Pedir vistas aos processos em discussão;
- g) Integrar as comissões permanentes, temporárias e transitórias para as quais for designado;
- h) Votar a ser votado.

Artigo 8º - Os membros suplentes do CMAS poderão participar de todas as atividades do conselho, com direito a voz, porém sem direito a voto nas questões deliberativas.

Artigo 9º - Na ausência de algum membro efetivo, o suplente oriundo da mesma categoria representativa assume sua posição no Conselho.

Parágrafo 1º- Os membros suplentes do CMAS poderão compor as comissões permanentes, em trabalho conjunto com os membros efetivos.

Parágrafo 2º- No caso de vacância dos membros efetivos, assumirá o mesmo, o suplente oriundo da mesma categoria representativa.

Artigo 10º - Ao Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social incumbe:

- I - cumprir e zelar pelo cumprimento das decisões do CMAS;
- II - convocar, presidir e coordenar as reuniões do Conselho;
- III - submeter a Ordem do Dia à aprovação dos demais integrantes do Conselho;
- IV - baixar as resoluções decorrentes de deliberações do Conselho;
- V - formalizar Comissões ou Grupos de Trabalho;
- VI - delegar competências desde que previamente submetidas à aprovação do Conselho;
- VII - representar judicial e extrajudicialmente o Conselho;
- VIII - desenvolver as articulações necessárias para o cumprimento das atividades da Diretoria Executiva.

Artigo 11º - Ao Vice-Presidente incumbe:

- I - substituir o Presidente em seus impedimentos ou ausências;
- II - auxiliar o Presidente no cumprimento de suas atribuições;
- III - exercer as atribuições que lhe foram conferidas pelo Conselho.

Artigo 12º - Aos Secretários incumbe:

- I- Promover e praticar os atos de gestão administrativa necessários ao desempenho das atividades do Conselho Municipal de Assistência Social, de suas Comissões e Grupos de trabalho;
- II- promover os registros em ata de todas as reuniões do CMAS.

Artigo 13º - O conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação do presidente do conselho ou por solicitação da maioria de seus membros titulares.

Parágrafo Único - As reuniões ordinárias deverão ocorrer conforme calendário a ser estabelecido na primeira reunião do ano.

Artigo 14º - As reuniões serão instaladas com a presença da maioria simples de seus membros.

Parágrafo 1º- Se decorrido o tempo regulamentar, não se achar presente o número legal de conselheiros, o presidente do CMAS, marcará a data da próxima reunião, encerrará a atual e fará constar em ata os fatos ocorridos, registrando os nomes dos presentes.

Artigo 15º - Quando da convocação para as reuniões extraordinárias, o CMAS somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada a reunião.

Artigo 16º - Todas as reuniões do CMAS serão públicas e divulgadas amplamente com antecedência mínima de 03 (três) dias.

Parágrafo Único - As reuniões do CMAS serão divulgadas por meio de publicações em redes sociais e no site oficial do município.

Artigo 17º - As deliberações do CMAS serão tomadas por dois terços dos votos dos presentes na reunião, sendo que será baixada resolução sobre o tema, a qual será publicada no diário oficial.

Artigo 18º - Após três faltas injustificadas e consecutivas ou cinco alternadas às reuniões ordinárias e/ou extraordinárias, por ano, o titular perderá o mandato e será substituído pelo respectivo suplente.

Artigo 19º - conduta que vier a prejudicar a imagem e/ou ação do CMAS, por parte de seus integrantes poderá ser levada ao plenário do conselho, inclusive por terceiros, cabendo à aplicação de penalidade, ou mesmo, a cassação de mandato.

Capítulo V

Da Secretaria Executiva/ Assessoria Técnica

Artigo 20º - A secretaria executiva/assessoria técnica destina-se ao suporte administrativo necessário ao funcionamento do CMAS, utilizando-se de instalações, materiais e pessoal cedidos pelo município.

Artigo 21º - Compete ao Secretário Executivo:

- I - Orientar, organizar e coordenar os serviços afetos à secretaria executiva, tais como serviços de protocolo, distribuição, fichário, registro e arquivo do CMAS;
- II - prestar atendimento ao público, informando movimentação e situação de trâmite de processos e/ou expedientes dirigidos ao Conselho;
- III - Participar das reuniões do conselho, com direito a voz, porém sem direito a voto;
- IV - Elaborar o relatório das atividades do conselho;
- V - Organizar, juntamente com o secretário do conselho, a ordem do dia das reuniões plenárias;
- VI - Manter sob sua guarda e em boa ordem, toda a documentação do CMAS, inclusive arquivo de registro das entidades;
- VII - Fornecer informações sobre atividades do CMAS e suas deliberações, quando solicitado;
- VIII - providenciar e controlar as publicações das Resoluções aprovadas pelo CMAS;
- IX - instruir os pedidos de cadastro e registro das instituições;
- X - cadastrar e registrar as entidades e organizações consideradas de assistência social, de acordo com normas e critérios estabelecidos pelo CMAS e pelo CMAS;
- XI - executar outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria Executiva.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais

Artigo 22º - O presente estatuto somente poderá ser modificado em reunião plenária com a presença de todos os membros do Conselho.

Artigo 23º - Os casos omissos e as dúvidas na interpretação deste

regimento interno serão resolvidos pelo plenário do CMAS.

Artigo 24º - O presente regimento interno do CMAS entrará em vigor na data de sua aprovação pelo plenário.

Lebon Régis, 07 de julho de 2016.

Angelina Rossa Spautz

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 008/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 008/2016

Institui as Comissões Temáticas do CMAS/LR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 07 de julho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/2011;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social/2004;

Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS/2006;

Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS 109/2009;

Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Resolve:

Art. 1º: INSTITUIR as comissões temáticas que compõe o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS/LR, conforme segue:

I - Comissões Permanentes:

a) Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: Objetiva discutir o financiamento, orçamento, execução financeira, prestação de contas e planejamento de gastos relativos ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

b) Comissão de Normas, Legislações e Planejamento e Monitoramento da Assistência Social: Objetiva fixar diretrizes da política Municipal de Assistência Social, conforme deliberações de conferências municipais de Assistência Social. Monitorar, acompanhar e fiscalizar o SUAS no município. Discutir política de recursos humanos na área da assistência social, e a consolidação da NOB de RH para a Assistência Social.

c) Comissão de Acompanhamento e fiscalização dos Benefícios Socioassistenciais: discutir sobre os Benefícios Eventuais, Benefício de Prestação Continuada e Programas de Transferência de Renda – PBF e Santa Renda. Acompanhar e fiscalizar o Benefício de Prestação Continuada (acompanhamento dos beneficiários por parte da SMAS) e acompanhar e fiscalizar a concessão e a gestão dos benefícios eventuais. Exercer o controle social dos programas, conforme determina o regimento interno.

d) Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social: monitorar o cumprimento das deliberações emanadas das conferências municipais;

e) Comissão de Inscrição do CMAS: Objetiva elaborar e regulamentar

através de resolução os critérios de inscrição no CMAS e acompanhar e fiscalizar as entidades e organizações de Assistência Social.

II – Comissões transitórias/temporárias:

a) Comissão Especial do Plano Decenal de Assistência Social: elaborar o Plano Decenal de Assistência Social

Parágrafo Único: a Comissão Especial do Plano Decenal de Assistência Social fica automaticamente desfeita com a conclusão do referido plano e sua aprovação por meio de resolução específica.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 07 de julho de 2016.

Angelina Rossa Spautz

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 009/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

RESOLUÇÃO CMAS Nº 009/2016

Dispõe sobre a composição das Comissões Temáticas do CMAS/LR.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 07 de julho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 827, de 18 de dezembro de 1995, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS, pela Lei Municipal nº 1.548, de 28 de abril de 2016, que alterou a estrutura do CMAS e deu outras providências, e pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, alterada pela lei 12435/2011.

Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS/2011;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social/2004;

Considerando a Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS/2012 e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB/RH/SUAS/2006;

Considerando a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução CNAS 109/2009;

Considerando as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Considerando a Resolução CMAS 008/2016. Resolve:

Art. 1º: Nomear os membros que compõe as comissões temáticas do Conselho Municipal de Assistência Social de Lebon Régis – CMAS/LR, conforme segue:

I - Comissões Permanentes:

a) Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social: - Elisabete Spautz, representante do CMAS – Governamental; - Andrea Rodrigues dos Santos – Representante do CMAS – Não Governamental;

Marisa Granemann de Mello – Membro Convidada;

Adriana Ferlin Melo – Membro Convidada;

Adevilson Carlos Pires – Membro Convidado;

b) Comissão de Normas, Legislações e Planejamento e Monitoramento da Assistência Social:

- Tiago José Alves de Moraes, Representante do CMAS – Não

Governamental;

- Debora Auerswald de Moraes, Representante do CMAS – Governamental;

- Adevilson Carlos Pires, Membro Convidado;

c) Comissão de Acompanhamento e fiscalização dos Benefícios Socioassistenciais:

- Odinei Martins, Representante do CMAS – Governamental;

- Tiago José Alves de Moraes, Representante do CMAS – Não Governamental;

- Paola Dayana Ziem, Membro Convidada;

- Angelita Aparecida De Souza, Membro Convidada;

- Cristiane Antunes Scussiato, Membro Convidada;

- Adevilson Carlos Pires, Membro Convidado;

d) Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências de Assistência Social:

- Dioneide Dalmas de Moraes, Representante do CMAS – Não Governamental;

- Argemiro Marins, Representante do CMAS – Não Governamental;

- Neire das Graças Luiz, Representante do CMAS – Governamental;

- Sirlei Pires de Moraes, Representante do CMAS – Governamental;

e) Comissão de Inscrição do CMAS:

- Andrea Rodrigues dos Santos, Representante do CMAS – Não Governamental;

- Arberto dos Santos, Representante do CMAS – Não Governamental;

- Keli Cristina Dalpiaz de Souza, Representante do CMAS – Governamental;

- Eny Aparecida Tramontina Cofferi, Representante do CMAS – Governamental;

- Adevilson Carlos Pires, Membro Convidado;

II – Comissões transitórias/temporárias:

a) Comissão Especial do Plano Decenal de Assistência Social:

- Neire das Graças Luiz, Representante do CMAS – Governamental;

- Mairon Leonam Ribeiro, Representante do CMAS – Governamental;

- Angelina Rossa Spautz, Representante do CMAS – Não Governamental;

- Andrea Rodrigues dos Santos, Representante do CMAS – Não Governamental;

- Jacqueline Antunes Dalmas Belli, Membro Convidado;

- Paola Dayana Ziem, Membro Convidado;

- Adevilson Carlos Pires, Membro Convidado;

- Camila Guedes de Melo, Membro Convidado;

Parágrafo Único: a Comissão Especial do Plano Decenal de Assistência Social fica automaticamente desfeita com a conclusão do referido plano e sua aprovação por meio de resolução específica.

Art. 2º: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Lebon Régis, 07 de julho de 2016.

Angelina Rossa Spautz

Presidente CMAS

RESOLUÇÃO CMDCA/LR Nº 009/2016

RESOLUÇÃO CMDCA/LR nº 009/2016

Dispõe sobre as Comissões Temáticas do CMDCA/LR e Ratifica a Resolução CMDCA/LR nº 002/2016, que designa comissão para acompanhamento dos recursos do FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação federal e municipal e,

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n. 703/1993, alterada através da Lei 1481/2014 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tratam das atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente;

CONSIDERANDO as Resoluções do CONANDA, notadamente as disposições da Resolução n. 105, de 15/06/2005, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que trata sobre a criação e funcionamento dos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente;

RESOLVE:

Art. 1º: INSTITUIR as comissões temáticas que compõe o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis – CMDCA/LR, conforme segue:

I - Comissões Permanentes:

a) Comissão de Acompanhamento dos Recursos do FIA (Financiamento e Orçamento): Objetiva discutir financiamento, orçamento, execução financeira, prestação de contas e planejamento de gastos relativos ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além das competências estabelecidas na Resolução CMDCA/LR nº 002/2016.

b) Comissão de Normas, Legislações e Monitoramento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Objetiva fixar diretrizes da política, conforme deliberações de conferências municipais. Monitorar, acompanhar e fiscalizar os Serviços, Programas e Projetos que dizem respeito a criança e ao adolescente no município. Monitorar o cumprimento das deliberações emanadas das conferências municipais.

c) Comissão de Acompanhamento do Conselho Tutelar: Regular, organizar, coordenar, bem como adotar as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos Membros do Conselho ou Conselhos Tutelares do Município. acompanhar e monitorar o funcionamento do Conselho Tutelar.

d) Comissão de Inscrição do CMDCA: Objetiva elaborar e regulamentar através de resolução os critérios de inscrição no CMDCA.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis (SC), 14 de julho de 2016.

Eny Aparecida Tramontina Coferri

Presidente do CMDCA/LR

RESOLUÇÃO CMDCA/LR Nº 011/2016**RESOLUÇÃO CMDCA/LR nº 011/2016**

Dispõe sobre a divulgação e aprovação dos projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência- FIA, em conformidade com o Edital 01/2016 deste CMDCA/LR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Lebon Régis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação federal e municipal e,

CONSIDERANDO as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal n. 703/1993, alterada através da Lei 1481/2014 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tratam das atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivamente;

CONSIDERANDO as Resoluções do CONANDA, notadamente as disposições da Resolução n. 105, de 15/06/2005, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que trata sobre a criação e funcionamento dos Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente; e

CONSIDERANDO o Edital 001/2016 - Edital De Seleção Pública De Projetos Para Financiamento No Ano De 2016;

RESOLVE:

Art. 3º. Alterar o cronograma do Edital 01/2016, ficando o mesmo em conformidade com a errata aprovada por meio da Resolução CMDCA/LR nº 08/2016, conforme segue:

	Etapas	Prazos
I	Lançamento do Edital	13/06/2016
II	Protocolo dos Projetos no CMDCA	Até 05/07/2016
III	Avaliação das Propostas e Habilitação	14/07/2016
IV	Aprovação pelo CMDCA	18/07/2016
V	Divulgação dos resultados/projetos aprovados	Até 22/07/2016
VI	Interposição de recursos quanto à aprovação/reprovação dos projetos.	Até 26/07/2016
VII	Análise dos recursos	27/07/2016
VIII	Divulgação dos recursos deferidos/indeferidos e homologação final dos projetos aprovados.	28/07/2016
IX	Assinatura do convênio	01/08/2016

Art. 2º: Divulgar a lista de projetos inscritos para fins de financiamento por meio de recursos provenientes do FIA – Fundo da Infância e da Adolescência para o ano de 2016, nos termos do Edital 001/2016:

ENTIDADES	PROJETOS	VALOR
Fundação Weiss Scarpa	Projeto Portal do Futuro	R\$ 152.863,53

Art. 3º: Divulgar a lista de projetos aprovados para fins de financiamento por meio de recursos provenientes do FIA – Fundo da Infância e da Adolescência para o ano de 2016, nos termos do Edital 001/2016:

ENTIDADES	PROJETOS	VALOR
Fundação Weiss Scarpa	Projeto Portal do Futuro	R\$ 152.863,53

Art. 4º. O financiamento dos projetos fica condicionado à disponibilidade financeira do FIA – Fundo da Infância e da Adolescência de Lebon Régis/SC.

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições contrárias.

Lebon Régis (SC), 18 de julho de 2016.

Eny Aparecida Tramontina Coferri

Presidente do CMDCA/LR

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 072/2016

DECRETO N° 072, DE 21 DE JULHO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.233, de 20 de julho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação do Orçamento Fiscal, no valor de R\$ 30.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Função	12	Educação	30.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	30.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	30.000,00
Projeto/ Atividade	2.008	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	30.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0058	Salário Educação	30.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			30.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	30.000,00
Função	12	Educação	30.000,00
Sub-Função	361	Ensino Fundamental	30.000,00
Programa	0004	Educação é Tudo	30.000,00
Projeto/ Atividade	1.009	Construção de quadra Esportiva Escolar Coberta – V. dos Bugres	30.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	30.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	30.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	30.000,00
Fonte de Recurso	0.1.00058	Salário Educação	30.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de julho de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 073/2016

DECRETO N.º 073, DE 21 DE JULHO DE 2016

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.234, de 20 de julho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada dotação no orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 100.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	100.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	100.000,00
Função	10	Saúde	100.000,00
Sub-Função	301	Atenção Básica	100.000,00
Programa	0006	Saúde com Excelência	100.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Funcionamento e Manutenção da estratégia da Família - ESF	100.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	100.000,00

Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	100.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0002.0	Receita de Imposto e de Transferência de Impostos - Saúde	100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			100.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	100.000,00
Função	15	Urbanismo	100.000,00
Sub-função	452	Serviços Urbanos	100.000,00
Programa	0010	Revitalização da Área Urbana	100.000,00
Atividade	1.026	Pavimentação de Ruas	100.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	100.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	100.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	100.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	100.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de julho de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

DECRETO N.º 074/2016

DECRETO N.º 074, DE 21 DE JULHO DE 2016.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE”

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n.º 1.235, de 20 de julho de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no valor de 20.000,00 (vinte mil reais) orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	12	Educação	20.000,00
Sub-função	361	ENSINO FUNDAMENTAL	20.000,00
Programa	04	EDUCAÇÃO É TUDO	20.000,00
Atividade	2.004	Funcionamento e Manutenção da SECD – Ensino Fundamental	20.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0058	Salário Educação	20.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			20.000,00

Art. 2º Os recursos de que trata o artigo anterior correrão por conta da anulação parcial da dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	20.000,00
Função	12	Educação	20.000,00
Sub-função	361	ENSINO FUNDAMENTAL	20.000,00
Programa	04	EDUCAÇÃO É TUDO	20.000,00
Atividade	1.045	Construção de um Núcleo Escolar no Rio das Pedras	20.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	20.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimentos	20.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	20.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0058	Salário Educação	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de julho de 2016.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.804/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 2.804/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.308/2015, de 10 de Dezembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 01 – Diretoria de Educação

Projeto/Atividade 2.012 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0596 – Aplicações Diretas R\$ 28.834,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício de 2015 no salário educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 20 de Julho de 2016

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo RH

Luzerna

PREFEITURA

PL 062/2016 - PP 039/2016 - LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 062/2016 - PML

Pregão Presencial nº 039/2016 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço visando a contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquina, mediante hora trabalhada, de 01 (um) rolo compactador de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, para a execução de serviços de manutenção das vias públicas do Município de Luzerna/SC.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 10 horas do dia 03 de agosto de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 10h10min do dia 03 de agosto de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PORTARIA 079/16

PORTARIA Nº 079/16 de 1ª de abril de 2016.

“EXONERA A PEDIDO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO, em virtude de sua aposentadoria por idade, a servidora NILDA PEREIRA DA SILVA, ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 01, Classe “I”, do Grupo I - Atividades de Nível Auxiliar/ANA, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, a partir de 1º de abril de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de abril de 2016.

Luzerna(SC), 1º de abril de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 063/2016 - PP 040/2016 - SÊMEN BOVINO - PML

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 063/2016 - PML

Pregão Presencial nº 040/2016 – PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais de consumo destinados ao programa de apoio à bacia leiteira e melhoramento genético do gado bovino da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Luzerna, em consonância a Lei Municipal nº 970 de 05 de abril de 2011 e conforme descrição contida no Anexo I deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 03 de agosto de 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 03 de agosto de 2016.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PORTARIA 133/16

PORTARIA Nº 133/16 de 19 de julho de 2016.

“CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art.7º, inciso XVIII, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO à JANELISE BRESSAN DE LÁZARO, contratada temporariamente para exercer as funções de Professora II, 10 horas semanais, no Ensino Fundamental, na disciplina de Artes, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 19 de julho de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de julho de 2016.

Luzerna(SC), 19 de julho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO TP 0005/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA – SC

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 0037/2016

Tomada de Preço nº 0005/2016

Objeto: Contratação de empresa para construção de passeio com acessibilidade nas Ruas Ângelo Pandini e Rodolfo Nickel no Município de Macieira, através de recursos do Convênio nº 2016TR0001452 do Estado de Santa Catarina, por meio da Agência de Desenvolvimento Regional de Caçador, conforme Projeto, Planilha orçamentária e Memorial Descritivo, com fornecimento de material e mão-de-obra.

Justificativa: Fica revogado o presente certame por conter vícios técnicos de engenharia insanáveis.

Informações: Maiores Informações, poderão ser obtidas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira, SC, das 07:30 às 12:00, e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (049) 3574-2000, ramal 2017.

Macieira - SC, 20 de julho de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente de Comissão

Marema

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 054/2016

MINUTA

Contrato nº: 054/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: PROJETARC ENGENHARIA LTDA - ME

Objeto: Prestação de Obras e Serviços de Engenharia Fiscalização.

Valor Total: R\$ 4.500,00 (reais).

Prazo: Até 30 de dezembro de 2016.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 28 de Junho de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO Nº: 055/2016

MINUTA

Contrato nº: 055/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAREMA

Contratado: PROJETARC ENGENHARIA LTDA - ME

Objeto: Prestação de Obras e Serviços de Engenharia Fiscalização.

Valor Total: R\$ 7.650,00 (reais).

Prazo: Até 30 de dezembro de 2016.

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 28 de Junho de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

Massaranduba

PREFEITURA

LIC 87.2016 PP 54.2016 - PERÍCIA EXTRAJUDICIAL

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com a Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL objetivando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS CONTÁBEIS E JURÍDICOS, PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISE DE PERÍCIA JUDICIAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 03/08/2016.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min do dia 03/08/2016.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: www.massaranduba.sc.gov.br.
Massaranduba, 21 de julho de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 095-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MASSARANDUBA
Rua Paulo Cardoso, 166 – Centro – Fone/Fax (xx47) 3379-1571- Ouvidoria – 0800 646 3340
e-mail: cvm@netuno.com.br site: www.cvmassaranduba.sc.gov.br
CEP: 89108-000 – Massaranduba – Santa Catarina

RESOLUÇÃO Nº095/2016.

21/07/2016

Autoriza o Licenciamento ao Vereador José Osnir Ronchi pelo prazo de onze (11) dias para tratar de assunto de interesse particular

Faço saber que a Câmara Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, através do Presidente da Mesa Diretora, usando de suas atribuições, que lhes são conferidas pela Legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município de Massaranduba que se Promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedido à licença ao Vereador José Osnir Ronchi, para tratar de assuntos de interesse particular pelo prazo de onze (11) dias a contar do dia 21 ao dia 31 de julho de 2016.

Art. 2º. A licença que se refere o artigo anterior é baseada no artigo 24, parágrafo 1º do Regimento Interno (RI) da Câmara Municipal de Massaranduba.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CAMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC), EM 21 DE JULHO DE 2016.

Vanderlei Sasse
Presidente

Publicado no expediente na data supra.

Jair Micheluzzi
Assistente Legislativo.

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 004-2016 AO CONTRATO Nº 128-2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 004/2016 (Prorrogação de prazo)

Contrato n.º. 128/2014

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BRAMAC CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

Objeto: contratação de empresa para execução da 2ª etapa do sistema de esgotamento sanitário, com fornecimento de material e mão de obra, tudo em conformidade com os projetos arquitetônicos e complementares em anexo.

Vigência Início: 21/07/2016 Término: 19/08/2016

Data da assinatura: 18 de julho de 2016.

PORTARIA Nº324-2016

PORTARIA n.º 324/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE PROFESSORA.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1408/2009 e suas alterações, Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, Lei nº 910/2002, e Edital do Processo Seletivo, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A Senhora CLAUDIA CASAGRANDE GONLÇALVES, do cargo de Professora ACT, com carga horária total de 30 (trinta) horas semanais, no Centro Municipal Escola Infantil Escadinha do Tempo, em virtude de retorno de licença saúde da servidora MARIA DE LOURDES BOSA BORDIGNON.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de Julho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Mondaí

PREFEITURA

AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA TP Nº. 5/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONDAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 035/2016

Tomada de Preços nº. 005/2016

O Fundo Municipal de Saúde de Mondaí - SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 11.386.903/0001-79, com sede administrativa à Rua Cristiano Wandscheer, 27, Centro, torna público para conhecimento dos interessados que a TOMADA DE PREÇOS Nº. 005/2016/FMS, que objetivava a contratação, para o exercício de 2016 e/ou subsequentes, de serviços médicos profissionais na área clínica geral, com carga horária de 08 (oito) horas semanais, para atendimento junto ao CAPS, foi considerada FRACASSADA, tendo em vista a inabilitação de todas as licitantes, conforme motivos constantes nos autos. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, pelo telefone (049)3674-3125, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal.

Mondaí/SC, 22 de julho de 2016.

Lenoir da Rocha

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº. 042/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: MODELAR EMPREENDIMENTOS LTDA EPP

OBJETO: Contratação de empresa para executar em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra, construção de sistema de tratamento de efluentes do sanitário público da praça central do Município de Mondaí/SC, constituído de fossa séptica e filtro anaeróbico de polietileno e sumidouro de alvenaria com tampa e em concreto, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias e de acordo com as especificações constantes na relação dos itens da licitação - Anexo I, que faz parte do presente Edital.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 015/2016.

VALOR: R\$ 11.850,00 (onze mil, oitocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 21 de julho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA 2016

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 68/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n° 92/2016, Pregão Presencial n° 69/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 21/JULHO/2017.

CONTRATADO: RECAUCHUTADORA RODA LTDA, CNPJ 83.512.624/0001-15

MONTE CARLO-SC,21 de Julho de 2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 69/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n° 92/2016, Pregão Presencial n° 69/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 21/JULHO/2017.

CONTRATADO: FM PNEUS LTDA, CNPJ 81.374.845/0004-91

MONTE CARLO-SC,21 de Julho de 2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 70/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n° 92/2016, Pregão Presencial n° 69/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 21/JULHO/2017.

CONTRATADO: RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, CNPJ 82.989.096/0001-27

MONTE CARLO-SC,21 de Julho de 2016.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 71/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para fornecimento de: RECAUCHUTAGEM DE PNEUS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital, para exercício de 2016.O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório n° 92/2016, Pregão Presencial n° 69/2016 – Registro de Preços. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de assinatura até a data de 21/JULHO/2017.

CONTRATADO F. VACHILESKI & CIA LTDA, CNPJ 93.388.031/0001-42

MONTE CARLO-SC,21 de Julho de 2016.

Navegantes

PREFEITURA

DECRETO 104/2016 ALTERA O DECRETO 259/2015 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

DECRETO N º 104 DE 19 DE JULHO DE 2016

ALTERA O DECRETO 259/2015 , QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS DELEGADOS DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL PARA O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, DECRETA:

Art. 1º- Ficam alterados os delegados da Conferência Municipal para o Plano Diretor Participativo do Município de Navegantes, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 10.257/01 (estatuto da Cidade), conforme segue:

11- Secretaria de Comunicação Social: Titular : Leticia Mesquita Santana

15- Secretaria de Obras : Titular : Waldir Aparecido Lopes Ramos

02- Superintendência do Porto de Itajaí: Suplente : Paulo Fernando Squizzato

06- Fundação Municipal do Meio Ambiente FUMAN: Suplente : Salete Maria Bianchi

13- Secretaria da Educação : Suplente : Joel Gervasio de Souza

18- Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social : Suplente : Renata Dioni Neves

Art. 2 º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto n º 259/2015.

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1724/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emilio n º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1724 DE 19 DE JULHO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais -, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar irregularidade nos vencimentos do servidor V.R.C..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 1725,1726,1727,1728,1729,1730,1731,1732,1733,1734,1735/2016 LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE

PORTARIA N º 1725 DE 19 DE JULHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Stephanie Figueiredo da Rosa, ocupante do cargo de Agente da Educação Efetiva 6281004 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/05/2016 a 15/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1726 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Andreia Ferreira, ocupante do cargo de Professora Efetiva 63265502 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 30/07/2015 a 07/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1727 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Salete Antunes Marques, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais Efetiva 435702 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 27/06/2016 a 01/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1728 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos

Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Lara Cristina de Jesus, ocupante do cargo de Professora Efetiva 252610 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/06/2016 a 06/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1729 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Rosa Maria Duarte Amorim, ocupante do cargo de Professora Efetiva 1674601 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 06/07/2015 a 08/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1730 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor Carlos Augusto Maciel, ocupante do cargo de Professor Efetivo 1977201 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 21/04/2016 a 10/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1731 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Doris Kolher de Souza, ocupante do cargo de Supervisora Escolar Efetiva 165303 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 12/06/2016 a 15/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1732 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Paula Priscila da Silva Korb, ocupante do cargo de Professora Efetiva 6204104 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/05/2016 a 15/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1733 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Paula Priscila da Silva Korb, ocupante do cargo de Professora ACT 6204106 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 03/05/2016 a 15/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1734 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Luva-nes de Souza, ocupante do cargo de Monitora de Educação Infantil 386608 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 11/06/2016 a 13/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 1735 DE 19 DE JULHO DE 2016
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - ,

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora Carla

Christisane Pereira da Silva, ocupante do cargo de Agente de Educação 6249806 do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 14/07/2016 a 15/07/2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 19 DE JULHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 19 de julho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 083/2016

CONTRATO Nº 083/2016

Origem: Processo Licitatório n. 067/2016, Pregão Presencial nº 048/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: CLINIMED SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, com Sede na Rua Professora Laura Andrade, nº 118, Bairro Centro, na cidade de Joinville, inscrita no CNPJ sob o nº 24.066.112/0001-03. Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para elaboração de laudo pericial de insalubridade e periculosidade nos diversos setores da Prefeitura de Nova Trento, conforme descrição constante no Anexo I do Edital do Pregão Presencial 048/2016. O valor global é de R\$ 34.300,00 (Trinta e quatro mil e trezentos reais).

Nova Trento, 19 de julho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

CONTRATO Nº 084/2016

CONTRATO Nº 084/2016

Origem: Processo Licitatório n. 070/2016, Pregão Presencial nº 051/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: LOTE II - JOVIL SEGURANCA PRIVADA EIRELI – ME, com Sede na Rua Frederico Reguse, nº 118, Bairro do Sol, no Município de Indaial/SC, inscrita no CNPJ sob o Nº 21.375.891/0001-30. Objeto do Contrato: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Limpeza e Serviços de Segurança (diurno e noturno), para execução de segurança desarmada, uniformizados, durante a realização da XXIV Incanto Trentino que será realizada nos dias 04 à 07 de agosto de 2016, no município de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

Nova Trento, 21 de julho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

CONTRATO Nº 085/2016

CONTRATO Nº 085/2016

Origem: Processo Licitatório n. 070/2016, Pregão Presencial nº 051/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: LOTE I - AGENTSERV SERVICOS GERAIS E ADMINISTRACAO EIRELI, com Sede na Av. Vereador Manoel José dos Santos, nº 1004, Bairro Centro, no Município de Bombinhas/SC, inscrita no CNPJ sob o Nº 21.278.909/0001-86. Objeto do Contrato: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Limpeza e Serviços de Segurança (diurno e noturno), para execução de segurança desarmada, uniformizados, durante a realização da XXIV Incanto Trentino que será realizada nos dias 04 à 07 de agosto de 2016, no município de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

Nova Trento, 21 de julho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

PORTARIA Nº 517/2016 "A"

PORTARIA Nº 517/2016 "A"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, de 04/05/2016, convocado conforme Decreto nº 182/2016, DANIELA WILCKE, matrícula nº 7252, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 25 (vinte e cinco) horas semanais (Ensino Fundamental - Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 04 de julho de 2016 a 26 de outubro de 2016, em substituição a titular Juceli Maria Armelini, afastada conforme Portaria nº 505/2016 (Licença Maternidade).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora DANIELA WILCKE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Est Geral Claraíba, nº 411, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 035.627.459-40, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A,

com 25 (vinte e cinco) horas semanais (Ensino Fundamental - Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição a titular Juceli Maria Armelini, afastada conforme Portaria nº 505/2016 (Licença Maternidade).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.074,96 (hum mil e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de julho de 2016 a 26 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 05 (cinco) horas diárias, totalizando 25 (vinte e cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi Daniela Wilcke
Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de julho de 2016.

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 517/2016 "B"

PORTARIA Nº 517/ 2016 "B"

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, de 04/05/2016, convocado conforme Decreto nº 182/2016, DANIELA WILCKE, matrícula nº 7253, para exercer o cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 05 (cinco) horas semanais (Ensino Fundamental - Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento, a contar de 04 de julho de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma), bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora DANIELA WILCKE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Est Geral Claraíba, nº 411, Bairro Claraíba, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 035.627.459-40, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições do cargo de Professor Não Habilitado, Referência A, com 05 (cinco) horas semanais (Ensino Fundamental - Inglês), na Escola Municipal de Educação Básica João Bayer Sobrinho - Claraíba, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 214,99 (duzentos e quatorze reais e noventa e nove centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de julho de 2016 a 26 de outubro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 01 (uma) hora diária, totalizando 05 (cinco) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi Daniela Wilcke

Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de julho de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 522/2016

PORTARIA Nº 522/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016, de 04/05/2016, convocado conforme Decreto nº 177/2016, NORMA ANZILIERO, matrícula nº 7242, para exercer o cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II- História), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 04 de julho de 2016 a 03 de agosto de 2016, em substituição ao titular Jovani Tamanini, afastado conforme Portaria nº 719/2014 (Licença Sem Vencimento).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 04 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios

DOM/SC

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora NORMA ANZILIERO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 2028, nº 72, Bairro Centro, Município de Balneário Camboriú, portadora do CPF nº 787.775.859-68, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor Nível III, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Ensino Fundamental Área II- História), na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis, Município de Nova Trento, em substituição ao titular Jovani Tamanini, afastado conforme Portaria nº 719/2014 (Licença Sem Vencimento).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.284,20 (hum mil duzentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 04 de julho de 2016 a 03 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30

(trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de julho de 2016.

Luiz Carlos Orsi Norma Anziliero

Secretário Municipal de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de julho de 2016.

Adérico Edílio Dalri

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2016

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2016

HOMOLOGAÇÃO: 21/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a cessão de uso de espaço físico, a título precário e oneroso, destinado à comercialização de bebidas (cerveja, refrigerante, energético, água mineral e destilados), durante as festividades da XXIV Incanto Trentino que será realizada nos dias 04 à 07 de agosto de 2016, conforme especificações constantes deste edital e seus anexos.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

SQUARE PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA-ME.(CNPJ Nº 16.646.567/0001-71) – Valor de repasse será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre a receita bruta.

Nova Trento/SC, 21 de julho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2016

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2016

HOMOLOGAÇÃO: 21/07/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Limpeza e Serviços de Seguranças (diurno e noturno), para execução de segurança desarmada, uniformizados, durante a realização da XXIV Incanto Trentino que será realizada nos dias 04 à 07 de agosto de 2016, no município de Nova Trento, conforme especificações e quantidades constantes do Anexo I.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESAS VENCEDORAS:

LOTE I - AGENTSERV SERVICOS GERAIS E ADMINISTRACAO EIRELI (CNPJ nº 21.278.909/0001-86) - Valor Total: R\$ 7.290,00 (Sete mil, duzentos e noventa reais).

LOTE II - JOVIL SEGURANCA PRIVADA EIRELI – ME (CNPJ nº 21.375.891/0001-30) - Valor Total: R\$10.250,00 (Dez mil, duzentos e cinquenta reais).

Nova Trento/SC, 21 de julho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 001/2016**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 001/2016**

Origem: Processo Licitatório Nº 068/2016 - Pregão Presencial Nº 049/2016. Homologação: 21/05/2016. Permitente: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Permissionária: SQUARE PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA ME, sito à Rua Zunino Neto, nº 141, Sala 02, Bairro Centro, município de São João Batista, CEP 88240-000, inscrita no CPF/CNPJ nº 16.646.567/0001-71, representada por Rodrigo da Silva Vanderlinde, CPF nº 951.653.639-53, na qualidade de sócio proprietário. Objeto do Termo de Permissão de Uso: Constitui objeto deste termo a autorização de uso de espaço público, a título precário e oneroso, da área pública de até 4 (quatro) espaços de até 5x5m cada, para comercialização de bebidas durante a XXIV Incanto Trentino.

Nova Trento, 21 de Julho de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 044/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 044/2016

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, visando a aquisição de material e mão de obra para execução da 1ª fase do calçamento da Rua Amado da Silva Ortiz no Bairro Bem Morar. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 hs. do dia 03/08/2016 e abertura da sessão será às 14:15 hs. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.licitacao@otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49-3221-8014. Otacílio Costa, 21/07/2016.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N 0056/2016, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL N. 0030/2016

Processo Licitatório n 0056/2016,

Modalidade de Pregão Presencial n. 0030/2016

CONTRATO: 060/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE - ME

Objeto: Aquisição de materiais para Educação Física, Brinquedos, Materiais Pedagógicos e eletrodomésticos destinados as escolas de Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil

Vigência: 21/07/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 2.852,90 (dois mil oitocentos e cinquenta e dois reais e noventa centavos).

Data de assinatura: 21/07/2016

Processo Licitatório n 0056/2016,

Modalidade de Pregão Presencial n. 0030/2016

CONTRATO: 061/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: KALINOVSKI & KALINOVSKI LTDA - ME

Objeto: Aquisição de materiais para Educação Física, Brinquedos, Materiais Pedagógicos e eletrodomésticos destinados as escolas de Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil

Vigência: 21/07/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 3.383,20 (três mil trezentos e oitenta três reais e vinte centavos).

Data de assinatura: 21/07/2016

Processo Licitatório n 0056/2016,

Modalidade de Pregão Presencial n. 0030/2016

CONTRATO: 062/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: N. T. LUIZE - EPP

Objeto: Aquisição de materiais para Educação Física, Brinquedos, Materiais Pedagógicos e eletrodomésticos destinados as escolas de Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil

Vigência: 21/07/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 2.701,50 (dois mil setecentos e um reais e cinquenta centavos)

Data de assinatura: 21/07/2016

Processo Licitatório n 0056/2016,

Modalidade de Pregão Presencial n. 0030/2016

CONTRATO: 063/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA

Objeto: Aquisição de materiais para Educação Física, Brinquedos, Materiais Pedagógicos e eletrodomésticos destinados as escolas de Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil

Vigência: 21/07/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 6.554,00 (seis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais)

Data de assinatura: 21/07/2016

Processo Licitatório n 0056/2016,

Modalidade de Pregão Presencial n. 0030/2016

CONTRATO: 064/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: ALEXANDRE NEWTON MOSLINGER – ME

Objeto: Aquisição de materiais para Educação Física, Brinquedos, Materiais Pedagógicos e eletrodomésticos destinados as escolas de Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil

Vigência: 21/07/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 965,00 (novecentos e sessenta e cinco reais)

Data de assinatura: 21/07/2016

Processo Licitatório n 0056/2016,

Modalidade de Pregão Presencial n. 0030/2016

CONTRATO: 065/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: COMERCIO DE LIVROS ODY LTDA - ME

Objeto: Aquisição de materiais para Educação Física, Brinquedos, Materiais Pedagógicos e eletrodomésticos destinados as escolas de Ensino Fundamental e Pré-escola da Rede Municipal de Ensino e aos Centros Municipais de Educação Infantil

Vigência: 21/07/2016 até 31/12/2016.

Valor total: R\$ 740,00 (setecentos e quarenta reais)

Data de assinatura: 21/07/2016

Ouro Verde

PREFEITURA

ATA 0052 A 0055

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0052/2016, firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa MARCELO CANELLO ME Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de Medicamentos e leite pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$: 6.600,00. Data da assinatura:30/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 30 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0053/2016, firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa CLAIR FATIMA FADANNI SPEZIA & CIA LTDA - ME Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de Medicamentos e leite pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$: 29.310,00. Data da assinatura:30/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 30 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0054/2016, firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa FACCO & FACCO LTDA -ME Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de Medicamentos e leite pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$: 6.706,00. Data da assinatura:30/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 30 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0055/2016, firmada entre o Município de Ouro Verde e a empresa DAMEDI - DAMBROS MAT. E EQUIP.HOSP. LTDA- EPP Objeto: Registro de Preços para aquisição futura e de forma parcelada de Medicamentos e leite pela Secretaria Municipal de Saúde ao Atendimento da População do Município de Ouro Verde /SC. Valor total registrado R\$: 24.344,10. Data da assinatura:30/06/2016. Prazo de vigência 12 meses. Ouro Verde, 30 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

LEI Nº 4.412, DE 18 DE JULHO DE 2016.

LEI Nº 4.412, de 18 de JULHO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA, Rua Rosenilda Serafim da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Rosenilda Serafim da Silva, com extensão de 137 metros e largura de 8 metros, via pública, localizada no Bairro Caminho Novo, com início na Rua João Duarte Raimundo, no município de Palhoça.

Parágrafo único À localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de julho de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.414, DE 18 DE JULHO DE 2016.

LEI Nº 4.414, de 18 de JULHO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Travessa do Bem.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de TRAVESSA DO BEM, via pública municipal localizada no bairro Passa Vinte, com extensão total de aproximadamente 40,25m (quarenta metros e vinte e cinco centímetros), e 10,50 (dez metros e cinquenta centímetros) de largura, neste Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único À localização da referida Via Pública, de que trata o artigo anterior, obedece ao croqui anexo, parte integrante desta lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de julho de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

LEI Nº 4.415, DE 18 DE JULHO DE 2016.

LEI Nº 4.415, de 18 de JULHO de 2016.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão Demétrio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

ART. 1º- Fica denominada Servidão Demétrio, com extensão de 159m de comprimento, por 3m de largura, via pública localizada no Bairro Centro, com início na Rua Roberto Sell.

ART. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 18 de julho de 2016.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E REABERTURA DE PRAZO

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração do Edital e seus anexos do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 012/2016, que tem por objeto a "aquisição de circuito de voz para DDR digital que deverão ser conectado em PABX digital modelo Alcatel, nas configurações de canal E1 com 30 circuitos de 64kbps, nas condições de full duplex com configuração de tronco chave bilhetado por ramal em conformidade com os seguintes quesitos: tipo de serviço = DDR digital, padrão de conexão=poderão ser nos protocolos R2D, ISDN ou SIP-T; quantidade de circuitos = E1 com 30 circuitos; quantidade de números DDR = 80 números", o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

AONDE SE LIA:

...
"3.1. Contratação de operadora para prestação de serviços de telefonia AQUISIÇÃO DE CIRCUITO DE VOZ PARA DDR DIGITAL QUE DEVERAO SER CONECTADO EM PABX DIGITAL MODELO ALCA-TEL, NAS CONFIGURAÇÕES DE CANAL E1 COM 30 CIRCUITOS DE 64KBPS, NAS CONDIÇÕES DE FULL DUPLEX COM CONFIGURAÇÃO

DE TRONCO CHAVE BILHETADO POR RAMAL EM CONFORMIDADE COM OS SEGUINTE QUESITOS: TIPO DE SERVIÇO = DDR DIGITAL, PADRAO DE CONEXAO=PODERAO SER NOS PROTOCOLOS R2D, ISDN OU SIP-T; QUANTIDADE DE CIRCUITOS= E1 COM 30 CIRCUITOS; QUANTIDADE DE NUMEROS DDR= 80 NUMEROS; BILHETAGEM POR RAMAL, conforme especificação contida no Anexo I deste Edital".

...

"7.1. O representante da licitante deverá comprovar, na abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial, a existência dos necessários poderes para a formulação de proposta/lance e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, mediante instrumento procuratório específico para o presente certame, devidamente reconhecida em cartório, conforme modelo Anexo III (art. 4º, inciso VI da Lei nº 10.520/02)".

...

"8.1.4. Indicar o nome do banco, nome da empresa e o número da conta bancária através da qual deverá ser processado o pagamento".

...

"10.1. Durante o prazo do contrato a licitante vencedora, ou empresa por ela credenciada, prestará os serviços de assistência técnica

aos equipamentos através de manutenção preventiva e corretiva, sendo que a substituição dos equipamentos será feita pela licitante contratada”.

...
“18.2.1. Tipo de Serviço = DDR digital com quantidade de circuitos E1 com 30 circuitos/ quantidade de números DDR é de 80 números/bilhetagem por ramal”.

...
“Minuta do Contrato...
6.9.1. Caso os equipamentos, não realizem ou recebam ligações por período superior a 12 horas, desde que constatado que não seja defeito no sistema geral da operadora de telefonia. A substituição do aparelho deverá ocorrer no prazo máximo de 48 horas, depois de cientificado a operadora.”

...
“7.4.16. Assumir total responsabilidade pelos equipamentos, móveis e utensílios colocados à sua disposição para a execução do serviço, garantindo-lhes a integridade e ressarcindo a Contratante das despesas com a manutenção corretiva decorrente de sua má utilização”.

...
“7.4.24. A CONTRATADA se obriga em manter 100% do sinal em todos os ambientes da CONTRATANTE, inclusive, se necessário, instalar equipamento para atendimento desta exigência”.

AGORA DE LÊ:

...
“3.1. Contratação de operadora para prestação de serviços de telefonia AQUISIÇÃO DE CIRCUITO DE VOZ PARA DDR DIGITAL QUE DEVERAO SER CONECTADO EM PABX DIGITAL MODELO ALCA-TEL, NAS CONFIGURAÇÕES DE CANAL E1 COM 30 CIRCUITOS DE 64KBPS, NAS CONDIÇÕES DE FULL DUPLEX COM CONFIGURAÇÃO DE TRONCO CHAVE BILHETADO POR RAMAL EM CONFORMIDADE COM OS SEGUINTE QUESITOS: TIPO DE SERVIÇO = DDR DIGITAL, PADRAO DE CONEXAO=PODERAO SER NOS PROTOCOLOS R2D, ISDN OU SIP-T; QUANTIDADE DE CIRCUITOS= E1 COM 30 CIRCUITOS; QUANTIDADE DE NUMEROS DDR= 80 NUMEROS; BILHETAGEM PELO NUMERO PILOTO, conforme especificação contida no Anexo I deste Edital”.

...
“7.1. O representante da licitante deverá comprovar, na abertura da Sessão Pública do Pregão Presencial, a existência dos necessários poderes para a formulação de proposta/lance e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, mediante procuração pública ou particular com firma reconhecida, com poderes necessários para formulação de propostas, ofertas e lances de preços e praticas dos demais atos pertinentes à licitação, em nome da representada”.

“8.1.4. REVOGADO”.

...
“10.1. REVOGADO”.

...
“18.2.1. Tipo de Serviço = DDR digital com quantidade de circuitos E1 com 30 circuitos/ quantidade de números DDR é de 80 números/bilhetagem pelo numero piloto”.

...
“Minuta do Contrato...
“6.9.1.REVOGADO.”

...
“7.4.16. Assumir total responsabilidade pela execução dos serviços, garantindo-lhes a integridade e a manutenção corretiva decorrente de sua utilização”.

...
“7.4.24. REVOGADO”.

Tendo em vista que as alterações ora mencionadas poderão aumentar a competitividade do certame, ensejando a participação de licitantes, comunicamos que a SESSÃO PÚBLICA fica remarcada para 04 de agosto de 2016, as 10h00min, no Setor de Compras e Licitações, situada na Rua Joci José Martins, 101, Centro, Palhoça - SC, e as demais condições do Edital do Pregão PRESENCIAL nº 012/2016 ficam inalteradas.

Palhoça, 21 de julho de 2016.

Cristiane A. da Silva
Pregoeira

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

PORTARIA Nº 045/2016

PORTARIA Nº 045/2016.

Concede pensão por morte, em caráter integral a Senhora NANCY RAQUEL ORONA DE DE ACEVEDO e para o menor BRENON RODRIGO ORONA DE AZEVEDO, dependentes presumidos do servidor ativo falecido, Sr. GUSTAVO DE AZEVEDO, detentor do cargo de provimento efetivo de Agente Legislativo Especialidade Garçom, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal a senhora NANCY RAQUEL ORONA DE DE ACEVEDO, inscrita no CPF nº 011.594.879-10 e portadora do RG nº 3.933.188-6 e para o menor BRENON RODRIGO ORONA DE AZEVEDO inscrita no CPF nº 115.214.009-46, dependentes presumidos do servidor ativo GUSTAVO DE AZEVEDO, falecido em 25/06/2016.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ Único - A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85, da Lei Complementar nº 096/2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 25/06/2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 15 de julho de 2016.
Camilo Nazareno Pagani Martins Milton Luiz Espindola
Prefeito Municipal Presidente da Autarquia

Maria Terezinha Broering Fernandes
Assistente Administrativo
Matrícula 300054-1

Papanduva

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 062/2016

Aos treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, na Sede da Prefeitura Municipal de Papanduva, Departamento de Compras e Licitações, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 064/2016 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 19/07/2016, RESOLVE registrar os preços da empresa FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 05.157.804/0001-12, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PEÇO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para atender o Serviço de Fortalecimento de Vínculos, conforme especificações constantes na Relação De Itens Adjudicados ao fornecedor acima especificado;

1.2 – O fornecimento dos itens adjudicados somente poderá ser realizado pela contratada que assinou a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização da municipalidade;

1.3 – No caso de impossibilidade no fornecimento do objeto adjudicado pelo primeiro classificado, a municipalidade poderá chamar o segundo classificado, pelo preço proposto do 1º colocado, para fornecimento deste material e assim sucessivamente;

1.4 – O valor da presente Ata de Registro de Preços é de R\$ 11.120,60 (onze mil, cento e vinte reais e sessenta centavos), relativos aos itens 05, 07, 09, 12, 14, 15, 16, 24, 35, 36, 37, 39, 75, 83, 87, 88, 95, 103, 108 e 123, objeto do pregão presencial registro de preços 064/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, a partir da sua assinatura;

2.2 – Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento dos produtos, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93;

2.3 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento;

2.4 – Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

2.5 – O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação e se houver efetiva comprovação do aumento pela contratada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte);

2.6 – Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 2.4.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOCUMENTOS INTEGRANTES

3.1 – Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

3.1.1 – Edital de Pregão Presencial nº 064/2016 e seus anexos;

3.1.2 – Proposta da Contratada.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 – O(s) objeto(s) adjudicado(s) deverá(ão) ser entregue(s) em até 03 (três) dias após a solicitação da Secretaria, diretamente na sede do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, sito a Rua Coronel Severo de Almeida, s/n, Bairro Industrial, Papanduva/SC;

4.2 – Todos os Gêneros Alimentícios deverão ser transportados em veículo próprio para alimentos, tipo furgão e estar acondicionados em caixas próprias, de forma a manter sua integridade;

4.3 – Os produtos de origem animal devem ser transportados em veículo fechado isotérmico refrigerado ou acondicionados em embalagens térmicas que permita a sua perfeita conservação durante o percurso da viagem;

4.4 – A entrega dos produtos será de acordo com o aqui estabelecido e nos quantitativos solicitados pelo município após recebimento da nota de pré empenho ou requisição emitida pela secretaria solicitante;

4.5 – O(s) pagamento(s) devido(s) à contratada será(ão) efetuado(s) em até 30 (trinta) dias após a entrega, de acordo com a data prevista e na ordem cronológica, acompanhada da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega dos produtos, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros;

5.2 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo;

5.3 – Cumprir todas as disposições constantes do edital Pregão Presencial nº 064/2016 e seus anexos;

5.4 – Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos objetos exigidos nesta ata, a Contratada deverá providenciar a correção em até 03 (três) dias, sem qualquer ônus para o Município.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6.1 – Comunicar a contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto da licitação;

6.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a contratada fornecer fora das especificações do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – A Contratada estará sujeita a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do empenho, sem prejuízo da faculdade de rescisão e eventuais perdas e danos, apuradas na forma da legislação em vigor, quando:

7.1.1 – Houver desistência na entrega dos produtos após a adjudicação da licitação;

7.1.2 – Não for entregue os produtos no prazo estabelecido neste Instrumento;

7.1.3 – Ocorrer o descumprimento de quaisquer disposições editais ou contratuais.

7.2 – A inadimplência sujeitará a Contratada a uma das seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo:

7.2.1 – Advertência;

7.2.2 – Multa de 10 (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho;

7.2.3 – Suspensão do direito de licitar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

7.2.4 – Expedição de declaração de inidoneidade com a consequente exclusão do quadro de fornecedores e cancelamento de seu registro cadastral.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – O Município poderá cancelar o Registro de Preços da Contratada nos casos a seguir especificados:

8.1.1 – quando descumprir as exigências do edital ou desta ata;

8.1.2 – quando a contratada der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.1.3 – quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 – quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, a(s) entrega(s) do(s) produto(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

8.1.5 – em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do objeto;

8.1.6 – perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

8.1.7 – por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – A contratada não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o fornecimento do objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

9.2 – Elegem as partes contratantes o Foro da Comarca de Papanduva, para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9.3 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8666/93, suas alterações posteriores e demais normas aplicáveis.

Papanduva, 19 de julho de 2016.

_____ – Márcio Wisniewski – Pregoeiro
_____ – ErliEdivinaWunscheBacellar –

Equipe de Apoio

_____ – Otávio Hunka – Equipe de Apoio
_____ – ElitonLuis de Souza Prestes –

Equipe de Apoio

_____ – Daniele Flavia Sorg – Pela Contratada

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 075/2016 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de recargas de gás de cozinha para as Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 03 de agosto de 2016; Início da Sessão Pública: Às 08:45hs do dia 03/08/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 21 de julho de 2016

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Paraíso

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 02/2016

AVISO DE PRORROGAÇÃO.

Chamada Pública 02/2016

Em razão de ter sido decretado ponto facultativo no dia 25/06/2017 (Dia do Colono e Motorista) no Município de Paraíso, SC, prorrogo para o dia 26/06/2017 a data de entrega e abertura dos envelopes do processo licitatório em epígrafe, mantendo incólume a hora e o local, para entrega, constante no edital.

Paraíso, 21/07/2016.
ERNI GIACOMINI
PREFEITO MUNICIPAL

Penha

PREFEITURA

3º TERMO ADITIVO Nº 76/2016-FMS

3º TERMO ADITIVO Nº 76/2016- FMS

AO CONTRATO Nº 93/2015 FMS

Objeto: Prestação de serviços de coffe break para a PREFEITURA, por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

Licitação: Processo Licitatório nº. 21/2015 -FMS, modalidade Pregão Presencial nº. 13/2015 -FMS

Pelo presente instrumento de 3º Termo Aditivo nº 76/2016- FMS, ao Contrato Administrativo 93/2015 FMS, para prestação de serviço, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredos dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa PANIFICADORA E MERCEARIA PATRÍCIA LTDA ME, com sede na cidade de Balneário Piçarras, Bairro: Santo Antônio, Avenida Getúlio Vargas, nº 588, CEP: 88.380-00, Telefone: (47) – 3345-0530 inscrita no CNPJ sob o nº 78.357.167/0001-00, neste ato representada Grazielle Martins Teixeira, CPF: 044.158.029.74, RG: 4.146.118-5, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

Clausula Primeira

A vigência presente na clausula quarta do contrato administrativo nº 93/2015 FMS fica prorrogada até o dia 30.12.2016, a contar de 30.06.2016.

Clausula Segunda

As demais clausulas permanecem inalteradas.
Penha/SC, 30 de Junho de 2016.

PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO Nº 119/2016 - PMP

	PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA ESTADO DE SANTA CATARINA
--	---

CONTRATO DE LOCAÇÃO

Nº 119/2016 - PMP

Os signatários deste instrumento, de um lado JOÃO DA SILVA

JUNIOR, portadora do RG: 3.309.464 SSP SC e CPF: 915.673.359-34 residente e domiciliado à Rua Tereza Krause, 193 A – Centro – Penha/SC e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Penha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representada pelo Sr. Evandro Eredos dos Navegantes, Prefeito Municipal, têm justo e contratado o seguinte, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

O primeiro nomeado, aqui chamado o LOCADOR, loca ao segundo, aqui designado o LOCATÁRIO, um imóvel localizado à Rua Tereza Krauze, nº181, Centro, Penha/SC, com as seguintes dependências: terreno de aproximadamente 300 m², edificado com um casa de Alvenaria com aproximadamente 196,00 m², mediante às cláusulas e condições adiante estipuladas:

01 O presente contrato decorrente do Processo Adm. nº 52/2016 - PMP modalidade Dispensa de Licitação Nº 04/2016 - PMP, entra em vigor na data de 15/07/2016, com vigência até 14/07/2016, podendo ser rescindido por quaisquer das partes, com a comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

02 O aluguel mensal será de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) devendo o pagamento ser efetuado no 10º dia útil de cada mês, na Agência Bancária Banco do Brasil nº 5411-9, Conta Corrente nº 6456-4, cujo pagamento correrá por conta da seguinte dotação:

Órgão: 10 – Secretaria de Educação e Cultura
Unidade: 10.02 – Departamento de Ensino
Funcional: 12.365.0009 – Educação Infantil
Projeto/Atividade: 2.024 – Funcionamento e manutenção do Ensino Infantil/Creche
Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.01.0611 – Aplicações Diretas
Código reduzido: 80

02.01 - Havendo prorrogação de acordo com o que estabelece a Lei 8.666/93, o aluguel mensal inicial será reajustado anualmente na proporção da variação do IPCA divulgado pelo IBGE, e na sua falta, pelo índice que substituí-lo.

03 Obriga-se o LOCATÁRIO a satisfazer a todas as exigências do Poder Público, a que der causa, e a não transferir este contrato, podendo fazer algumas modificações ou transformações no imóvel, de acordo com suas estritas necessidades, revertendo-as a favor do LOCADOR, por ocasião do término do presente contrato, ficando desde já vedada sua sub-locação.

04 O LOCATÁRIO desde já faculta ao LOCADOR examinar ou vistoriar o imóvel locado quando entender conveniente.

05 O LOCATÁRIO, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se por todas as outras, devendo trazer o imóvel locado em boas condições de higiene e limpeza e em perfeito estado de conservação e funcionamento, entregando-o com as benfeitorias ali realizadas.

06 Quaisquer estragos ocasionados ao imóvel e suas instalações, bem como as despesas a que o proprietário for obrigado por eventuais modificações feitas no imóvel, pelo LOCATÁRIO, serão pagas à parte.

07 As salas do imóvel, objeto de locação, destina-se ao

funcionamento de um Centro de Educação Infantil, localizado à Rua Tereza Krauze, nº181, Centro, Penha/SC.

08 As taxas para pagamento de consumo de água, luz, IPTU e taxa de lixo são de inteira responsabilidade do LOCATÁRIO.

09 O presente Contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

10 Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, à Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

Fica eleito desde já o Foro da Comarca de Balneário Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão do presente Contrato.

E por estarem contratados, assinam o presente, em 3 (três) vias, na presença das testemunhas abaixo.

Penha/SC, 15 de julho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES JOÃO DA SILVA JUNIOR
LOCATÁRIO LOCADOR

De acordo:

Daniele S. de S. Lunge
Secretária da Administração

CONTRATO Nº 121/2016 - PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO DE CARGA DE BARRO COM 12m³ QUE DEVERÁ SER TRANSPORTADA E ESPALHADA NO LOCAL, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA DE PENHA E A EMPRESA ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

N.º 121/2016 - PMP

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo para Aquisição de carga de barro com 12m³ que deverá ser transportada e espalhada no local, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, com sede na cidade de Penha/SC, Bairro: Centro, CEP: 88385-000, Rua João Carlos Alves, nº 355, Telefone: (47) – 3345-9009, inscrita no CNPJ sob o nº 05.572.543/0001-05, neste ato representada pelo Sr. Renato Cesário Pereira Junior doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a prestação de serviços, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 47/2016-PMP, modalidade Convite nº 04/2016-PMP, do qual foi vencedor(a) o CONTRATADO(A), obrigando-se o(a) mesmo(a) a executar para a PREFEITURA o serviço adiante discriminado:

- Aquisição de carga de barro com 12m³ que deverá ser transportada

e espalhada no local, conforme estabelecido neste Edital e no Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA

A CONTRATADA obriga-se a prestar todos os serviços mencionados na Cláusula Primeira segundo as normas técnicas adequadas, fornecendo todos os serviços e demais elementos necessários.

CLÁUSULA TERCEIRA

A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de serviços empregados.

CLÁUSULA QUARTA

A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA

Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo a PREFEITURA apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia global acordada na Cláusula Sexta, desde que concluído a entrega do material contratado.

CLÁUSULA SEXTA

Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará ao(à) CONTRATADO(A) o valor de R\$ 65.890,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e noventa reais) no Banco Credifox Banco 085, Agência: nº 0109, Conta Corrente: nº 5050-4 - Até 30 (trinta) dias, devidamente aceito pelo Secretário e emissão de Nota Fiscal do período devidamente certificada pela Secretaria.

CLÁUSULA SÉTIMA

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação:

10– Secretarias da Educação e Cultura
16.02 – Departamentos de Ensino
12.365.0304 – Educação Infantil
1.007 – Construções, Ampliação e Reforma de Creches
4.4.90.00.00.00.00.0611 – Aplicações Diretas
Código Reduzido – 69

CLÁUSULA OITAVA

A prestação de serviços ora contratados terão início na data da assinatura do contrato e deverão ser executados de forma imediata e o contrato terá vigência até 31/12/2016.

CLÁUSULA NONA

O prazo especificado na Cláusula anterior poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- 1- alteração do objeto ou suas especificações, pela PREFEITURA;
- 2- superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- 3- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- 4- aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- 5- impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de

terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;
6- omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

Toda prorrogação de prazo, por parte da CONTRATADA, deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela PREFEITURA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 20%(vinte por cento), calculada sobre o valor total do Contrato.
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Os preços serão fixos e irrevogáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A entrega de materiais ora contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a- quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b- quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- c- Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- d- Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias superveniente mantida o valor inicial;
- e- Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

No caso de suspenso do fornecimento ora contratado, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pela PREFEITURA os custos de aquisição, regularmente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a PREFEITURA deverá restabelecer, por adiantamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- I- o não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- II- o cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- III- a lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não entrega dos materiais, nos prazos estipulados;
- IV- o atraso injustificado na entrega dos materiais;
- V- a subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- VI- o desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- VII- o cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- VIII- a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- IX- a dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- X- a alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo da PREFEITURA, prejudique a

execução do presente;

XI- o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

XII- razões de interesse do serviço público;

XIII- a supressão, por parte da PREFEITURA, dos serviços, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;

XIV- a suspensão de sua entrega, por ordem escrita da PREFEITURA, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XVI- o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes dos materiais já entregues, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;

XVI- a não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para a entrega dos materiais, nos prazos contratuais; e

XVII- a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Fica eleito o Foro da Comarca de Balneárias Piçarras para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução do presente Contrato.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente contrato, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha - SC, 21 de Julho de 2016.

PREFEITO

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

CONTRATADA

ETER TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA

TESTEMUNHAS:

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO:

DANIELE S.DE S. LUNGE

SECRETÁRIA DE

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 23/2016**

PORTARIA Nº 23/2016

Revoga a Portaria Nº 03/2015 que nomeia os integrantes da Comissão Permanente de Estágio Probatório

CLÓVIS BERGAMASCHI, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno e ante o conflito com o regime celetista e o estágio probatório, por esta

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 03/2015 que nomeou os integrantes da Comissão Permanente de Estágio Probatório da Câmara de Vereadores de Penha.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 01 de julho de 2016.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Clóvis Bergamaschi
Presidente

Petrolândia

PREFEITURA

CONTRATO 26 2016 - IDILSON DE SOUZA

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2016

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e o Senhor IDILSON DE SOUZA, inscrito no CPF: 895.128.479-49. Objeto: CONTRATO PARA EXPLORAR, EXTRAIR, REMOVER E TRANSPORTAR 25 CARGAS DE MACADAME, NO PERÍODO DE 20 DE JULHO DE 2016 À 30 DE DEZEMBRO DE 2016. Data: 20/07/2016. Valor: R\$ 250,00. Petrolândia, 22 de julho de 2016. Joel Longen – Prefeito Municipal.

Planalto Alegre

PREFEITURA

DECRETO 4576/2016

DECRETO Nº 4576/2016, DE 21 de Julho de 2016.

DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DE GARANTIA HIPOTECARIA DE LOTE URBANO, NESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberado de garantia hipotecaria, nas condições deste ato, a seguinte área:

I – um lote urbano nº 09 da quadra nº 34, situado na Rua Ângelo Camatti, sem benfeitorias, no Loteamento Camatti, município de Planalto Alegre/SC, matriculado sob nº 97.483 no Registro de Imóveis da Comarca de Chapecó, proprietários: Valdecir Camatti e Ivone Camatti.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre, SC, em 21 de Julho de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ED_RP0352016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 035/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO E REPAROS.
Entrega dos Envelopes: 14:00hs. do dia 04 de Agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14:00hs. do dia 04 de Agosto de 2016.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 20 de Julho de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

ED_RP0362016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 036/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ARTEFATOS E CIMENTOS.
Entrega dos Envelopes: 14:00hs. do dia 05 de Agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14:00hs. do dia 05 de Agosto de 2016.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 20 de Julho de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

ED_RP0372016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 037/2016
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2016
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO PRANCHA PARA TRANSPORTE DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, HORAS DE HORAS DE MAQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM CONCHA E HORAS DE MAQUINAS E ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM ROMPE-DOR.
Entrega dos Envelopes: 08:00hs. do dia 04 de Agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 04 de Agosto de 2016
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 20 de Julho de 2016.
PLINIO DALLACORTE
Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA Nº 2.852 DE 21 DE JULHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.852 DE 21 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A SEPARAÇÃO DE LIXO NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CLUBES, IGREJAS, RESIDÊNCIAS UNIFAMILIARES, MULTIFAMILIARES E NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE e dá outras providências.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO GERADOR DE LIXO

Art. 1º A presente Lei estabelece a obrigatoriedade da separação de lixo na sua origem, em todos os estabelecimentos de saúde, comerciais, industriais e prestação de serviços, clubes, Igrejas, residências unifamiliares, multifamiliares e nas escolas localizadas no Município de Pomerode.

Art. 2º Os resíduos deverão ser separados em 2 (duas) categorias básicas, a saber:

I - Lixo seco (Reciclável).

II - Lixo úmido (orgânico).

§ 1º O acondicionamento do lixo seco deverá ser feito preferencialmente em saco plástico fornecido pelo SAMAE, devidamente fechado, sendo seu uso exclusivamente para o lixo reciclável.

§ 2º O acondicionamento do lixo úmido deverá ser feito preferencialmente em tambores de plástico, com capacidade máxima de até 100 (cem) litros.

§ 3º Todas as edificações, exceto aquelas de uso para habitação de caráter permanente unifamiliar, deverão ser providas de reserva de área no próprio terreno, em local de fácil acesso à coleta, preferencialmente voltada e aberta para o passeio público.

§ 4º Para os estabelecimentos que gerem um volume de lixo úmido superior a 300 (trezentos) litros por cada período de coleta, será exigida a colocação de contêiner, em modelo a ser regulamentado pelo SAMAE.

Art. 3º São responsáveis pelo adequado acondicionamento dos resíduos sólidos urbanos e sua oferta para fins de coleta:

I - Os proprietários, gerentes, presidentes, prepostos ou administradores de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, clubes, Igrejas, de unidades de saúde ou de instituições públicas.

II - O condomínio, representado pelo síndico ou pela administração, nos casos de residências em regime de propriedade horizontal ou de edifícios multifamiliares;

III - Nos demais casos, as pessoas físicas ou jurídicas designadas para esse fim, ou na sua falta, todos os residentes.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes da separação de lixo e de seu acondicionamento são de responsabilidade do gerador.

CAPÍTULO II DA COLETA

Art. 4º Considera-se lixo seco (reciclável) qualquer espécie de papel, plástico, lata, metal, vidro, enfim, material reciclável.

Art. 5º Considera-se lixo úmido (orgânico), os resíduos de fácil decomposição (restos de comida, cascas de frutas e de legumes, folhas) e materiais não recicláveis, como papel higiênico, absorventes, guardanapos, papéis engordurados, entre outros.

§ 1º Os postos de saúde, hospitais, clínicas e consultórios que possuam geração de lixo hospitalar serão responsáveis pela separação do mesmo.

§ 2º A disposição final dos materiais infectados, contaminados e perfuro-cortantes dos serviços de saúde ficará sob responsabilidade do SEVISA - Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º A disposição do lixo separado para coleta, tanto seco como úmido, deverá ocorrer apenas nos dias em que a coleta é realizada em cada rua, conforme o roteiro e regulamentação estabelecida pelo SAMAE, dada a devida publicidade com a divulgação do calendário e locais

de coleta e sua disponibilização, inclusive, pelos meios de comunicação para a ciência dos munícipes.

Art. 7º O lixo poderá ser colocado no logradouro com antecedência máxima de 12 (doze) horas da sua coleta, ficando sob responsabilidade do gerador até o seu efetivo recolhimento.

Parágrafo Único. O gerador se exime da responsabilidade mencionada no caput deste artigo no caso de não ocorrer a coleta na data programada.

CAPÍTULO III DA COLETA DE LIXO RECICLÁVEL POR TERCEIROS

Art. 8º A coleta de lixo seco (reciclável) poderá ser autorizada à terceiros, desde que seja pessoa jurídica, observando o atendimento aos seguintes critérios:

I - Possuir idade compatível com a prevista no art. 7º Inciso XXXIII da Constituição Federal.

II - Dispor de local adequado ao armazenamento e beneficiamento dos materiais recolhidos, previamente fiscalizado e autorizado para o funcionamento pelo Serviço de Vigilância Sanitária – SEVISA e Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN;

Art. 9º É expressamente proibido o ato de vasculhar o lixo disposto ao longo das ruas do Município para retirada de possíveis materiais recicláveis.

CAPÍTULO IV DAS PENALIDADES

Art. 10. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, no caso de descumprimento parcial ou total do disposto nesta Lei, serão punidos os responsáveis descritos no artigo 3º, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I – Advertência

II – Multa

Parágrafo Único. Os catadores, descritos no artigo 8º, no caso de descumprimento parcial ou total das disposições desta Lei, serão punidos, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I - Advertência por escrito, que deve ser aplicada uma vez, através da emissão de formulário próprio.

II – Multa

III - Apreensão dos equipamentos de coleta

IV - Interdição do local de armazenamento

V - Cancelamento do Cadastro Municipal

Art. 11. Caracteriza-se infração incurso nas penas de multa discriminadas a seguir, quando ocorrer:

I - Acondicionamento incorreto do lixo:

Multa - 20(vinte) UFM's (Unidades Fiscais do Município);

II - Disposição do lixo em dias nos quais a coleta não é realizada:

Multa - 20(vinte) UFM's (Unidades Fiscais do Município);

III - Disposição do lixo para coleta obstruindo a passagem de pedestres e ciclistas:

Multa - 35(trinta e cinco) UFM's (Unidades Fiscais do Município);

IV - Descumprimento total ou parcial das disposições contidas no do Capítulo III, desta Lei:

Multa - 25(vinte e cinco) UFM's (Unidades Fiscais do Município).

V – Descumprimento do Artigo 2º, § 3º:

Multa – 100(cem) UFM's (Unidades Fiscais do Município).

Parágrafo Único. Em caso de reincidência, na emissão da nova infração haverá acréscimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da infração anterior.

Art. 12. Caberá ao SAMAE a realização de campanhas de esclarecimento no sentido de facilitar a aplicação da presente Lei.

Parágrafo Único. A realização das campanhas poderá ocorrer com o apoio da iniciativa privada.

Art. 13. A fiscalização do cumprimento da presente Lei e a emissão de advertências e multas ficará a cargo da Fiscalização de Posturas.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Município de Pomerode não se responsabiliza pela coleta de rejeitos, como restos de podas, animais mortos, entulhos ou madeira.

Art. 15. O SAMAE prestará orientações quanto a destinação de móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e eletroeletrônicos em desuso, conforme Lei 2.802, de 16 de Dezembro de 2015.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor 90 [noventa] dias após a data de sua publicação, revogada a Lei nº 1686/02.

Município de Pomerode, 21 de julho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.853 DE 21 DE JULHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.853 DE 21 DE JULHO DE 2016.

“REVOGA A LEI Nº 75 DE 04 DE Março DE 1964.”

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 75 de 04 de março de 1964, que “INSTITUI O HORÁRIO PARA O FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 21 de julho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.854 DE 21 DE JULHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.854 DE 21 DE JULHO DE 2016.

ANULA PARCIALMENTE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO EM VIGOR DA UNIDADE GESTORA SAMAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente o valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos Mil Reais), nas dotações orçamentárias do orçamento em vigor, da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 15000 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.1021 – Ampliação e Complementação da Rede de Esgoto

Modalidade de Aplicação: 4490 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.1022 – Ampliação Unidade, Captação, Res. Tratamento Água

Modalidade de Aplicação: 4490 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.1023 – Ampliação e Reaparelhamento do Sistema Água

Modalidade de Aplicação: 4490 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2059 – Operação e Manutenção do Sistema de Esgoto

Modalidade de Aplicação: 3190 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 300.000,00

Modalidade de Aplicação: 3191 – Aplicações Diretas decorrentes de operações entre Órgãos

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 3390 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 200.000,00

TOTAL R\$ 900.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos

Mil Reais), por conta do produto da anulação de que trata o artigo anterior desta Lei, no orçamento da unidade gestora Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, conforme a especificação orçamentária abaixo:

ÓRGÃO: 15000 – SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Unidade Orçamentária: 15001 – SAMAE

Projeto/Atividade: 0004.0122.0080.2056–Manutenção dos Serviços Administrativos

Modalidade de Aplicação: 3190 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Modalidade de Aplicação: 3191 – Aplicações Diretas decorrentes de operações entre Órgãos

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 9.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2057–Otimização Serviço de Coleta e Reciclagem de Lixo

Modalidade de Aplicação: 3190 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

Modalidade de Aplicação: 3191 – Aplicações Diretas decorrentes de operações entre Órgãos

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 31.000,00

Modalidade de Aplicação: 3390 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 320.000,00

Projeto/Atividade: 0017.0512.0080.2058 – Operação e Manutenção do Sistema de Água

Modalidade de Aplicação: 3390 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 323.000,00

Modalidade de Aplicação: 4490 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 150.000,00

Projeto/Atividade: 0028.0846.0080.3 – Contribuição ao PASEP

Modalidade de Aplicação: 3390 – Aplicações Diretas

Vinc.p/Fonte Recursos: 0100.00 – Recursos Ordinários R\$ 2.000,00

TOTAL R\$ 900.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 21 de julho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 2.855 DE 21 DE JULHO DE 2016.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.855 DE 21 DE JULHO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE POMERODE A REALIZAR CESSÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS, PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA COMARCA DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a adquirir e ceder materiais e equipamentos à Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Pomerode, nos termos da minuta do Termo de cessão de uso, que passa a fazer parte integrante desta lei.

Art. 2º Para aquisição dos materiais e equipamentos serão investidos, pelo Município de Pomerode, aproximadamente R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).

Art. 3º Os materiais e equipamentos objetos desta Lei deverão ter seu uso destinado exclusivamente à execução dos serviços de Polícia Judiciária e Administrativa no Município de Pomerode, ficando a Delegacia de Polícia Civil da Comarca de Pomerode responsável pelo bom uso dos materiais e equipamentos.

Parágrafo Único - As despesas decorrentes da manutenção, conservação e utilização dos materiais e equipamentos, correrão à conta da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º A cessão dos materiais e equipamentos será pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do termo de cessão, podendo ser prorrogado por interesse das partes, e a relação será especificada em termo próprio, sendo encaminhada, para ciência, ao Legislativo após formalização.

Art. 5º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 2.759, de 29 de outubro de 2015.

Art. 7º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 21 de julho de 2016.

Rolf Nicolodelli

Prefeito Municipal

Termo de Cessão de Uso Nº 004/2016

TERMO DE CESSÃO DE USO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE POMERODE E A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA COMARCA DE POMERODE.

Aos 21 dias do mês de julho de 2016, o MUNICÍPIO DE POMERODE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede na Rua 15 de Novembro, nº 525, nesta cidade, representado por seu Prefeito, o Sr. ROLF NICOLODELLI, residente e domiciliado em Pomerode – SC, portador da Carteira de Identidade nº 1.399.157, SSP/SC e do CPF nº 421.393.179-04, denominado MUNICÍPIO, e a DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DA COMARCA DE POMERODE, com sede na Rua dos Atiradores, nº 344, Centro, Pomerode/SC, representada por seu Delegado Dr. Luiz Carlos Gross, residente e domiciliado em Pomerode – SC, portador da Carteira de Identidade nº 1020138309, SSP/RS e do CPF nº 416.964.760-20, resolvem celebrar o presente Termo, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto autorizar a aquisição de materiais e equipamentos objetivando a cessão e a doação, respectivamente, à Delegacia de Polícia da Comarca de Pomerode, visando um atendimento mais célere e qualificado dos serviços oferecidos à população.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Para a aquisição dos materiais, objeto deste Termo de Cessão será aplicada a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei Municipal nº 2.855, de 21 de julho de 2016.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

Para a consecução das obrigações deste convênio compete:

a) Ao MUNICÍPIO:

I – Investir aproximadamente R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reias) na aquisição de materiais e equipamentos, que serão cedidos e doados, respectivamente, para uso exclusivo na Delegacia de Polícia de Pomerode;

II - Realizar, a conta de suas dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente convênio;

III – Publicação do Extrato do Termo de Cessão de Uso no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

b) À Delegacia Civil de Pomerode:

I – Manter e conservar os materiais e equipamentos, devolvendo-os (materiais) ao MUNICÍPIO quando expirada a vigência do presente convênio ou quando este for denunciado, com o desgaste e depreciação decorrentes do tempo de uso;

II – Usar exclusivamente os materiais e equipamentos na execução dos serviços de Polícia Judiciária e Administrativa no Município de Pomerode.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio, o Prefeito Municipal ou quem por ele designado e o Delegado de Polícia da Comarca de Pomerode.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente convênio correrão por conta de dotação orçamentária vigente do Município, suplementada se necessário.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO E VIGÊNCIA

O presente convênio terá validade por 5 (cinco) anos, contados da data de sua publicação no Diário Oficial do Município – DOM, podendo ser prorrogado por interesse das partes e, ainda, denunciado, a qualquer época, por mútuo acordo ou pelo não cumprimento das obrigações nele estabelecidas, independente de interpelação judicial.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Pomerode, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente convênio.

Estando as partes de pleno acordo, assinam o presente termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. A minuta do presente convênio foi analisada pela Assessoria Jurídica nos termos da Lei.

Município de Pomerode – SC

	Rolf Nicolodelli Prefeito Municipal		Luiz Carlos Gross Delegado de Polícia	
--	--	--	--	--

Testemunhas:

	Nome: _____ CPF nº _____		Nome: _____ CPF nº _____	
--	-----------------------------	--	-----------------------------	--

RESOLUÇÃO Nº 023/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 023/2016/CMDCA

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas com os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode – FIA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de Julho de 2016,

Considerando:

A competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o pagamento das despesas com Coffee Break, no valor de R\$ 273,00 (duzentos e setenta e três reais) para o Quinto Encontro da Formação dos Conselheiros Tutelares: Desafios Teóricos e Práticos com a EGEM que será realizada nos dias 18 e 19 de Julho de 2016 na Sala de Cinema, anexo ao Centro Cultural de Pomerode.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 15 de Julho de 2016.

Silvio Bodenmuller

Secretário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 024/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 024/2016/CMDCA

Estabelece os procedimentos para os atos a serem seguidos pela Comissão de Ética Disciplinar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de Julho de 2016 e

RESOLVE

Art. 1º - Estabelecer de acordo com a Lei Municipal nº 1.962/07, os procedimentos para os atos a serem seguidos pela Comissão de Ética Disciplinar.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

SINDICANCIA

1. Recebimento da denúncia formulada por escrito, contendo a identificação e endereço do denunciante.
2. Averiguação da denúncia para apurar indícios de materialidade ou autoria.
3. A sindicância administrativa poderá resultar em:
 - 3.1 Arquivo do processo, no caso de inexistência de irregularidade ou de impossibilidade de se apurar a autoria.
 - 3.2 A Instauração de processo administrativo disciplinar.

PROCESSO ADMINISTRATIVO

4. Abertura de processo – juntar:

- 4.1 A Resolução de nomeação da Comissão de Ética Disciplinar e sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

- 4.2 Termo de Compromisso do (a) Secretário(a).
- 4.3 Documento que motivou a abertura do processo.
- 4.4 Cópia da Notificação do Conselheiro.
5. Notificar o conselheiro, concedendo-lhe o prazo de cinco (05) dias úteis para apresentar defesa prévia por escrito, e no mesmo prazo o rol de testemunhas.
6. Receber a defesa prévia;
- 6.1 Caso não apresente defesa prévia, declarar revelia;
7. Notificar o denunciante a nominar por escrito suas testemunhas dos fatos alegados dentro do prazo de cinco (05) dias úteis.
8. Solicitar as testemunhas do denunciante a prestar depoimento dentro do prazo de cinco (05) dias úteis.
9. Solicitar às testemunhas de defesa a prestar depoimento, no prazo de cinco (05) dias úteis.
10. Intimar o denunciado para que querendo, compareça no ato de oitiva das testemunhas.
11. Proceder à oitiva das testemunhas de denúncia.
12. Proceder à oitiva das testemunhas de defesa
13. Fazer, se necessário, acareação e interrogatórios, mediante notificação prévia a quem for indicado para tal.
14. Requisitar perícia se for necessário;
15. Ao final do processo, apreciada a defesa, elaborar relatório minucioso, resumir as peças principais dos autos e mencionar as provas em que se baseou para formar convicção. O relatório deverá ser sempre conclusivo quanto à responsabilidade ou inocência do Conselheiro.
16. Reconhecida a responsabilidade do Conselheiro, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes.
17. Concluso o processo, o presidente da Comissão proclamará a decisão do relatório conclusivo, encaminhado ao colegiado do CMDCA para comunicação e aplicação dos seus efeitos.
18. Poderá o Conselheiro Tutelar protocolar pedido de reconsideração da decisão a plenária do CMDCA, após três (03) dias da sua notificação. O coordenador do CMDCA convocará reunião extraordinária para apreciar o pedido de reconsideração.
19. Apreciado o pedido de reconsideração, o CMDCA, mantido ou não a decisão, terá cinco (05) dias úteis para publicá-la no Diário Oficial dos Municípios e Mural da Prefeitura Municipal de Pomerode e notificar o Conselheiro.
20. Encaminhar ao Ministério Público, o relatório da proclamação do julgamento e a decisão final do CMDCA;
21. No caso da infração cometida pelo conselheiro tutelar constituir ilícito penal, o CMDCA representará ao Ministério Público, comunicando o fato e solicitando as providências legais cabíveis.
22. Encerramento do Processo Administrativo.
23. O prazo para conclusão da sindicância é de quinze (15) dias a partir da instauração do respectivo procedimento, podendo ser prorrogado por igual período a critério do presidente da Comissão de Ética Disciplinar.
24. A Comissão de Ética Disciplinar terá trinta (60) dias de prazo para concluir os trabalhos do processo administrativo, prorrogáveis por mais quinze (30) dias.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios e no Mural da Prefeitura Municipal de Pomerode, e revoga a Resolução nº 010/2014/CMDCA.

Pomerode, 20 de Julho de 2016.

Silvio Bodenmuller

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 025/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 025/2016/CMDCA

Cria a Comissão de Ética Disciplinar em caráter temporário do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 1.962/07, pelo Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.544/10 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de Julho de 2016 e

CONSIDERANDO

- A suspeita de possível irregularidade cometida pelos membros do Conselho Tutelar.

RESOLVE

Art. 1º - Fica criada em caráter provisório a Comissão de Ética Disciplinar para apurar a suspeita de possível irregularidade cometida pelos membros do Conselho Tutelar de Pomerode, que ficará assim composta:

a) Titulares

I – Geazi de Oliveira Viégas, representando a Associação pelo Bem-Estar da Família.

II - Carmen Ramlow, da Secretaria de Saúde.

III - Walter Bendheim Filho, representante do Grupo Escoteiro Pomerano 90/SC.

IV - Roberto Carlos Maske, representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora.

Art. 2º - As diretrizes e procedimentos estão definidos na Resolução nº 010/2016/CMDCA.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios e revoga a Resolução nº 011/2014/CMDCA.

Pomerode, 20 de Julho de 2016.
Silvio Bodenmuller
Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 026/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 026/2016/CMDCA

Nomeia Componentes para Mesa Coordenadora e Comissões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 15 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os Conselheiros para comporem a Mesa Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode:

- I – Coordenador Geral – Silvio Bodenmuller, representando a APAE de Pomerode.
- II – Coordenador Adjunto – Roberto Carlos Maske, representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora
- III – Secretária Geral – Carmen Regina Ramlow, representando a Secretaria de Saúde
- IV – Secretário Adjunto – Walter Bendheim Filho, representante do Grupo Escoteiro Pomerano.

Art. 2º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Política, Plano e Diagnóstico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I – Rudi Voigt, representando a Igreja Evangélica Luterana do Brasil - Congregação São João de Pomerode.
- II – Célio Schlingmann, representando a Fundação Promotora de Eventos - FUNPEEL
- III – Carmen Regina Ramlow, da Secretaria de Saúde – SESA.
- IV – Walter Bendheim Filho, representante do Grupo Escoteiro Pomerano.

Art. 3º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Finanças e Captação de Recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I – Silvio Bodenmuller, representando a APAE de Pomerode.
- II – Geazi de Oliveira Viégas, representando a Associação pelo Bem Estar da Família - ABEFAM
- III – Carmen Regina Ramlow, da Secretaria de Saúde – SESA.
- IV – Célio Schlingmann, representando a Fundação Promotora de Eventos, Esportes e Lazer – FUNPEEL

Art. 4º - Nomear os Conselheiros para comporem a Comissão de Normas e Registros:

- I – Roberto Maske, representando a Secretaria de Educação e Formação Empreendedora
- II – Marcos Kuster, representando a Secretaria de Turismo
- III – Geazi de Oliveira Viégas, representando a Associação pelo Bem Estar da Família - ABEFAM
- IV – Ruth Eischstaedt, representando o PEAL - Associação Dos Programas Educacionais e Assistenciais

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 025/2015/CMDCA.

Pomerode, 20 de Julho de 2016.
Silvio Bodenmuller
Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 027/2016/CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 027/2016/CMDCA

Nomeia membros da Comissão Intersectorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 20 de Maio de 2016,

Considerando:

A Resolução nº 171 de 4 de Dezembro de 2014, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013.

Resolve:

Art.1º - Homologar a indicação dos membros da Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Pomerode.

I. CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE POMERODE – CMDCA

Governamental: Roberto Carlos Maske

Não Governamental: Walter Bendheim Filho

II. CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE

Governamental: Gisela Ewald

Não Governamental: Thamires Negishi Camargo

III. CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE POMERODE

Governamental: Aneli Klotz Rothbarth

Não Governamental: Alexandre Bruel Stange

IV. CONSELHO DE SAÚDE DE POMERODE

Governamental: Marisa Calisse

Não Governamental: Alexandre Ewald

V. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO:

Iraní Reinke Ender

VI. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA:

Titular: Roberto Carlos Maske

Suplente: Leila Carla Flohr

VII. SECRETARIA DE SAÚDE

Kelly R. G.Zimmer Dallmann

VIII. REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS

Erick Loth

IX. SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE

Caroline L. Reinicke

X. CONSELHO TUTELAR

Jussara Porath

XI. REPRESENTANTE DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA – ABEFAM

Sandra Vettore

XII. REPRESENTANTES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES – VEREADORES MIRINS

Júlia Volkmann

Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial:

I – definir plano de atividades para discussão e elaboração do plano decenal, bem como elaborar a proposta do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no seu âmbito de atuação;

II – articular junto a órgãos e entidades integrantes do Sistema de Garantia de Direitos objetivando sua participação na discussão e na elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

III – assegurar a participação efetiva de crianças e adolescentes no processo de discussão e elaboração do plano decenal dos direitos humanos de crianças e adolescentes;

IV – propor e acompanhar a realização de diagnóstico da situação local referente à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; e

V - submeter a minuta de plano decenal à consulta pública local, seja por audiência pública, consulta virtual ou outro mecanismo participativo equivalente.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Resolução nº 021/2016/CMDCA.

Pomerode, 20 de Julho de 2016.

Silvio Bodenmuller

Coordenador do Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

Porto Belo

PREFEITURA

1º RETIFICAÇÃO - PREGÃO (REGISTRO PREÇO) 023/2016 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prefeitura Municipal de Porto Belo

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO – 023/2016 PMPB

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado e seu Anexo no que segue:

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assentamento e remoção de lajota, paver, meio fio e tubos de concreto, com fornecimento de areia na cancha para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Onde se lê:

4.4.4 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove já ter fornecido materiais da natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais;

Leia-se:

4.4.4 RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I – Apresentação de atestado de capacidade técnica, comprovando que a empresa já executou serviços da mesma natureza da presente licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado; informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos serviços;

Permanecem inalteradas e por este Termo ratificadas as demais cláusulas do Edital de licitação PREGÃO – 023/2016 PMPB.

Maiores informações através do telefone (047) 3369-4111 ou email licitacao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira .

Porto Belo, 21 de julho de 2016.

Evaldo José Guerreiro Filho

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 103/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Termo Aditivo de Ata de Registro de Preços 103/2016 - PREFEITURA

Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços 008/2016.

Partes: Município de Porto União e Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Concede-se o reequilíbrio financeiro para o Item 08 - Anlodipino, besilato 5mg, passando para R\$ 0,0204 (duzentos e quatro milésimos de centavos) e alterando a marca para GEOLAB.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 06 de julho de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 044/2016 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 044/2016 – Educação.

Partes: Município de Porto União e Transportes Coletivos Nossa Senhora da Piedade Ltda.

Objeto: fornecimento de vales transporte para os funcionários, estagiários, professores e alunos da rede de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação do município de Porto União.

Valor Total: R\$ 151.670,00 (cento e cinquenta e um mil seiscentos e setenta reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 005/2016 - Educação, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de julho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Transportes Coletivos Nossa Senhora da Piedade Ltda.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 143/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 143/2016

Partes: Município de Porto União e Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Objeto: Locação do imóvel situado na Rua Quintino Bocaiúva, nº 423, Centro, Porto União/SC, para instalação da Unidade Básica de Saúde Central e Secretaria Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais) mensais.

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Dispensa de Licitação 026/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 04 de julho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 144/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 144/2016

Partes: Município de Porto União e Derpa Usina de Asfalto Ltda – EPP.

Objeto: Fornecimento, transporte e aplicação de material para pintura RM 1C, fornecimento, transporte e aplicação de CBUQ (concreto betuminoso usinado a quente) faixa C, em um total de 600 (seiscentas) toneladas.

Valor Total: R\$ 208.800,00 (duzentos e oito mil e oitocentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Tomada de Preços 012/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de julho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Derpa Usina de Asfalto Ltda – EPP.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO 145/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 145/2016

Partes: Município de Porto União e Roque Correa 72432136934.

Objeto: Contratação de um artista para executar a obra artística composta de 01 (uma) "ESTÁTUA DE UM ANJO" com 1,90 m de altura

Valor Total: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Vigência: Até 15 de agosto de 2016.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 008/2016, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 05 de julho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Roque Correa 72432136934.

Contratada

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 146/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 146/2016 – PREFEITURA.

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 131/2015.

Partes: Município de Porto União e Márcia Regina Arendt - ME.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 06 de julho de 2016.

Anízio de Souza

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 454/2016 - RH

PORTARIA Nº 454, de 05 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER A QUITAÇÃO da Licença Prêmio, de 90 (noventa) dias consecutivos, referente ao período aquisitivo de julho de 2003 a julho de 2008 da servidora Rosana Alves do Prado, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 455/2016 - RH

PORTARIA Nº 455, de 05 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Portaria nº 798 de 24 de maio de 2014.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 05 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 456/2016 - RH

PORTARIA Nº 456, de 06 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Adriano Reus Darin de Araujo, das funções do cargo de Médico Ortopedista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 457/2016 - RH

PORTARIA Nº 457 de 07 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 05 a 29 de julho de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Paula Maria de Castro, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Zita Adiléia Gomes que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Albertina Brauchner, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 07 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 458/2016 - RH

PORTARIA Nº 458 de 07 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 a 12 de julho de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Alana Aparecida Pacheco, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Marlena Aparecida Pereira Pacheco que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 07 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 459/2016 - RH

PORTARIA Nº 459 de 07 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de julho a 12 de agosto de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Inoema de Fátima Arbighaus, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Jucelia Aparecida Ferreira Espíndola que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto ao Núcleo de Educação Infantil Arco Íris, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 07 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 460/2016 - RH

PORTARIA Nº 460, de 07 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de julho a 30 de dezembro de 2016 ou até que o candidato concursado assuma a vaga, sob o Regime Jurídico Especial, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, LUDWIG NICOLAS PABLO SILVA GOROSTIAGA, para exercer as funções do cargo de Médico - Plantonista, previsto no Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo a 01 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 07 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 461/2016 - RH

PORTARIA Nº 461, de 07 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de julho a 30 de dezembro de 2016, ou até que o candidato aprovado em concurso público assuma a vaga, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Adriano Reus Darin de Araújo, para exercer as funções do cargo de Médico (Ortopedista), com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 462/2016 - RH

PORTARIA Nº 462, de 12 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de julho a 16 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Douglas Borges de Lima, para exercer as funções do cargo de Psicólogo, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora contratada Jessica Nathana Dutra Lemos que se encontra em Licença Maternidade e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto ao Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 12 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 463/2016 - RH

PORTARIA Nº 463, de 12 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Adriano Reus Darin de Araujo, ocupante do cargo de Médico (Ortopedista), de 5h (cinco) horas semanais para 10h (dez) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a crescente demanda da especialidade e por não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 07 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 12 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 465/2016 - RH

PORTARIA Nº 465, de 15 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO de 15 de julho a 30 de dezembro de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso publico para o cargo assuma a vaga, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Karina Aparecida de Souza Kinal, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atuar junto à recém inaugurada Unidade de Saúde do Bairro Bela Vista.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 466/2016 - RH

PORTARIA Nº 466, de 15 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO de 15 de julho a 30 de dezembro de 2016 ou até que o candidato aprovado em concurso publico para o cargo assuma a vaga, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Jordana Débora Bughay, para exercer as funções do cargo de Enfermeiro, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atuar junto à recém inaugurada Unidade de Saúde do Bairro Bela Vista.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 15 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 467/2016 - RH

PORTARIA Nº 467, de 18 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, através do Concurso Público Municipal nº 001/2013, Felipe Wagner Kukla, aprovada em 22º lugar, para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, pertencente ao Grupo Ocupacional Técnico Administrativo – GTA, Anexo II, com vencimentos na Classe "07" Referência "A", Anexo I, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 468/2016 - RH

PORTARIA Nº 468, de 18 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO de 18 de julho a 08 de novembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Andréia Lourenço dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Vanessa Josiane Pacheco que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 18 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 469/2016 - RH

PORTARIA Nº 469, de 18 de julho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 15 de julho a 12 de setembro de 2016 ou até a conclusão do processo licitatório para contratação do profissional, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Carol Maltauro Wechorkowski, para exercer as funções do cargo de Psicólogo, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atuar junto ao Serviço Municipal de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes do município.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de julho de 2016.

Porto União - SC, em 18 de julho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS 012/2016

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 095/2016

Tomada de Preços 012/2016

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Derpa Usina de Asfalto Ltda – EPP.

Porto União SC, 05 de julho de 2016.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

2 ADITIVO AP OESTE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

2º TERMO ADITIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº035 2015.

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.681/0001-26, com sede à Rua Antônio Carlos Thiesen, nº 74, centro, nesta cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeita, Sra. NAIR GOULART, a Empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94, Inscrição Estadual 254.648.553, com sede a Rua do Comércio, s/n, Centro, Planalto Alegre/SC, de comum acordo resolvem aditar a Ata de preço, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 65, § 6º conforme segue:

TABELA DEMONSTRATIVA DE REAJUSTE				
ITEM		Custo	Percentual aplicado	Valor Reajustado
004	Açúcar Refinado 5KG	9,30	46,25%	13,60
033	Leite UHT 1 litro	2,08	25%	2,77

Demais itens da Ata de Preços do Pregão Presencial nº 035/2015 permanecem inalterados.

Pouso Redondo (SC), 25 de maio de 2016.

NAIR GOULART AP OESTE Dis. e Com. De Alim. Ltda EPP

Prefeitura Municipal de CNPJ 05.919.156/0001-94

TESTEMUNHAS:

Maikel Verdi Neuma
CPF: 003.780.089-27

Anderle Felizari
CPF: 818.495.249-04

3 ADITIVO AP OESTE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

3º TERMO ADITIVO

PREGÃO PRESENCIAL Nº035 2015.

O MUNICIPIO DE POUSO REDONDO, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.681/0001-26, com sede à Rua Antônio Carlos Thiesen, nº 74, centro, nesta cidade de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Prefeita, Sra. NAIR GOULART, a Empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ nº 05.919.156/0001-94, Inscrição Estadual 254.648.553, com sede a Rua do Comércio, s/n, Centro, Planalto Alegre/SC, de comum acordo resolvem aditar a Ata de preço, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 65, § 6º conforme segue:

TABELA DEMONSTRATIVA DE REAJUSTE				
ITEM		Custo	Percentual aplicado	Valor Reajustado
033	Leite UHT 1 litro	2,77	51,26%	4,19

Demais itens da Ata de Preços do Pregão Presencial nº 035/2015 permanecem inalterados.

Pouso Redondo (SC), 05 de julho de 2016.

NAIR GOULART AP OESTE Dis. e Com. De Alim. Ltda EPP
Prefeitura Municipal de CNPJ 05.919.156/0001-94

TESTEMUNHAS:

Maikel Verdi Neuma Anderle Felizari
CPF: 003.780.089-27 CPF: 818.495.249-04

EDITAL PREGAO 04/2016 - AGUA MINERAL SAUDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº 08/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Pouso Redondo, SC, através de Fundo Municipal de Saúde, torna público para conhecimento dos interessados, que fica aberto até as 08:30 horas do dia 04/08/2016, o edital para a realização de licitação para aquisição de água mineral para consumo nos Postos de Saúde do Município e Secretaria Municipal de Saúde de Pouso Redondo/SC. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, pelo fone (47) 3545-1133 ou pelo e-mail: licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br. Pouso Redondo, em 21 de julho de 2016.

LAERTE DA SILVEIRA

Ordenador de Despesas

TERMO DE CREDENCIAMENTO DE ELETRECISTA 01/2016

TERMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2016

O MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Senhora Nair Goulart, Prefeita Municipal, com sede na Rua Antônio Carlos Thiesen, nº 74, CNPJ/MF nº 83.102.681/0001-26, nos termos do Processo Licitatório nº 21/2016, Inexigibilidade de Licitação nº 02/2016, CREDENCIA, através do presente a empresa MARIZE TERESINHA FIGUEIREDO 48026468953, inscrita no CNPJ nº 25.086.941/0001-10, residente na Rua Atílio Verdi, 66, Bairro Progresso, neste município de Pouso Redondo - SC, CEP 89172-000, fone (47)8881-3196 para prestação de serviços especializados em eletricitista predial e residencial ao Município de Pouso Redondo de acordo com as seguintes condições:

I – DO OBJETO

O credenciado prestará ao Município de Pouso Redondo serviços especializados de Eletricista Predial, Residencial e Instalador em todas as Secretarias Municipais, obras públicas e eventos festivos.

II – DO PREÇO

O preço ajustado entre as partes será de acordo com os preços atualizados da TABELA DE PREÇOS PÚBLICO, descrita ao Edital de Credenciamento nº 01/2016, aceito pelo credenciado no momento da apresentação da documentação e pedido, estando inclusos impostos, taxas e dispêndios necessários para a realização do objeto contratado.

III – DO REAJUSTAMENTO

O reajustamento dos preços dos procedimentos será de acordo com o que o Edital de Credenciamento nº 01/2016.

IV – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) efetuar o pagamento ao credenciado dos procedimentos executados nos valores constantes no Edital de Credenciamento nº 01/2016, até no máximo 30 (trinta) dias após a execução do objeto contratado, mediante apresentação do documento hábil e requisições;
- b) efetuar a conferência técnica e administrativa das faturas e relações apresentadas;
- c) fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas;
- d) fornecer Requisições e/ou Ordens de Serviço;
- e) Nos preços fixados no Edital de Credenciamento nº 01/2016

V – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

- a) atender todos os encaminhamentos feitos pelo Município com os equipamentos credenciados, em horário pré-definido;
- b) atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de requisição ou Ordem de Serviço devidamente assinada pelo

representante do Município;

c) preencher com clareza e exatidão os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo Município;

d) apresentar documento hábil para cobrança, relação dos serviços realizados com a devida comprovação, devendo encaminhar a Tesouraria do Município até o 5º dia útil do mês subsequente ao da execução do objeto contratado.

e) comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços por motivos particulares, definido período de não atendimento.

VI – DAS CONDIÇÕES GERAIS

a) Em caso de atraso na entrega dos documentos pelo credenciado, o pagamento feito pelo Município será retardado proporcionalmente;

b) Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do usuário qualquer importância, relativa à Ordem de Serviço;

c) O Município reserva-se o direito de após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissional habilitado nos documentos apresentados, solicitar perícia e informações adicionais e em justificando, glosar despesas e procedimentos;

d) A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido e portanto, não caracteriza vínculo de natureza trabalhista e previdenciária para o Município;

e) O presente credenciamento poderá ser revogado a qualquer momento a bem do interesse público por parte do Município sem que haja direito à indenização por parte do credenciado;

f) O credenciado poderá descredenciar-se, devendo comunicar 30 (trinta) dias de antecedência o Município;

g) O credenciado não poderá delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços constantes deste termo;

h) Este contrato terá o prazo de 12 meses, a contar da assinatura do mesmo.

Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, 20 de julho de 2016

MARIZE TERESINHA FIGUEIREDO

CNPJ 25.086.941/0001-10

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Testemunhas:

MAIKEL VERDI

CPF 003.780.089-27

NEUMA ANDERLE FELIZARI

CPF 818.495.249-04

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 28/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	BRUNO MICHEL FAVERO PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELLI EPP
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2016, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a serem atendidos de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do medicamento, itens 456.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 161.994,24 (Cento e sessenta e um mil novecentos noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos), para R\$ 162.196,96 (cento e sessenta e dois mil, cento e noventa e seis reais, com noventa e seis centavos), diante das quantidades acrescidas.
DATA:	19/07/2016 a 31/12/2016.

Marisa Petkov Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 29/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	CENTERMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2016, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a serem atendidos de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar a quantidade dos itens 28, 264 e 501.
VALOR	Em razão do acréscimo nas quantidades dos medicamentos fixados acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa de R\$ 59.533,65 (Cinquenta e nove mil quinhentos e trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), para R\$ 59.687,13 (cinquenta e nove mil seiscentos oitenta e sete reais e treze centavos) diante das quantidades acrescidas.
DATA:	19/07/2016 a 31/12/2016.

Marisa Petkov Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 30/2016EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 30/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2016, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a serem atendidos de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do medicamento, item 01.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa R\$ 18.167,00 (Dezoito mil cento e sessenta e sete reais) para R\$ 18.418,25 (dezoito mil, quatrocentos dezoito reais e vinte e cinco centavos), diante das quantidades acrescidas.
DATA:	19/07/2016 a 31/12/2016.

Marisa Petkov Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 32/2016**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 32/2016

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC.
CONTRATADO:	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OBJETO:	Os itens a serem aditivados, tiveram suas quantidades previamente definidas para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde durante todo o ano de 2016, ocorre que a distribuição e utilização desses itens superaram as quantidades previamente licitadas, assim, para que a população continue a serem atendidos de forma digna, os medicamentos com as quantidades esgotadas devem ser acrescidas, conforme Lei nº 8.666/93, art. 65, alínea II, "d", § 1º. O presente Termo Aditivo tem o objetivo de aumentar as quantidades do medicamento, item 361.
VALOR:	Em razão do acréscimo nas quantidades do medicamento fixado acima, cláusula terceira, o valor do contrato ora aditivado passa R\$ 23.123,50 (Vinte e três mil cento e vinte e três reais, com cinquenta centavos) para R\$ 23.133,50 (Vinte e três mil cento e trinta e três reais, com cinquenta centavos), diante das quantidades acrescidas.
DATA:	19/07/2016 a 31/12/2016.

Marisa Petkov Talini
Secretaria Municipal de Saúde e
Bem Estar Social**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 130/2014**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 130/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

OBJETO:	Em virtude das razões abaixo apresentadas anexo relação de itens a serem aditivados juntamente com a justificativa técnica individual dos mesmos, devido à necessidade da substituição dos materiais para adequação da obra. Os valores e quantitativos a serem aditivados e suprimidos encontram-se na planilha anexo do presente Termo Aditivo.
VALOR:	Em razão da supressão de materiais totalizando um valor de R\$ 10.982,85 (Dez mil novecentos oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) e o acréscimo na quantidade dos itens citados na cláusula segunda de R\$ 43.430,26 (Quarenta e três mil e quatrocentos e trinta reais e vinte e seis centavos), o valor do contrato ora suprimido passa de R\$ 289.667,21 (Duzentos e oitenta e nove mil seiscentos sessenta e sete reais e vinte e um centavos) para R\$ 333.098,01 (trezentos e trinta e três mil e noventa e oito reais e um centavo) diante das quantidades acrescidas.
VIGÊNCIA:	06/07/2016 a 26/09/2016.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2016
EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 31/2016
PREGÃO PRESENCIAL N° 26/2016

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 05 (cinco) de agosto de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 22 DE JULHO DE 2016.
Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 36/2016 - COMÉRCIO E TRANSPORTES MÁRIO

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: COMÉRCIO E TRANSPORTES MÁRIO LTDA - ME

Contrato: 36/2016-PM

Processo Licitatório: 53/2016-PM

Pregão Presencial: 39/2016-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e demais legislação.

Objeto: "Contratação de Empresa prestadora de serviço de TRANSPORTE ESCOLAR para atender alunos da Rede Pública Municipal, no âmbito do Município de Princesa/SC, durante o ano letivo de 2016"

Data da Assinatura: 18/07/2016

Data da Publicação: 22/07/2016

Vigência: de 19/07/2016 a 31/12/2016

Valor Total Previsto: R\$ 36.560,16 (trinta e seis mil, quinhentos e sessenta reais e dezesseis centavos)

Forma de Pagamento: até o 10º dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço.

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº67/2016 PREGÃO PRESENCIAL 48/2016 PM

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 67/2016-PM

Pregão Presencial 48/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM destinado a "REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE LAVAGENS PARA OS VEÍCULOS ÔNIBUS MKM 3367 PM 3617 E OKG 2276 PM 4043 DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 05 de Agosto de 2016 as 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 22 de julho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO 68/2016-PM - INEXIGIBILIDADE 03/2016-PM - BANDA MUSICAL

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 68/2016-PM

Inexigibilidade de Licitação 03/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, do tipo Menor Preço por ITEM, destinado a "Contratação de GRUPO MUSICAL para animar o "Baile da Senhorita Princesense". A efetivação do procedimento ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 21 de julho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

Rio das Antas

PREFEITURA

RESUMO DE EDITAL DE PP Nº 0031/2016 - PMRA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2016 – PMRA/FM - Registro de Preço

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0047/2016 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 0031/2016 - PMRA, tendo como Objeto: Contratação de empresa especializada prestadora de serviços (homem/Hora) para Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de INFORMÁTICA e telefonia fixa interna nas diversas Secretarias da unidade gestora Município de Rio das Antas e Fundos. Tudo conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 04/08/2016, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia. TIPO: Menor Preço Unitário. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93 e alterações, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs. 32/2007 e 13/2012, e demais legislação vigente para o objeto. RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: licita@riodasantas.sc.gov.br. DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 15:30 horas ou pelo email ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 21 de Julho de 2016./Alcir Jose Bodanese-Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/16

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 024/16.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Zulmar da Silva	Xxx.060. 359-xx	157388
Sidnei Rosa ME	xx.363.437/ 0001-xx	141753
Time Bom Ltda ME	xx.908.461/ 0001-xx	152594
Pamela Maiara Esser	xx.429.934/ 0001-xx	156541
FGT Construtora Ltda	xx.338.134/ 0001-xx	137274
Isabel Cristina Costa	Xxx.600. 109-xx	142528
JS Escola de Massoterapia Ltda ME	xx.331.492/ 0001-xx	151365
Dolou Representações Comerciais Ltda ME	xx.667.091/ 0001-xx	149060, 149061 e 149062

Rio do Sul, 21 de Julho de 2016

LEONICE WITTE
Protocolo Geral

JAMES OCÁCIO PRUST
Secretário Municipal da Fazenda

PAUTA DE SORTEIO Nº 002/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

Pauta de Sorteio Nº 002/2016

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 25 de Julho de 2016, às 08hs00min no Plenário da Câmara de Vereadores, sito 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição dos seguintes Recursos:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 149831/2014
Nome do Recorrente: ITAMAR TASCHNER & CIA LTDA ME
Nº do Recurso: 002/2016

Número do Protocolo: Protocolo Nº 146850/2014

Nome do Recorrente: ROBERTO ANDRADE BASTOS
Nº do Recurso: 003/2016

Rio do Sul, 21 de Julho de 2016.
LEONICE WITTE
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

PREGÃO PRESENCIAL 064/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2016

OBJETO: Registro de preço para eventual aquisição parcelada de papel a4 e envelopes timbrados para todas as secretarias municipais.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 03/08/2016, às 11:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 12:00h do dia 03/08/2016, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 21 de julho de 2016.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

Romelândia

PREFEITURA

CONTRATO 73

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1467/2016
EDITAL DE DISPENSA POR LIMITE 1422/2016
EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2016

O FMS de Romelândia/SC comunica a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MEDICO A FIM DE ATUAR EM REGIME DE PLANTÃO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE. PROCESSO Nº162/2016, INEXIGIBILIDADE Nº 02/2016 ,CONTRATO Nº 73/2016 .

Contratada: SBARDELOTTO SERVIÇOS MEDICOS LTDA-ME - Prazo: Imediato

Valor R\$: 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais) - Assinaturas: Pelo FMS JANE MAIRA JORIS, Gestora do FMS de Romelândia e pela Contratada: MONIQUE SBARDELOTTO - Romelândia/ SC, 11/07/16

107.0269-1, sendo a ART nº 5503846-0.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia – SC, 21 de julho de 2016.
VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto em data supra.

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

DECRETO 3.743/2016

DECRETO Nº 3.743/2016

DISPÕE SOBRE DESDOBRIO DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e de acordo com a Lei DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado pelo presente Decreto o Desdobro do Lote Urbano nº (507) situado na Avenida Brasil no Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, com a área de "Um Mil Metros Quadrados" (1.000,00m²); sem edificações, objeto da Matrícula nº 604, da Serventia Registral Imobiliária da Comarca de Anchieta - SC, de propriedade de TELMO LUIZ NHOATTO.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL APÓS DESDOBRIO

Lote "A", Parte do Lote Urbano nº (507), situado na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, SC, e localizado no lado par da Avenida Brasil, distando 30,00 metros da esquina formada pela Rua Presidente Juscelino, com área de "Quinhentos Metros Quadrados" (500,00m²), sem edificações, confrontando:

Ao NOROESTE: com Parte do Lote nº (500), na extensão de 10,00 metros, de Alzira Schopfer, Mat.: 1.765;

Ao SUDESTE: com a Avenida Brasil, na extensão de 10,00 metros;

Ao NORDESTE: com o Lote "B" Parte do Lote Urbano nº (507), na extensão de 50,00 metros, de Telmo Luiz Nhoatto, Mat.: 604 ;

Ao SUDOESTE: com Parte do Lote Urbano nº (506), na extensão de 50,00 metros, de Adela Ebert, Mat.: 1.830;

Lote "B", Parte do Lote Urbano nº (507), situado na Cidade e Município de Romelândia, SC, Comarca de Anchieta, SC, e localizado no lado par da Avenida Brasil, distando 20,00 metros da esquina formada pela Rua Presidente Juscelino, com área de "Quinhentos Metros Quadrados" (500,00m²), sem edificações, confrontando:

Ao NOROESTE: com Parte do Lote nº (500), na extensão de 10,00 metros, de Alzira Schopfer, Mat.: 1.765;

Ao SUDESTE: com a Avenida Brasil, na extensão de 10,00 metros;

Ao NORDESTE: com o Lote Urbano nº (508), na extensão de 50,00 metros, de Sidinei Borges da Silva, Mat.: 4.925 ;

Ao SUDOESTE: com o Lote "A" Parte do Lote Urbano nº (507), na extensão de 50,00 metros, de Telmo Luiz Nhoatto, Mat.: 604;

Art. 2º - Esse Decreto é de responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo Samuel Ailton Ristow inscrito no CREA/SC sob nº

EXTRATO 1502

MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO 1502/2016

PREGÃO REGISTRO DE PREÇO 23/2016

O MUNICIPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Registro de Preço para, AQUISIÇÃO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA OS VEICULOS CAMINHÕES E MAQUINAS DO MUNICIPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROMELÂNDIA. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato: (49)3624-1002. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 14h00min do dia 03/08/2016. Romelândia (SC). 20/07/2016. Valdoci Saul. Prefeito Municipal.

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 246/2016

PORTARIA Nº. 246/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 120 dias de Licença Gestante, no período compreendido de 09 de julho de 2016 a 05 de novembro de 2016, a servidora ANA KARINA FALCHETTI, de acordo com atestado médico parte integrante desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 18 de julho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 247/2016

PORTARIA Nº. 247/2016

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere e tendo em vista o que consta a seu pedido;

Resolve:

Artigo 1º. Conceder LICENÇA PRÊMIO, no período de 20 de julho de 2016 a 17 de outubro de 2016, conforme Artigo 83, do Estatuto dos servidores Públicos do Município de Salto Veloso, ao servidor JOÃO ANTONIO DA SILVA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento efetivo, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, lotado no cargo de Guarda do Patrimônio Público.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 20 de julho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 248/2016

PORTARIA Nº. 248/2016

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 21 de julho de 2016 a 19 de agosto de 2016, totalizando 30 dias de férias a Servidora ANA LUCIA DE MEDEIROS DE CEZARO, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 05/03/2015 a 04/03/2016 correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 21 de julho de 2016.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 050 DE 30 DE JULHO DE 2016.

Decreto nº 050 de 30 de julho de 2016.

Nomeia servidores para movimentação financeira do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 52, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores, RENATO SOUZA DE MATOS, CPF nº 030.215.919-30, Diretor financeiro do Município e EDSON DE OLIVEIRA BORBA, CPF nº 488.604.689-49, Diretor do SAMAE, para movimentarem, sempre em conjunto, através de transferência por meio eletrônico, consulta de saldo, emissão de extratos, emissão de cheques e realizar pagamentos por meio eletrônico de todas as contas existentes, inclusive as que venham a ser abertas do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sob CNPJ 00.569.168/0001-12.

Art. 2º Fica revogado o decreto nº 041, de 13 de junho de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de julho de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

WILFRIED HEMMER
Secretário da Administração e Finanças

EDITAL DE LICITAÇÃO 64/2016 TP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Edital de Licitação nº 064/2016 – Tomada de Preços nº 064/2016
Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa especializada para execução dos serviços de terraplenagem, drenagem, oac, pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Ferminio Pedro Raupp com total 791,17mt e largura de 7,00mt, e da Rua Vila Bitencourt com total de 624,36mt e largura de 7,00mt, no município de Santa Rosa do Sul/SC, onde tudo será executado conforme projetos, memoriais descritivos, orçamentos discriminativos, e cronograma físico-financeiro. Com recebimento da documentação e proposta até às 11 horas do dia 08/08/2016, início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 14h00min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul.
Fone:(0xx48)3534-1113.
E-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br.

Santa Rosa do Sul, 21 de Julho de 2016.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

RESUMO DISPENSA DE LICITAÇÃO 63/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2016 - DL

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

CNPJ: 01.356.308/0001-37

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO PREGÃO Nº. 01/2016/CIS-AMESC, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DURANTE O SEGUNDO SEMESTRE DE 2016.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamento se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Do valor: O valor global previsto dos produtos adquiridos importa em R\$ 319.388,37 (trezentos e dezenove mil, trezentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos)

Assinatura: 15/07/2016

Vigência: 1507/2016 a 31/12//2016

Ana Regina Paulo de Borba
Presidente da CPL
Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 057/2016 ENCERA CONTRATO

DECRETO Nº 057/2016

ENCERA CONTRATO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito de Santa Terezinha do Progresso/ Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51 da Lei Nº 1.251/2015 e suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerado o contrato da senhora Terezinha Brandt conselheira suplente, por motivo de retorno da conselheira titular do cargo.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso | SC, em 20 de JULHO de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Sta. T. Progresso

DECRETO Nº 058/2016 RETORNO DE AFASTAMENTO

DECRETO Nº 058/2016

TERMINO DE AFASTAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito de Santa Terezinha do Progresso/ Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 51 da Lei Nº 1.251/2015 e suas alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º. A Comissão Especial indicada pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- CMD-CA, deliberou com os fundamentos no Art. 51 da Lei Municipal 1.251/2015 pelo enceramento do afastamento da conselheira tutelar empossada pela portaria 015/2016 senhora Giselda Deola CPF: 061.783.659-00, em decorrência do arquivamento do processo administrativo 001/2016,

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso | SC, em 20 de Julho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Sta. T. Progresso

LEI Nº 1298/2016

LEI Nº 1298 DE 20 DE JULHO DE 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER IMÓVEIS POR DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação os seguintes imóveis: Área de terras com 2.775m2 localizado na comunidade de Linha Vista Alegre, interior,

Mat. 7.783 e Área de terras com 6.118 m2, localizado na comunidade de Linha São Luiz, interior, Mat. 7.214, ambos imóveis Registrados no Cartório de Registros de Imóveis da Cidade e Comarca de Campo Erê – SC.

Parágrafo Único – Os referidos imóveis foram doados através da Lei Municipal 1.950 de 01 de Julho de 2016 do Município de Campo Erê – SC por estarem localizados no território de Santa Terezinha do Progresso.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secret. de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 126/1

PORTARIA Nº 167/2016 RETORNO DE AFASTAMENTO PRA PLEITO ELEITORAL

PORTARIA Nº 167/2016

DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere com a lei vigente.

RESOLVE

Art. 1º. Retorna da Licença Remunerada , conforme pedido em anexo, o Servidor Municipal, Senhor Idelir Sebastião Secchi , ocupante do cargo de Operador de Escavadeira Hidráulica , matrícula 841/01, em conformidade com a lei vigente. .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 21 de Julho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 55/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 65/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 55/2016.
Objeto: Aquisição de persianas para instalação nas salas da Escola Municipal Pequeno Cidadão.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03 de agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03 de agosto de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 20 de julho de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL 56/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 66/2016.
Edital: PREGÃO Nº. 56/2016.
Objeto: Aquisição de material Educativo Pedagógico para os alunos da Creche Municipal Cantinho da Alegria.
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 03 de agosto de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 03 de agosto de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 20 de julho de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2016

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna pública a homologação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2016, tendo como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DE MAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA JUNTO A ESCADARIA DA IGREJA MATRIZ PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA, LOCALIZADA NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, S/N, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETOS ANEXO E CONTRATO DE REPASSE Nº 323.288-92 E TERMO ADITIVO FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO, APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para a empresa: RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP, TOTALIZANDO EM R\$ 21.979,16.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

CASSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

LEI Nº 3695/2016

LEI Nº 3695, DE 21 DE JULHO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE até o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), no âmbito do Programa Infraestrutura Econômica, Social e Turística, destinado a construção do Centro Integrado da Saúde – CIS, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a instituição financeira Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE autorizada a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

LEI Nº 3696/2016

LEI Nº 3696, DE 21 DE JULHO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL A RECEBER DOAÇÃO DE IMÓVEL COM ENCARGOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a receber, através de doação com encargos, o imóvel urbano, localizado na Rua Vigando Kock, 33, Centro, nesta cidade, contendo área total de 1.041,18 (um mil e quarenta e um metros e dezoito décimos quadrados), fazendo frente de 30,00 metros para Rua Vigando Kock, pavimentada, lateral direita de 37,40m para Rua Largo Hugo Fischer, edificado com um prédio comercial em alvenaria, 02 pavimentos, contendo área total edificada de 806,00 m², de propriedade da ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL-ACISBS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.049.301/0001-25, estabelecida à Rua Afonso Grosskopf, nº 352, Bairro Colonial, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 03.227.

Art. 2º Em contrapartida à doação, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a estabelecer Termo de Convênio celebrado entre a Associação Empresarial de São Bento do Sul-ACISBS e o Município de São Bento do Sul.

Parágrafo único. A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 3º As despesas decorrentes da consecução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias previstas no orçamento do Município, sendo suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito MunicipalTERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL-ACISBS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ente jurídico de direito público interno, com CNPJ/MF nº 86.051.398/0001-00, com sede à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. FERNANDO TURECK, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.561, CPF nº 033.667.519-40, residente e domiciliado à Rua Augusto Klimmek, 264, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SÃO BENTO DO SUL-ACISBS, ente jurídico de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 86.049.301/0001-25, estabelecida à Rua Afonso Grosskopf, nº 352, Bairro Colonial, São Bento do Sul/SC, doravante denominada ACISBS, neste ato representada por seu Presidente Mario Nenevê, Brasileiro, Separado, Professor, portador do RG nº 119.784 – SSPSC, inscrito no CPF sob nº 006126699-04, residente e domiciliado à Rua Mário Kiem, 27 – apartamento 1 - Bairro Centro – São Bento do Sul – SC – CEP: 89280-163, resolvem celebrar

o presente CONVÊNIO, devidamente autorizado pela Lei Municipal nr. , de acordo com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui Objeto do presente Convênio a doação com encargos por parte ACISBS do imóvel urbano, localizado na Rua Vigando Kock, 33, Centro, nesta cidade, contendo área total de 1.041,18 (um mil e quarenta e um metros e dezoito decímetros quadrados), fazendo frente de 30,00 metros para Rua Vigando Kock, pavimentada, lateral direita de 37,40m para rua Largo Hugo Fischer, edificado com um prédio comercial em alvenaria , 02 pavimentos, contendo área total edificada de 806,00 m2, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 03.227.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA ACISBS

A ACISBS obriga-se a doar em favor do MUNICÍPIO o imóvel descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA deste termo, para que este possa dar o destino que desejar ao citado imóvel;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO obriga-se a:

I - Manter em perfeitas condições de uso o imóvel doado, até findar o presente Convênio, realizando todas as manutenções necessárias para conservação do prédio;

II - Colocar à disposição da ACISBS, guardas para realizar a segurança diária no período noturno e no período integral nos dias feriados e fins de semana, da sede da entidade, situada na Rua Afonso Grosskopf, no 352, Bairro Colonial;

III - Realizar a manutenção do pátio da nova sede da ACISBS, entendendo assim, roçada, limpeza dos acessos e outras atividades que importem na conservação do jardim;

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio será rescindido desde que uma das partes deixe de cumprir, sem motivo justificado, qualquer das hipóteses clausuladas.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de São Bento do Sul, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas do presente Convênio.

Estando as partes devidamente acordadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

São Bento do Sul/SC, _____ de _____ de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

MARIO NENEVÊ

Presidente da Associação Empresarial de São Bento do Sul-ACISBS

TESTEMUNHAS

Nome: CPF

Nome: CPF

LISTAGEM PORTARIAS Nº07/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 12284, de 18 de julho de 2016. Admite Servidor Temporário, a partir de 11 de junho de 2016, Rozemilda Fidêncio da Cruz, Auxiliar de Serviços, com 40 horas semanais na Fundação Municipal de Desportos.

Portaria nº 12285, de 18 de julho de 2016. Nomeia Chefe de Divisão

de Obras Viárias, Pavimentação Comunitária e Projetos Especiais, a partir de 18 de julho de 2016. Erico Borba. SEPLU.

Portaria nº 12286, de 18 de julho de 2016. Concede Licença Prêmio triênio 2012/2015, período de 18/07/2016 a 16/08/2016, Ana Maria Veiga, Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 12287, de 18 de julho de 2016. Concede Licença Prêmio triênio 2013/2016, período de 11/07/2016 a 09/08/2016, Silvio Maier de Lima, Motorista II. SEMOB.

Portaria nº 12288, de 20 de julho de 2016. Nomeia Servidor Público, a partir de 19 de julho de 2016. Kaliane Tays de Lima, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe A, com 40 horas semanais. SEMUS.

Portaria nº 12289, de 20 de julho de 2016. Revoga Portaria nº12288/16 que nomeou servidora pública Kaliane Tays de Lima no cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Saúde, por desistência espontânea em 20 de julho de 2016.

Portaria nº 12290, de 21 de julho de 2016. Concede Auxílio Escolar, a partir de 01 de julho de 2016, conforme Processo nº4635/16. Ana Paula Wagner, Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 12291, de 21 de julho de 2016. Nomeia Chefe de Divisão de Patrimônio, a partir de 11 de julho de 2016. Irinéia Martins. SECAD.

Portaria nº 12292, de 21 de julho de 2016. Nomeia Assessor de Gabinete, a partir de 11 de julho de 2016. Mauri Luizinho Pereira. GAPRE

Portaria nº 12294, de 21 de julho de 2016. Prorroga Prazo para Posse, conforme Processo nº 5503/2016, Concurso Público nº 007/2016. Tiago Wasilewski Dantas, Médico Generalista. SEMUS.

Portaria nº 12295, de 21 de julho de 2016. Revoga Portaria nº12254/16 que nomeou servidor público Giovani Cristiano Mattioli no cargo de Médico do Trabalho, na Secretaria Municipal de Saúde, por desistência espontânea em 20 de julho de 2016.

Portaria nº 12296, de 21 de julho de 2016. Prorroga Prazo para Posse, conforme Processo nº 5507/2016, Concurso Público nº 007/2016. Daniele Coelho, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

São Bento do Sul, 22 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK, prefeito municipal

PORTARIA Nº11271/2016

PORTARIA Nº 12271, DE 15 DE JULHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 7073/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria 7073, de 22 de dezembro de 2014, que concedeu aposentadoria à ROSANGELA OSZIKA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00167271, através da Decisão GAC/HJN-368/2016, de 21 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº11272/2016

PORTARIA Nº 12272, DE 15 DE JULHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 7257/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº7257, de 20 de janeiro de 2015, que concedeu aposentadoria à CACILDA TERESA FLEISCHMANN BECKERT, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00215187, através da Decisão GAC/HJN-415/2016, de 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº11273/2016

PORTARIA Nº 12273, DE 15 DE JULHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 6940/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6940, de 02 de dezembro de 2014, que concedeu aposentadoria à RENATA LEOCADIA AMAZILDA WEDEKIND, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00119110, através da Decisão GASNI-667/2016, de 24 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº11274/2016

PORTARIA Nº 12274, DE 15 DE JULHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 6941/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6941, de 02 de dezembro de 2014, que concedeu aposentadoria à DEYSE MARGARETH PEREIRA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00120399, através da Decisão GASNI-657/2016, de 23 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº11275/2016

PORTARIA Nº 12275, DE 15 DE JULHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 5951/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5951, de 01 de julho de 2014, que concedeu aposentadoria à LUCIA UNISESKY, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-14/00555687, através da Decisão COE/GSS-429/2016, de 29 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº11276/2016

PORTARIA Nº 12276, DE 15 DE JULHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 5959/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 5959, de 01 de julho de 2014, que concedeu aposentadoria a JAIME SOARES FERNANDES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-14/00554877, através da Decisão GAC/AMF-498/2016, de 23 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº11277/2016

PORTARIA Nº 12277, DE 15 DE JULHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 6647/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6647, de 17 de outubro de 2014, que concedeu aposentadoria à VERA APARECIDA RIBEIRO, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00018004, através da Decisão GAC/JCG-218/2016, de 21 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº11278/2016

PORTARIA Nº 12278, DE 15 DE JULHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 6943/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6943, de 02 de dezembro de 2014, que concedeu aposentadoria à MARIA ROSANE DA LUZ, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00120631, através da Decisão GAC/WWD-493/2016, de 20 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº11279/2016

PORTARIA Nº 12279, DE 15 DE JULHO DE 2016
CONSOLIDA PORTARIA Nº 7012/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 7012, de 10 de dezembro de 2014, que concedeu aposentadoria à MARIA DA LUZ RODRIGUES ALVES, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00122847, através da Decisão COE/CMG-505/2016, de 30 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº11280/2016

PORTARIA Nº 12280, DE 15 DE JULHO DE 2016
AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULOS OFICIAIS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor MARCIO PALHANO, ocupante do cargo de Operador de Máquina I, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

o FORD/Courier, placas MDS 2627

o GM/Corsa, placas MLO 1104

o PEUGEOT/Peugeot, placas MIO 9267

o HONDA/CG, placas MCS 7067

o FIAT/Uno, placas MIK 3335

o Toyota, placas LZT 0941

o Toyota, placas LZW 2572

o FORD/Ranger, placas MBE 3327

o FORD/ Ranger, placas MBX 9437

o FORD/F4000, placas LZT 2091

o VW/Kombi, placas MIY 4348

o VW/Kombi, placas MEB 8252

o FORD/Pampa, placas LXB 3357

o KIA/Bongo Frontier, placas MKD 0329

o VW/Caminhão Agrale, placas LZY 6085

o VW/Caminhão Basculante, placas MBG 5478

o VW/Caminhão Basculante, placas LZZ 7445

o VW/Caminhão Basculante, placas MBA 5476

o VW/Caminhão Basculante, placas LZW 1032

o VW/Caminhão Basculante, placas MAV 8219

o VW/Caminhão Basculante, placas MDP 9837

o VW/Caminhão Basculante, placas MDP 9867

o VW/Caminhão Basculante, placas MDS 3827

o VW/Caminhão Basculante, placas MDX 4548

o FORD/Caminhão Basculante Cargo, placas MMB 9769

o FORD/Caminhão Basculante Cargo, placas MMB 9749

o FORD/Caminhão Basculante Cargo, placas MMB 3819

o FORD/Caminhão Basculante Cargo, placas MMB 3799

o MB/Caminho Comboio, placas MDY 9548

o MB/Caminhão Tanque, placas MDY 9578

o VW/Caminhão Tanque, placas MMD 2429

o VW/Caminhão Munck, placas MBK 0041

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº11282/2016

PORTARIA Nº 12282, DE 18 DE JULHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 8208/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 8208, de 02 de março de 2015, que concedeu aposentadoria à SIMONE VOIGT, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00284740, através da Decisão GAC/CFF-616/2016, de 01 de julho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 18 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12267/2016

PORTARIA Nº 12267, DE 15 DE JULHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 7075/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº7075, de 05 de janeiro de 2015, que concedeu aposentadoria à MARIA MADALENA KUCHNIR, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00168910, através da Decisão GAC/WWD-515/2016, de 23 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12268/2016

PORTARIA Nº 12268, DE 15 DE JULHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6942/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6942, de 02 de dezembro de 2014, que concedeu aposentadoria à ANAIR HUBNER MULLER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00120470, através da Decisão GAC/HJN-353/2016, de 20 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12269/2016

PORTARIA Nº 12269, DE 15 DE JULHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6944/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6944, de 02 de dezembro de 2014, que concedeu aposentadoria a ACYR LEAL DE SOUZA, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-15/00120801, através da Decisão GAC/HJN-354/2016, de 20 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12270/2016

PORTARIA Nº 12270, DE 15 DE JULHO DE 2016

CONSOLIDA PORTARIA Nº 6149/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 6149, de 30 de julho de 2014, que concedeu aposentadoria a ACIR KUCHLLER, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-14/00609280, através da Decisão COE/CGM-425/2016, de 10 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. São Bento do Sul, 15 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12283/2016

PORTARIA Nº 12283, DE 18 DE JULHO DE 2016

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal DIRK METTEGANG, ocupante do cargo de Odontólogo, na Secretaria Municipal de Saúde, Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00057/16-7, de 14 anos, 08 meses e 23 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 5352, de 14 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 18 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº12293/2016

PORTARIA Nº 12293, DE 21 DE JULHO DE 2016

Concede Pensão Por Morte

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso I da CF/88, com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 52 da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 08 de julho de 2016, pensão por morte à JOACIR DE ALMEIDA; WILLYAN WUENSCH DE ALMEIDA; DJENYFER LOURDES WUENSCH DE ALMEIDA e STHEFANY ROSA WUENSCH DE ALMEIDA, na condição de cônjuge e filhos, respectivamente, da ex-servidora inativa EDITE LAIR WUENSCH DE ALMEIDA.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma

proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 5320/2016, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de julho de 2016.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

RESULTADO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2016

A Secretaria de Planejamento e Urbanismo torna público o Resultado da Licitação do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 57/2016 como objeto: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA JUNTO A ESCADARIA DA IGREJA MATRIZ PURÍSSIMO CORAÇÃO DE MARIA, LOCALIZADA NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, S/N, BAIRRO CENTRO, MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, E PROJETOS ANEXO E CONTRATO DE REPASSE Nº 323.288-92 E TERMO ADITIVO FIRMADO COM O MINISTÉRIO DO TURISMO, APROVADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, o qual a Comissão, após analisar detalhadamente a proposta, julgou vencedora a empresa RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretario de Planejamento e Urbanismo

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº218/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº. 218/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar, VILMAR MASSANEIRO, matrícula 17900, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir o veículo de propriedade do IPRESBS, placa MGD 2262, no dia 15/07/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13/07/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº219/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 219/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/07/2016 a 31/10/2016, concedido a servidora ANTONIO VILMAR CHAVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Fundação Municipal de Desportos, através da Portaria IPRESBS nº 457/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/07/2016.

São Bento do Sul, 14 /07/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº220/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 220/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 02/07/2016 a 02/09/2016, ao servidor RICARDO GOMES NASSAR ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal em Vigilância em Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 16/06/2016 a 29/06/2016 e 01/07/2016 a 01/07/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/07/2016.

São Bento do Sul, 14/07/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº221/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 221/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 30/06/2016 a 30/06/2016 e 02/07/2016 a 31/07/2016, ao servidor GRACIEMA DO CARMO VARELA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 15/06/2016 a 29/06/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/06/2016.

São Bento do Sul, 14/07/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº222/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 222/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 06/07/2016 a 22/07/2016, ao servidor MARCUS MALUF ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/06/2016 a 05/07/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/07/2016.

São Bento do Sul, 14/07/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº223/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 223/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 12/07/2016 a 05/08/2016, ao servidor WILLIAN GLATZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Autoridade de Trânsito, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo. Benefício concedido por Ofício de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 27/06/2016 a 11/07/2016, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 12/07/2016.

São Bento do Sul, 15/07/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº224/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 224/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica nula a Portaria IPRESBS Nº 211/2016, visto que a emissão da correta sendo a Portaria IPRESBS nº 217/2016 de 08/07/2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 08/07/2016.

São Bento do Sul, 15/07/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº225/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 225/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS nº 197/2016, à servidora ICLÉZIA DA ROSA FERREIRA MACIEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/07/2016 em virtude de licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/07/2016.

São Bento do Sul, 20/07/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2016

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 12/2015
Contrato Nº: 25/2016 – 1º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: Banco BRADESCO S.A.
Vigência: Início: 06/04/2016 - Término: 06/04/2017

Recursos: Dotação:
14 23.02.2.063.3.3.90.39.81.00.00.00 – Serviços Bancários – EXERCÍCIO VIGENTE.
Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE FATURAS NOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO, AUTOATENDIMENTO VIA INTERNET, DÉBITO AUTOMÁTICO E CORRESPONDENTE BANCÁRIO.

Valor: R\$ 1,36 (Um Real e Trinta e Seis Centavos) valor unitário.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 31/2016

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 12/2015
Contrato Nº: 31/2016 – 1º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: Banco SANTANDER S.A.
Vigência: Início: 18/05/2016 - Término: 18/05/2017

Recursos: Dotação:
14 23.02.2.063.3.3.90.39.81.00.00.00 – Serviços Bancários – EXERCÍCIO VIGENTE.
Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE FATURAS NOS TERMINAIS DE AUTOATENDIMENTO, AUTOATENDIMENTO VIA INTERNET, DÉBITO AUTOMÁTICO E CORRESPONDENTE BANCÁRIO.

Valor: R\$ 1,36 (Um Real e Trinta e Seis Centavos) valor unitário.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2016

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 25/2015
Contrato Nº: 35/2016
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: PROPULSÃO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM MEDIÇÃO, CORTE E RELIGAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, ÁGUA E GÁS LTDA - ME
Vigência: Início: 23/05/2016 - Término: 23/11/2016

Recursos: Dotação:
(36) – 3.3.90.39.00.00.00 – SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – EXERCÍCIO VIGENTE.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRAMENTO E ATUALIZAÇÃO DA BASE DE CADASTRO COMERCIAL DE ÁGUA, LIXO E ESGOTO DO SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL.

Valor: R\$ 8,61 (Oito Reais e Sessenta e Um Centavos) por cadastro inspecionado.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2016

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2014

Contrato Nº: 39/2016 – 4º Termo Aditivo
Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: AMBIENTAL AJARDINAMENTOS LTDA – ME
Vigência: Início: 01/06/2016 - Término: 01/06/2017

Recursos: Dotação:

(14) 3.3.90.39.00.00.00 – SETOR ADMINISTRATIVO - EXERCÍCIO VIGENTE.

(74) 3.3.90.39.00.00.00 – SETOR DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO - EXERCÍCIO VIGENTE.

(93) 3.3.90.39.00.00.00 – SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE AJARDINAMENTO PARA AS UNIDADES OPERACIONAIS DO SAMAE.

Valor: R\$ 6.718,93 (Seis Mil Setecentos e Dezoito Reais e Noventa e Três Centavos) por mês.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2016

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 29/2015

Contrato Nº: 41/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: HIDROGERON PRESTADORA DE SERVIÇOS E CONSULTORIAS LTDA

Vigência: Início: 20/06/2016 - Término: 20/06/2016

Recursos: Dotação:

(36) – 3.3.90.39.00.00.00 – SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - EXERCÍCIO VIGENTE.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO GERADOR DE SOLUÇÃO OXIDANTE/DESINFETANTE PARA POTABILIZAÇÃO DE ÁGUA.

Valor: R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais) por mês.

São Bento do Sul, 20 de junho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2016

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 35/2015

Contrato Nº: 59/2016 – 1º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: TWF LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Vigência: Início: 07/07/2016 - Término: 07/07/2017

Recursos: Dotação:

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2016

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 30/2016

Contrato Nº: 42/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: Continental Empreiteira de Mão de Obra Ltda - ME

Vigência: Início: 20/06/2016 - Término: 20/07/2016

Recursos: Dotação:

(36) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água - EXERCÍCIO VIGENTE

(98) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: Prestação de serviços de reposição de calçamento.

Valores: R\$ 93.663,96 (Noventa e Três Mil, Seiscentos e Setenta e Três Reais e Noventa e Seis Centavos) valor total.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2016

EXTRATO DE CONTRATO
ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 31/2016

Contrato Nº: 44/2016

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE
Contratada: Laboratório Beckhauser & Barros LTDA - EPP

Vigência: Início: 24/06/2016 - Término: 24/07/2016

Recursos: Dotação:

(112) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: Prestação de serviços laboratoriais em análises de esgoto.

Valores: R\$ 44.000,00 (Quarenta e Quatro Mil Reais) valor total.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

(14) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor Administrativo - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SCANNER/CÓPIA/IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS.

Valores:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde estimada/mês	Unidade	PREÇO UNIT.
1	Digitalização de documentos, através de equipamento locado.	5000	digitalização	R\$ 0,21
2	Impressão/cópia colorida papel A4	200	Impr./cópia	R\$ 0,44
3	Impressão/cópia colorida papel A3	50	Impr./cópia	R\$ 0,73
4	Impressão/cópia preto e branco papel A4	200	Impr./cópia	R\$ 0,22
5	Impressão/cópia preto e branco papel A3	50	Impr./cópia	R\$ 0,33

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

EXTRATO DE CONTRATO N° 60/2016

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo nº 577/2013

Contrato N°: 60/2016 – 3º Termo Aditivo

Contratante: SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO-SAMAE

Contratada: MERKADIA INTERNET EIRELLI - ME

Vigência: Início: 15/07/2016 - Término: 15/07/2017

Recursos: Dotação:

(14) – 3.3.90.39.00.00.00 – Setor Administrativo - EXERCÍCIO VIGENTE

Objeto: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E SUPORTE PARA WEBSITE E INTRANET CORPORATIVA.

Valores: R\$ 377,63 (Trezentos e Setenta e Sete Reais e Sessenta e Três Centavos) por Mês.

São Bento do Sul, 21 de julho de 2016.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2361 DE 19 07 16 ADMITE PROF ACT DANIELA DE MARCO BUSATO

DECRETO Nº 2361, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Iraci Inês Marmentini Walendorff;

· Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;

· Considerando o Edital de classificação final nº. 013, de 17 de fevereiro de 2016, objeto do Edital nº 001/2015;

· Considerando o Decreto nº 2172, de 17 de fevereiro de 2016, que homologou o resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2015;

· Considerando que a servidora pública municipal Juliana Ferreira dos Santos, ocupante do cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, encontra-se em Licença Maternidade;

· Considerando o Oitavo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

· Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Daniela De Marco Busato, para exercer o cargo de Professor PD/D-IV (Educação Infantil), Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será enquanto perdurar a licença maternidade da servidora Juliana Ferreira dos Santos ou até o término do ano letivo de 2016, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações

DEC 2362 DE 19 07 16 ADMITE PROF ACT DAIANE CURTARELLI BRUNETTO

DECRETO Nº 2362, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Admite servidora aprovada em Processo Seletivo Simplificado para o Serviço Público Municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Municipal nº 1.132, de 11/12/1998, atualizada; lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012, atualizada; Lei Complementar 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar Municipal nº 0043, de 26/07/2012;

· Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Iraci Inês Marmentini Walendorff;

· Considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para desempenhar funções na área da Educação;

· Considerando o Edital de classificação final nº. 013, de 17 de fevereiro de 2016, objeto do Edital nº 001/2015;

· Considerando o Decreto nº 2172, de 17 de fevereiro de 2016, que homologou o resultado final dos classificados no Processo Seletivo Simplificado 001/2015;

· Considerando o pedido de Licença para Atividade Política, da servidora Mírian Cúnico Figueiró ocupante do cargo de Professor PD/C-III (Educação Infantil), com carga horária de 40 horas semanais;

· Considerando a portaria nº 1978, de 01 de julho de 2016 que concedeu a licença para atividade política a servidora pública municipal Mírian Cúnico Figueiró;

· Considerando o Oitavo Chamamento de Candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

· Considerando o princípio da legalidade e o princípio do interesse público dos atos da administração;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida, com o objetivo de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Senhora Daiane Curtarelli Brunetto, para exercer o cargo de Professor PD/B-II (Educação Infantil) Admitida em Caráter Temporário (ACT), com 40 (quarenta) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão da servidora acima será enquanto perdurar a licença para atividade política da servidora Mírian Cúnico Figueiró.

Art. 3º Art. 3º A servidora admitida em caráter temporário perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela de vencimentos, do quadro do magistério público municipal, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, e em conformidade com o piso Nacional do Magistério para professores com formação em nível médio, conforme disposto nas legislações.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel
Responsável pelas Publicações

DEC 2363 DE 19 07 16 TORNA SEM EFEITO DEC 2309 DE 13 06 16 QUE NOMEOU CANDIDATA PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO RENATA TRICHES

DECRETO Nº 2363 DE 19 DE JULHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 2309, de 13 de junho de 2016, que nomeou candidata aprovada em Concurso público.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012, atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada; e

· Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2016, de 29 de fevereiro de 2016;

· Considerando o Decreto nº 2275, de 05 de maio de 2016, que homologa o resultado final do Concurso Público edital nº 001/2016;

· Considerando o Decreto nº 2309, de 13 de junho de 2016, que nomeou a candidata aprovada concurso público, edital de homologação dos aprovados nº 015/2016;

· Considerando o disposto nos parágrafos 1º e 6º do art. 13A da Lei Complementar nº 0045, de 06/11/2012, onde estabelece que a posse ocorrerá no prazo de 30 dias contados da data da publicação e caso a posse não ocorra no prazo previsto será tornado sem efeito o ato de provimento;

· Considerando a comunicação do Setor de Pessoal, informando que a candidata não tomou posse no cargo de Auxiliar Administrativo, no prazo legal, que findou em 13 de julho de 2016;

· Considerando os princípios que regem a administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Torna-se sem efeito o Decreto nº. 2309, de 13 de junho de 2016, que nomeou Renata Trichês, para exercer o cargo de Auxiliar Administrativo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 19 de julho de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Bruniéli Aparecida Zacarão Batistel

Responsável pelas Publicações

São Joaquim

PREFEITURA

PROCESSO 137/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 137/2016

Pregão Presencial 53/2016

Objeto: Contratação de empresa para serviços de sonorização, iluminação, gerador de energia, palco coberto e tendas para eventos.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 04/08/2016 09:30 horas

Valor estimado: R\$ 833.297,04

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 21 de julho de 2016

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ACÓRDÃO Nº 20/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.468/2016
REQUERENTE: IVETE DA SILVA RIBEIRO
OBJETO: CANCELAMENTO DE DÉBITO DE IPTU
CONSELHEIRO RELATOR: MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

ACÓRDÃO Nº 20/2016

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso voluntário interposto em face de decisão administrativa proferida pela Secretaria Municipal da Receita, à fl. 09 dos autos do Processo Administrativo nº 2.468/2016, concluindo pelo indeferimento do seu pedido.

A questão objeto desde recurso atina acerca de revisão do cancelamento de isenção de IPTU referente ao ano fiscal de 2012, ocorrida nos autos do Processo Administrativo nº 1.819/2012.

Naqueles autos, houvera ocorrido o deferimento do benefício da isenção atinte ao ano de 2012, porém, em 2015, a Secretaria da Receita, sob alegação de determinação do TCE/SC, cancelou a isenção concedida pertinente ao ano de 2012.

Irresignada, a parte recorrente apresentou recurso acerca daquela decisão.

À fl. 21, a presidência deste Conselho abriu vista para a manifestação da Fazenda Pública e, em seguida, determinou a sua distribuição.

Às fls. 22/24, o representante da Fazenda Municipal manifestou-se, junto a este Conselho, pelo "conhecimento e deferimento do presente recurso".

Após a devida distribuição, vieram-me conclusos estes autos para análise e voto.

É o relatório.

VOTO:

Trata-se de recurso voluntário interposto em face de decisão proferida à fl. 09, objetivando a sua reforma a fim de ver cancelado o seu débito pertinente ao IPTU do ano fiscal de 2012.

Para o devido exame do caso em concreto, entendi por bem analisar os autos do Processo Administrativo nº 1.819/2012, no qual houve o cancelamento da isenção de IPTU até então concedida.

Após solicitar à Secretaria-Geral deste Conselho que aqueles autos viessem em conclusão para análise do recurso, fui alertado que o referido processo foi examinado e julgado por este Conselho de Contribuintes em sessão ordinária realizada no dia 23 de junho deste ano.

Consta do Acórdão nº 18/2016 referente aos autos do Processo Administrativo nº 1.819/2012 (fotocópia em anexo), que:

"Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 1.819/2012,

Acordam os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 230ª Sessão, em, por unanimidade, CONHECER E DAR PROVIMENTO DO RECURSO VOLUNTÁRIO, DEFERINDO a pedido de isenção tributária de 2012, formulado pela recorrente, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro Relator Sr. VALMOR DOS SANTOS JÚNIOR" [sublinhou-se].

Uma vez já tendo ocorrido a concessão da isenção de IPTU atinente ao ano fiscal de 2012 nos próprios autos do Processo Administrativo nº 1.819/2012, torna-se desnecessária a reanálise do presente caso por este Conselho, devendo-se cumprir a decisão contida no Acórdão nº 18/2016.

Ante o exposto, voto pelo ARQUIVAMENTO dos presentes autos, por considerar prejudicado o presente julgamento, dando-se imediato cumprimento à decisão proferida no Acórdão nº 18/2016, de

23 de junho deste ano, nos autos do Processo Administrativo nº 1.819/2012.

É como voto.

São José, 14 de julho de 2016.

Conselheiro MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

Relator

DECISÃO FINAL – ACÓRDÃO Nº 20/2016

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso Voluntário em Processo Administrativo nº 2.468/2016:

Acordam, os Conselheiros do Conselho Municipal de Contribuintes de São José/SC, reunidos na 233ª Sessão Ordinária, em, por unanimidade, determinar o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, por considerar prejudicado o presente julgamento, dando-se imediato cumprimento à decisão proferida no Acórdão nº 18/2016, de 23 de junho deste ano, nos autos do Processo Administrativo nº 1.819/2012, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro Relator Sr. Mário Antônio Vieira.

O julgamento, realizado nesta data, foi presidido pelo Conselheiro Presidente Sr. Rodrigo João Machado, sem voto, e dele participou Conselheira Sra. Nadir Terezinha Koerich. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Sr. José Mateus Hoffmann e seu suplente. Fez-se presente, sem voto (art. 172 do CTM), a Conselheira Sra. Lanea Aparecida Madeira.

Esteve presente ao julgamento como representante da Fazenda Pública, o Sr. Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos.

São José, 14 de julho de 2016.

Rodrigo João Machado

Presidente

Mário Antônio Vieira	Rozana Maria Kuster
Conselheiro Relator	Secretária-Geral

Francisco Alfredo Leal de Macedo Campos

Procurador Adjunto do Município

Representante da Fazenda

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2016 – PE 003/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2016 – PE 003/2016 – Processo 041/2016 – Fornecedor: AIR LIQUIDE BRASIL LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O EVENTUAL FORNECIMENTO DE RECARGA DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DESTINADOS A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. Valor da ATA: R\$ 8.550,00 (oito mil e quinhentos e cinquenta reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 01 de junho de 2016. Cláudia Schweitzer Pfleger / Diretora de Compras.

CERTIDÃO DE JULGAMENTO Nº 20/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2.468/2016

REQUERENTE: IVETE DA SILVA RIBEIRO

OBJETO: CANCELAMENTO DE DÉBITO DE IPTU

CONSELHEIRO RELATOR: MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

CERTIDÃO DE JULGAMENTO Nº 20/2016

Certifico que o CONSELHO MUNICIPALDE CONTRIBUINTES em sessão ordinária 233ª, hoje realizada, julgou os presentes autos, tendo decidido, por unanimidade, determinar o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, por considerar prejudicado o presente julgamento, dando-se imediato cumprimento à decisão proferida no Acórdão nº 18/2016, de 23 de junho deste ano, nos autos do Processo Administrativo nº 1.819/2012, nos termos do voto proferido pelo Conselheiro Relator Sr. Mário Antônio Vieira.

Tomaram parte no julgamento: a Conselheira Sra. Nadir Terezinha Koerich. Ausentes, justificadamente, o Conselheiro Sr. José Mateus Hoffmann e seu suplente. Fez-se presente, sem voto (art. 172 do CTM), a Conselheira Sra. Lanea Aparecida Madeira.

Presidiu a Sessão O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes

Sr.RODRIGO JOÃO MACHADO.

Representou a Fazenda do Município Procurador Sr FRANCISCO ALFREDO LEAL DE MACEDO CAMPOS.

Para constar, lavro a presente certidão e dou fé.

São José, 14 de Julho de 2016

Rozana Maria Kuster

Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

CONTRATO/CT: Nº 082/2016 – CR 002/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 082/2016 – CR 002/2016 – Processo Administrativo 29926/2016 - Contratado: UGF SERVIÇOS HOSPITALARES S.A. (UNIMED). Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA CAPTAÇÃO ÓRGÃOS, TECIDOS E CÉLULAS PARA TRANSPLANTE, DISCRIMINADOS NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS", QUE SE ENCONTRA DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SIGTAP – SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM) DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS. Prazo: O prazo do contrato terá vigência a partir da data de assinatura até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado através de Termos Aditivos. Valor: O valor mensal do teto financeiro estimado será de até R\$ 34.045,41 (trinta e quatro mil, quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos) mensais. Data da Assinatura do Contrato: 12 de julho de 2016.

DECRETO Nº 6594/2016

DECRETO Nº 6594/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora DELIR SCHLOSSER do cargo de Supervisor de Compras – CCM6, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6596/2016

DECRETO Nº 6596/2016

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora CLAUDETE CAZONATTI do cargo de Coordenador de Investigação – CCM 5, com lotação na Secretaria da Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6597/2016

DECRETO Nº 6597/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada CLAUDETE CAZONATTI para o cargo em comissão de Supervisor de Compras – CCM6, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de junho de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6688/2016

DECRETO Nº 6688/2016

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada DELIR SCHLOSSER para exercer o cargo de Coordenador de Investigação – CCM 5 com lotação na Secretaria de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de julho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6698/2016

DECRETO Nº 6698/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ANCELMO DALANLHO do cargo de Coordenador de Dengue e Febre Amarela – CCM 5, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de julho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6699/2016

DECRETO Nº 6699/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeado ANCELMO DALANLHO para o cargo em comissão de Coordenador de CPD – CCM 5, com lotação na Secretaria da Administração, nos termos da Lei Complementar nº 014/2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de julho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6700/2016

DECRETO Nº 6700/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado ADEMIR ROSA para o cargo em comissão de Coordenador de Dengue e Febre Amarela – CCM 5, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de julho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6701/2016

DECRETO Nº 6701/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora REGINA CÉLIA DA LUZ HAUPTLI do cargo de Diretor de Vigilância Epidemiológica – CCM 7, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de julho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6702/2016

DECRETO Nº 6702/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada REGINA CÉLIA DA LUZ HAUPTLI para o cargo em comissão de Diretor de Controle e Avaliação de Exames – CCM 7, com lotação na Secretaria da Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de julho de 2016.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº. 018 /2016, DE 21 DE JULHO DE 2016

PORTARIA Nº. 018 /2016, DE 21 DE JULHO DE 2016

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por seu Secretário Adjunto, no uso das atribuições conferidas pela Constituição Federal/88 e Lei Complementar nº 032, de 13 de abril de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Anular a Portaria nº 017/2016-SSDST, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2037, pg. 740, em 13/07/2016 e todos os seus efeitos, por incorreção de dados.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vânio Luiz DALMARCO

Secretário Adjunto da Secretária de Segurança,
Defesa Social e Trânsito

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2016 – PRORROGAÇÃO DA ABERTURA - PROCESSO Nº 100/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2016 – PRORROGAÇÃO DA

ABERTURA - Processo nº 100/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS (TIPO RADIAL), COM MONTAGEM, PARA SEREM UTILIZADOS NA FROTA DE VIATURAS DO 7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22 de julho de 2016 às 18h00min até dia 02 de agosto de 2016, às 13h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h30min do dia 02 de agosto de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2016 – PROCESSO Nº 243/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 064/2016 – Processo nº 243/2016. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PRESERVATIVOS E GEL LUBRIFICANTE PARA SEREM DISTRIBUÍDOS PELO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 22 de julho de 2016 às 18h00min até dia 09 de agosto de 2016, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h30min do dia 09 de agosto de 2016. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 076/2016 – PROCESSO Nº 303/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 076/2016 – Processo nº 303/2016: Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÓVEIS SOB MEDIDA, SERVIÇOS DE CONFECÇÃO, ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS MÓVEIS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, VISANDO ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE VISTA BELA, CENIRO MARTINS E PICADAS DO SUL, VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 05/08/2016 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 05/08/2016 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

TERMO ADITIVO/TA Nº 119/2013-03 – DL 042/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 119/2013-03 – DL 042/2013 - Processo 096/2013 – Locador: ASSOCIAÇÃO BENEDITINA DA PROVIDÊNCIA - ABENP. Objeto: LOCAÇÃO IMÓVEL SITUADO À RUA JOAQUIM

LUIZ, Nº 188, NO BAIRRO FORQUILHINHAS, SÃO JOSÉ/SC, (MATRÍCULA Nº 21.548, REGISTRADO NO REGISTRO DE IMÓVEIS ARNALDO MAINCHEIN DE SOUZA), DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PROFISSIONAL DEOLINDA DOS SANTOS FARIAS. PRORROGAÇÃO DE PRAZO: prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 119/2013 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 26/05/2016. DO REAJUSTE Contrato nº 119/2013 sofrerá o reajuste oriundo dos últimos 12 meses, o qual passará de R\$2.213,00 (dois mil e duzentos e treze reais) mensais para R\$2.458,00 (dois mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais), sendo R\$29.456,00 (vinte e nove mil e quatrocentos e cinquenta e seis reais) para o período de 12 (doze) meses. Data da assinatura: 19 de maio de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 143/2013-03 – PR 037/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 143/2013-03 – PR 037/2013 - Processo 073/2013 – Contratado: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE E CONSULTORIA FINANCEIRA PARA GESTÃO DOS RECURSOS DA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PROVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Com fundamento no art. 57, II da Lei nº 8.666/1993 e conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no Processo Administrativo nº 13645/2016, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 143/2013 por mais 12 meses, a contar de 23 de junho de 2016. RENUNCIA AO REAJUSTE: Conforme Deliberação do Grupo Gestor de Governo nº 618/2016, a CONTRATADA renuncia ao reajuste do último período mantendo-se o valor mensal informado no Termo Aditivo nº 143/2013-02: R\$61.968,00 (sessenta e um mil e novecentos e sessenta e oito reais). Data da assinatura: 23 de junho de 2016.

TERMO ADITIVO/TA Nº 456/2012-04 – DL 014/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 456/2012-04 – DL 014/2012 - Processo 141/2012 – Locador: ROQUE KREMER CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, SITUADO NO LOTEAMENTO CIDADE UNIVERSITÁRIA FIGUEIRA VELHA – LOTE 01 (UM) DA QUADRA 08 – VARGEM DO IMARUIM, SÃO JOSÉ, COM TOTAL DE 509,62 M², COM 06 (SEIS) DORMITÓRIOS (COM BANHEIRO), 02 (DOIS) DORMITÓRIOS (SEM BANHEIRO), 01 (UM) ESCRITÓRIO (COM BANHEIRO), 01 (UM) POSTO DE ENFERMAGEM, COZINHA, DISPENSA, LAVANDERIA, 03 (TRÊS) BANHEIROS SOCIAIS, 01 (UM) REFEITÓRIO, CENTRAL DE GÁS, QUE SERVIRÁ PARA INSTALAÇÃO DO CEI VILA FORMOSA. PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 456/2012 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 06/07/2016. RENÚNCIA DE REAJUSTE: A Contratada renuncia ao reajuste oriundo dos últimos 12 meses do Contrato nº 456/2012, o qual permanecerá com o valor total de R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).. Data da assinatura: 23 de junho de 2016.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 138/2016**

PORTARIA Nº 138/2016

EXONERA O SERVIDOR ROBERTO CÚRCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor Roberto Cúrcio do cargo em comissão de Oficial de Gabinete Parlamentar I – CCV 4, vinculado ao gabinete da vereadora Méri Terezinha de Melo Hang, conforme Lei nº 4.752 de 25 de março de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de julho de 2016.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de julho de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

PORTARIA Nº 139/2016

PORTARIA Nº 139/2016

NOMEIA A SERVIDORA VALDA FERREIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR I.

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora Valda Ferreira para o cargo em comissão de Oficial de Gabinete Parlamentar I – CCV4, vinculado ao gabinete da vereadora Méri Terezinha de Melo Hang, conforme Lei nº 4.752 de 25 de março de 2009.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de julho de 2016.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, SC, 20 de julho de 2016.

ORVINO COELHO DE ÁVILA

PRESIDENTE

Registrada em ____ / ____ / ____

Publicada em ____ / ____ / ____

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 137/2016/SF

DECRETO Nº. 137/2016 - SF

O Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art.7º e do inciso II, do Art. 8º da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"198"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.R\$39.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 39.000,00 (trinta e nove mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

"196"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$34.000,00

"197"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de julho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 138/2016/SF

DECRETO Nº. 138/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 4.895,66 (quatro mil oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.044 MANUTENÇÃO DA CIDE – INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

"257"3.3.90.30.00.00.1.0016 Material de Consumo R\$4.895,66

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos CIDE – Contribuição para Intervenção do Domínio Econômico, Fonte nº10016, no valor de R\$ 4.895,66 (quatro mil oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de julho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 139/2016/SF

DECRETO Nº. 139/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 18.041,46 (dezoito mil e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

1.012 EQUIPAR, INFORMATIZER E MOBILIAR UM DE ENSINO INFANTIL

"461"4.4.90.52.00.00.1.0062 Equipamentos e Material Permanente R\$14.441,66

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"460"3.3.90.30.00.00.1.0062 Material de Consumo R\$3.599,80

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos FNDE – Brasil Carinhoso – apoia as creches, Fonte nº10062, no valor de R\$ 18.041,46 (dezoito mil e quarenta e um reais e quarenta e seis centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 13 de julho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 140/2016/SF

DECRETO Nº. 140/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º e inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 87.197,60 (oitenta e sete mil cento e noventa e sete reais e sessenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$87.197,60

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 87.197,60 (oitenta e sete mil cento e noventa e sete reais e sessenta centavos), Recursos Receitas e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA
"38"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo R\$80.000,00
"40"3.3.90.36.00.00.1.0002 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física R\$729,60
"45"3.3.90.47.00.00.1.0002 Obrigações Tributárias e contributivas R\$6.468,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de julho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 141/2016/SF

DECRETO Nº. 141/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 199,45 (cento e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

05 SECRETARIA DA FAZENDA

02 DEPTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

2.090 MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA – CIGA-FECAM

"101"3.3.93.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R\$199,45

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Ordinários, Fonte nº10000, no valor de R\$ 199,45 (cento e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de julho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 142/2016/SF

DECRETO Nº. 142/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 46.257,16 (quarenta e seis mil duzentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

110 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR

"249"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$40.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

"71"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de consumo R\$6.257,16

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ R\$ 46.257,16 (quarenta e seis mil duzentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
2.041 DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E DO INTERIOR
"253"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica...R\$40.000,00

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.096 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
"73"3.3.90.36.002.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Física R\$6.257,16

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de julho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 143/2016/SF

DECRETO Nº. 143/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catari-
na, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art.
8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Ge-
ral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de
R\$15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a
seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANEJ EDUCACIONAL
"123"3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de consumo
..... R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo an-
terior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais),
Recursos Transferências Impostos Educação, Fonte 1.0001, das
verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.017 DEPTO DE ADMIN E PLANEJ EDUCACIONAL
"120"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas –
Pessoal Civil...R\$10.000,00
"127"4.4.90.52.00.00.1.0001 Equipamentos e Material Permanente
..... R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de julho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 144/2016/SF

DECRETO Nº. 144/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Cata-
rina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art.
8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Ge-
ral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$
39.000,00 (trinta e nove mil reais), destinados ao programa e ver-
ba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.020 ENSINO FUNDAMENTAL – SALÁRIO - EDUCAÇÃO
"138"3.3.90.39.00.00.1.0058 Outros Serviços de Terceiros – Pes-
soa Jurídica...R\$39.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo an-
terior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecar-
gação, Recursos Salário Educação, Fonte nº10058, no valor de R\$
39.000,00 (trinta e nove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 19 de julho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 146/2016/SF

DECRETO Nº. 146/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catari-
na, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art.
8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral
da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$570,27
(quinhentos e setenta reais e vinte e sete centavos), destinados ao
programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"496"3.3.30.93.00.00.3.0062 Indenizações e Restituições
..... R\$570,27

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo an-
terior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro
de recursos de Transferências do FNDE, Fonte 3.0062 no valor de
R\$570,27 (quinhentos e setenta reais e vinte e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de julho de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.
Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5850/2016

DECRETO Nº 5.850, DE 13 DE JULHO DE 2016

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal SILENE TEREZINHA BECKENKAMP LUNKES, ocupante do cargo de Agente Social, Matrícula nº 338, Grupo SAU, Nível 04, a partir de 13 de julho de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 13 de julho de 2016.
ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5851/2016

DECRETO Nº 5.851, DE 20 DE JULHO DE 2016

“CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E NOMEIA SEUS MEMBROS.”

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada uma Comissão Especial integrada pelos Senhores MARLIZETE APARECIDA, CAMILA CANCELIER, MARIEL PERIN, DIOGO LOCATELLI E JOSÉ TARCÍ SCHOLL, para, sob a Presidência do primeiro e Secretaria do segundo, proceder à avaliação dos lotes abaixo descritos, situados no Loteamento São Domingos doados pelo município de São José do Cedro, para fins de indenização.

- 1) Lote Urbano nº 11, com área de 275,00m2, Matrícula nº 10.693;
- 2) Lote Urbano nº 43, com área de 250,00m2, Matrícula nº 10.725;
- 3) Lote Urbano nº 82, com área de 275,00m2, Matrícula nº 10.764;
- 4) Lote Urbano nº 25, com área de 275, 00m2, Matrícula nº 10.707;
- 5) Lote Urbano nº 05, com área de 275, 00m2, Matrícula nº 10.687;
- 6) Lote Urbano nº 59, com área de 250, 00m2, Matrícula nº 10.860.

Parágrafo único – A Comissão terá o prazo de 90 (noventa) dias para apresentar relatório de avaliação dos bens, devendo ainda fazer constar em seu laudo de avaliação o valor individual de cada lote, atual e na data da venda, sempre que possível.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 20 de julho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº145/2016/SF

DECRETO Nº. 145/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO.

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“497”3.3.30.93.00.00.1.0062 Indenizações e Restituições
..... R\$5,85

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Recursos Transferências FNDE, Fonte nº10062, no valor de R\$ 5,85 (cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de julho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

LEI Nº 4.529/2016

LEI Nº 4.529, DE 20 DE JULHO DE 2016.

“REGULAMENTA O USO DO CEMITÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, PELOS CONCESSIONÁRIOS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DEFINIÇÕES E NORMAS DE LEGITIMIDADE**

Art. 1º Para efeitos da presente Lei, considera-se:

I – Autoridade de Polícia: Polícia Militar e a Polícia Civil;

II – Autoridade de Saúde: Secretário Municipal de Saúde, o Presidente do Conselho de Saúde ou os seus adjuntos;

III – Autoridade Judiciária: o Juiz de Direito da Comarca e o Representante do Ministério Público, cada um relativamente aos atos processuais relativos a sua competência;

IV – Remoção: o levantamento de cadáver do local onde ocorreu ou foi verificado o óbito e o seu subsequente transporte, a fim de se proceder o seu sepultamento ou cremação;

V – Sepultamento: Ato ou fato de sepultar, enterrar um cadáver em sepultura ou jazigo;

VI – Exumação: a abertura de sepultura onde se encontra sepultado o cadáver;

VII – Trasladação: o transporte de cadáver sepultado em jazigo ou de ossadas para local diferente daquele em que se encontram, a fim de serem novamente inumados, cremados ou colocados em ossuário;

VIII – Cremação: a redução do cadáver ou ossadas a cinzas;

IX – Cadáver: o corpo humano após a morte, até estarem terminados os fenômenos de destruição da matéria orgânica;

X – Ossadas: o que resta do corpo humano uma vez terminado o processo de mineralização do esqueleto;

XI – Viatura e recipientes apropriados: aqueles em que seja possível proceder ao transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, fetos mortos ou recém-nascidos falecidos no período neonatal precoce, em condições de segurança e de respeito pela dignidade humana;

XII – Período neonatal precoce: as primeiras cento e sessenta e oito horas de vida;

XIII – Depósito: período em que o cadáver estiver no Instituto Médico Legal aguardando documentação;

XIV – Ossuário: construção destinada ao depósito de urnas contendo restos mortais, predominantemente ossadas;

XV – Restos mortais: cadáver, ossada e cinzas;

XVI – Concessionários de terrenos: Pessoa Física beneficiada adquirente da concessão de uso do espaço destinado ao sepultamento.

Art. 2º Têm legitimidade para requerer a prática dos atos previstos nesta Lei, sucessivamente:

I – o testamenteiro, em cumprimento de disposição testamentária;

II – o cônjuge sobrevivente;

III – a pessoa que vivia com o falecido em condições análogas às do cônjuge;

IV – qualquer herdeiro;

V – qualquer familiar;

VI – se o falecido não tiver nacionalidade brasileira, tem também legitimidade o representante diplomático ou consular do País da sua nacionalidade.

Parágrafo único. O requerimento para a prática desses atos pode também ser apresentado por pessoa munida de procuração com poderes especiais para esse efeito, passada por quem tiver legitimidade nos termos dos incisos I a VI deste artigo.

TÍTULO II**DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS****CAPÍTULO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 3º O Cemitério Municipal destina-se à sepultamento dos

cadáveres de indivíduos falecidos no Município de São José do Cedro, exceto se o óbito tiver ocorrido em distritos e comunidades deste, que disponham de cemitério próprio.

Parágrafo único. Poderão ainda ser sepultados no Cemitério Municipal de São José do Cedro, observadas as disposições legais e regulamentares:

I – os cadáveres de indivíduos falecidos em Distritos ou Comunidades do Município, por motivo de insuficiência de terreno, impedimento legal ou opção familiar;

II – os cadáveres de indivíduos falecidos fora da área do Município que se destinem ao sepultamento em capelas já construídas;

III – os cadáveres de indivíduos falecidos fora do Município, mas que tinham, à data da morte, o seu domicílio habitual na área deste; e

IV – os cadáveres de indivíduos não abrangidos nos incisos anteriores, em face de circunstâncias que se repute ponderosas e mediante prévia autorização do Poder Judiciário, quando for o caso.

SEÇÃO I**DOS SERVIÇOS****SUBSEÇÃO I**

Serviço de recepção e sepultamento de cadáveres

Art. 4º A recepção e acompanhamento do sepultamento de cadáveres estarão a cargo de servidor, designado por ato específico do Chefe do Poder Executivo como Administrador do Cemitério, ao qual compete cumprir, fazer cumprir e fiscalizar as disposições da presente Lei e regulamentos gerais.

Art. 5º O sepultamento de cadáveres estará a cargo de funerária, contudo, os serviços serão dirigidos pelo administrador do cemitério ou por quem legalmente o substituir, ao qual compete cumprir, fazer cumprir e fiscalizar as disposições legais.

SUBSEÇÃO II

Serviços de registro e expediente geral

Art. 6º Os serviços de registro e expediente geral estarão a cargo do Administrador do Cemitério, onde existirão os respectivos Livros de Registro de sepultamentos, exumações, trasladações e concessões de terrenos e quaisquer outros considerados necessários ao bom funcionamento dos serviços.

SEÇÃO II**DO FUNCIONAMENTO****SUBSEÇÃO**

Horário de funcionamento

Art. 7º Os cemitérios municipais estarão abertos todos os dias das oito horas às onze horas e trinta minutos e das treze horas e trinta minutos às dezessete horas, com fixação de funcionamentos nos feriados e finais de semana a serem definidos em ato específico do Poder Executivo.

Parágrafo único. Para efeitos de sepultamento de restos mortais, o corpo terá que dar entrada até trinta minutos antes do sepultamento.

CAPÍTULO II**DOS SEPULTAMENTOS****SEÇÃO I****FORMAS DE SEPULTAMENTO**

Art. 8º Os cadáveres a sepultar serão encerrados em urnas observadas as determinações dos órgãos competentes.

§ 1º Quando da necessidade de uso de urnas de zinco elas devem ser hermeticamente fechadas, para o que serão soldadas, no cemitério, perante o funcionário responsável.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no § 1º deste artigo, a pedido dos interessados e quando a disponibilidade dos serviços o permitir, a soldagem ou colocação de silicone da urna poderá ser efetuada no local donde partirá o féretro.

§ 3º É de responsabilidade da funerária depositar nos caixões materiais que acelerem a decomposição do cadáver ou colocados filtros depuradores e dispositivos adequados a impedir os efeitos da pressão dos gases no seu interior, consoante se trate de sepultamento em sepultura ou em jazigo.

Art. 9º Os cadáveres a sepultar serão envoltos por invólucros

absorvedores de necrochorume e serão encerrados em urnas constituídas por materiais biodegradáveis.

SEÇÃO II

PRAZOS DE SEPULTAMENTO

Art. 10 Os cadáveres serão sepultados entre 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) horas do falecimento.

§ 1º Quando não haja necessidade de realização de autópsia médico-legal e houver perigo para a saúde pública, a autoridade de saúde pode ordenar, por escrito, que se proceda ao sepultamento ou encerramento em urna de zinco, antes de decorrido o prazo previsto no caput deste artigo.

§ 2º Quando necessário, o cadáver ficará depositado no IML – Instituto Médico Legal – da Polícia Civil, até trinta dias após a data da verificação do óbito, ou até que o estado de conservação permitir, se não foi possível assegurar a entrega do cadáver a qualquer das pessoas indicadas no artigo 2º desta Lei.

§ 3º. Decorrido o prazo do parágrafo anterior e não encontrado o responsável, o cadáver será entregue aos serviços de assistência social do Município para que proceda ao sepultamento.

Art. 11. Nenhum cadáver poderá ser sepultado ou encerrado sem que, além de respeitados os prazos referidos no artigo anterior, previamente tenha sido lavrado o respectivo assento ou auto de declaração de óbito ou emitida a certidão de óbito.

SEÇÃO III

AUTORIZAÇÃO DE SEPULTAMENTO

Art. 12. O sepultamento de um cadáver depende de autorização do Município, que o fará por intermédio da Administração dos Serviços do Cemitério Municipal, a requerimento das pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 2º desta Lei.

§ 1º O requerimento a que se refere o caput deste artigo será feito em modelo padrão, instituído por Decreto do Poder Executivo, devendo ser instruído com os seguintes documentos:

I – Assento ou auto de declaração de óbito ou certidão de óbito;

II – Autorização da autoridade de saúde, nos casos em que haja necessidade de sepultamento antes de decorridas doze horas do óbito; e

III – Os documentos a que alude o artigo 43 desta Lei, quando os restos mortais se destinem à sepultamento em capela ou sepultura perpétua.

Art. 13. Cumpridas as exigências referidas no artigo anterior e recolhidos os valores devidos, o Município emitirá a correspondente guia conforme modelo padrão a ser instituído por Decreto, cujo original será entregue ao requerente.

Parágrafo Primeiro. Não se efetuará o sepultamento sem que seja apresentado o original da guia a que se refere o caput deste artigo, o qual será registrado no livro de sepultamentos, mencionando-se o seu número de ordem, bem como a data de entrada do cadáver ou ossadas no cemitério.

Parágrafo Segundo. A Funerária responsável pelos atos fúnebres responderá solidariamente com o concessionário pela apresentação da guia, em até 3 (três) dias úteis após o sepultamento, quando impossível o cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Art. 14. Os cadáveres deverão ser acompanhados de documentação comprobatória do cumprimento das formalidades legais.

Parágrafo único. Na falta ou insuficiência da documentação legal, os cadáveres não serão recebidos pelo administrador do cemitério.

SEÇÃO IV

SEPULTAMENTO EM JAZIGO PERPÉTUO OU COLETIVO

Art. 15. Para o sepultamento em jazigo o cadáver deve ser encerrado em urna de madeira ou zinco, conforme as determinações legais.

Art. 16. Quando uma urna depositada em jazigo apresente ruptura ou qualquer outra deterioração, serão os interessados avisados a fim de o mandarem reparar, marcando-lhes o prazo julgado conveniente.

1º Em caso de urgência, ou quando não se efetue a reparação prevista no caput deste artigo, o Governo Municipal efetua-la-á,

correndo as despesas por conta dos interessados.

§ 2º Quando não possa reparar-se convenientemente a urna de zinco deteriorada, encerrar-se-á noutra ou será removido, à escolha dos interessados ou por decisão do Governo Municipal, tendo esta, lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.

§ 2º A urna de madeira deteriorada, encerrar-se-á noutra, contendo obrigatoriamente o invólucro absorvedor de necrochorume ou será removido, à escolha dos interessados ou por decisão do Governo Municipal, tendo esta, lugar em casos de manifesta urgência ou sempre que aqueles não se pronunciem dentro do prazo que lhes for fixado para optarem por uma das referidas soluções.

SEÇÃO V

DESCRIÇÃO DOS LOCAIS PARA SEPULTAMENTO

SUBSEÇÃO I

Sepultura comum não identificada

Art. 17. É proibido o sepultamento em sepultura comum não identificada, salvo:

I – em situação de calamidade pública;

II – tratando-se de fetos mortos abandonados ou de peças anatômicas.

SUBSEÇÃO II

Classificação

Art. 18. Os sepultamentos serão efetuados em capelas e sepulturas perpétuas, em sepulturas infantis, ossuários perpétuos e em jazigos e ossuários coletivos, ficando a critério dos responsáveis a opção pelo local, obedecendo ao planejamento constituído e aprovado pelo Governo Municipal.

Art. 19. Os locais para sepultamento classificam-se em:

I – perpétuos: aqueles cuja utilização foi exclusiva e perpetuamente concedida mediante requerimento dos interessados;

II – infantis: aqueles cuja utilização se destina à sepultamento de crianças e foi exclusiva e perpetuamente concedida mediante requerimento dos interessados;

III – municipal e coletivo: aqueles cuja utilização dar-se-á somente em caráter temporário, concedida mediante requerimento prévio, sendo destinado também ao sepultamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social e a indigentes, de acordo com os programas sociais mantidos pelo Município, para utilização imediata.

SUBSEÇÃO III

Organização do espaço

Art. 20. Os locais para sepultamento, devidamente numerados ou nominados, agrupar-se-ão em seções tanto quanto possível retangulares.

Parágrafo único. Deverão ser respeitadas, rigorosamente, as dimensões a serem definidas em Projeto do Cemitério a ser aprovado por Decreto, mantendo-se, assim, a uniformidade das áreas edificadas e de passagem.

Art. 21. Além das áreas específicas, poderá haver seções para o sepultamento de crianças separadas dos locais que se destinam aos adultos, e seu uso será facultativo à família.

SUBSEÇÃO IV

Dimensões e Espécies de Sepulturas

Art. 22. As sepulturas terão, em planta, a forma retangular, obedecendo às dimensões a serem fixadas por Decreto.

Art. 23. As sepulturas perpétuas serão compartimentadas em células com dimensões mínimas, fixadas em Decreto.

SUBSEÇÃO V

Dimensões e Espécies de Capelas

Art. 24. As Capelas terão, em planta, a forma quadrangular, obedecendo às seguintes dimensões externas.

Art. 25. As Capelas podem ser de três espécies:

I – Capelas Simples: constituídas somente por edificações acima do solo, com quatro células podendo conter até 3 (três) subterrâneas;

II – Capelas Mistas: destinadas à sepultamento de cadáveres e ossadas, conjuntamente, que poderá ser criada a critério na família; e

III - Capelas ossuários: essencialmente destinadas ao depósito de ossadas, tendo dimensões externas iguais às das capelas normais e compartimentos internos diferenciados, sob a administração do Município.

§ 1º Nas capelas não haverá mais do que quatro células sobrepostas acima do nível do terreno.

§ 2º Os intervalos entre capelas a construir obedecerão ao projeto de implantação do respectivo Cemitério.

SUBSEÇÃO VI

Jazigos e ossuários municipais e coletivos

Art. 26. Os blocos municipais e coletivos podem ser:

I – Blocos Jazigos: constituídos somente por edificações acima do solo, com até quatro células, destinadas à sepultamento de cadáveres; e

II – Blocos Ossuários: constituídos somente por edificações acima do solo, com dimensões mínimas previstas em Decreto, destinadas exclusivamente ao depósito de ossadas.

SUBSEÇÃO VII

Dimensões dos jazigos municipais e coletivos

Art. 27. Os blocos terão, em planta, a forma retangular, obedecendo às dimensões previstas em decreto.

Art. 28. Os jazigos municipais e coletivos serão compartimentados em células com dimensões mínimas, prevendo vagas em tamanhos especiais.

SUBSEÇÃO VIII

Dimensões dos ossuários municipais e coletivos

Art. 29. Os blocos terão, em planta, a forma retangular, obedecendo às dimensões previstas em decreto.

Art. 30. Os ossuários municipais e coletivos dividir-se-ão em células com as dimensões mínimas previstas em decreto.

CAPÍTULO III

DAS EXUMAÇÕES

Art. 31. Salvo em cumprimento de mandado judicial, a abertura de qualquer edificação funerária só é permitida decorridos cinco anos do sepultamento.

Parágrafo único. Se no momento da abertura não estiverem terminados os fenômenos de destruição da matéria orgânica, recobre-se novamente o cadáver, mantendo-o inumado por períodos sucessivos de dois anos até a mineralização do esqueleto.

Art. 32. Decorrido o prazo estabelecido no Parágrafo único do artigo anterior, poderá proceder-se à exumação.

§ 1º Quando decidida a exumação pelo Município, promover-se-á publicação de avisos em jornal da região e fixará editais convocando os interessados a acordarem, no prazo de trinta dias quanto à data da exumação e destino das ossadas, bem como a comparecerem no cemitério no dia e hora que vierem a ser fixados para esse fim.

§ 2º Simultaneamente com a publicação e afixação referidas no parágrafo anterior, o Município notificará os interessados, se conhecidos, através de carta registrada.

§ 3º Verificada a oportunidade de exumação, pelo decurso do prazo fixado no § 2º deste artigo, sem que os interessados alguma diligência tenham promovido no sentido da sua exumação, esta, se praticável, será levada a efeito pelos serviços municipais, considerando-se abandonada a ossada existente.

§ 4º Às ossadas abandonadas nos termos do § 3º deste artigo será dado o destino adequado, ou depositadas no ossuário coletivo.

CAPÍTULO IV

DA REMOÇÃO

Art. 33. A remoção de cadáveres é aplicável às regras consignadas no artigo 34 desta Lei.

CAPÍTULO V

DO TRANSPORTE

Art. 34. O transporte de cadáveres, ossadas, cinzas, peças anatômicas, fetos mortos e de recém nascidos, deverá ser efetuado em viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim.

CAPÍTULO VI

DAS TRANSLADAÇÕES

SEÇÃO I

DA COMPETÊNCIA

Art. 35. A transladação deverá ser solicitada à Administração dos Serviços do Cemitério Municipal, pelas pessoas com legitimidade para tal, nos termos do artigo 2º desta Lei, através de requerimento devidamente protocolado.

§ 1º Se a transladação consistir na mera mudança de local no interior do cemitério é suficiente o deferimento do requerimento previsto no caput deste artigo.

§ 2º No requerimento deverá constar a localização precisa da sepultura ou capela para a qual será transladado.

§ 3º Se a transladação consistir na mudança para cemitério diferente, deverão os legitimados apresentar, juntamente com o requerimento referido no caput deste artigo, documento comprobatório firmado pela entidade responsável pela administração do cemitério para o qual será transladado o cadáver ou as ossadas, a fim de se verificar a existência de vaga, cabendo à Administração dos Serviços do Cemitério Municipal o deferimento da pretensão.

4º Para cumprimento do estipulado no parágrafo 3º deste artigo, poderão ser usados quaisquer meios de comunicação escrita.

SEÇÃO II

CONDIÇÕES DA TRANSLADAÇÃO

Art. 36. A transladação de cadáver ou ossadas será efetuada em caixão de zinco ou madeira, conforme o sepultamento existente.

Parágrafo único. Quando a transladação se efetuar para fora do cemitério terá que ser utilizada viatura apropriada e exclusivamente destinada a esse fim.

Art. 37. Nos livros de registro do cemitério, far-se-ão os averbamentos correspondentes às transladações efetuadas.

Parágrafo único. Os serviços do cemitério devem igualmente proceder à comunicação para os efeitos do Registro Civil.

CAPÍTULO VII

DA CONCESSÃO DE USO DOS TERRENOS

SEÇÃO I

DAS FORMALIDADES

Art. 38. Os terrenos dos cemitérios podem, mediante autorização da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, ser objeto de concessões de uso privativo, para instalação de sepulturas e para a construção de Capelas em caráter perpétuo, mediante pagamento do preço público estabelecido em Lei de iniciativa do Poder Executivo.

Parágrafo único. As concessões de uso de terrenos não conferem aos titulares nenhum título de propriedade ou qualquer direito real, mas somente o direito de aproveitamento com afetação especial e nominativa, em conformidade com o disposto nesta Lei.

Art. 39. O pedido para a concessão de uso dos terrenos deverá ser dirigido à Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e dele deve constar a identificação do requerente e a espécie pretendida.

Art. 40. Decidida a concessão de uso dos terrenos, os serviços da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico notificarão o requerente para comparecer no Cemitério a fim de se proceder à demarcação do terreno, em cinco dias úteis, sob pena de se considerar caduca a deliberação tomada.

§ 1º O prazo para pagamento do Preço Público relativo à concessão de uso do terreno será fixado em Lei e respectivo regulamento.

§ 2º O não pagamento do preço público no prazo previsto deste artigo, implicará nas consequências prevista na respectiva Lei.

§ 3º A título excepcional será permitida o sepultamento em sepultura perpétua, antes de requerida a concessão de uso do terreno, desde que o interessado deposite antecipadamente a importância correspondente ao Preço Público de concessão, devendo, neste caso, apresentar o requerimento nos oito dias seguintes.

§ 4º O não cumprimento dos prazos fixados neste artigo e no regulamento implica a perda das importâncias pagas ou depositadas, bem como a caducidade dos atos, ficando a sepultamento antecipadamente feita em caráter perpétuo, sujeita ao regime das efetuadas em caráter temporário.

SEÇÃO II

TÍTULO DE CONCESSÃO DE TERRENOS

Art. 41. A concessão de uso dos terrenos será efetivada mediante expedição do título de concessão de uso, expedido pelo Município, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, que o emitirá após o pagamento do respectivo Preço Público.

Parágrafo único. Do Título constarão os elementos de identificação do concessionário, endereço, referências da capela ou sepultura perpétua, nele se devendo mencionar, por averbamento, todas as entradas e saídas de restos mortais, conforme modelo padrão a ser instituído por Decreto do Poder Executivo.

SEÇÃO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS CONCESSIONÁRIOS DE TERRENOS

SUBSEÇÃO

I - Prazos de realização de obras

Art. 42. A construção de capelas e sepulturas perpétuas, bem como o seu revestimento, deverão concluir-se nos prazos que, em cada caso, forem fixados em decreto do Poder Executivo.

Parágrafo Único. Caso não sejam respeitados os prazos iniciais ou as suas prorrogações, caducará a concessão de uso do terreno, com perda, em favor do tesouro municipal, das importâncias pagas e de todos os materiais encontrados na obra.

SUBSEÇÃO II

Autorizações

Art. 43. Os Sepultamentos, exumações e transladações a efetuar-se em capelas ou sepulturas perpétuas serão feitas mediante exibição do respectivo Título de Concessão de Uso do Terreno e de autorização expressa do concessionário ou de quem legalmente o representar, à vista do documento de identidade.

§ 1º Sendo vários os concessionários do terreno, a autorização poderá ser dada por familiares até o terceiro quarto grau.

§ 2º Os restos mortais do concessionário serão sepultado independentemente de qualquer autorização.

§ 3º Sempre que o concessionário não declare, por escrito, que a sepultamento tem caráter temporário, ter-se-á a mesma como perpétua.

SUBSEÇÃO III

Transladação de restos mortais

Art. 44. O concessionário particular pode promover a transladação dos restos mortais desde que para outra edificação funerária perpétua, ou para serem cremados.

Parágrafo único. Os restos mortais depositados não podem ser transladados sem prévia autorização do Administrador do Cemitério.

SUBSEÇÃO IV

Obrigações do concessionário de capela ou sepultura perpétua

Art. 45. O concessionário de capela ou sepultura perpétua que, a pedido de interessado legítimo, não faculte a respectiva abertura para efeitos de transladação de restos mortais ali sepultados, será notificado pela administração a fazê-lo em dia e hora certa.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo, o serviço municipal promoverá a abertura do jazigo, lavrando-se auto do ocorrido, que será assinado pelo servidor que presidiu ao ato e por duas testemunhas.

CAPÍTULO VIII

TRANSMISSÕES DE CAPELAS E SEPULTURAS PERPÉTUAS

SEÇÃO I

TRANSMISSÃO

Art. 46. As transmissões de capelas e sepulturas perpétuas averbar-se-ão a requerimento dos interessados, instruído com os documentos comprovativos da transmissão e do pagamento dos valores que forem devidos ao Município.

Art. 47. As transmissões, por morte, das concessões de capelas ou sepulturas perpétuas a favor da família do concessionário são livremente admitidas.

Parágrafo único. As transmissões, no todo ou em parte, a favor de pessoas estranhas à família do instituidor ou concessionário, somente serão permitidas quando o adquirente declare no pedido de averbamento que se responsabiliza pela perpetuidade da conservação, na própria capela ou sepultura, dos corpos ou ossadas

já existentes, devendo esse compromisso constar daquele averbamento.

Art. 48. As transmissões, por atos entre vivos, das concessões de capelas ou sepulturas perpétuas serão livremente admitidas quando neles não existam corpos ou ossadas.

§ 1º Existindo corpos ou ossadas, a transmissão só poderá ser admitida nos seguintes termos:

I – tendo-se procedido à transladação dos corpos ou ossadas para capelas, sepulturas ou ossários de caráter perpétuo; e

II – não se tendo efetuado aquela transladação e não sendo a transmissão a favor de cônjuge, descendente ou ascendente do transmitente, a mesma só será permitida desde que qualquer dos concessionários não deseje optar, e o adquirente assumo o compromisso referido no Parágrafo único do artigo 47 desta Lei.

§ 2º As transmissões previstas no § 1º deste artigo só serão admitidas quando haja passado mais de cinco anos da sua aquisição pelo transmitente, se este o tiver adquirido por ato entre vivos.

SEÇÃO II

AUTORIZAÇÃO

Art. 49. Verificada a condição estabelecida no artigo anterior, as transmissões entre vivos dependerão de prévia autorização da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

Art. 50. Quando da transmissão serão pagos ao Governo Municipal os tributos por averbamento em títulos de concessão de terrenos em nome de novo proprietário, que serão fixados por Lei específica.

SEÇÃO III

AVERBAMENTO

Art. 51. O averbamento das transmissões a que se referem os artigos anteriores será feito mediante exibição da autorização fornecida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e do documento comprobatório da realização da transmissão.

Parágrafo único. Na ausência de comprovante do pagamento dos tributos devidos ao Município, o servidor responsável pelo serviço não poderá efetivar o ato respectivo, sob pena de responsabilidade.

SEÇÃO IV

ABANDONO DE CAPELA OU DE SEPULTURA

Art. 52. As edificações funerárias que vierem à posse do Governo Municipal em virtude de caducidade da concessão de uso do terreno, e que pelo seu valor arquitetônico ou estado de conservação se considerem de manter e preservar, poderão ser mantidos na posse do Município ou alienados em hasta pública, nos termos e condições especiais fixados em ato próprio, podendo ainda impor aos arrematantes condições a serem observadas.

CAPÍTULO IX

SEPULTURAS E CAPELAS ABANDONADAS

SEÇÃO I

Conceito

Art. 53. Consideram-se abandonadas, podendo declarar-se prescritas em favor do Município as sepulturas perpétuas:

I - Cujos concessionários não sejam conhecidos ou residam em lugar incerto;

II - Que não exerçam os seus direitos por período superior a dez anos;

III - Que não reivindicam dentro do prazo de sessenta dias depois de citados por meio de editais publicados em dois dos jornais na área do Município, e noticiados na imprensa escrita e falada abrangente do município.

§ 1º Dos editais constarão os números das capelas e sepulturas perpétuas, identificação e data dos sepultamentos dos cadáveres ou ossadas que no mesmo se encontrem depositados, bem como o nome do último, ou últimos concessionários inscritos que figurarem nos registros.

§ 2º O prazo referido no caput deste artigo conta-se a partir da data da último sepultamento ou da realização das mais recentes obras de conservação ou melhoria que nas mencionadas construções tenham sido executadas, sem prejuízo de quaisquer outros atos dos proprietários, ou de situações susceptíveis de interromperem a

prescrição nos termos da lei civil.

§ 3º Simultaneamente com a citação dos interessados colocar-se-á na construção funerária placa indicativa do abandono, preferencialmente na época de finados.

SEÇÃO II

Declaração de prescrição

Art. 54. Decorrido o prazo de sessenta dias previsto no inciso III do artigo 53 desta Lei, sem que o concessionário ou seu representante tenha feito cessar a situação de abandono, poderá a Administração Municipal decretar a prescrição da capela ou sepultura, declarando-se caduca a concessão, à qual será dada a publicidade referida naquele mesmo artigo.

Parágrafo único. A declaração de caducidade importa na apropriação, pelo Governo Municipal, da capela ou sepultura.

SEÇÃO III

Demolição Compulsória de Edificações Funerárias

Art. 55. Quando uma edificação funerária se encontrar em estado de ruína, o que será confirmado por comissão constituída por três membros designada por ato específico do Chefe do Poder Executivo, desse fato será dado conhecimento aos interessados por meio de carta registrada com aviso de recepção, fixando-se-lhes prazos de até 90 (noventa dias) para procederem às obras necessárias.

§ 1º Na falta de localização do(s) concessionário(s), serão publicados anúncios em dois dos jornais da região, dando conta do estado da edificação, e identificando, pelos nomes e datas de sepultamento, os corpos nele depositados, bem como o nome do último concessionário que figure nos registros.

§ 2º Se houver perigo eminente de desabamento ou as obras não se realizarem dentro do prazo fixado, pode o Governo Municipal ordenar a demolição do jazigo, o que se comunicará aos interessados pelas formas previstas neste artigo, ficando a cargo destes a responsabilidade pelo pagamento das respectivas despesas.

§ 3º Com a demolição do jazigo pelo Município, ficará disponível o terreno para nova concessão.

SEÇÃO IV

Restos mortais não reclamados

Art. 56. Os restos mortais existentes em edificações a demolir ou declarados perdidos, quando deles sejam retirados, sepultar-se-ão no ossuário Municipal, caso não sejam reclamados no prazo estabelecido.

CAPÍTULO X

CONSTRUÇÕES FUNERÁRIAS

SEÇÃO I

DAS OBRAS

Art. 57. O pedido de licença para construção, reconstrução, modificação, melhoria e revestimento de capela e sepulturas de caráter perpétuo, deverá ser formulado pelo concessionário ou interessado, em requerimento dirigido a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, instruído com as características e referências da obra, em duas vias.

§ 1º Pequenas alterações que não afetem a estrutura da obra inicial deverão ser definidas em descrição integrada no próprio requerimento.

§ 2º Estão isentas de licença as obras de simples limpeza e embelezamento, desde que não impliquem alteração do aspecto inicial das capelas e sepulturas.

§ 3º A isenção prevista no parágrafo anterior não se aplica às reformas, que poderão estar sujeitas ao pagamento de taxa a ser criada por lei específica.

§ 4º Poderão realizar a construção qualquer pessoa física ou jurídica, que possua alvará de pedreiro ou construção civil vigente no Município de São José do Cedro, e desde que obedecido os regulamentos e orientações, ficando o concessionário responsável pelos danos diretos e indiretos causados no local.

§ 5º É de responsabilidade solidária do construtor e do concessionário efetuar a limpeza diária do local e arredores, evitando o acúmulo de material, escombros, terra, etc.

§ 6º As obras não poderão impedir o acesso às demais sepulturas.

§ 7º A argamassa deverá ser preparada em caixões de madeira,

plástico ou ferro, sendo vedado o uso de betoneiras.

§ 8º A condução dos materiais ao local deverão ser efetuadas de maneira que não permitam o derramamento do conteúdo, e caso aconteça, deverá ser imediatamente limpo.

§ 9º Os danos causados as demais sepulturas deverão ser imediatamente corrigidas, independente de notificação.

§ 10. Após a notificação por danos efetuada pelo administrador do cemitério, e não cumprida a obrigação determinada, incidirá multa equivalente a 10 (dez) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal – devidas pelo concessionário a municipalidade.

§ 11. Para realizar obras de construção ou reforma, o gramado e jazigos do entorno deverão ser protegidos com lonas.

SUBSEÇÃO I

Do Projeto e Padronização

Art. 58. A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico criará no mínimo 05 (cinco) modelos de projeto padrão para as edificações funerárias de caráter perpétuo, o qual deverão ser executados com rigor e obediência, dele constando os seguintes itens:

I – desenhos devidamente cotados e escalonados; e

II – memorial descritivo e quantitativo da obra, em que se especifiquem as características das fundações, natureza dos materiais a empregar, e quaisquer outros elementos esclarecedores da obra a executar;

§ 1º Após escolhido o projeto, o requerente anexará a descrição dos detalhes da construção não constantes do projeto, tais como cor, revestimento e acabamento.

§ 2º Na elaboração e apreciação dos projetos deverá atender-se à sobriedade própria das construções funerárias exigidas pelo fim a que se destinam.

§ 3º As paredes exteriores das edificações funerárias só poderão ser construídas com materiais resistentes e duráveis, preferencialmente revestidas em pedra de uma só cor, não se permitindo o revestimento com materiais cerâmicos e madeiras.

§ 4º Em substituição ao disposto no parágrafo anterior as paredes externas poderão ser revestidas com reboco em argamassa com pintura, devendo esta ser renovada a cada 5 (cinco) anos.

§ 5º É vedada a construção de modelos de sepulturas não padronizados.

SUBSEÇÃO II

Obras de conservação

Art. 59. Nas edificações funerárias perpétuas devem efetuar-se obras de conservação, pelo menos de dois em dois anos, ou sempre que as circunstâncias o imponham.

§ 1º Para efeitos do disposto na parte final do caput deste artigo e nos termos do artigo 55 desta Lei, os concessionários serão avisados da necessidade das obras, marcando prazo para a execução destas.

§ 2º Em caso de urgência ou quando não se respeite o prazo referido no § 1º deste artigo, pode o Governo Municipal ordenar diretamente as obras às expensas dos interessados.

§ 3º Sendo vários os concessionários, considera-se cada um deles solidariamente responsável pela totalidade das despesas.

§ 4º Em face de circunstâncias especiais, devidamente comprovadas, poderá o Governo Municipal prorrogar o prazo a que alude o caput deste artigo.

SEÇÃO II

DESCONHECIMENTO DA MORADA

Art. 60. Sempre que o concessionário do jazigo ou sepultura perpétua não tiver indicado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico a morada atual, será irrelevante a invocação da falta ou desconhecimento do aviso a que se refere o § 1º do artigo 59 desta Lei.

CAPÍTULO XI

DOS SINAIS FUNERÁRIOS E DO EMBELEZAMENTO DOS JAZIGOS, CAPELAS E SEPULTURAS

SEÇÃO I

SINAIS FUNERÁRIOS

Art. 61. Nas sepulturas e capelas permite-se a colocação de cruzes

e caixas para coroas, assim como inscrição sobre o túmulo e outros sinais funerários costumeiros.

§ 1º Nos jazigos municipais permite-se a colocação de cruzes, inscrição de epitáfios e outros sinais funerários, assim como suporte para flores dentro do padrão estabelecido pelo Município.

§ 2º Não serão permitidos epitáfios em que se exaltem idéias políticas ou religiosas que possam ferir a susceptibilidade pública, ou que, pela sua redação, possam considerar-se desrespeitosos ou inadequados.

SEÇÃO II

EMBELEZAMENTO

Art. 62. É permitido embelezar as construções funerárias com revestimentos adequados, bordaduras, vasos para plantas com areia, ou por qualquer outra forma que não afete a dignidade própria do local e que ainda não exceda aos limites físicos permitidos.

Art. 63. A realização, por particulares, de quaisquer trabalhos no recinto do cemitério, fica sujeita à autorização prévia do Município.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES GERAIS

SEÇÃO I

ENTRADA DE VIATURAS PARTICULARES

Art. 64. No cemitério é proibida a entrada de veículos particulares, salvo carro de passeio transportando pessoas que, dada a sua incapacidade física, tenham dificuldade em se deslocar a pé, após autorização da Administração dos Serviços do Cemitério Municipal.

SEÇÃO II

PROIBIÇÕES NO RECINTO DO CEMITÉRIO

Art. 65. No recinto do cemitério é vedado:

I – proferir palavras ou praticar atos ofensivos à memória dos mortos ou do respeito devido ao local;

II – entrar acompanhado de quaisquer animais;

III – transitar fora dos arruamentos ou das vias de acesso que separem as sepulturas;

IV – colher flores ou danificar plantas ou árvores;

V – plantar árvores de fruto ou quaisquer plantas que possam utilizar-se na alimentação;

VI – danificar jazigos, sepulturas, sinais funerários ou quaisquer outros objetos;

VII – realizar manifestações de caráter político;

VIII – utilizar aparelhos áudio, exceto com auriculares;

IX – a permanência de crianças, quando não acompanhadas;

X – realizar obras nos espaços comuns;

XI – realizar obras particulares sem a devida autorização;

XII – entrar com veículos para descarga de material para obra.

XIII – a queima de caixões ou outros materiais.

Parágrafo único. A prática dos atos mencionados neste artigo sujeitará o seu autor à aplicação de penalidade de multa no valor de 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal.

Art. 66. Os objetos utilizados para fins de ornamentação ou de culto em jazigos ou sepulturas não poderão daí ser retirados sem apresentação do alvará ou autorização escrita do concessionário, nem sair do cemitério sem autorização de funcionário adstrito ao mesmo.

Parágrafo único. Excetua-se da proibição prevista no caput deste artigo a retirada de flores naturais em decomposição as quais poderão ser retiradas pelo servidor com atribuições adstritas ao cemitério.

Art. 67. Nas dependências do cemitério, estão sujeitas à autorização do Serviço de Administração de Cemitérios Municipais:

I – a realização de cerimônias de natureza religiosa;

II – salvas de tiros nas exéquias fúnebres;

III – atuações musicais;

IV – intervenções teatrais, coreográficas e cinematográficas;

V – reportagens relacionadas com a atividade cemiterial.

§ 1º O pedido de autorização a que se refere o caput deste artigo será levado a efeito com vinte e quatro horas de antecedência, salvo se referente a homenagem a ser realizada por ocasião de sepultamento.

§ 2º A faculdade atribuída ao poder público municipal de coibir a prática de qualquer ato previsto nos incisos descritos no caput terá por objetivo exclusivamente evitar a coincidência da realização de qualquer um deles com os demais.

Art. 68. É vedada a abertura de caixão, salvo em cumprimento de mandado judicial ou para efeitos de colocação em sepultura de cadáver não inumado ou de ossadas.

CAPÍTULO XIV

FISCALIZAÇÃO E SANÇÕES

Art. 69. A fiscalização do cumprimento das normas previstas nesta Lei cabe ao Governo Municipal, por meio da Administração dos Serviços do Cemitério Municipal, às autoridades de saúde e às autoridades de polícia.

Art. 70. A competência para determinar a instauração do processo contencioso administrativo e para aplicar a respectiva multa, pertence à Administração dos Serviços dos Cemitérios Municipais que, para tanto, utilizar-se-á do rito previsto no Código Tributário Municipal para o Contencioso Administrativo, garantindo ao acusado o direito à defesa.

SEÇÃO I

DAS INFRAÇÕES E MULTAS

Art. 71. Constitui infração punível com multa equivalente a 50 (cinquenta) Unidades Fiscais de Referência Municipal:

I – transportar, transladar, remover, exumar ou sepultar cadáver ou ossada sem prévia autorização;

II - transportar, transladar, remover, exumar ou sepultar cadáver ou ossada com infração ao disposto nesta Lei;

III - sepultar cadáver fora dos prazos previstos nesta Lei;

IV – proceder a abertura de caixão de zinco fora das situações previstas nesta Lei;

V - proceder a abertura de urnas fora das situações previstas nesta Lei;

VI – sepultar cadáver ou ossada fora das dependências de cemitério;

VII - utilizar urna de zinco em cujo fabrico tenha sido utilizado material com espessura inferior a indicada ou não contendo invólucro absorvedor de necrochorume;

VIII – sepultar cadáver ou ossada em sepultura comum não identificada, fora das situações previstas nesta Lei; e

IX – proceder a abertura de sepultura antes de decorridos 05 (cinco) anos, contados da sepultamento, salvo em cumprimento de mandado judicial.

Art. 72. Constitui infração punível com multa equivalente à 100 (cem) Unidades Fiscais de Referência Municipal a violação das demais normas previstas nesta Lei.

Parágrafo único. É punível com a mesma pena a prática de qualquer ato preparatório das infrações previstas nesta Lei mesmo que a infração não tenha sido consumada.

Art. 73. As decisões irrecorríveis das quais decorra a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, serão publicadas na forma prevista para os demais atos públicos.

CAPÍTULO XV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 74. Novos Cemitérios somente poderão ser criados por Lei Específica.

Parágrafo Único. O Cemitério atual continuará com a denominação atual: “São José e Almas”.

Art. 75. No prazo de 120 (cento e vinte dias), contados da entrada em vigor da presente Lei, o Município apresentará projeto de lei regulamentando os serviços fúnebres, bem como a forma de concessão.

Parágrafo único. Enquanto não for adotada a providência prevista no caput deste artigo, a exploração dos serviços funerários será concedida, a título precário, às funerárias interessadas, mediante ato específico do Poder Executivo Municipal.

Art. 76. Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal, em cada exercício.

Art. 77. O Município adotará, por Decreto, modelo padrão de

requerimentos para:

- a) Licenças de Sepultamento em Caráter Temporário
- b) Licença de Sepultamento em Caráter Permanente;
- c) Licença de Exumação;
- d) Licença de Transladação
- e) Licença para Construção de Obras;
- f) Título de Concessão de Uso dos Terrenos e Projetos das Edificações Funerárias;

Art. 78. O Município encaminhará projeto de lei disciplinando a concessão dos espaços no cemitério municipal e os respectivos preços públicos.

Art. 79. O Município Regulamentara por Decreto, no prazo de 90 (noventa dias), o disposto nesta Lei.

Art. 80. Em tudo o que nesta Lei não se encontre especialmente regulado aplicar-se-á, com as devidas adaptações, o disposto no Código de Edificações do município de São José do Cedro - SC.

Art. 81. Fica revogada a Lei nº 1.515, de 13 de Outubro de 1989 e demais disposições em sentido contrário.

Art. 82. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de julho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal da Fazenda.

DOUGLAS CESAR PATEL,
Secretário Municipal da Agricultura.

ODAIR JOSÉ MAZIERO,
Secretário Municipal de Esportes.

ELIANA STRUB OLDRA,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

ALINE WARTHA,
Secretária Municipal de Administração.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 30 DE MAIO DE 2016.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001, DE 30 DE MAIO DE 2016.

Cedente: Instituto Cultural São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Altamir Pereira, CPF nº 032.489.609-30.

Objeto: Rescisão do Termo Cessão de Uso nº 001, de 30 de maio de 2016, do bem Contrabaixo Dolphin, com registro no patrimônio do Município sob o nº 13198, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 13/07/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Altamir Pereira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016, DE 07 DE JULHO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2016, DE 07 DE JULHO DE 2016 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 010/2016, Modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 006/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: João Carlos Fortes - ME, CNPJ nº 14.169.875/0001-26. Objeto: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA "JOÃO CARLOS FORTES" PARA APRESENTAÇÃO DE ESPETÁCULO ARTÍSTICO DO PERSONAGEM "JOÃO KUIUDO" A SER REALIZADO NO DIA 19 DE AGOSTO DE 2016, DURANTE A III SEMANA DE ARTES E TEATRO DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Pagamento: O valor pactuado com a Contratada será pago através de cheque nominal à Contratada, entregue ao artista após o evento e a devida emissão de nota fiscal.

Recursos Financeiros: A despesa decorrente da presente inexigibilidade será efetuada à conta da respectiva dotação orçamentária, estabelecidas para o exercício fiscal de 2016;

Dotação Orçamentária: D - 02/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 07/07/2016.

Vigência: de 07/07/2016 a 31/08/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e João Carlos Fortes - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016, DE 08 DE JULHO DE 2016 - ICSL.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2016, DE 08 DE JULHO DE 2016 - ICSL.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 006/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: Nereu Cesar Chiossi 02465236970, CNPJ nº 17.292.720/0001-70.

Objeto: Aditar o valor global (item 2) do Contrato nº 008/2016, de 31/05/2016, em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), o que corresponde a 20% (vinte por cento) do valor original contratado e atualizado,

devido a necessidade de reposicionamento do local dos jurados para melhor andamento das atividades em relação à previsão inicial, bem como averiguou-se a necessidade de montagem da Praça de Alimentação em local diferente do primeiramente proposto, de modo a reelaborar um novo layout para tal, sendo que ambas as mudanças tem como motivação a comodidade aos espectadores e a melhoria para elaboração e andamento dos trabalhos organizacionais da Equipe do ICSL e Comissão Organizadora do FLIC.

Valor Aditado: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2016.

Dotação Orçamentária: D - 01/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC.

Data de Assinatura: 08/07/2016.

Vigência: de 08/07/2016 a 31/07/2016.

Signatários: Everton Luiz Lovera (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Nereu Cesar Chiossi - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2016, DE 07 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2016, DE 07 DE JULHO DE 2016. Origem: Processo Licitatório nº 034/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 025/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: LS Mercado Ltda. ME, CNPJ nº 07.841.640/0001-73.

Objeto: Reequilíbrio econômico e financeiro, ao valor unitário dos itens 01 (AÇUCAR CRISTAL PACOTE DE 2 KG - Marca: DAJU) e 18 (Leite Integral - longa vida) do Contrato nº 068/2016, de 08/03/2016, eis que os preços de aquisição dos itens supramencionados sofreram reajustes.

Valor: O valor unitário, do item 01 (açúcar cristal - pacote de 2kg), do Contrato nº 068/2016, de 08/03/2016, com a incidência de R\$ 0,83 (oitenta e três centavos), oriundo do reequilíbrio econômico e financeiro, de que trata a Cláusula Primeira, deste termo aditivo, de R\$ 4,95 (quatro reais e noventa e cinco centavos) passa a ser de R\$ 5,78 (cinco reais e setenta e oito centavos) a unidade do produto; O valor unitário, do item 18 (leite integral - longa vida), do Contrato nº 068/2016, de 08/03/2016, com a incidência de R\$ 0,98 (noventa e oito centavos), oriundo do reequilíbrio econômico e financeiro, de que trata a Cláusula Primeira, deste termo aditivo, de R\$ 3,34 (três reais e trinta e quatro centavos) passa a ser de R\$ 4,32 (quatro reais e trinta e dois centavos) o litro.

Data de Assinatura: 07/07/2016.

Vigência: de 07/07/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Neusa Ana Gabriel - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2016, DE 08 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2016, DE 08 DE JULHO DE 2016. Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 026/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 155/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 023/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Edmar da Silva ME, CNPJ nº 11.354.002/0001-03.

Objeto: Prorrogar os prazos de execução e vigência do Contrato nº 026/2016, de 04/02/2016, em 120 (cento e vinte) dias, cada, tendo em vista que a Contratada não cumpriu com o prazo estabelecido em virtude das frequentes chuvas, impossibilitando assim a execução segura do serviço; bem como devido ao prazo, de 8 (oito) dias úteis, estabelecido pela CELESC S/A, para o desligamento da rede de energia elétrica.

Data de Assinatura: 08/07/2016.

Vigência: de 02/08/2016 a 30/11/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edmar da Silva - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2016, DE 12 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2016, DE 12 DE JULHO DE 2016. Origem: Processo Licitatório nº 083/2016, Modalidade Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 013/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MAIS ATIVO INTERMEDIÇÃO DE ATIVOS LTDA., CNPJ nº 03.836.739/0001-26.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

Valor: Pelos serviços a serem prestados a Contratada fará jus ao recebimento do valor correspondente a 10% (dez por cento) do preço de arrematação dos bens.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da presente licitação serão cobradas diretamente pela Contratada dos arrematantes dos bens leiloados, não onerando os cofres públicos.

Data de Assinatura: 12/07/2016.

Vigência: de 12/07/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Paulo Sérgio Scaff de Napoli e Fabio Luiz Lobo Mazza Júnior - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2016, DE 12 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2016, DE 12 DE JULHO DE 2016. Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 008/2016.

Origem: Processo Licitatório nº 168/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 109/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Benetti & Ferrari Transportes Ltda. ME, CNPJ nº 07.704.346/0001-10.

Objeto: Aditar o valor do item 14 do Contrato nº 008/2016, de 19/01/2016, em 12 km/dia (doze quilômetros por dia), totalizando o presente termo aditivo em 1.248 (um mil e duzentos e quarenta e oito quilômetros), para os 104 (cento e quatro) dias letivos, a partir de 11 de julho de 2016.

Valor Aditado: R\$ 4.480,32 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e dois centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do Contrato, relativo ao presente Contrato, serão custeadas através de recursos federais, estaduais e próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: orçamentárias a seguir especificadas: a) D - 62/2016 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Transporte Escolar; b) D - 63/2016 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Transporte Escolar; c) D - 64/2016 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Transporte Escolar; d) D - 65/2016 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do

Transporte Escolar; e e) D - 66/2016 - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Transporte Escolar.

Data de Assinatura: 12/07/2016.

Vigência: de 12/07/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Edson Ferrari - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2016, DE 14 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2016, DE 14 DE JULHO DE 2016. Origem: Processo Licitatório nº 094/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 068/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: P A Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, SHOW PIROTÉCNICO, LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PALCO (TRIO ELÉTRICO), CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE PATINAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES AO 58º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE NOS DIAS 23, 24 E 26 DE JULHO DE 2016.

Valor: R\$ 1.750,00 (um mil, setecentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos Próprios do Município, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato ao edital em epígrafe serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 035/2016 - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades comemorativas do Município - Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 14/07/2016.

Vigência: de 14/07/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2016, DE 14 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 178/2016, DE 14 DE JULHO DE 2016. Origem: Processo Licitatório nº 094/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 068/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: WAGNER FURLANETTO 03075020907, CNPJ nº 19.824.258/0001-30.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, SHOW PIROTÉCNICO, LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PALCO (TRIO ELÉTRICO), CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE PATINAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES AO 58º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE NOS DIAS 23, 24 E 26 DE JULHO DE 2016.

Valor: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos Próprios do Município, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, além disso, a liberação dos

pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato ao edital em epígrafe serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 035/2016 - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades comemorativas do Município - Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 14/07/2016.

Vigência: de 14/07/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Wagner Furlanetto - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2016, DE 14 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 179/2016, DE 14 DE JULHO DE 2016.
Origem: Processo Licitatório nº 094/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 068/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: WEBER SEGURANÇA LTDA. ME, CNPJ nº 07.544.527/0001-26.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, E CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: SEGURANÇA DE EVENTOS, SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO, SHOW PIROTÉCNICO, LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PALCO (TRIO ELÉTRICO), CONTRATAÇÃO DE EQUIPE DE PATINAÇÃO, PARA REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES AO 58º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE NOS DIAS 23, 24 E 26 DE JULHO DE 2016.

Valor: R\$ 2.120,00 (dois mil, cento e vinte reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por conta dos recursos Próprios do Município, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, além disso, a liberação dos pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato ao edital em epígrafe serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D - 035/2016 - 06.01.27.813.4503.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades comemorativas do Município - Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 14/07/2016.

Vigência: de 14/07/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ademir Eugenio Weber - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2016, DE 18 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 180/2016, DE 18 DE JULHO DE 2016.
Origem: Processo Licitatório nº 088/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 015/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PROJETEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP, CNPJ nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO E PADRÃO DE MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, PARA ATENDER AS INSTALAÇÕES DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CONFORME ANEXOS.

Valor: R\$ 47.900,00 (quarenta e sete mil e novecentos reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 5.306, de 05 de janeiro de 2016, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: Os pagamentos serão realizados com recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: a) D - 056/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria de Educação; e b) D - 058/2016 - 08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental - Secretaria de Educação.

Data de Assinatura: 18/07/2016.

Vigência: de 18/07/2016 a 18/10/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 181/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 134/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 079/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 011/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Conxap Construtora Ltda. EPP, CNPJ nº 10.338.596/0001-98.

Objeto: Prorrogar os prazos de execução e de vigência do Contrato nº 134/2015, de 1º/07/2015, pelo lapso de 34 (trinta e quatro) dias, cada, em razão do aguardo do recebimento do Termo Aditivo de prorrogação da vigência do Contrato de Repasse nº 303.230-84/2009, assinado com a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades; em virtude de que o referido contrato de repasse havia como vigência a data de 30/06/2016, impedindo assim a adição dos prazos do contrato firmado com a empresa Conxap Construtora Ltda. EPP, CNPJ nº 10.338.596/0001-98.

Data de Assinatura: 20/07/2016.

Prazos de Execução e de Vigência: de 22/07/2016 a 29/08/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e William Gediel Laguna - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 182/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.
Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 120/2015.

Origem: Processo Licitatório nº 049/2015, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 006/2015.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Visoli Construtora Ltda. EPP, CNPJ nº 02.131.315/0001-01.

Objeto: Aditar o valor global do Contrato nº 120/2015, de 1º/06/2015, tendo em vista o aditamento de novos itens da planilha orçamentária; e suprimir o valor global em 0,03 (três centavos), devido ao um erro de fórmula existente na planilha de aditivo, conforme a fundamentação exposta na justificativa técnica apresentada em anexo a este termo aditivo.

Valor Aditado: R\$ 106.263,69 (cento e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e nove centavos).

Valor Suprimido: R\$ 0,03 (três centavos).

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2016.

Rubrica Orçamentária: 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.

00.00 (38/2016) e 08.01.12.361.4505.1.055.4.4.90.00.00.00.00.0 (39/2016).

Data de Assinatura: 20/07/2016.

Vigência: de 20/07/2016 a 31/10/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Douglas Visoli - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016. Sétimo Termo Aditivo ao Contrato nº 150/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 086/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 056/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Betha Sistemas Ltda., CNPJ nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: Reajustar os itens do Contrato originário nº 150/2014, de 25/06/2014 e do Contrato nº 148/2015, Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 150/2014, para que seja acrescido o percentual de 8,84% (oito vírgula oitenta e quatro por cento), sobre o valor dos contratos, a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual, considerando a data-base do contrato originário e do julgamento das propostas (junho de 2014), repassando o reajuste referente ao período de junho de 2015 a junho de 2016, com efeitos a partir de 1º de julho de 2016.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente aditivo, serão custeadas com recursos próprios, e correrão por conta do exercício financeiro de 2016.

Rubrica Orçamentária: D-2/2016 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 - Man. das Atividades do Comitê Desportivo Municipal; D-2/2016 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Man. das atividades do Instituto Cultural de São Lourenço; D-7/2016 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública; e D-16/2016 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 - Man. das atividades da Sec. Mun. de Adm, Fazenda e Planeja.

Data de Assinatura: 20/07/2016.

Vigência: de 20/07/2016 a 31/12/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ernesto Muniz de Souza Júnior - pela Contratada.

EXTRATO DO CONVÊNIO PARA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA - AGC Nº 5089/2016.

EXTRATO DO CONVÊNIO PARA AGÊNCIA DE CORREIOS COMUNITÁRIA - AGC Nº 5089/2016.

Origem: Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, na Portaria nº 6.206, de 13 de novembro de 2015 (do Ministério das Comunicações) e no Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011.

Conveniente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, CNPJ nº 34.028.316/0028-23.

Objeto: Conjugar esforços, no intuito de proporcionar atendimento de serviços postais à população da localidade de Frederico Wastner, através da Agência de Correios Comunitária.

Valor: R\$ 1.420,29 (um mil, quatrocentos e vinte reais e vinte e nove centavos) mensal.

Data da assinatura: 19/07/2016.

Vigência: Por 5 (cinco) anos a contar de 20/07/2016 a 19/07/2021.

Signatários: Geraldino Cardosos, Prefeito Municipal - pelo Conveniente e José Francisco Nunes de Castro, Gerente de Macrorregião de Operações - pela Conveniada.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 1º DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 206, DE 1º DE JULHO DE 2016.

Origem: Lei Municipal nº 2.288, de 29 de junho de 2016 e artigo 86 da Lei Orgânica Municipal.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cessionária: Associação de Máquinas das Comunidades de São João, São Caetano, Santa Clara, Parte do Taquari e Parte de São Miguel, CNPJ nº 14.749.056/0001-58.

Objeto: Conceder o uso à Cessionária, do seguinte bem de propriedade do Cedente: uma plantadeira agrícola, arrasto no comando, nova, ano/modelo 2016, com pneus, 3 linhas, com capacidade de 170 kg de adubo, disco de corte, caixa de polietileno no adubo e 3 botijões de polietileno na semente, marca Knapik - P3I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20156 e valor de aquisição de R\$ 29.370,00 (vinte e nove mil, trezentos e setenta reais).

Data da assinatura: 1º de julho de 2016.

Vigência: de 1º/07/2016 a 1º/07/2021.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Laurindo Perego - pela Cessionária.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 207, DE 1º DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 207, DE 1º DE JULHO DE 2016.

Origem: Lei Municipal nº 2.288, de 29 de junho de 2016 e artigo 86 da Lei Orgânica Municipal.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cessionária: Associação de Máquinas e Equipamentos Agrícolas de Distrito de Frederico Wastner, Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 03.883.258/0001-71.

Objeto: Conceder o uso à Cessionária, do seguinte bem de propriedade do Cedente: uma colhedora de forragens, nova, ano/modelo 2016, rotor de 12 facas, quebra-grão, semi-hidráulica, com caixa e cardan, marca Pinheiro Max 12, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20170 e valor de aquisição de R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais).

Data da assinatura: 1º de julho de 2016.

Vigência: de 1º/07/2016 a 1º/07/2021.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Marcos Antonio Suldowski - pela Cessionária.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 208, DE 1º DE JULHO DE 2016.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 208, DE 1º DE JULHO DE 2016.

Origem: Lei Municipal nº 2.288, de 29 de junho de 2016 e artigo 86 da Lei Orgânica Municipal.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cessionária: Associação de Máquinas da Região de Santa Inês, CNPJ nº 03.151.088/0001-30.

Objeto: Conceder o uso à Cessionária, do seguinte bem de propriedade do Cedente: um distribuidor de adubo líquido com capacidade de 5.000 litros, novo, ano/modelo 2016, com pneus aro 16, compressor a vácuo, rodado tandem, bomba de 300mm, 1.200lts/minuto, chapa mínima de 4mm, marca Lumeco, com registro no patrimônio do Município sob o nº 20169 e valor de aquisição de R\$ 18.710,00 (dezoito mil, setecentos e dez reais).

Data da assinatura: 1º de julho de 2016.

Vigência: de 1º/07/2016 a 1º/07/2021.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ivalzir Moreto - pela Cessionária.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.684/2016-DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº 20/2016, DA PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 8.684/2016

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 86/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº 20/2016, DA PREFEITURA MUNICIPAL SÃO MIGUEL DO OESTE-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Miguel do Estado de Santa Catarina, usando a competência que lhe confere o inciso VII, do art. 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 5 de abril de 1990 e,

CONSIDERANDO, que o Processo Licitatório nº 86/2016, Modalidade Tomada de Preço nº 20/2016, de 12/07/2016, tem como objeto contratação de empresa para fornecimento de materiais e serviço de mão de obra, destinados a reforma e ampliação da Escola de Ensino Fundamental EMEIEF Atílio Luiz Calza, da Rede Municipal de Ensino, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamento e Cronograma Físico-financeiro e Projetos partes integrantes deste processo.

CONSIDERANDO, a necessidade de readequações nos cálculos da planilha.

CONSIDERANDO, os princípios norteadores da Administração Pública, previstos no art. 37, da CF, que são os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

DECRETA:

Art. 1º. REVOGAR o processo Licitatório nº 86/2016, modalidade Tomada de Preço nº 20/2016, de 12/07/2016, da Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste – SC, com fundamento no art. 49, da Lei n. 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC,

Em, 20 de julho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

PROCESSO LICITATÓRIO N. 90/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Lote.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para Iluminação Pública do Município de São Miguel do Oeste – SC, contemplando serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a manutenção e conservação dos sistemas de iluminação pública, fornecimento de software de gestão, implantação de tele atendimento, inventário com identificação dos postos de iluminação pública, ampliações e modernizações no sistema, para o período de 12 meses.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 03 de agosto de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 21 de julho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 41.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 41/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição estimada e parcelada de Gêneros Alimentícios, para merenda escolar a ser distribuída nas Escolas e Centros de Educação Infantil da rede Municipal de ensino de São Pedro de Alcântara/SC, conforme especificações e quantitativos do ANEXO deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 04/08/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h e das 13:00 às 17:00horas. São Pedro de Alcântara, 21/07/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.818/2016 DE 18 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 3.818/2016 de 18 de julho de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 21.999,99 (vinte e um mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 21.999,99

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER
05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 21.999,99

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de julho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 3.819/2016 DE 20 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 3.819/2016 de 20 de julho de 2016
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO
ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
3.3.90.32.00.00.00.00 - 00.03.0002 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 10.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 20 de julho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.625/2016, DE 21 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.625/2016, DE 21 DE JULHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Rosinei Hönnicke Ribeiro, com efeitos retroativos a partir de 19 de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 21 de julho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

Seara

PREFEITURA

DECRETO N° 1100

DECRETO N° 1100, de 21 de julho de 2016

Nomeia comissão avaliadora dos itens objeto Licitação n° 073/2016 - Edital de Pregão Presencial no 049/2016

A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Avaliadora dos itens objeto da Licitação n° 073/2016 - Edital de Pregão Presencial no 049/2016.

- a) Elisangela Paludo
- b) Mairu dos Santos
- c) Nablo Michaelsen
- d) Guilherme Bedin
- e) Salete Valentini Scussel

Art. 2º Os membros das Comissões acima, não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC, 21 de julho de 2016
LACI GRIGOLO
Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 21 de julho de 2016

Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 133/2016

DECRETO nº. 133/2016, DE 20 DE JULHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE OS CRITÉRIOS E ORIENTAÇÕES PARA A CONCESSÃO E APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS TRANSFERIDOS PELO MUNICÍPIO, A TÍTULO DE SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES, ÀS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Instrução Normativa N.TC-14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e suas alterações posteriores, como instrumento que normatizará a execução descentralizada de programas de governo e ações de órgãos ou entidades da administração pública municipal direta ou indireta, que envolva a transferência voluntária de recursos financeiros oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município, a título de subvenções, auxílios e contribuições.

Art. 2º Em cumprimento do Art. 44 da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, o prazo para a apresentação da prestação de contas, contado do recebimento dos recursos financeiros pelo conveniente, é de: I – 60 (sessenta) dias a partir do recebimento de cada parcela, podendo ser prorrogado por igual período, desde que formalmente solicitada pelo conveniente.

§ 1º Nos limites do inciso I do caput, o prazo para a prestação de contas independe da vigência do Termo de Ajuste.

§ 2º A prestação de contas de cada parcela deverá ser efetuada separadamente.

§ 3º Quando a liberação de recursos ocorrer em três ou mais parcelas, a liberação da terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas referente à primeira parcela bem como sua aprovação, e assim sucessivamente de modo que não fique mais de duas parcelas pendentes de prestação de contas.

Art. 3º Em cumprimento do Art. 45 da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, constatada a ausência da prestação de contas, será adotado providências administrativas visando regularizar a situação.

§ 1º No décimo dia imediato ao vencimento do prazo para prestação de contas, se estas não tiverem sido apresentadas, o setor competente oficiará diretamente ao responsável, concedendo-lhe o prazo final e improrrogável de 30 (trinta) dias para fazê-lo.

§ 2º Persistindo a ausência da prestação de contas, a autoridade administrativa competente instaurará Tomada de Contas Especial na forma de Instrução Normativa do Tribunal de Contas.

Art. 4º Ficam aprovados os formulários e documentos constantes dos Anexos I, II, III, IV, V, VI, e VII partes integrantes deste Decreto, que serão utilizados pelo conveniente para instruir a solicitação de recursos a título de subvenções, auxílios e contribuições, bem como suas prestações de contas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se o Decreto nº. 116/2011, de 08 de setembro de 2011, e as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de julho de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

ANEXO I

(Anexo I – Instrução Normativa N.TC-14/2012)

I - SOLICITAÇÃO AO DIRIGENTE MÁXIMO DO CONCEDENTE

Serra Alta (SC), xxx de xxx de 20xx.

EXMO SR.

NOME DO PREFEITO

DD. PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA ALTA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Senhor Prefeito,

O xxxxxxxx (nome da entidade), situado no Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, inscrição CNPJ sob o nº. xxxxx, através de

seu Presidente o Sr. xxxxx, CPF nº. xxxxx vem a presença de Vossa Excelência solicitar repasse de recursos financeiros no valor de R\$ xxxxx (valor por extenso), com a finalidade de xxxxx (descrever a finalidade).

Certo de vosso empenho, queremos externar nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

NOME/ASSINATURA
Presidente da Entidade
ANEXO II

(Anexo II – da Instrução Normativa N.TC-14/2012)

PLANO DE TRABALHO

1 – DADOS CADASTRAIS

ÓRGÃO/ENTIDADE CONVENENTE:				CNPJ:	
ENDEREÇO:				INSCRIÇÃO NO CMAS:	
CIDADE:	U.F.:	CEP:	DDD/TELEFONE:	FAX:	
CONTA CORRENTE:	BANCO:	AGÊNCIA:	PRAÇA DE PAGAMENTO:		
NOME DO RESPONSÁVEL:				CPF:	
C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR:	CARGO:	FUNÇÃO:			MATRÍCULA:
ENDEREÇO:				CEP:	
OBJETIVOS SOCIAIS DA ENTIDADE:					

2 – OUTROS PARTÍCIPES

ÓRGÃO/ENTIDADE CONVENENTE:				CNPJ:	
ENDEREÇO:				INSCRIÇÃO NO CMAS:	
CIDADE:	U.F.:	CEP:	DDD/TELEFONE:	FAX:	

3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO:	PERÍODO DE EXECUÇÃO:	
	INÍCIO:	TÉRMINO:
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO E FINALIDADE DO PROJETO:		
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:		

4 – CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO

5 – PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

NATUREZA DA DESPESA	TOTAL	CONCEDENTE	CONVENENTE
CÓDIGO			
ESPECIFICAÇÃO			

TOTAL GERAL			

6 – CRONOGRAMA FINANCEIRO DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE:						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS

CONVENENTE (contrapartida):						
META	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS
	7º MÊS	8º MÊS	9º MÊS	10º MÊS	11º MÊS	12º MÊS

7 – DEFERIMENTO SOLICITADO

Na qualidade de representante legal do conveniente, peço deferimento ao que ora é solicitado para fins de desenvolver o Plano de Trabalho Proposto.

Serra Alta, SC, xxx de xxx de 20xx.

NOME/ASSINATURA

Presidente da Entidade

8 – MANIFESTAÇÃO DO CONCEDENTE

DEFERIDO	INDEFERIDO
Serra Alta, SC, ____/ ____/____	Serra Alta, SC, ____/ ____/____
NOME/ASSINATURA Prefeito Municipal	NOME/ASSINATURA Prefeito Municipal

ANEXO III

(Anexo IV – Instrução Normativa N.TC-14/2012)

MINUTA DE TERMO DE AJUSTE

TERMO DE AJUSTE que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, doravante denominado CONCEDENTE e o (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante denominada CONVENENTE.

TERMO DE AJUSTE que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 80.622.319/0001-98, com sede administrativa na Av. Dom Pedro II, nº 830, Centro, nesta cidade de Serra Alta-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, casado, portador do CPF de nº 000.000.000-00 e da C.I. nº 0.000.000, doravante denominado CONCEDENTE e a ASSOCIAÇÃO XXXXXXXXXXXX, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-00, com sede na Rua xxxxxxxx, nº xxx, no bairro xxx, nesta cidade de xxxxxxxx-SC, neste ato representada por seu Presidente, o Sr. xxxxxxxx, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 000.000.000-00 e da C.I. nº 0.000.000, doravante denominado CONVENENTE, amparados pelo Decreto Municipal nº xxxxx de mm de aaaa e a Lei Municipal nº xxxxx, de dd de mm de aaaa, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Ajuste, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 – O presente Termo de Ajuste tem por objeto, em consonância com o Plano de Trabalho apresentado, (Ex: auxiliar na manutenção da CONVENENTE na prestação de serviços de apoio à escola a qual atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais, no pagamento de despesas tais como: zeladoras, motorista, cozinheira, transporte, alimentação, material didático/pedagógico, higiene, limpeza e manutenção, medicamento para alunos, encargos e tributos e de profissionais (fonoaudiologia, fisioterapia, neurologia, psicologia)).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

2.1 – O CONCEDENTE se obriga a:

a) Repassar a CONVENENTE o valor mensal de R\$ x.xxx,xx (valor por extenso) com início a partir de xxxxxxxx de 20xx e término em xxxxxxxx de 20xx, mediante depósito na conta corrente de nº xxxxxx, agência nº xxxxx do Banco do xxxxx, até o 10º (décimo) dia útil do mês;

b) Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados;

- c) Realizar, a conta de dotações orçamentárias, as despesas necessárias ao atendimento do objeto do presente Termo de Ajuste;
- d) Publicar o extrato do presente Termo de Ajuste no Diário Oficial do Município, nos termos do artigo 24 da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e suas alterações posteriores;
- e) Exigir a Prestação de Contas de cada parcela recebida;

2.2 – A CONVENIENTE se obriga a:

- a) Aplicar os recursos recebidos nos objetivos conveniados, de acordo com o Plano de Trabalho, e nas suas finalidades estatutárias, (Ex: especialmente na prestação de serviços de apoio à escola a qual atende alunos portadores de necessidades educacionais especiais, no pagamento de despesas tais como: zeladoras, motorista, cozinha, transporte, alimentação, material didático/pedagógico, higiene, limpeza e manutenção, medicamento para alunos, encargos e tributos e de profissionais (fonoaudiologia, fisioterapia, neurologia, psicologia));
- b) Movimentar os recursos na conta bancária nº xxxxx, agência nº xxxxx do Banco do xxxxxxx deste município, específica e vinculada ao presente Termo de Ajuste, nos termos do Capítulo IV, Seção I, da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e suas alterações posteriores;
- c) Prestar contas segundo as diretrizes da Lei nº 4.320/64 e do Capítulo V, Seção III, da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e suas alterações posteriores;
- d) Recolher na conta bancária de nº xxxxxx do Banco do xxxxxx, agência nº xxx, deste município de titularidade do CONCEDENTE os valores de rendimentos da aplicação financeira e os valores que porventura não forem empregados pela CONVENIENTE no objeto do Termo de Ajuste (art. 29, § Único, da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e suas alterações posteriores);
- e) Manter atualizado o cadastro do conveniente e seu responsável junto ao concedente;
- f) Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras realizadas com os recursos repassados pelo presente Termo de Ajuste;
- g) Demonstrar o bom e regular emprego na aplicação dos recursos no objeto para o qual foram concedidos, mediante a apresentação da prestação de contas, de elementos que permitam a exata verificação das despesas realizadas e da sua vinculação com o objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO TERMO DE AJUSTE

3.1 – O presente Termo de Ajuste terá vigência de xx de xxxxxxxx de 20xx a xx de xxxxxxxx de 20xx.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR GLOBAL DO TERMO DE AJUSTE

4.1 – O valor global a ser repassado pelo CONCEDENTE à CONVENIENTE é de R\$ xx.xxx,xx (valor por extenso) sendo que a liberação das parcelas na forma da Cláusula Segunda, item “a”, ficará condicionada ao ato homologatório expedido pela Câmara Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

5.1 – O Município através do responsável pelo programa de governo ou ação deste Termo de Ajuste possui a prerrogativa legal de controlar a sua execução.

5.2 – Cabe ao Município decidir sobre a oportunidade e conveniência de proceder o acompanhamento e fiscalização física do objeto, nas instalações e documentos relativos à execução do presente Termo de Ajuste, mediante inspeção in loco.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 – As despesas decorrentes do presente Termo de Ajuste correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 20xx nos seguintes elementos de despesa:

11-00	SECRETARIA DE xxxxxxxxxxxxxxxxx
11-01	Departamento xxxxxxxxxxxxxxxxx
FUNCIONAL	
ELEMENTO	
RECURSO	
DOTAÇÃO	

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

7.1 – A liberação dos recursos dar-se-á na forma do Capítulo IV, Seção I, da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DA DEVOLUÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

8.1 – O saldo não utilizado do valor do Termo de Ajuste deverá ser devolvido pela CONVENIENTE atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Municipal integralmente à conta bancária do CONCEDENTE.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1 – A obrigatoriedade da CONVENIENTE apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos e da contrapartida observará o disposto no artigo 2º do Decreto nº xxxx/20xx de xx de xxxxxxxx de 20xx e Capítulo V, Seção III, da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e suas alterações posteriores, e Anexo VII da mesma Instrução Normativa.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

10.1 – Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na Prestação de Contas do presente Termo de Ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO DO TERMO DE AJUSTE

11.1 – Constitui motivo para a rescisão do presente Termo de Ajuste, o inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas, especialmente quando constatadas as seguintes situações:

I – a utilização dos recursos em desacordo com o objeto do Termo de Ajuste e respectivo Plano de Trabalho;

II – a falta de apresentação da prestação de contas nos prazos estabelecidos.

Parágrafo Único – A rescisão do presente Termo de Ajuste, na forma do disposto nesta Cláusula, enseja a instauração do Processo de Tomada de Contas Especial.

11.2 – O Concedente poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

12.1 – Dos bens remanescentes na data da conclusão, rescisão ou extinção do Termo de Ajuste, o direito de propriedade será do(a) xxxxxxxx (Município ou Entidade), se houver.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUSPENSÃO DAS PARCELAS DO TERMO DE AJUSTE

13.1 – A liberação das parcelas do Termo de Ajuste será suspensa nos casos:

I – em que verificado desvio de finalidade na aplicação do valor do termo de ajuste, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais que regem a Administração Pública, seja no que tange às contratações ou aos demais atos praticados na execução do Termo de Ajuste;

II – em que verificado o descumprimento, pelo conveniente, de qualquer cláusula ou condição do Termo de Ajuste.

13.2 – A liberação das parcelas do Termo de Ajuste será suspensa definitivamente na hipótese de sua rescisão.

13.3 – Quando a liberação de recursos ocorrer em três ou mais parcelas, a liberação da terceira ficará condicionada à apresentação de prestação de contas referente a primeira parcela bem como sua aprovação, e assim sucessivamente de modos que não fique mais de duas parcelas pendentes de prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PROIBIÇÕES

14.1 – É proibido à CONVENIENTE repassar os recursos financeiros recebidos a outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pela legislação própria do concedente;

14.2 – É vedado ainda:

- a realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- a alteração do objeto do Termo de Ajuste detalhada no Plano de Trabalho;
- a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- a realização de despesa em data anterior ou posterior a vigência do presente Termo de Ajuste;
- a realização de despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos e manutenção de contas ativas;
- a transferência de recursos para igrejas e cultos religiosos;

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

15.1 – A minuta do presente Termo de Ajuste foi aprovada pela Assessoria Jurídica deste Município, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93, conforme visto abaixo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO COMPETENTE

16.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Modelo/SC, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias resultantes do presente Termo de Ajuste, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo de Ajuste em 03 (três) vias de igual teor junto com duas testemunhas a tudo presentes.

Serra Alta(SC), dd de mm de aaaa.

NOME/ASSINATURA NOME/ASSINATURA
Prefeito Municipal Associação/Entidade

NOME/ASSINATURA
Assessor Jurídico

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

ANEXO IV

(Anexo VII – Instrução Normativa N.TC-14/2012)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA ALTA

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
DE RECURSOS ANTECIPADOS

Unidade Concedente:			
Ordenador da Despesa:			
Entidade Beneficiada:			
CNPJ/MF nº.:			
Endereço:			CEP:
Responsável:			CPF:
Convênio nº.:	Valor Total R\$:		
Parcela nº.:	Data do Pagamento:	Valor R\$:	
Histórico da Finalidade:			
Documento			
NÚME-RO	DATA	HISTÓRICO	RECEBIMENTO
		Repasse da Prefeitura	
TOTAL GERAL			

Serra Alta, SC, xxx de xxxx de 20xx.

NOME/ASSINATURA NOME/ASSINATURA
Representante da Entidade Tesoureiro da Entidade

ANEXO V

(Anexo VII – Instrução Normativa N.TC-14/2012)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos, para os fins previstos no Anexo VII, Item II, da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada no Termo de Ajuste e Plano de Trabalho.

E por ser a expressão da verdade, firmo a presente Declaração.

Serra Alta, SC, xxx, de xxx de 20xx.

NOME/ASSINATURA
Conselho Fiscal
ANEXO VI

(Anexo VII – Instrução Normativa N.TC-14/2012)

DECLARAÇÃO DAS ETAPAS EFETUADAS (Obras)

Declaramos, para os fins previstos no Anexo VIII, Item III, da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que dos serviços, foram executados (descrever com sucinta caracterização das etapas efetuadas).

E por ser a expressão da verdade, firmo a presente Declaração.

Serra Alta, SC, xxx, de xxx de 20xx.

NOME/ASSINATURA NOME/ASSINATURA
Presidente da Entidade Engenheiro Civil – CREA/SC xxxx
Responsável pela Execução
ANEXO VII

(Anexo VII – Instrução Normativa N.TC-14/2012)

TERMO DE RECEBIMENTO DE OBRA

Os abaixo-assinados, sendo um deles Responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, designado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, o Engenheiro responsável pela execução da obra e o Representante da Entidade (descrever o nome da entidade), após vistoria da(o) Obra (descrever a obra), localizada(o) na Rua xxxx, nº. xxxx, centro, do Município de (descrever o nome do Município), neste Estado, nos termos do Anexo VIII, Item III, da Instrução Normativa N.TC-14/2012 de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, declaram e atestam o que segue:

1. Que da vistoria realizada ficou comprovada a conclusão do objeto de acordo com os termos contratuais, não ocorrendo vícios ou defeitos resultantes da execução supra citada desde a emissão do termo de recebimento provisório;
2. Que os responsáveis pela administração do objeto executado nada têm a declarar;
3. Que, face ao exposto, os abaixo-assinados concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Serra Alta, SC, xxx de xxxx de 20xx.

NOME/ASSINATURA NOME/ASSINATURA
Presidente da Entidade Engenheiro Civil – CREA/SC xxxx
Responsável pela Execução

NOME/ASSINATURA
Engenheiro Civil – CREA/SC xxxx
Fiscal da Concedente

Sombrio

PREFEITURA

DEC. 292/2016

DECRETO Nº 292, DE 01 DE JULHO DE 2016.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da Lei nº 2250 de 22 de Dezembro de 2015, (Lei Orçamentária)

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

05.04 - DIRET. DE ASSIST. TEC. E ADMINISTRATIVA
2.025 - Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.00.00.00.00.00.0087(65) - Aplicações Diretas
..... R\$ 8.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 87 - Salário Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC, 01 de julho de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 189/2016

PORTARIA Nº. 189 DE 21 DE JULHO DE 2016
NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Motorista, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME
Crismon Caetano Borba

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 21 de julho de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PORT. 190/2016

PORTARIA Nº. 190 DE 21 DE JULHO DE 2016
NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo Motorista, com Carga Horária de 40 (quarenta) horas semanais, como segue:

NOME
Deivid Junior Abel Viana

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 21 de julho de 2016.
Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

PP 04/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SOMBRIO
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016
REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: O presente Edital tem por objetivo registrar de preços para futuro e eventual fornecimento de produtos químicos destinados ao tratamento de água, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, conforme quantitativo e condições constantes do Anexo I – Termo de Referência e demais anexos que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste edital, obedecendo às condições constantes neste Edital e seus anexos.

Base Legal: Lei Federal 10.520, de 17 julho de 2002, Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2016 e subsidiariamente Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Entrega dos Envelopes e Abertura: Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00min do dia 04 de agosto de 2016, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h15 min do dia 04 de agosto de 2016.

Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, 861, Centro de Sombrio-SC. No Horário das 08h00min as 11h30min e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta ou pelo tel. (48) 3533-6633.

Sombrio-SC, 21 de julho de 2016.

José Paulo Custódio
Diretor Presidente

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 179/2016

DECRETO N° 0179/2016 DE 21/07/2016

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei n° 1072/2015 de 17 de dezembro de 2015.

Artigo 1o FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Excesso de Arrecadação Referente a Convênio não prevista na LOA no valor de R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE vigente:

05.01.0010.0301.0008.2.021-Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(64)	0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1.467)	R\$ 12.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor R\$ 12.000,00 (Mil Reais), proveniente Excesso de Arrecadação referente a repasse do Fundo Nacional de Saúde, Programa QUALIFAR-Custeio.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 21 de julho de 2016.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 154/2016;ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

DECRETO Nº 154, DE 20 DE JULHO DE 2016.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

Considerando a Resolução nº 23.457 de 15 de dezembro de 2015, em seu Art. 62, item V, letra d, que trata da nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do poder executivo.

Considerando O decreto nº 152 de 18 de julho de 2016, que demitiu a servidora Andressa Morales Rodrigues, ocupante do cargo de médica, junto a unidade de saúde medica.

Considerando o requerimento da Secretária de Saúde do Município, em que solicita a contratação de outra médica, em substituição a mesma, uma vez que, o município não dispõe de médica para remanejamento, sob pena de responsabilidade pelo não atendimento a população.

RESOLVE:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Gabriela Savi da Silva, CPF nº 059.908.169-44 e RG nº 5.0355090 no Cargo de Médico ANS (1) 20Hs.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 20 de Julho de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N.º 37 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA

TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 37/2016 - PMT

Às nove horas e dez minutos, do vigésimo dia, do mês de julho de dois mil e dezesseis, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Kelly Cristina Osti Kannenberg, designada pela Portaria nº 1989, de 01 de junho de 2016, e os Representantes Legais: Eliege Fatima Kopsel, da empresa Acordar Treinamentos LTDA-EPP; Marcelo Jugend, da empresa BF Consultoria, Assessoria e Financiamento LTDA-EPP e Ermelinda Maria Uber Januario, da empresa Paineis Pesquisas, Consultoria e Publicidade LTDA-EPP, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preços para Compras e Serviços nº 37/2016 – PMT.

Protocolaram tempestivamente, os envelopes de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preços, as empresas: Acordar Treinamentos LTDA-EPP, BF Consultoria, Assessoria e Financiamento LTDA-EPP e Paineis Pesquisas, Consultoria e Publicidade LTDA-EPP.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes de Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise e encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo em vista a necessidade de análise e parecer, em especial dos itens 7.1.4 – Qualificação Econômico-Financeira e 7.1.6-Qualificação Técnica, do edital.

Os envelopes de PROPOSTA TÉCNICA e PROPOSTA DE PREÇOS deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para suas aberturas.

Os representantes presentes se retiraram da sessão antes da finalização da ata, e nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

Kelly C. Osti Kannenberg

Membro Substituta

ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO DATA ABERTURA PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO N.º 52 2016 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇO Nº 52/2016 - PMT

Às catorze horas do vigésimo primeiro dia, do mês de julho de dois mil e dezesseis, na sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1894, de 1º de março de 2016, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Barbara Luiza Poffo de Azevedo e Lourdes Moser, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório – Tomada de Preço nº 52/2016 – PMT.

Analisada a documentação juntada aos autos, aliado com os pareceres técnicos emitidos acerca da documentação apresentada, decidimos pela habilitação da Empreiteira de Mão-de-Obra VB LTDA EPP.

A Comissão Permanente de Licitações leva ao conhecimento do interessado que a sessão pública de abertura do envelope nº 02 – Proposta de Preços, se realizará no dia 25 de julho de 2016, às 14h e 15min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

LOURDES MOSER

Membro

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 94 DE 18 DE JULHO DE 2016.

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 94 DE 18 DE JULHO DE 2016.

O Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "IRMA SCHMIDT", situado no lado ímpar da Rua Fritz Lorenz, esquina formada com o lado par da Rua Camboriú, com a área de 2.333,94m² (Dois mil, trezentos e trinta e três metros e noventa e quatro decímetros quadrados), processo D-010/2015 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente IRMA SCHMIDT, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 3.421, datado de 01 de junho de 2016 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional Jaime Busarello, Engenheiro Florestal, CREA/SC 098.487-4, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 21.964, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.07.016.0508.001, constituído de 02 (duas) áreas a desmembrar e mais uma área remanescente.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 18 de julho de 2016.

FABIANO MARTINS ADRIANO

Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Município de Timbó

BÁRBARA LUÍZA POFFO DE AZEVEDO

Arquiteta e Urbanista

CAU A95129-3

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 09 2016 SAMAE

SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTO - SAMAE

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2016 – SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante REGISPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE BOBINAS S/A, CNPJ nº 46.120.820/0001-18 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 29/07/2016

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 21 de julho de 2016.

DÉBORA BARTH

Central de Licitações

DECRETO Nº 4221, DE 10 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4221, DE 10 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 50.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

24.02.006.181.0046.2262.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.02.006.181.0046.2262.	POLÍCIA MILITAR	
24.02.006.181.0046.2262.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.31000	CONVENIO TRANSITO – MILITAR SUPERAVIT	30.000,00
	TOTAL	30.000,00
24.03.006.181.0046.2264.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.03.006.181.0046.2264.	POLÍCIA CIVIL	
24.03.006.181.0046.2264.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO POLÍCIA CIVIL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.31100	CONVENIO TRANSITO – CIVIL SUPERAVIT	20.000,00
	TOTAL	20.000,00
	TOTAL GERAL	50.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4233, DE 30 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4233, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar e Crédito Especial à conta de anulação. O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2840, de 30/06/2016,

DECRETA:

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, à conta de anulação no valor total de R\$ 28.000,00 conforme segue:

I – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 15.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

06.01.022.661.0030.2062.	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
06.01.022.661.0030.2062.	INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS	
06.01.022.661.0030.2062.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	15.000,00
	TOTAL	15.000,00

II – suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 13.000,00, a seguinte dotação:

a) ANULAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	

300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	13.000,00
	TOTAL	13.000,00

b) SUPLEMENTAÇÃO

03.05.028.843.0005.0002.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.05.028.843.0005.0002.	ENCARGOS DA ADMINISTRAÇÃO	
03.05.028.843.0005.0002.	DIVIDA FUNDADA INTERNA E ENCARGOS DO PODER EXECUTIVO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339100.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	13.000,00
	TOTAL	13.000,00

Art.2º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2016:

17	Timboprev	
001	Administracao do Timboprev	
0009	Previdência Social	
0272	Previdência do Regime Estatutário	
0027	Gestão da previdência social - regime próprio	
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
010000	Recursos Ordinários	120.000,00
010300	Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS	10.000.000,00
	TOTAL	10.120.000,00
17	Timboprev	
001	Administracao do Timboprev	
0009	Previdência Social	
0272	Previdência do Regime Estatutário	
0027	Gestão da previdência social - regime próprio	
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
010300	Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS	1.000.000,00
	TOTAL	1.000.000,00
	TOTAL GERAL ANULAÇÃO	11.120.000,00

Art.3º Abre Crédito Especial ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 11.120.000,00 (onze milhões e cento e vinte mil reais), autorizado pela Lei nº 2840, de 30 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste Decreto, conforme segue:

17	Timboprev	
001	Administracao do Timboprev	
0009	Previdência Social	
0272	Previdência do Regime Estatutário	
0027	Gestão da previdência social - regime próprio	
2126	MANUTENÇÃO DOS INATIVOS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
010000	Recursos Ordinários	120.000,00
010300	Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS	10.000.000,00
	TOTAL	10.120.000,00
17	Timboprev	
001	Administracao do Timboprev	
0009	Previdência Social	

0272	Previdência do Regime Estatutário	
0027	Gestão da previdência social - regime próprio	
2128	MANUTENÇÃO DOS PENSIONISTAS	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
010300	Contribuição Fundo Previdenciário-RPPS	1.000.000,00
	TOTAL	1.000.000,00
	TOTAL GERAL SUPLEMENTAÇÃO	11.120.000,00

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4234, DE 30 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 4234, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 115.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

24.01.026.782.0046.2266.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.2266.	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.31200	CONVENIO TRANSITO – PREFEITURA SUPERAVIT	115.000,00
	TOTAL	115.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4235, DE 06 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 4235, DE 06 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 150.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.01.010.301.0070.2150.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.01.010.301.0070.2150.	SERVIÇOS EM SAÚDE NA ATENÇÃO BÁSICA	
15.01.010.301.0070.2150.	MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16768	Transf. do Sistema Único Saúde – SUS/Estado Fundosocial	80.000,00
15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	

15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16768	Transf. do Sistema Único Saúde – SUS/Estado Fundosocial	40.000,00
15.03.010.303.0076.2170.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.03.010.303.0076.2170.	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
15.03.010.303.0076.2170.	MANUTENÇÃO DO SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.16768	Transf. do Sistema Único Saúde – SUS/Estado Fundosocial	30.000,00
	TOTAL	150.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação, seguindo a Transferência de Recursos financeiros através de repasse fundo a fundo, para custeio. Secretaria de Estado da Casa Civil – FUNDOSOCIAL.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 06 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4236, DE 08 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 4236, DE 08 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 20.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas “a” e “c” da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2016:

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

07.01.015.121.0040.2082.	SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE	
07.01.015.121.0040.2082.	PLANEJAMENTO URBANO	
07.01.015.121.0040.2082.	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
	TOTAL	20.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4237, DE 08 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 4237, DE 08 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 141.723,11.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 141.723,11 (cento e quarenta e um mil, setecentos e vinte e três reais e onze centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164.	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
15.02.010.302.0072.2164.	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR AMBULATORIAL	
15.02.010.302.0072.2164.	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
013865	Transf - SUS/União - MAC	50.000,00
013869	Transf. - SUS/União - MAC APAE/SERVIÇOS AMBULATORIAIS	75.262,32
013871	Transf. - SUS/União - MAC FISIOTERAPIA	16.460,79
	TOTAL	141.723,11

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4238, DE 08 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 4238, DE 08 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição no valor de R\$ 30.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2837, de 20/06/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado por transposição no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2016:

12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL TIMBÓ	
12.01.006.182.0013.2110.	FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL TIMBÓ	
12.01.006.182.0013.2110.	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DE DEFESA CIVIL TIMBÓ	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	20.000,00
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
	TOTAL GERAL FUMDEC	30.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), autorizado pela Lei nº 2837, de 20 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	

0.10000	VINCULO LIVRE	30.000,00
	TOTAL	30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO N° 4239, DE 08 DE JULHO DE 2016

DECRETO N° 4239, DE 08 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição no valor de R\$ 60.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26/11/2015 e Lei nº 2837, de 20/06/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado por transposição no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2016:

13.01.018.542.0044.1279.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.1279.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.1279.	EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
13.01.018.542.0044.1281.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.1281.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.1281.	FROTA DE VEICULOS – FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
13.01.018.542.0044.1285.	FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ	
13.01.018.542.0044.1285.	MEIO AMBIENTE	
13.01.018.542.0044.1285.	OBRAS E CONSTRUÇÕES – FMMA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	40.000,00
	TOTAL	40.000,00
	TOTAL GERAL FMMA	60.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2837, de 20 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	60.000,00
	TOTAL	60.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO N° 4242, DE 14 DE JULHO DE 2016

DECRETO N° 4242, DE 14 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição no valor de R\$ 110.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2805, de 26/11/2015 e Lei n° 2837, de 20/06/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado por transposição no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2016:

14.01.004.062.0061.2102.	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDDD	
14.01.004.062.0061.2102.	PROCON	
14.01.004.062.0061.2102.	MANUTENÇÃO DO PROCON	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
310000.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	80.000,00
319100.00	APLICAÇÕES DIRETAS DEC. OPER. ENTRE ÓRGÃOS	
0.10000	VINCULO LIVRE	5.000,00
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	25.000,00
	TOTAL	25.000,00
	TOTAL GERAL FMDDD	110.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), autorizado pela Lei n° 2837, de 20 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	110.000,00
	TOTAL	110.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO N° 4243, DE 14 DE JULHO DE 2016

DECRETO N° 4243, DE 14 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação por transposição no valor de R\$ 85.900,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei n° 2805, de 26/11/2015 e Lei n° 2837, de 20/06/2016,

DECRETA:

Art.1º Fica anulado por transposição no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2016:

24.01.026.782.0046.1263.	FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO - FUMTRAN	
24.01.026.782.0046.1263.	DEMUTRAN	
24.01.026.782.0046.1263.	OBRAS E CONSTRUÇÕES - DEMUTRAN	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	

440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	85.900,00
	TOTAL GERAL FUMTRAN	85.900,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 85.900,00 (oitenta e cinco mil e novecentos reais), autorizado pela Lei nº 2837, de 20 de junho de 2016, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2012.	SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
03.01.004.122.0015.2012.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.01.004.122.0015.2012.	MAN. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.10000	VINCULO LIVRE	85.900,00
	TOTAL	85.900,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4245, DE 14 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 4245, DE 14 DE JULHO DE 2016

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior, no valor de R\$ 95.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2805, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2016, no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º deste decreto, conforme segue:

25.01.017.512.0100.1301	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0100.1301	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0100.1301	EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - ÁGUA	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	45.000,00
	total	45.000,00
25.01.017.512.0125.2302	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.01.017.512.0125.2302	TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	
25.01.017.512.0125.2302	MANUTENÇÃO DA ETA	
300000.00	DESPESAS CORRENTES	
330000.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superavit Financeiro Ano anterior	50.000,00
	total	50.000,00
	TOTAL SUPLEMENTAÇÃO	95.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Superávit Financeiro do Ano Anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4240, DE 11 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 4240, DE 11 DE JULHO DE 2016

ALTERA dispositivo do Decreto nº 171, de 1º de julho de 2005.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente,

DECRETA:

Art.1º Dá nova redação ao art.1º do Decreto nº 171, de 1º de julho de 2005, com a seguinte descrição:

"Art. 1o Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma área de terras com 2.116,50m2, assim descrita: Terreno urbano, situado no lado par da rua Quênia, distando pelo lado esquerdo 76,00 metros da esquina formada com o lado par da rua Bolívia, nesta cidade, edificado com uma casa de madeira e uma casa residencial de alvenaria, um pavimento, com área de 111,00m2, sob o nº82-A, com os seguintes confrontantes: frente, em 7,88 metros confrontando com o lado par da rua Quênia; lado direito, em linha quebrada, em 36,30 metros confrontando com o Edifício Nova Danzing, matrícula nº 3.267, Livro 2, em 61,65 metros sendo, em 15,00 metros com o Edifício Nova Danzing, matrícula nº 3.267, Livro 2, em 15,00 metros com terras de Egon Brandt, matrícula o nº 3.580, livro 2, em 15,00 metros com terras de Município de Timbó, matrícula 4.160, livro 2, e em 16,65 metros com terras do Município de Timbó, matrícula 4.161, livro 2, e em 26,55 metros com a área remanescente; fundos em 69,15 metros confrontando com a área remanescente; lado esquerdo em 26,72 metros confrontando com terras de Marcio Luiz Gessner, matrícula nº 9.017, Livro 2, e em 36,10 metros confrontando com terras de Lourival Borchardt, matrícula nº 18.921, Livro2.

Área de Preservação Permanente (APP), conforme Lei nº 12.651 de 25/05/12, neste imóvel consta APP com área de 79,44m2, com a seguinte descrição: frente em 19,70 metros confrontando com a área desapropriada; fundos em 16,65 metros confrontando com a área remanescente; lado direito em 9,56 metros com terras do Município de Timbó, matrícula 4.161, livro 2.

O referido imóvel acha-se matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 26.127, livro 2."

Art.2º Ficam ratificados os demais termos.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4241, DE 14 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 4241, DE 14 DE JULHO DE 2016

ALTERA dispositivos do Decreto nº 2276, de 21 de fevereiro de 2011.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente,

DECRETA:

Art.1º Dá nova redação ao art.1º do Decreto nº 2276, de 21 de fevereiro de 2011, com a seguinte descrição:

"Art. 1o Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, em caráter de Urgência, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/41, e alterações posteriores, uma área de terras com 3.363,00m2, destinada à abertura de via e construção de ponte ligando a Rua Blumenau à Rua 7 de Setembro, assim descrita: Terreno urbano, situado no Beco Gustavo Roepke, com as seguintes confrontações: Tendo ao centro o Beco Gustavo Roepke, antes Beco Itu, onde faz frente de ambos os lados e, também no viradouro num total de 109,50 metros; ao norte, em 68,00 metros com o imóvel matriculado sob o nº 9.051, livro 2, de propriedade de Ana Behling Raduenz, Nora Klemz, Egon Radünz, Vera Radünz e Adalbert Radünz; à oeste, em 17,50 metros com o imóvel matriculado sob o nº 4.770, livro 2, de propriedade de Roland Edmund August Roepke, e em 32,00 metros e 45,00 metros com o lote nº 02, matriculado sob o nº 4.771, livro 2, de propriedade da Prefeitura Municipal de Timbó; faz ponta no lado sul; e, à leste faz linha sinuosa em 116,00 metros com a margem direita do Rio dos Cedros.

O referido imóvel acha-se matriculado junto ao 1º. Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca sob nº. 4.772, livro 2."

Art.2º Fica revogado o parágrafo único do art.1º, do Decreto 2276, de 21/02/2011.

Art.3º Ficam ratificados os demais termos.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

DECRETO Nº 4244, DE 14 DE JULHO DE 2016

DECRETO Nº 4244, DE 14 DE JULHO DE 2016

Fixa preços mínimos para comercialização de material reciclado pela Divisão de Resíduos Sólidos do SAMAE, e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 50, incisos VII, XX, XXII e XXV, c/c art. 70, inciso I, alíneas "i" e "n", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com fundamento nos artigos 71 e 72 da Lei Orgânica do Município, nos artigos 30, inciso V, e 175 da Constituição Federal, nos artigos 9º, 13 e 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.987, de 13/02/1995, e no artigo 17, II, "e", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, e alterações posteriores, e

Considerando-se que o Município implantou o Processo de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, em 02 de Junho de 2003;

Considerando-se que através da Portaria nº SAMAE -078, de 08 de julho de 2016, foi designada Comissão Especial de Avaliação de material reciclado para fins de alienação, tendo-se recebido o respectivo Laudo de Avaliação proposto pela mesma,

DECRETA:

Art.1º Fica homologado o Laudo de Avaliação, apresentado pela Comissão Especial de Avaliação, e fixada a tabela de preços mínimos para comercialização, pelo SAMAE, dos resíduos sólidos reciclados pela Divisão de Resíduos Sólidos, conforme classificação abaixo:

Item	Qtd	Und	Descrição	Preço Mínimo por Unidade (R\$)
001	70.000	Kg	Papelão (reciclado)	0,25
002	100.000	Kg	Papel misto (reciclado)	0,15
003	5.000	Kg	Papel Kraft (reciclado)	0,15
004	16.000	Kg	Tetra Pack (embalagem longa vida) reciclado	0,15
005	20.000	Kg	Plástico pet refrigerante	1,00
006	4.000	Kg	Plástico pet azeite	0,45
007	8.000	Kg	Plástico PP Transparente (vinagre / álcool / shampoo)	1,35
008	4.000	Kg	Plástico duro branco leitoso	1,10
009	30.000	Kg	Plástico PEAD/PEAB (PT de margarina, leitoso colorido, balde,)	0,77
010	3.000	Kg	PVC e caixa de geladeira	0,25
011	2.000	Kg	Plástico PS copinhos	0,15
012	40.000	Kg	PE filme colorido limpo/sujo	0,45
013	30.000	Kg	PP filme colorido	0,10
014	1.500	Kg	Filme cristal limpo/sujo	0,90
015	350	Peça	Vidros de conserva grande	0,95
016	900	Peça	Garraão de vidro	1,30
017	60.000	Kg	Conservas pequenas, vidros e litros diversos	0,10
018	3.000	Kg	Caco escuro (vidros e litros diversos quebrados)	0,04
019	5.000	Kg	Caco claro (vidros e litros diversos quebrados)	0,05
020	1.200	Kg	Alumínios diversos	2,50
021	5.500	Kg	Alumínios latinhas	3,00
022	1.500	Kg	Motores elétricos para desmanche	0,40
023	200	Kg	Latão (torneiras e registros)	3,00
024	25.000	Kg	Lixo eletrônico	0,05
025	350	Kg	Isopor	0,10
026	500	Kg	Fios com capa	3,50
027	4.000	Litro	Óleo cozinha usado	0,35
028	100	Kg	Antimônio	2,00
029	80	Kg	Inox	1,60
030	40.000	Kg	Latas e sucatas bruta de ferro	0,15
031	20.000	Kg	Papéis, plásticos, vidros, metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,05
032	20.000	Kg	Papéis, plásticos, vidros, metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,05
033	20.000	Kg	Papéis, plásticos, vidros, metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,05
034	20.000	Kg	Papéis, plásticos, vidros, metais e aproximadamente trinta por cento de rejeito (lixo orgânico)	0,05

§1º Fica estabelecida a apresentação de novo Laudo de Avaliação pela Comissão Especial, designada pela Portaria nº SAMAE -078, de 08 de julho de 2016, com validade pelo período de 06 (seis) meses, após a publicação deste decreto, com vistas à avaliação da eficiência e do interesse nas alienações e a eventual revisão dos preços mínimos fixados.

§2º O procedimento interno do SAMAE para efetivação das alienações dos materiais reciclados deverá incluir o controle de produção e pesagem dos materiais e o pagamento exclusivamente em agência bancária ou correspondente, em conta corrente específica.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Art.3º Fica revogado o Decreto nº 4189, de 13 de Abril de 2016.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 14 de Julho de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 58 2016 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA RIO GRANDE

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 58/2016

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: V.P.A. Comércio de Pedras e Pavimentação Ltda.

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação tipo lajota de 357,60 m² (trezentos e cinquenta e sete metros quadrados e sessenta decímetros quadrados) da Rua Rio Grande, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 23/2015.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 24.745,92 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 24.745,92 (vinte e quatro mil setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 21 de junho de 2016

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA NO 1991, DE 01 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 1991, DE 01 DE JUNHO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidores em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014 e nº 3679, de 01/12/2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015, e nº 4047, de 15/12/2015 e nº 4184, de 13/04/2016,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para os cargos abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
Cargo: Educadora Infantil B-18						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JAMAICA SUELLEN BELL SARAIVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público. Arovada no Proc. Seletivo 01/2014)	286982	2	23/06/1992	052.657.449-67	30h	02/06/2016 a 30/06/2016
VIVIANA LIGIA ZIMATH HILLER (Aumento do número de alunos.Aprovada no Proc.Seletivo 01/2014)	4002482	2	06/02/1985	041.697.849-52	30h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Professor A-10						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

ANA PATRICIA FUZAO (Professor de Apoio no atendimento de criança portadora de deficiência)	4016386	1	06/05/1977	003.757.159-16	20	01/06/2016 a 30/06/2016
LUCAS FERREIRA POVOAS (Subst.Manoel Henrique Peixoto, que se encontra em Lic.Para Tratamento de Saúde)	328634	1	24/03/1991	060.816.459-32	16	01/06/2016 a 30/06/2016
MAIRA TARTARE BUTKE (Professor de Apoio no atendimento de criança portadora de deficiência)	4047885	0	11/10/1988	073.740.029-39	15	01/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Professor C-10						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
DIRLEIA APARECIDA BONACOLSI POSSAMAI (Apoio no atendimento de criança portadora de deficiência)	163406	8	11/10/1975	907.300.209-59	20h	01/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MARIA HELENA MARTINS (Aumento do número de alunos)	255246	6	28/10/1953	326.553.209-72	44h	01/06/2016 a 30/06/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (Fundo Municipal de Saúde)						
Cargo: Agente de Saúde Pública (SG-18)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JONATHAN WEEGE (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	234052	2	09/06/1981	006.929.679-07	44h	02/06/2016 a 30/06/2016
VERA MARCIA DE LIZ (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	4004787	1	23/08/1974	898.256.759-34	44h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Agente Comunitário de Saúde						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
LAUDILA LUCIA VOLTOLINI TEIKOWSKI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	136514	5	14/01/1958	379.547.849-91	40h	02/06/2016 a 30/06/2016
ROSE VARGANAI SOARES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	292206	1	09/02/1966	631.403.909-63	40h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Avaliador Físico (GP-27)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ADEMIR LUIZ MANFRINI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	88790	1	20/06/1953	247.819.759-68	20h	02/06/2016 a 30/06/2016
LEILA FATIMA FLORIANI CLAUDINO DOS SANTOS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	1020501	1	02/01/1960	466.381.059-49	20h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Atendente de Odontologia (GA-24)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período

MIRELA CAMILA KOEPEL DE ANDRADE (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	164402	1	09/04/1987	009.313.379-09	30h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Técnico em Enfermagem (SP-31)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
DIRCE BEIGER CIPRIANO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	357332	1	12/03/1974	753.454.809-82	30h	02/06/2016 a 30/06/2016
SERGIO LUIS PEREIRA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	3997014	1	15/04/1970	638.825.409-82	30h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Médico (GP-75)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
JORGE SCHLICHTING NETO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	4000978	1	04/06/1985	052.187.279-03	20h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
KAIQUE MOSER FERRAZ (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	4001184	1	06/05/1994	046.308.549-32	44h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Dentista (GP-65)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MARCO AURELIO SUDBRACK DESESSARDS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	4002687	1	29/12/1974	900.206.260-53	20h	02/06/2016 a 30/06/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
MARINO DARUI (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	11240	2	31/03/1961	453.941.999-49	44h	01/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Soldador (SG-26)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
CARLOS ALBERTO VIANA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	175811	1	17/03/1984	048.406.639-04	44h	01/06/2016 a 30/06/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO						
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ALESSANDRA DOS ANJOS (Subst.Eduardo Espíndola, que se encontra em cargo em comissão)	369802	4	13/04/1994	092.552.179-50	35h	02/06/2016 a 30/06/2016

MARLY ROEPKE KIENEN (Subst.Schirley S.H.Kremer, que se encontra em afast.do exerc.do cargo/convênio celebrado entre o Município de Timbó e CIMVI)	178829	1	15/10/1960	400.199.189-68	35h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ADRIANA CRISTINA OELKE (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	298050	1	26/07/1996	088.738.829-94	44h	02/06/2016 a 30/06/2016
CARLOS ALBERTO STEIN MOSER FILHO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	4001915	1	15/09/1991	083.962.389-52	44h	02/06/2016 a 30/06/2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE						
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ANDRESSA MAIARA SCHUSTER DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	4002890	1	17/11/1994	096.423.579-09	44h	02/06/2016 a 30/06/2016
Cargo: Auxiliar de Serviços Administrativos (GA-30)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
LUCIANA JULICE TOMELIN OBERZINER (Subst.Graciela I.Uber Gomes que se encontra em cargo em comissão)	1049712	1	18/02/1970	687.070.709-00	35h	02/06/2016 a 30/06/2016
FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO						
Cargo: Pedreiro (SG-24)						
Nome	Código Único	Contrato	Data de Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
ODIRLEY JOSE RIBEIRO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprov.em Conc.Público / Proc.Seletivo)	354066	3	07/05/1978	279.786.858-70	44h	02/06/2016 a 30/06/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1993, DE 03 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 1993, DE 03 DE JUNHO DE 2016

Designa membros para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Obra de Sinalização Horizontal e Vertical – Contrato Administrativo nº 2016/65.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Obra de Sinalização Horizontal e Vertical – Contrato Administrativo nº 2016/65.

- a) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR – Engenheiro Civil
- b) FABIANO MARTINS ADRIANO – Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1995, DE 03 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 1995, DE 03 DE JUNHO DE 2016

Designa membros para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obra – Contrato Administrativo nº 2016/80.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Obra de Pavimentação, Sinalização e Drenagem das ruas São Paulo (Trecho I e II), rua Olinda (Trecho I e II) e rua Corumbá – Contrato Administrativo nº 2016/80.

- a) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR – Engenheiro Civil
- b) FABIANO MARTINS ADRIANO – Secretário Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2013, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2013, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Designa membros para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras relacionadas à Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras relacionadas à Secretaria Municipal de Educação:

- a) EDSON JOSÉ PEDRON – Arquiteto
- b) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR – Engenheiro Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2014, DE 17 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2014, DE 17 DE JUNHO DE 2016

Designa membros para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras relacionadas à Secretaria Municipal de Saúde.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para comporem a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras relacionadas à Secretaria Municipal de Saúde:

- a) EDSON JOSÉ PEDRON – Arquiteto
- b) MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR – Engenheiro Civil

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 17 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2022, DE 30 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2022, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Barbara Hochheim, lotada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar desta data:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMENAÇÃO
Barbara Hochheim	Assessor Jurídico / CC-2	Nº 06, de 02/01/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2023, DE 30 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA No 2023, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Rubia Manuele Campregher, lotada na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NO- MEACÃO
Rubia Manuele Campregher	Assessora de Serviços – Nivel I / CC-5	Nº 794, de 02/01/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2029, DE 1º DE JULHO DE 2016

PORTARIA No 2029, DE 1º DE JULHO DE 2016

Designa membros para o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar – FUNREPOM, para o mandato agosto/2015 até agosto/2017.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Incisos I, II e VII, c/c o art. 70, inciso II, alínea "c", "d" e "g", da Lei Orgânica do Município de Timbó, c/c § 3º do art.4º da Lei Complementar nº 125, de 22/12/1997 e alterações, e com fundamento no Regimento Interno-Decreto nº 3633, de 20/10/2014,

RESOLVE:

Art.1º Designar membros para o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar - FUNREPOM, com mandato de dois (02) anos, a contar de agosto/2015 até agosto/2017, como segue:

I -	REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL:	
	Titular :	Maria Ramos Gonzaga Pellin
	Suplente :	Daniel Agostini Neto
II -	REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO:	
	Titular :	Cristine Maria Berri
	Suplente :	Solange Liesemberg
III -	REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE:	
	Titular :	Fabiano Martins Adriano

	Suplente :	Giovana Quaiato Lenzi
IV -	REPRESENTANTE DA POLÍCIA MILITAR – COMPANHIA DE TIMBÓ:	
	Titular :	Caroliana Maria Bachmann
	Suplente :	Pablo David Henden
V -	REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ-ACIMVI:	
	Titular :	Jair Antonio Pretti
	Suplente :	José Tadeu de Souza
VI -	REPRESENTANTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE TIMBÓ-CDL:	
	Titular :	Tarcisio Zermiani
	Suplente :	Gracielle Maria Gorges Sasse

Art.2º Ficam convalidados os atos praticados pelos membros.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 2030, DE 1º DE JULHO DE 2016

PORTARIA No 2030, DE 1º DE JULHO DE 2016

Substitui membro representante de entidade governamental, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº 1727, de 14 de agosto de 2015, para designar em substituição membro para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Timbó, com mandato até o ano de 2017, como segue:

"Art.1º...

I – REPRESENTANTES DE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

.....

e) PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO:

Titular: Guilherme Augusto Tomaselli, em substituição a Pamela Aparecida Campregher Floriano
Suplente:

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2024, DE 1º DE JULHO DE 2016
PORTARIA Nº 2024, DE 1º DE JULHO DE 2016

Nomeia Servidor para cargo em comissão na Procuradoria Geral do Município, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:
Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFE- RÊNCIA SALA- RIAL
Guilherme Augusto Tomaselli	Coordenador de Servicos - Nivel I / CC-6	32

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2016; 146o ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2026, DE 1º DE JULHO DE 2016
PORTARIA Nº 2026, DE 1º DE JULHO DE 2016

Nomeia Servidoras para cargo em comissão na Administração Direta, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:
Art.1º NOMEAR, as Servidoras abaixo relacionadas, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFE- RÊNCIA SALA- RIAL
Rubia Manuele Campegher	Assessora de Departamento de Ensino / CC-2	76
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO		

NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFE- RÊNCIA SALA- RIAL
Ana Paula Batista Rodrigues da Rosa	Supervisora da Divisão de Indústria, Comércio e Turismo/CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2016; 146o ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2031, DE 1º DE JULHO DE 2016
PORTARIA Nº 2031, DE 1º DE JULHO DE 2016

Nomeia Servidor para cargo em comissão na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

RESOLVE:
Art.1º NOMEAR, o Servidor abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRÂNSITO E MEIO AMBIENTE		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFE- RÊNCIA SALA- RIAL
Lucas Prade Scoz	Diretor do Departamento de Trânsito / CC-2	76

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2016; 146o ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 2025, DE 1º DE JULHO DE 2016
PORTARIA Nº 2025, DE 1º DE JULHO DE 2016

Instaura Sindicância Administrativa nº 04/2016 para apurar o desaparecimento do processo administrativo de notificação/autuação n. 003/2012 dos arquivos do Procon, bem como proceder a restauração dos aludidos autos que culminaram na aplicação da penalidade de multa ao HSBC Bank Brasil S.A Banco Múltiplo por descumprimento das obrigações contidas na Lei n. 2.526/2011.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII e XXV, c/c o art. 70, inciso II, alínea "f",

da Lei Orgânica do Município de Timbó, e com fundamento nos arts.134 e 135 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, e,

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 04/2016, para apurar o desaparecimento do processo administrativo de notificação/autuação n. 003/2012 dos arquivos do Procon, bem como proceder a restauração dos aludidos autos que culminaram na aplicação da penalidade de multa imposta ao HSBC BANK BRASIL S.A BANCO MÚLTIPLO por descumprimento das obrigações contidas na Lei n. 2.526/2011.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, constituída através da Portaria nº 1893 de 1º de março de 2016, para apresentarem com independência e imparcialidade, a conclusão da Sindicância a que se refere o artigo anterior, no prazo de 30 (trinta) dias.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 1º de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Assistência Social

PORTARIA Nº 2028, DE 1º DE JULHO DE 2016

PORTARIA Nº 2028, DE 1º DE JULHO DE 2016

Instaura PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2016 e designa a Comissão Processante para apurar a conduta e/ou eventuais irregularidades praticadas em tese pelo Servidor Eliomar Cimardi.

O Secretário Municipal de Assistência Social, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 3.614, de 30 de setembro de 2014, e com fundamento nos artigos 134 e 137 e seguintes da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR a instauração do Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2016, para apurar a conduta e/ou irregularidades praticadas pelo Servidor ELIOMAR CIMARDI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, referente aos fatos constantes no Boletim de Ocorrência, registro nº 00295-2016-01826, de 02 de junho de 2016, o qual, em tese, violou o disposto nos incisos dos artigos 117, 118 e 126, todos da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98.

Art.2º DESIGNAR A COMISSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 03/2016, constituída pelas Servidoras: Katia Regina Lazarini Vilvert -Assistente Social, Luciane Giovannella Gütz-Auxiliar Operacional e Silvia Fernanda Brandt Dalagnolo-Psicóloga, para apresentarem com independência e imparcialidade, sob a presidência da primeira, a conclusão do processo a que se refere o artigo 1º, no prazo de 60 (sessenta) dias (art. 139, § 1º, da Lei Complementar nº 01/93).

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

PORTARIA Nº FCT-77, DE 30 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº FCT-77, DE 30 DE JUNHO DE 2016

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Fundação Cultural de Timbó-FCT.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação Cultural de Timbó-FCT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 171/2000, Lei nº 2.024, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013, nº 3320, de 07 de novembro de 2013, nº 3506, de 13 de junho de 2014, nº 3679, de 1º de dezembro de 2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015, nº 4047, de 15 de dezembro de 2015, nº 4184, de 13/04/2016 e nº 4224, de 13 de junho de 2016,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ		
NOME	CÓDIGO ÚNICO/ CONTRATO	DATA TÉRMINO
ALEXANDRA LETICIA RIBEIRO	4014472-0	30/11/2016
ANDRESSA KAROLINA BRUSKE	390984-0	30/11/2016
EDER CORREA	4023323-0	30/11/2016
ELISIANE DA SILVA SAVOLDI	583723-1	20/12/2016
GILMARA MENDES GOULART	1074857-4	30/11/2016
JONATHAN SEYFERTH	4036271-0	30/11/2016
LEONARDO FERREIRA POVOAS	4028546-0	30/11/2016
NILO OSS EMER	650889-5	15/12/2016
PATRICIA REGINA MAIA	369586-0	12/12/2016
REGINA MERINI VALCANAIA	404135137-0	30/11/2016
RODRIGO KIENEN	385310-1	15/12/2016
SALETE RODRIGUES GESSNER	3995801-1	15/12/2016

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de junho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA
Diretor Presidente FCT

TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**PORTARIA TIMBOPREV Nº 173, DE 11 DE JULHO DE 2016**

PORTARIA TIMBOPREV Nº 173, DE 11 DE JULHO DE 2016

Extingue o benefício de Pensão por Morte de Milena Santos da Silveira.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, c/c artigo 40, Inciso IV da mesma base legal,

RESOLVE:

Art.1º EXTINGUIR, o benefício de Pensão por Morte de MILENA

TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 96 2015 PMTEXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 96/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços destinado à aquisição de materiais de limpeza/higiene e copa/cozinha destinada ao atendimento das necessidades da administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações) do município de Timbó - repetição de itens pregão 87/2015 com alterações.

EMPRESAS FORNECEDORAS: J.P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda Epp; JLM Distribuidora BR Ltda – Me; Blu Distribuidora de Papelaria Ltda; Tiago Alexandre Borgershausen – Me; Kelly A.D.S. Minioli Comercio de produtos – Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 95.920,57 (noventa e cinco mil novecentos e vinte reais e cinquenta e sete centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 20/10/2016

Timbó, 21/10/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

SANTOS DA SILVEIRA, nascida em 27 de junho de 1998, concedido através da Portaria nº 1048, de 1º de fevereiro de 2010, em virtude de atingir a maioridade, conforme Certidão de Nascimento nº 10.905, fls.101, do Livro nº 25-A, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos-Município e Comarca de Timbó/SC, a contar de 27 de junho do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 11 de julho de 2016; 146º ano de Fundação; 82º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT
Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 174, DE 13 DE JULHO DE 2016

PORTARIA TIMBOPREV Nº 174, DE 13 DE JULHO DE 2016

Extingue o benefício de Pensão por Morte de Carolina Elizabeth Arndt.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, c/c artigo 40, Inciso IV da mesma base legal,

RESOLVE:

Art.1º EXTINGUIR, o benefício de Pensão por Morte de CAROLINA ELIZABETH ARNDT, nascida em 13 de julho de 1998, concedido através da Portaria nº 3095, de 08 de outubro de 2012, em virtude de atingir a maioridade, conforme Certidão de Nascimento - Registro Civil das Pessoas Naturais, Município e Comarca de Timbó, matrícula 107821 01 55 1998 1 00025 102 0010911 35.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de julho de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT
Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

PORTARIA TIMBOPREV Nº 175, DE 19 DE JULHO DE 2016

PORTARIA TIMBOPREV Nº 175, DE 19 DE JULHO DE 2016
Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Elisete Bertoldi Campregher.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, à Servidora Pública Municipal ELISETTE BERTOLDI CAMPREGHER, brasileira, casada, nascida em 16 de junho de 1961, portadora do CPF sob nº 469.530.199-72, RG nº 1.390.538-4, residente na rua Richard Schubert nº 288, Bairro Vila Germer, em Timbó - SC, ocupante do cargo de Educadora Infantil, Referência Salarial B-34, matrícula nº 19992-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração de seu cargo efetivo, bem como paridade remuneratória, de conformidade ao art.6º da Emenda Constitucional nº 41/2003, no valor de R\$ 2.057,61 (dois mil e cinquenta e sete reais e sessenta e um centavos), tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 37/2016, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de julho de 2016; 146o ano de Fundação; 82o ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT
Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 491 DE 01 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 491 DE 01 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora SANDRA MARA PEREIRA, matrícula 94692.01, para exercer suas funções no cargo de SECRETARIO, PC 01, quadro de funcionários comissionado desta Prefeitura. Lotada na Secretaria de Habitação deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de julho de 2016.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de julho de 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 492 DE 01 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 492 DE 01 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora ADRIANA ALVES GODOY, matrícula 611328.01, aprovada através do Concurso Público Municipal, Edital 002/2015, conforme o decreto 4.568/2016 de 20/01/2016, para exercer suas funções no cargo de PROFESSOR, 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 493 DE 01 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 493 DE 01 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora ALICE THIETDKE, matrícula 611700.02, aprovada através do Concurso Público Municipal, Edital 002/2015, conforme o decreto 4.568/2016 de 20/01/2016, para exercer suas funções no cargo de PROFESSOR, 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tânia Porfírio. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos

a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 494 DE 01 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 494 DE 01 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora ANDREIA MEYER ADUR, matrícula 3409.23, aprovada através do Concurso Público Municipal, Edital 002/2015, conforme o decreto 4.568/2016 de 20/01/2016, para exercer suas funções no cargo de PROFESSOR, 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pedro de Oliveira. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 495 DE 01 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 495 DE 01 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora ELLI LEONILDA BEIJE BURZI, matrícula 667277.01, aprovada através do Concurso Público Municipal, Edital 002/2015, conforme o decreto 4.568/2016 de 20/01/2016, para exercer suas funções no cargo de PROFESSOR, 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tânia Porfírio. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 496 DE 01 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 496 DE 01 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora LUCIMARI CARLOS DE MARIA, matrícula 3387.16, aprovada através do Concurso Público Municipal, Edital 002/2015, conforme o decreto 4.568/2016 de 20/01/2016, para exercer suas funções no cargo de PROFESSOR, 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pedro de Oliveira. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 497 DE 01 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 497 DE 01 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora MARI ELIANI KAROLESKI, matrícula 8150.09, aprovada através do Concurso Público Municipal, Edital 002/2015, conforme o decreto 4.568/2016 de 20/01/2016, para exercer suas funções no cargo de PROFESSOR, 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 498 DE 01 DE JULHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 498 DE 01 DE JULHO DE 2016.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, a Senhora VALQUIRIA APARECIDA RIBAS CUCO GUEDES, matrícula 141348.09, aprovada através do Concurso Público Municipal, Edital 002/2015, conforme o decreto 4.568/2016 de 20/01/2016, para exercer suas funções no cargo de PROFESSOR, 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pedro de Oliveira. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 01 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 80/2016

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 80/2016 - Edital Pregão nº. 68/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 03 de agosto, Propostas para contratação serviços de transporte com micro ônibus destinados a atender a linha dos pacientes do Centro de Atendimento Psicossocial (CAPS) conforme itinerário e demais disposições contidas no edital.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 03 de agosto de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 18 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL

NILTON AVANIR HURMUS - PREGOEIRO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 81/2016

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

Procedimento Licitatório nº. 81/2016 - Edital Pregão nº. 69/2016.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 14 h e 00 min. do dia 03 de agosto de 2016, Propostas para "Contratação de Serviços Médicos Especializados", para atendimento junto as Unidades de Saúde do Município em conformidade com este edital. Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 14 h e 00 min. do dia 03 de agosto de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC ou solicitadas via e-mail: editais@tresbarras.sc.gov.br.

Três Barras - SC, 18 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 82/2016

"AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.

Procedimento Licitatório nº. 82/2016 - Edital Pregão nº. 70/2016.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS - SC torna publico para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.851 de 07/03/2005 e ainda da Lei de Licitações nº 8.666/93 com as alterações da 8.883/94, recebera ate as 09 h e 00 min. do dia 04 de agosto de 2016, Propostas para Registro de Preço de peças de vestuário (camisetas, calças, blusas, tênis), em conformidade com o edital destinados as crianças do Lar São Francisco.

Abertura / Sessão de disputa: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 00 min. do dia 04 de agosto de 2016.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616, Centro – Fone / Fax: 47 3623-0121 ou 9151-8357 – Três Barras – SC.

Três Barras - SC, 18 de julho de 2016.

ELOI JOSE QUEGE – PREFEITO MUNICIPAL.

NILTON AVANIR HURMUS – PREGOEIRO.

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 010/2016 PR 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços, na forma de Consultas Médicas na especialidade de Clínica Geral, objetivando o atendimento de Pacientes do Município de Vargem Bonita - SC, conforme condições estipuladas no Edital e seus Anexos. Os serviços serão prestados diariamente, na Unidade Básica de Saúde – Centro – Vargem Bonita – SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 03 de Agosto 2016 às 09:30 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966,

Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 07 de Julho de 2016.

LENIR RADAPELLI

GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 13.152/16

DECRETO Nº 13.152/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Retifica o Decreto nº 13.150/16

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento Pessoal, datada de 19 de julho de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Retificar o nome constante no Decreto nº 13.150/16, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: KÁTIA REGINA MASIERO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 18 de julho de 2016.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.154/16

DECRETO Nº 13.154/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.920/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 13.094/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.920/16, que nomeou LENNON FELLIPE DIAS NUNES, para exercer o cargo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.155/16

DECRETO Nº 13.155/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Nomeia Médico

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, RAPHAEL SALGADO PEDROSO tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2015, homologado em 20 de julho de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Médico, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.156/16

DECRETO Nº 13.156/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.845/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 13.098/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.845/16, que nomeou INES RODRIGUES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.157/16

DECRETO Nº 13.157/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, NELCI DOS SANTOS DA SILVA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.158/16

DECRETO Nº 13.158/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.891/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 13.099/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.891/16, que nomeou KEIDE DAIANE ALVES, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.159/16

DECRETO Nº 13.159/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSEMARA FARIAS DA COSTA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.160/16

DECRETO Nº 13.160/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.981/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 13.097/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.981/16, que nomeou NO-ELI RICHTER DE SOUSA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.161/16

DECRETO Nº 13.161/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, DENISE AP. RIBEIRO, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.162/16

DECRETO Nº 13.162/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.737/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 13.096/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.737/16, que nomeou ADRIANA VARELA OLIVERIO DI DOMENICO, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.163/16

DECRETO Nº 13.163/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ADRIANE DOCHVAT TERRES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.164/16

DECRETO Nº 13.164/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.734/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 13.095/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.734/16, que nomeou LICEIA ALMEIDA DA SILVA, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.165/16

DECRETO Nº 13.165/16, DE 19 DE JULHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARLI DE LURDES ZANELLA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

EXTRATO DO CONTRATO N. 0267/16

Extrato do Contrato n. 0267/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ELETÉIA ZANELLA

CPF: 022.669.599-99

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – EXISTÊNCIA DE VAGA DE NÃO OCUPADA APÓS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

VIGÊNCIA: de 01 de junho de 2016 a 10 de julho de 2016

FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.350,64 (um mil, trezentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos)

EXTRATO DO CONTRATO N. 0276/16

Extrato do Contrato n. 0276/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MACLEISE TRENTTO

CPF: 050.102.659-23

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ATENDIMENTO A RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA

VIGÊNCIA: de 14 de junho de 2016 a 31 de janeiro de 2017

FUNÇÃO: AGENTE SOCIAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.360,10 (um mil, trezentos e sessenta reais e dez centavos)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO N. 0076/16

Extrato do Termo de Rescisão n. 0076/2016

Contrato Administrativo por Tempo Determinado n. 0276/16

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MACLEISE TRENTTO

CPF: 050.102.659-23

OBJETO: Rescisão a pedido da contratada

VIGÊNCIA: A partir de 30 de junho de 2016.

PORTARIA Nº 0581/16

PORTARIA nº 0581/16

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993

RESOLVE

Art. 1º Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do Processo Licitatório Tomada de Preços nº 08/2016-PMV, Contrato Administrativo nº CT 120/2016, cujo objeto é a execução de pavimentação com pedras irregulares e drenagem na rua Vereador Dino Marafon, parte da rua Marculino Brunetta, parte da rua Ivo Rostirolla (item 1), rua Jaçanã (item 2) e rua Maria Inês Zilio (item 3), conforme Projeto Básico e Memorial Descritivo.

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0582/16

PORTARIA nº 0582/16

Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 10216/16,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do salão do restaurante e demais áreas do Parque da Uva, pelo FISK Videira Centro de Ensino, no dia 29 de

outubro de 2016, das 09h00min às 21h00min, para a realização de um evento em comemoração ao Halloween, com gincana e brincadeiras internas e ao ar livre.

§1º O evento não será aberto ao público, havendo no local, arrecadação de donativos que serão posteriormente destinados ao Lar Bom Samaritano e a Comunidade Terapêutica São Francisco, em caso de mau tempo o evento será postergado para a data de 05 de novembro de 2016, nas mesmas condições desta portaria.

§2º Os responsáveis pela utilização do espaço se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o evento, ficando o requerente, inteiramente responsável pelo mesmo.

§4º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura em conjunto com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do espaço do Parque da Uva quando da devolução do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 19 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0584/16

PORTARIA Nº 0584/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00047/16-5, nos assentos funcionais do servidor ANGELIN TURMINA, detentor da matrícula funcional nº 1691, e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 12.967/16,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, ANGELIN TURMINA, detentor da matrícula funcional nº 1691 e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, pelo período de 10 (dez) anos, 01 (um) mês e 04 (quatro) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00047/16-5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0585/16

PORTARIA nº 0585/16

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 12.459/2016,

RESOLVE

Art. 1º Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor LODUVINO CASANEGO, Trabalhador Braçal, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 01 de abril de 1990 até 30 de junho de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 19 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 19 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0586/16

PORTARIA nº 0586/16

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2.369/10, e à vista do que consta no Memorando nº 075/16DEPLD

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora REGINA MARIA ZANON LARA, Professor, a partir do dia 11 de julho de 2016 até 07 de novembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos à 11 de julho de 2016, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria 580/16.

Videira, 20 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0587/16

PORTARIA nº 0587/16

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 147/ADM, datada de 30 de junho de 2016,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 20 de julho à 30 de julho de 2016, o gozo de férias da servidora VANIA URBANO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, referente ao período aquisitivo de 15 de junho de 2015 até 14 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de julho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de julho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2016 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 85/2016 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 85/2016 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELADOS, DE PARQUES INFANTIS, PARA INSTALAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00:00h do dia 22/08/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 21 de julho 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 81/2016

Termo Aditivo nº 81/2016

Contrato/Ata nº: CT nº 78/2015

Processo: TP nº 06/2015-PMV

Contratada: RODRIGUES & DA SILVA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 78/2015 por mais 04 (quatro) meses, com efeitos a partir de 26 de julho de 2016 até o dia 25 de novembro de 2016, conforme solicitação e justificativa apresentada pela Secretaria de Planejamento.

Data: 21/07/2016.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO 1º ADITIVO AO PROCESSO Nº 0019/2016

Extrato 1º Aditivo ao Processo nº 0019/2016

Contratante: O Município de Xanxerê.

Contratado: Joinmix Comércio Casa e Construção Ltda Me.

Objeto: Aquisição de materiais escolares para Educação.

Fica aditado no Item 157 o valor de R\$ 110,00, do Item 159 o valor de R\$ 8.636,00 e do Item 161 o valor de R\$ 812,80, conforme requerimento e parecer jurídico anexos.

Xanxerê-SC, 21 de julho de 2016. Ademir J. Gasparini – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº RH- AJG 218/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AJG 218/2016

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AJG 173/2016 QUE CONCEDIA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII.

RESOLVE:

REVOGAR, a partir de 02.07.2016 a Portaria nº RH-AJG 173/2016, que concedia Licença Sem Vencimentos a Servidora Pública Municipal a Sra. SILVANIA MORETTO, nacionalidade brasileira, Portadora da CI nº 1.697.385-2 e CPF nº 714.832.259-68, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - SC. nomeada conforme Decreto nº AM 108/2002, no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

A revogação atende a solicitação protocolada sob o nº 0002464/2016 datada em 01.07.2016.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos Administrativos e Financeiros ao dia: 02.07.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 19 de julho de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AJG 222/2016

PORTARIA Nº RH-AJG 222/2016

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIÁRIA - INSS.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.776/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 21.07.2016, a Servidora Pública Municipal a Sra. CRISTIANA BONATO, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC., portadora da Cédula de Identidade nº 4.121.205 e CPF nº 025.723.699-66, nomeada conforme Decreto nº AM 013/04 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria por Invalidez Previdenciária - INSS, conforme benefício nº 6150697464 Espécie 32.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário principalmente o Decreto nº AM 013/04.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 21 de Julho de 2016.

ADEMIR JOSE GASPARINI

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO ATAS RP PR 0060/2016

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0069/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: GRAFICA E EDITORA KAYGANGUE LTDA

Objeto: A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto as aquisições futuras e parceladas de Impressos para diversas secretarias do Município de Xanxerê.

A descrição dos materiais conforme anexo I.

Valor total: R\$ 11.400,00

Vigência: 01 ano a partir da assinatura.

Xanxerê-SC, 20 de julho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0070/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA

Objeto: A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto as aquisições futuras e parceladas de Impressos para diversas secretarias do Município de Xanxerê.

A descrição dos materiais conforme anexo I.

Valor total: R\$ 10.962,50

Vigência: 01 ano a partir da assinatura.

Xanxerê-SC, 20 de julho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0071/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: CARLOS GIOVANI BIGUELINI ME.

Objeto: A A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto as aquisições futuras e parceladas de Impressos para diversas secretarias do Município de Xanxerê.

A descrição dos materiais conforme anexo I.

Valor total: R\$ 15.139,00

Vigência: 01 ano a partir da assinatura.

Xanxerê-SC, 20 de julho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0072/2016

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: INDÚSTRIA GRAFICA ESCALA LTDA

Objeto: A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto as aquisições futuras e parceladas de Impressos para diversas secretarias do Município de Xanxerê.

A descrição dos materiais conforme anexo I.

Valor total: R\$ 20.819,70

Vigência: 01 ano a partir da assinatura.

Xanxerê-SC, 20 de julho de 2016. Ademir José Gasparini - Pref. Municipal.

RETIFICA O DECRETO Nº AJG 140/2016

DECRETO Nº AJG 140/2016

NOMEIA JUNTA MÉDICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no Decreto nº AM 002/2004, de 15 de janeiro de 2004 e no Decreto nº BLB 226/2009, de 05 de outubro de 2009;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a JUNTA MÉDICA MUNICIPAL, composta pelos seguintes membros:

- I – CRISTINA LAJUS MENDES, CRM/SC Nº 17.667;
- II – DIEGO DAVI CORSO, CRM/SC Nº 17.484;
- III – VANESSA LANG ISOTTON, CRM/SC Nº 16.901.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial os decretos nºs AJG 187/2015, AJG 224/2015 e AJG 048/2016.

Xanxerê/SC, 18 de julho de 2016.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI
Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO 0061/2016

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 111/2016
PREGÃO PRESENCIAL N. 061/2016

O município de xaxim – SC, através da Pregoeira comunica que foi alterado o ITEM 01 (Preâmbulo) do referido edital, sendo a modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Global. E o ITEM 23 (Da Vigência Contratual) do referido edital, sendo a vigência de 12 (meses) podendo ser prorrogado por mais 48 (quarenta e oito) meses.

Considerando a alteração do Edital a abertura fica marcada para o dia 26 de julho às 14h00min, com entrega dos envelopes até às 14h30min do mesmo dia.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 21 de julho de 2016.

Edilaine Corrêa Leite
Pregoeira

Decreto 267

DECRETO Nº 267/2016

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio, para atuarem em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de XAXIM - SC, e dá outras providências.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Orgânica do Município, c/c o art. 3º, inciso IV da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002,

DECRETA

Art. 1º Fica Designado para o exercício de 2016, para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura de Xaxim - SC, a servidora EDILAINE CORREIA LEITE – CPF 079.363.559-44.

Parágrafo único – Nas ausências e impedimentos do Pregoeiro titular, o mesmo será substituído pelo servidor Otavio João Skrzypczak, CPF 767.673.109-72 - (Membro da Equipe de Apoio) o qual terá as mesmas atribuições e prerrogativas do titular.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade Pregão, no âmbito da Prefeitura Xaxim, os servidores:

Juvenal Martinazzo, CPF: 048.785.719-42 - Secretário
Catiane Geovane Curtarelli Soccol, CPF: 006.466.089-32 - Membro Titular
Igomar Bortoncello 701.463.739-87 - Membro Titular
Taiane Aparecida Baggio 064.988.789-16 - Membro Suplente.

Parágrafo único - Os membros da Equipe de Apoio que atuarão no certame serão, sempre, em um mínimo de 03 (três) integrantes.

Art. 3º O Pregoeiro, ou seu substituto, fica autorizado a convocar, além dos membros da Equipe de Apoio, a depender da especificidade técnica do objeto ou da documentação apresentada, outros servidores da Prefeitura, técnicos da área, para auxiliar na análise das propostas e documentos.

Art. 4º Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, com atribuições que incluem, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, consoante às alterações que lhe forem dadas e Lei Federal 8.666 de 12 de junho de 1993.

Art. 5º O Pregoeiro e a respectiva Equipe de apoio, servidores especificados neste Decreto, desempenharão as atribuições, concomitantemente com as de seus respectivos cargos, durante o ano de 2016.

Art. 6º O mandato do Pregoeiro e Equipe de Apoio será até 31 de dezembro de 2016.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Julho de 2016.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

LUÍS ANTONIO CIPRIANI
Procurador Geral do Município

LEI 4199

LEI Nº 4199/2016.

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI 4167/2016, QUE AUTORIZA A RETIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DO LOTE REGISTRADO SOB MATRÍCULA Nº 21.512, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 1º da Lei nº 4167/2016, de 09 de março de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica autorizada a retificação e desmembramento do lote colonial nº 13, matrícula no Cartório de Registros de Imóveis de Xaxim sob nº 21.512, Localizado no lado Ímpar da Avenida Júlio Lunardi, esquina com a Rua Rui Barbosa, no Centro, Município de Xaxim - SC, com área registrada de 1.250,00 m² (um mil e duzentos e cinquenta metros quadrados), e área encontrada de 1.289,11m² (um mil duzentos e oitenta e nove metros e onze

decímetros quadrados), com diferença para maior de 39,11m². (trinta e nove metros e onze decímetros quadrados), de propriedade de IDRIS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, ficando assim constituído:

Situação Atual - Lote Urbano nº 13 - Quadra 22 - Matrícula 21.512

Localizado no lado Ímpar da Avenida Júlio Lunardi, esquina com a Rua Rui Barbosa, no Centro, Município de Xaxim - SC.

Área: Área matriculada 1.250,00 m² (Um mil duzentos e cinquenta metros quadrados).

Área levantada 1.289,11 m² (Um mil duzentos e oitenta e nove metros e onze decímetros quadrados)

Diferença para mais de 39,11 m² (trinta e nove metros e onze decímetros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com a AVENIDA JULIO LUNARDI em 25,89 metros.

SUDESTE: Confrontando com imóvel matrícula 11.072, LOTE 14-C de propriedade de IVO NEGRETTO SOBRINHO em 26,18 metros.

NORDESTE: Confrontando com a RUA RUI BARBOSA em 49,62 metros.

SUDOESTE: Confrontando com imóvel matrícula 17.740, LOTE 11-A, de propriedade de LUCIMAR ZAMPROGNA GARBIN em 49,41 metros.

DESMEMBRAMENTO

Situação Desmembrada - Lote 13-A - Quadra 22 - Matrícula 21.512

Lote Urbano 13-A originário do desmembramento do Lote Urbano nº 13 da quadra 22, localizado no Centro do Município de Xaxim - SC.

Situado no lado Ímpar da Avenida Júlio Lunardi, esquina com a Rua Rui Barbosa.

Área: 623,10 m² (Seiscentos e vinte e três metros e dez decímetros quadrados).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com a AVENIDA JULIO LUNARDI em 25,89 metros.

SUDESTE: Confrontando com AREA ORA DESMEMBRADA 13-B em 26,03 metros.

NORDESTE: Confrontando com a RUA RUI BARBOSA em 24,00 metros.

SUDOESTE: Confrontando com imóvel matrícula 17.740, LOTE 11-A, de propriedade de LUCIMAR ZAMPROGNA GARBIN em 24,00 metros.

Situação Desmembrada - Lote 13-B - Quadra 22 - Matrícula 21.512

Lote Urbano 13-B originário do desmembramento do Lote Urbano nº 13 da quadra 22, localizado no Centro do Município de Xaxim - SC.

Situado no lado Par da Rua Rui Barbosa, distante pelo lado esquerdo 24,00 metros da Avenida Júlio Lunardi, no Centro do Município de Xaxim - SC.

Área: 666,01 m² (Seiscentos e sessenta e seis metros e um decímetro quadrado).

Confrontações:

NOROESTE: Confrontando com AREA ORA DESMEMBRADA 13-A em 26,03 metros.

SUDESTE: Confrontando com imóvel matrícula 11.072, LOTE 14-C de propriedade de IVO NEGRETTO SOBRINHO em 26,18 metros.

NORDESTE: Confrontando com a RUA RUI BARBOSA em 25,62 metros.

SUDOESTE: Confrontando com imóvel matrícula 17.740, LOTE

11-A, de propriedade de LUCIMAR ZAMPROGNA GARBIN em 25,41 metros.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 20 de julho de 2016.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Luis Antonio Cipriani

Procurador Geral do Município

Consórcios

ARIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2013 - TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2013 - DECISÃO Nº 27/2016 - BOCAINA DO SUL

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 115/2013

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 29/2013

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – MUNICÍPIO DE BOCAINA DO SUL

OBJETO: NÃO CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 27/2016

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu Termo de Notificação nº 29/2013 em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo em vista o Relatório de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Bocaina do Sul – RF – SAA 01/2013, com as seguintes não conformidades:

Itens	NÃO CONFORMIDADES	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO (EM DIAS)
1	Não foi evidenciada a avaliação sistemática da qualidade da água de abastecimento, sob a perspectiva dos riscos à saúde, com base na ocupação da bacia contribuinte ao manancial.	90
2	Não apresentar plano de amostragem de água aprovado pela autoridade municipal de Saúde Pública;	90
3	Apresentar irregularidades na limpeza, organização, conservação e manutenção das instalações em todas as unidades do SAA.	270
4	Apresentar falta de dispositivos de controle da vazão e monitoramento de nível, dinâmico e estático, nas captações de águas subterrâneas;	240
5	Apresentar falta de sistema de macromedição e setorização compatíveis com a demanda atual dos SAA's;	240
6	Não dispor de manual das operações realizadas nas unidades do SAA's;	90
7	Não apresentar manual e registro de controle de manutenção, preventiva e corretiva, para as unidades do SAA's;	90
8	Não apresentar relatório e plano de vistoria, limpeza e descarga periódica de rede;	90
9	Não apresentar planos de emergência e contingência para os SAA's;	120
10	Tubulação de ventilação do reservatório totalmente vedada.	30
11	Não dispor de estrutura fundamental para o adequado tratamento da água de abastecimento, conforme a Portaria/MS n. 2.914/2011.	270
12	Não dispor de estruturas adequadas para Casas de Química nem laboratórios para as análises de controle de água,	270
13	Apresentar equipamentos, sistemas de dosagem de produtos químicos com tecnologias defasadas e imprecisas.	270
14	Não há planta georeferenciada cadastral do SAA, não há planta de pressões da rede de abastecimento de água.	270
15	Não há anotação de responsabilidade técnica junto ao conselho de classe do responsável pelo sistema de abastecimento de água;	60
16	Não há outorga de uso da água em alguns mananciais supridores do SAA	270
17	Não há licenciamento ambiental do SAA	270

Devidamente notificada, a CASAN por meio dos CT/Comitê 105, apresentou resposta intempestivamente.

Ainda, conforme consta no Relatório de Fiscalização – RF-SAA – BOCAINA DO SUL -002 – as medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela Concessionária Estadual, na sua totalidade.

Assim, as não conformidades de nºs 08, 12, 13, 14 e 17 elencadas no Termo de Notificação nº 29/2013 não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o Relatório de Fiscalização nº 002/2014 (fls.81/104).

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fls. 115) favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II – Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as não conformidades encontradas no SAA do Município de Bocaina do Sul, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades elencadas, no prazo legal.

As razões apresentadas pela CASAN, não afastam a incidência imediata das normas trazidas pela Lei federal n. 11.445/2007, em especial o artigo 43 e pela Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011, conforme já exaustivamente analisado nos autos do Processo Administrativo nº 115/2013.

Tem-se, de maneira incontestável, conduta negativa da CASAN em solucionar as não conformidades identificadas nos itens acima.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 545/2011, que autorizou o ingresso do Município de Bocaina do Sul e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções

da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - embargo de obra ou serviço;

IV - intervenção administrativa; e

V - declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º - Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º - Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu os artigos 11, XI e 12, XIV e XX da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço as normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens 08, 12, 13, 14 e 17 do TN nº 29/2013.

III - Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I, II e IV, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA.

Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 115/2013.

Florianópolis, 15 de julho de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 121/2013 - TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 52/2013 - DECISÃO Nº 28/2016 - QUILOMBO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 121/2013

TERMO DE NOTIFICAÇÃO N. 52/2013

TERMO DE NOTIFICAÇÃO Nº 29/2014

INTERESSADO: COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN – MUNICÍPIO DE QUILOMBO

OBJETO: NÃO CONFORMIDADES NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

DECISÃO Nº 28/2016

I - Relatório:

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu os Termos de Notificação nº 52/2013 e 29/2014, em face da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, tendo em vista os Relatórios de Fiscalização e Cronograma de Adequação do Sistema de

Abastecimento de Água do Município de Quilombo – RF – SAA 01/2013; 02/2014 e 04/2016, com as seguintes não conformidades:

Itens	NÃO CONFORMIDADES	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO (EM DIAS)
01	Não há placas ou pinturas de identificação das unidades pertencentes ao SAA.	150
02	Há unidades pertencentes ao SAA em estado inadequado de limpeza: a) A câmara de contato de cloro; b) O entorno dos reservatórios R 02, R 03 e R 04; c) A cobertura da caixa de queda de pressão.	60
03	Há deficiência na segurança e proteção das unidades pertencentes ao SAA: a) Não há qualquer tipo de dispositivo de segurança (muro, grade ou tela tipo alambrado) no entorno dos reservatórios R 03 e R 04; b) Recomenda-se substituir a cerca existente no entorno da ETA e do reservatório R 01 por muro, grade ou tela do tipo alambrado; c) Não há portão que impeça o acesso de pessoas estranhas ao reservatório R 02 e a ETA.	150
04	As tampas das aberturas de inspeção do reservatório R 01 e do tanque de reservação da ERAT 01 são mantidas sem dispositivo de travamento	150
05	Há situações que expõem a riscos de acidentes a circulação de pessoas ou a movimentação materiais: a) Os acessos ao ponto de captação de água e a caixa de queda de pressão; b) Não há guarda corpo na cobertura dos reservatórios R 01, R 02 e R 03; c) Não há guarda corpo na escada de acesso à cobertura do reservatório R 02.	150
06	Não há escada de acesso à cobertura do reservatório R 04 e ao tanque de reservação da ERAT 02.	150
07	Há unidades operacionais pertencentes ao SAA em condições inadequadas de manutenção e conservação: a) A caixa de proteção do registro de manobras da adutora de água bruta; b) O dispositivo de auxílio para retirada e instalação da bomba de captação; c) A pintura da ETA; d) A bancada do laboratório da ETA; e) O guarda corpo e às passarelas dos floculadores, dos decantadores e dos filtros da ETA; f) A tampa da abertura de inspeção da câmara de contato de cloro; g) A pintura da ERAT 01; h) A tampa da abertura de inspeção do tanque de reservação da ERAT 01; i) A pintura da ERAT 02; j) A janela da ERAT 02; k) A pintura da ERAT 03; l) A pintura do reservatório R 02; m) A pintura do reservatório R 03; n) A caixa de proteção dos registros de manobras do reservatório R 03; o) A pintura da caixa de queda de pressão; p) A caixa de proteção do registro de manobras da caixa de queda de pressão.	150
08	Não há dispositivo indicador do nível de água nos reservatórios R 01 e R 04.	150
09	Não há telas de proteção nos dutos de ventilação do reservatório R 01.	150
10	Não há evidências da avaliação sistemática da qualidade da água de abastecimento, sob a perspectiva dos riscos à saúde, com base na ocupação da bacia contribuinte ao manancial.	90
11	Não há cadastro georreferenciado das unidades pertencentes ao SAA.	270
12	Não há planta de pressões da rede de abastecimento de água.	360
13	Não há planos de emergência e contingência para o sistema de abastecimento de água.	90
14	Não há responsável técnico (habilitado) pelo sistema de abastecimento de água.	90
15	Não há plano de limpeza e descarga periódica de rede.	150
16	Não há fichas com informações de segurança dos produtos químicos utilizados no tratamento de água.	90
17	Há bombas dosadoras de produtos químicos instaladas em diversos locais da ETA. Conforme especificações contidas na NBR 12.216/ 1992, os equipamentos eletromecânicos devem ser instalados em áreas a eles destinadas, bem definidas e quando possível agrupados em uma única área	150
18	Não há tratamento e disposição adequada dos subprodutos do tratamento de água.	360
19	Não há bomba reserva na ERAT 02.	150
20	Não há licença ambiental para operação do SAA.	120

Devidamente notificada, a CASAN por meio dos CT/Comitê 033 e 272 , apresentou resposta intempestivamente.

Ainda, conforme consta no Relatório de Fiscalização – RF-SAA – QUILOMBO-004 – as medidas corretivas tendentes a solucionar as não conformidades não foram realizadas pela Concessionária Estadual, na sua totalidade.

Assim, as não conformidades de nºs 01, 02-c, 3(a,c), 4, 5(a,b e c), 7 (a,b,f,g,h,k,l,m,n,o,p), 08, 09, 11, 12, 13, 15, 17, 18 e 20 elencadas nos Termos de Notificação nº 52/2013 e 29/2014, não ensejaram respostas por parte da CASAN, nos moldes do artigo 9º da Resolução Normativa/ARIS nº 02/2011, conforme comprova o Relatório de Fiscalização nº 004/2016 (fls.175/208).

Vieram os autos para análise da Direção Geral da ARIS, com despacho da Diretoria de Regulação (fls. 211) favorável a instauração de processo administrativo punitivo.

II – Mérito

A questão cinge-se pela comprovação ou não da CASAN sobre as não conformidades encontradas no SAA do Município de Quilombo, bem como pelo desatendimento das determinações e não regularização das não conformidades, nos prazos estabelecidos pela ARIS.

A Notificação exarada pela ARIS tem como fundamento a adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades elencadas, no prazo legal.

As razões apresentadas pela CASAN, não afastam a incidência imediata das normas trazidas pela Lei federal n. 11.445/2007, em especial o artigo 43 e pela Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011, conforme já exaustivamente analisado nos autos do Processo Administrativo nº 121/2013.

Tem-se, de maneira incontestada, conduta negativa da CASAN em solucionar as não conformidades identificadas nos itens acima.

As penalidades passíveis de aplicação pela ARIS estão disciplinadas na Lei Municipal nº 2.075/2009, que autorizou o ingresso do Município de Quilombo e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal. Do artigo 98 do Protocolo de Intenções da ARIS retira-se:

Art. 98. Pelo descumprimento das leis, contratos e normas instituídas pela ARIS, poderão ser aplicadas as seguintes sanções aos prestadores de serviços de saneamento básico:

I - advertência escrita;

II - multa;

III - suspensão de obra ou atividade;

IV - intervenção administrativa;

V - caducidade da concessão, permissão ou autorização.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, e serão regulamentadas por resolução do Conselho de Regulação.

A ARIS disciplinou as penalidades aplicáveis aos prestadores de serviços, consoante disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 3, de 25 de agosto de 2011:

Art. 4º - As infrações às disposições desta Resolução, bem como às normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis sujeitarão o infrator, conforme a sua natureza, às penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III – embargo de obra ou serviço;

IV – intervenção administrativa; e

V – declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

§ 1º – Na aplicação de qualquer penalidade, será estabelecido pela ARIS prazo para que o prestador de serviços proceda à adequação do serviço prestado ou da obra executada aos parâmetros definidos em lei, norma de regulação da ARIS ou contrato de programa ou concessão.

§ 2º – Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não conformidades quer pela reincidência, será aplicada multa cujos valores serão determinados mediante utilização de percentual sobre o valor do faturamento, correspondente às receitas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário relativas à exploração dos serviços outorgados durante o ano anterior à lavratura do Auto de Infração, limitada ao valor percentual máximo definido no contrato de programa ou concessão;

§ 3º – Na hipótese de inobservância da penalidade de advertência em que fique caracterizada grave ou reiterada inexecução total ou parcial do contrato de programa ou concessão, ou na hipótese de inobservância da penalidade de multa, será aplicada a penalidade de declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Pelo texto normativo, percebe-se que as penalidades aplicáveis à espécie são: advertência, multa, embargo de obra ou serviço, intervenção administrativa e declaração da viabilidade da caducidade ou rescisão contratual.

Do texto normativo constante do § 2º do artigo 4º da Resolução/ARIS n. 003/2011, percebe-se que a penalidade de multa somente pode ser aplicada após a incidência da pena de advertência. Neste mesmo sentido parece caminhar o artigo 17 da mesma Resolução/ARIS, que assim dispõe:

Art. 17 - Na hipótese de descumprimento da penalidade de advertência, quer pela inobservância dos prazos fixados para a regularização das não-conformidades, quer pela reincidência, será aplicada multa correspondente à classificação da infração.

Parágrafo único - Considera-se reincidência a prática de infração tipificada no mesmo dispositivo regulamentar em que haja sido apenada anteriormente, no prazo de dois anos.

No caso concreto, a CASAN infringiu os artigos 11, XI, XII, 12, XIV, XX e 13, IV e XVI da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011. Desta forma, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação das penalidades de ADVERTÊNCIA, com fundamento nos artigos 4º, I, c/c art. 16, da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Outrossim, em observância ao disposto no § 1º, do artigo 4º da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011, concede-se o prazo, improrrogável, de 30 dias, para que a CASAN proceda à adequação do serviço às normas de regulação, cumprindo, integralmente, com as determinações previstas nos itens 01, 02-c, 3(a,c), 4, 5(a,b e c), 7 (a,b,f,g,h,k,l,m,n,o,p), 08, 09, 11, 12, 13, 15, 17, 18 e 20 elencadas nos Termos de Notificação nº 52/2013 e 29/2014.

III – Decisão

Diante do exposto, julga-se pela instauração do Processo Administrativo Punitivo, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I, II e IV, da Resolução nº 002/2011, com a lavratura de Auto de Infração em face da CASAN, com a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Publique-se e autue-se nos autos do Procedimento Administrativo nº 121/2013.

Florianópolis, 15 de julho de 2016.

Adir Faccio

Diretor Geral da ARIS

CIGA**ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA - FLORIANÓPOLIS
04.07.2016****Ata da 13ª Reunião Ordinária**

No dia quatro de julho, do ano de dois mil e dezesseis, às 10h00min estiveram presentes os membros do Conselho de Administração do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, conforme lista de presenças anexa, na Sede do CIGA na Rua General Liberato Bittencourt, n. 1885, sala 1307, na cidade de Florianópolis-SC atendendo ao Edital de Convocação nº 02/2016, com a seguinte ordem do dia: tramitação na ALESC da Proposta de Emenda à Constituição Estadual - PEC/0006.4/2010, que trata da publicação oficial dos municípios; atualização acerca do andamento das atividades do CIGA; deliberação sobre o projeto do Simples Nacional com a Associação dos Municípios do Espírito Santo - AMUNES; deliberação sobre convênio com o Instituto Técnico Educacional, Cultural, Esportivo, Recreativo e Assistencial – ITEC; deliberação sobre a aquisição de novas salas para o CIGA; ratificação das alterações do Contrato de Consórcio Público do CIGA; deliberação e aprovação ad referendum da Assembleia Geral do Orçamento do CIGA para o exercício de 2017; e assuntos diversos. O Presidente do CIGA, Prefeito de Lebon Régis, Ludovino Labas, abrindo os trabalhos cumprimentou os presentes e iniciou falando da importância do trabalho técnico, administrativo, jurídico e contábil dos colaboradores do CIGA, pois como Presidente não tem condições de acompanhamento pleno das atividades e precisa confiar no julgamento e ações dos empregados do CIGA. O Diretor Executivo do CIGA, Sr. Gilsoni Albino, comentou que a equipe é empenhada na busca das melhores soluções, porém é indispensável o julgamento por parte do conselho de Prefeitos, que conhecem mais diretamente as necessidades dos municípios por ele administrados e como o CIGA pode produzir os melhores resultados para os municípios e a gestão pública em geral. Dando sequência a apreciação da pauta, foram comentados que os objetivos gerais seriam de atualizar o Conselho sobre as ações e finanças do CIGA; definir as ações e projetos do segundo semestre de acordo com o momento atual e interesse dos municípios; deliberar sobre questões burocráticas para efetivar as ações propostas. Passando então ao primeiro item da pauta, o Diretor Executivo comentou sobre a tramitação na ALESC da Proposta de Emenda à Constituição Estadual - PEC/0006.4/2010, que voltou a tramitar em 2015, e versa sobre a obrigatoriedade da publicação oficial dos municípios serem realizadas em jornais de circulação local, tendo passado pela comissão de justiça da ALESC, mesmo sobre fortes dúvidas de sua constitucionalidade, e está atualmente tramitando na comissão de trabalho da ALESC, presidida pelo Deputado Serafin Venzon. Tendo em vista o forte impacto negativo desta alteração na questão da transparência e eficiência trazida pelo Diário Oficial Eletrônico - DOM, foi realizada a mobilização pela FECAM, CIGA, Associações de Municípios e Municípios, por meio de ofícios, visitas e telefonemas a diversos deputados da ALESC. Também foi feita a participação na reunião da comissão de trabalho, a qual possivelmente realizará uma audiência pública, considerando entre outras razões a economia na ordem de 65 milhões gerada pelo DOM, além de estar disponível a um número bem maior de pessoas através da Internet, em comparação aos jornais de circulação local. O Diretor Executivo do CIGA apresentou ao Conselho de Administração o Certificado recebido pelo projeto do Diário Oficial dos Municípios - DOM no Prêmio Boas Práticas da UDESC-ESAG, promovido em conjunto com diversas instituições como MPSC, TCE-SC e CGU. Tal reconhecimento, segundo o Presidente do CIGA, vem em boa hora e demonstra a importância do DOM para os municípios de Santa Catarina. O Sr. Gilsoni Albino continuou expondo o andamento dos trabalhos no CIGA, que pode ser percebido de forma sintética no Informativo nº 02 do CIGA, que inclui a manutenção dos contratos dos 288

municípios consorciados, as 2.000 (duas mil) edições do DOM/SC publicadas até 20 de maio de 2016, com 182 municípios publicando atualmente; 540 edições do Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo – DOM/ES contratado pela Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo – AMUNES; projetos de utilização do sistema do Simples Nacional – G-Simples em Salvador, Porto Alegre, Rio Branco, Recife e João Pessoa, além de 215 municípios de Santa Catarina; 255 municípios integrados ao Regin; 85 Portais de Câmaras de Vereadores ativos em Santa Catarina; 17 municípios contratantes do sistema de Gestão de Obras - G-Obras; 4 municípios utilizando o sistema de Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - G-Nota; 3 entidades utilizando o sistema de gestão de contratos – G-Con desenvolvido pelo CIGA: o próprio CIGA, a Federação Catarinense de Municípios – FECAM e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS. Em ato contínuo foram discutidos o andamento dos novos projetos planejados para 2016, sendo um dos importantes projetos concluídos a revisão do Contrato de Consórcio do CIGA. O principal projeto em andamento é o sistema Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota, que agora entrou numa fase de módulos importantes, tais como: a Declaração Eletrônica de Serviços, a Declaração de Serviços Tomados e a Declaração de Serviços Bancários. Atualmente, este é o projeto que consome o maior esforço da equipe técnica do CIGA. Há também outro importante projeto a ser executado relativo à contratação da ampliação do Data Center. Porém, o Diretor Executivo comentou sobre a dificuldade e a complexidade na realização das licitações de grande montante e volume relativas aos novos projetos, e com base na experiência adquirida na licitação do sistema para gestão da assistência social, comentou acerca da baixa adesão dos municípios a esta Ata de Registro de Preços. Desta forma, os esforços para disponibilização de novos sistemas, ainda em 2016, podem ser adiados para o exercício de 2017, já que poucos municípios realizarão novas contratações até o final do ano de 2016, considerando a crise dos municípios, e o fato de que a promoção de um Registro de Preços pelo CIGA demanda alocação de recursos das equipes técnicas e administrativas, sem a garantia de que sejam promovidos resultados efetivos aos municípios. Desta forma, a sugestão é manter o foco no desenvolvimento e divulgação dos sistemas próprios do CIGA: DOM, G-Simples e G-NOTA, sendo que foi decidido na presente reunião pela suspensão dos projetos relativos ao serviço de Gestão Telefônica, ao sistema de Gestão do Trânsito, ao sistema de Geoprocessamento e Planta Genérica de Valores e da disponibilização dos serviços de correio. Todavia, um novo projeto foi incluído no planejamento relacionado ao Meio Ambiente, o qual foi originado por meio de um termo de cooperação proposto pelo MPSC, sendo que o CIGA assumiria a manutenção do Sistema de Informações Ambientais - SINFAT a ser cedido pela Fundação de Meio Ambiente – FATMA. O Presidente do CIGA está de acordo com este convênio, desde que haja interesse por parte dos municípios, bem como possua as viabilidades técnicas operacionais. Sobre o projeto do REGIN municipal, foi apresentado pelo Sr. Gilsoni Albino o cenário do projeto que possui, aproximadamente, 255 municípios com contratos ativos, sendo que o contrato com o fornecedor encerrou em fevereiro de 2016 e já havia uma discussão sobre os valores repassados a este fornecedor a título de licença desde 2015, pois no entendimento do CIGA o fato de ter sido implantada a versão data center no servidor do CIGA e de que o CIGA assumiu completamente o suporte municipal justifica uma redução do valor a ser pago à empresa prestadora dos serviços. Após o encerramento do contrato, ficou em discussão administrativa a cláusula do contrato que previa a transferência da tecnologia (fontes e documentação) para o CIGA, da qual a empresa fornecedora discorda de tal interpretação do CIGA. Outro aspecto que traz certa insegurança ao projeto REGIN é a contratação por parte da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC do

sistema concentrador, pois se essa mudar o sistema, o CIGA pode ter que mudar também, então não seria necessário manter o REGIN em sua versão atual, porém a JUCESS não conseguiu cumprir os prazos de lançar uma nova licitação e até a data desta reunião também não conseguiu renovar o contrato com o REGIN concentrador, do qual o CIGA e os municípios dependem completamente. O CIGA, enfatizou o Diretor Executivo, continua na busca pela melhor solução e custo benefício para os municípios e, atualmente, não está realizando repasses de recursos à empresa entendendo que o CIGA é proprietário do sistema, o qual continua sendo mantido e hospedado completamente pelo CIGA. Todavia, se a JUCESS modificar o concentrador poderão acontecer impactos de desempenho e funcionalidades, caso a mudança enseje uma troca ou o desenvolvimento de um sistema pelo CIGA. Além disso, o encerramento deste projeto no CIGA representa uma redução de quase um terço do orçamento do CIGA. O Presidente do CIGA mencionou a importância de não gerar nenhum impacto ou problema aos municípios, devendo o CIGA decidir qual a melhor alternativa de garantir a continuidade deste importante projeto. Desta forma, deve-se reservar os recursos atualmente economizados devido à suspensão de repasses a empresa fornecedora do sistema, no caso de uma possível contratação ou troca de sistema, ou mesmo para alocação no desenvolvimento de uma nova solução. Ato contínuo, foi discutida a forma de aumentar a utilização dos sistemas oferecidos pelo CIGA pelos municípios consorciados, tendo em vista que, atualmente, o índice de utilização é cerca de 2,3 programas por consorciado, sendo que poderia ser até 6, levando em consideração que são 6 (seis) sistemas disponíveis no portfólio do CIGA para os municípios de Santa Catarina. Para aumentar esta utilização, mesmo considerando o período eleitoral e a dificuldade financeira dos municípios, a proposta é o fornecimento sem custo de acesso aos sistemas próprios do CIGA (DOM, G-Nota e G-Simples) para avaliação dos municípios a partir de agosto, o que poderá assegurar novos contratos para o exercício de 2017, além de auxiliar os municípios neste momento. O Presidente do CIGA, Sr. Ludovino Labas, aprovou a proposta desde que não haja impacto na qualidade dos serviços atualmente contratados e desde que possam ser disponibilizados à distância, gerando baixo custo adicional na estrutura atual do CIGA. Também, ficou assegurada a continuidade pela busca de contratos chave com grandes municípios e com outros consórcios ou associações de municípios, porém, o Presidente do CIGA deixou registrada a sua preocupação em não sobrecarregar a estrutura do consórcio, de forma que possa vir a prejudicar os pequenos municípios que são os mais necessitados desta tecnologia a baixo custo. O Diretor Executivo comentou que realmente existe tal preocupação, mas que a utilização dos sistemas em escala ajuda justamente a manter o baixo custo e os sistemas que são continuamente melhorados. Sobre a deliberação do projeto do sistema de gestão do Simples Nacional – G-Simples com a Associação dos Municípios do Espírito Santo – AMUNES, o Sr. Gilsoni Albino apresentou que atualmente o CIGA já possui um contrato com a AMUNES para disponibilização do DOM (versão exclusiva) para todos os municípios da Associação dos Municípios do Espírito Santo (32 municípios publicam atualmente) a um valor fixo mensal, sendo que o projeto, além de oportunizar transparência àqueles municípios, ajudou a evoluir tecnologicamente o DOM/SC e é um sistema autossustentável com o valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) repassado mensalmente pela AMUNES. Atualmente, a AMUNES deseja ampliar a cooperação/contratação do CIGA mediante a formalização de um contrato similar para a contratação do sistema de Gestão do Simples Nacional – G-Simples nas seguintes condições: o uso do sistema será gradativo; o CIGA pode fornecer o sistema, por cerca de 90 dias, sem custo para o cadastramento e treinamento de usuários. O CIGA pode estabelecer um valor mensal de R\$ 10.000,00, a ser repassado nos últimos 3 meses de 2016, e uma tabela gradativa para que ao final do exercício de 2017 seja atingido o valor de R\$ 35.000,00/mês, sendo este valor 35% menor do que o praticado individualmente por município, pois este será um contrato único, a exemplo do

existente para o DOM-ES. Por fim, após a explanação acerca de como o sistema G-Simples seria disponibilizado à AMUNES, o Presidente do Conselho de Administração do CIGA concordou com esta disponibilização. Na sequência, foi debatido acerca do convênio entre o CIGA e o Instituto Técnico Educacional, Cultural, Esportivo, Recreativo e Assistencial – ITEC que não representa despesas ao próprio CIGA, mas permitirá o desconto em folha de pagamento dos empregados do CIGA filiados ao ITEC da respectiva mensalidade, a qual será repassada ao Instituto pelo CIGA. Logo, foi apresentado, também, o interesse do Consórcio GRANPAL, constituído pelos municípios da região metropolitana de Porto Alegre, em firmar convênio com o CIGA para contratação do sistema G-Simples e do DOM, bem como o interesse do Consórcio dos Municípios Pernambucanos – COMUPE de firmar convênio para a utilização do sistema G-Simples e do G-Nota, ambos semelhantes aos moldes atualmente estabelecido com a AMUNES. Além disso, foi apresentado o pedido recebido pelo CIGA para apoio institucional ao evento de energias renováveis que está sendo realizado em cooperação com a Áustria. Por fim, considerando que todos os convênios propostos e o apoio institucional solicitado estão de acordo com os objetivos do CIGA e trarão benefícios aos consorciados e cooperados, o Sr. Ludovino Labas, Presidente do CIGA, concordou com o prosseguimento de todas estas ações. No próximo item da pauta, acerca da deliberação sobre a aquisição de novas salas para o CIGA, o Sr. Gilsoni Albino informou que atualmente duas salas utilizadas pelo CIGA são próprias, adquiridas em 2015, e as outras duas são alugadas, sendo que todas as salas estão completamente ocupadas, inclusive já sendo necessária a utilização de áreas comuns, tais como o corredor. O Diretor Executivo comentou sobre a existência de reserva de recursos para a aquisição das duas salas alugadas, com base no superávit apurado no exercício financeiro de 2015. Todavia, a fim de assegurar a expansão do CIGA, seria importante a aquisição de mais espaço, além das duas salas locadas, para assegurar futuras contratações e ter disponibilidade de espaços mais adequados para a realização de capacitações e reuniões virtuais, as quais estão sendo prejudicadas atualmente devido ao compartilhamento dos ambientes. O Presidente do CIGA determinou que, havendo recursos disponíveis, deve ser realizada a aquisição não só das salas locadas atualmente, mas também das salas necessárias à expansão, considerando que no prédio onde o CIGA está atualmente sediado há mais algumas salas a disposição. Para tanto, um processo administrativo será instaurado no CIGA, no qual deverá constar a obtenção de laudos técnicos que atestem as condições das salas a serem adquiridas, bem como a compatibilidade dos valores das mesmas com os valores de mercado, levando em consideração a importância de manter a unidade do CIGA, juntamente com a FECAM, EGEM e ARIS. Seguindo a ordem do dia, o Diretor Executivo comentou sobre a necessidade de que todos os municípios efetuem a ratificação das alterações do Contrato de Consórcio Público do CIGA, solicitação que foi realizada por meio de ofício enviado eletronicamente, sendo que alguns municípios já realizaram a ratificação. O Presidente do CIGA comentou que já encaminhou a ratificação para a Câmara de Vereadores de seu município, Lebon Régis, e mencionou que é normal neste ano haver uma certa morosidade na análise deste tipo de pleito. Ato contínuo, o Diretor Executivo apresentou a proposta orçamentária do Consórcio para 2017, a qual será aprovada ad referendum da Assembleia Geral Ordinária - AGO, mas que se faz necessária neste momento para que os entes consorciados consigam estabelecer a previsão orçamentária de suas despesas com o CIGA para o próximo exercício. O orçamento de 2017 foi fixado em R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais). Quanto à estimativa de receitas, os destaques são o Diário Oficial dos Municípios (Santa Catarina e do Espírito Santo), que representa R\$ 1.665.000,00 (um milhão e seiscentos e sessenta e cinco mil reais) da receita estimada, e o sistema de Gestão do Simples Nacional – G-Simples, que representa R\$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais) do total da arrecadação estimada. A fixação das despesas ficou em R\$ 1.488.506,76 (um milhão, quatrocentos e oitenta e oito mil,

quinhentos e seis reais e setenta e seis centavos) para pessoal e encargos sociais; R\$ 1.322.493,24 (um milhão, trezentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e três reais e vinte e quatro centavos) para outras despesas correntes; R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para Investimentos; e R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais) para Reserva de Contingência. O Presidente do CIGA aprovou a proposta orçamentária para 2016, ad referendum da AGO. Logo, o Diretor Executivo colocou em pauta os reajustes nos valores dos serviços ofertados pelo CIGA para o exercício de 2017 a serem aprovados ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, sendo que haverá a emissão das Resoluções específicas com tais valores, bem como a publicação das mesmas no DOM/SC, ainda no exercício de 2016. Os valores do sistema de Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - G-NOTA para o exercício de 2017 serão os seguintes: para municípios com até 7.000 (sete mil) habitantes, o valor será de R\$ 280,00/mês; e para os municípios acima de 7.000 (sete mil) habitantes, o valor mensal será de R\$ 0,04/por habitante (R\$ 0,04 x nº habitantes). O reajuste nos valores dos serviços relativos à utilização do Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), do sistema de Gestão de Obras (G-Obras), do portal de Gestão das Câmaras de Vereadores (G-Câmara), do sistema do REGIN e do sistema de Gestão do Simples Nacional (G-Simples) para 2017 pelos municípios consorciados ao CIGA, foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do período de agosto de 2015 a maio de 2016, cujo acumulado neste período foi 8,35%. O Presidente do CIGA aprovou os reajustes propostos nos valores para 2017 dos sistemas ofertados pelo CIGA ad referendum da AGO. Logo, o Diretor Executivo apresentou a proposta de reajuste de alguns benefícios do CIGA a ser concedida a partir de 2017. Um dos reajustes propostos a ser concedido a partir de 2017 é o auxílio saúde no valor de até R\$ 204,67/mês ao empregado titular do plano e a inclusão do valor de até R\$ 102,34/mês por dependente no plano de saúde (50% do valor do titular para cada dependente). Tal reajuste no auxílio saúde considerou os reajustes realizados pela operadora do plano no percentual de 33,67%, o INPC acumulado abril de 2014 a dezembro de 2015 de 15,77% e mais o INPC estimado para 2016 de 8%, tendo totalizado um percentual de 57,44% a ser aplicado no valor de R\$ 130,00 (valor atual do auxílio saúde por mês). O outro reajuste proposto, também a ser concedido a partir de 2017, é o valor do auxílio educação para R\$ 354,35/mês. Este reajuste tomou por base a atualização pelo INPC desde a implantação do benefício (junho de 2014), sendo o percentual de 14,19%, o INPC acumulado junho de 2014 a dezembro de 2015 e mais o INPC estimado para 2016 de 8%, tendo totalizado um percentual de 22,19% a ser aplicado no valor de R\$ 290,00 (valor atual do auxílio educação por mês). Após a apresentação das propostas de reajustes dos benefícios de auxílio saúde e auxílio educação, o Sr. Ludovino Labas, Presidente do CIGA, autorizou a Diretoria Executiva para concessão dos benefícios a partir do exercício de 2017, mediante análise prévia quanto à legalidade de tais concessões e a disponibilidade orçamentária. Ato contínuo, o Sr. Gilsoni Albino expôs a necessidade de criação de funções gratificadas que consistiriam num adicional de 20% da referência salarial base do Técnico de T.I do CIGA (referência 25 da Tabela de Referências Salariais do CIGA) para os empregados que venham a exercer as seguintes funções: membro da comissão de licitação, coordenador de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e coordenador de suporte e atendimento, tendo em vista que são atividades exercidas por empregados públicos do quadro de pessoal do CIGA, porém tem exigido esforços e responsabilidades adicionais, produzindo resultados de alta relevância para o CIGA. O Presidente do CIGA, assim como no caso do reajuste dos benefícios, está de acordo com a criação das referidas funções gratificadas a partir de 2017, desde que precedida de análise do jurídico do CIGA, quanto à legalidade, bem como que seja verificada em cada exercício financeiro a disponibilidade orçamentária para a aplicação da gratificação. Na sequência, o Diretor Executivo comentou acerca do Imposto de Renda Retido na Fonte, mais especificamente das

retenções sobre serviços de pessoas jurídicas desde dezembro de 2015, as quais foram retificadas e o recolhimento foi efetuado junto à Receita Federal do Brasil - RFB, tendo em vista a mudança de entendimento da RFB quanto a este assunto. Já, quanto às retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF na folha de pagamento dos empregados, o CIGA mantém os recursos reservados e pretende fazer a devolução aos municípios proporcionalmente aos valores repassados pelos mesmos. O Presidente do CIGA está de acordo com este critério de devolução e, mesmo que a Assembleia Geral Ordinária e o Contrato de Consórcio Público prevejam a utilização destes recursos, a devolução aos municípios deste IRRF representa um gesto de reconhecimento do CIGA da situação enfrentada pelos municípios. Seguindo a pauta de assuntos diversos, o Diretor Executivo colocou em discussão a intenção de reconhecer como válidas as assinaturas eletrônicas em documentos internos e externos administrativos do CIGA, tais como: contratos, empenhos e atas de reuniões. Os presentes concordaram com a utilização das assinaturas eletrônicas, porém enfatizaram de que se trata de um processo gradativo, uma vez que muitos municípios ainda não adotaram este tipo de procedimento para toda a circulação de documentos. Por fim, acerca dos eventos com os novos prefeitos eleitos, que irão assumir seus mandatos em 2017, o Presidente do CIGA sugeriu que seja aguardada a ocorrência da posse dos novos prefeitos para que o CIGA realize encaminhamentos aos mesmos, ficando porém o CIGA autorizado a participar de eventos realizados pelas associações, federações ou pela Confederação Nacional de Municípios - CNM para este público, nos quais haja a possibilidade de se divulgar o CIGA e suas vantagens para a gestão pública. Eu, Morgana Arent Michels Bagini redigi esta ata, a qual foi revisada pelo Diretor Executivo do CIGA e será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

MORGANA ARENT MICHELS BAGINI
Gerente Administrativa

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo

ATO DE DISPENSA Nº 07/2016

Ato de Dispensa nº 07/2016
Processo ADMINISTRATIVO nº 14/2016

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços revisão veicular do automóvel oficial do CIGA: Fluence Privilège – Marca Renault; placa MLQ 0429; e Ano/Modelo 2014/2014.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: A presente contratação faz-se necessária para a manutenção e conservação do veículo do CIGA, tendo em vista que o automóvel atingiu a marca de 20.000 (vinte mil) quilômetros rodados, bem como para assegurar a segurança dos empregados públicos que utilizam o veículo à serviço do CIGA, pois o veículo sem manutenção pode sofrer panes que venham a comprometer a segurança e a integridade física dos passageiros.

Contratado: REPECON VEÍCULOS LTDA.
CNPJ: 79.913.802/0001-42

VALOR: R\$ 788,68 (setecentos e oitenta e oito reais e sessenta e oito centavos).

Florianópolis, 20 de julho de 2016.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**PRESTAÇÃO DE CONTAS CIMCATARINA 2016_2T**

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2º TRIMESTRE 2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA

1- INTRODUÇÃO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, e com sede na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, no Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, na forma da Lei Federal nº 11.107/05, de seu regulamento (Decreto nº 6.017/07).

O CIMCATARINA tem como finalidade a união dos municípios do Estado de Santa Catarina para o desenvolvimento regional, através da formulação de projetos estruturantes, buscando formas de articulação intermunicipal com objetivo de integração, visando o fortalecimento de ações compartilhadas nos municípios catarinenses, captação de recursos financeiros para investimentos, ampliação de redes sociais, otimização, racionalização e transparência na aplicação dos recursos públicos, regionalização de políticas públicas e a criação de parcerias institucionais sustentáveis.

Até o encerramento do trimestre estavam consorciados os Municípios de ABDON BATISTA, ÁGUA DOCE, ARROIO TRINTA, BRUNÓPOLIS, CAÇADOR, CALMON, CURITIBANOS, FRAIBURGO, FREI ROGÉRIO, IBIAM, IOMERÊ, IRANI, ITÁ, LEBON RÉGIS, MACIEIRA, MATOS COSTA, MONTE CARLO, PINHEIRO PRETO, RIO DAS ANTAS, SALTO VELOSO, TIMBÓ GRANDE, TANGARÁ E VIDEIRA, que ratificaram por Lei o Protocolo de Intenções, que autorizou o ingresso no Consórcio.

Este relatório objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira até o segundo trimestre de 2016.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Por ser custeado com recursos oriundos de repasses municipais, adotam-se as normas de contabilidade pública para a elaboração dos demonstrativos contábeis.

3 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Receitas e Despesas são registradas em obediência às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.

As Disponibilidades compreendem os valores dos numerários depositados em conta corrente junto às instituições financeiras.

O Imobilizado está demonstrado pelo valor original de aquisição dos bens do consórcio.

As Despesas da instituição são apuradas através de documentos fiscais e contábeis, em conformidade com as exigências legais e fiscais.

4 - APLICAÇÃO DE RECURSOS

O CIMCATARINA, conforme os objetivos estabelecidos no protocolo de intenções, aplica os recursos da seguinte forma:

- Custeio das Atividades - Pessoal, encargos, material de consumo, serviços de terceiros - pessoa jurídica;
- Investimentos - Quando há necessidade de fazer investimentos em equipamentos, veículos, e outros, utilizam-se os recursos disponíveis para despesas com capital.

Para uma melhor transparência quanto à aplicação dos recursos dividimos os mesmos em Fontes de Recursos conforme demonstrado abaixo:

- 0.1.00.0200 Recursos Ordinários – São lançadas nesta fonte as arrecadações próprias feitas pelo CIMCATARINA;
- 0.1.00.0300 Transferências a Consórcios Públicos – São lançadas nesta fonte as transferências municipais estabelecidas pelos contratos de rateio e delegações orçamentárias.

5 - SALDO BANCÁRIO

Em 30 de junho de 2016 os saldos das contas bancárias apresentavam os seguintes valores:

Especificação	Fonte de Recurso	Saldo
B. BRASIL CIMCATARINA MOVIMENTO 18.520-5	0.100.0200	526,04
B. BRASIL CIMCATARINA - CTP01/CTR1 - 20.412-9	0.100.0300	773,18
B. BRASIL CIMCATARINA - CPS/MAQ. - 20.414-5	0.100.0200	2.063,08

B. BRASIL CIMCATARINA - CTP1/CTR3 - 20.413-7	0.100.0300	194.383,10
B. BRASIL CIMCATARINA - CTP2 PROAMA - 21.525-2	0.100.0300	49.066,92
B. BRASIL CIMCATARINA - PROLICITA - 22.436-7	0.100.0300	63.637,10
B. BRASIL CIMCATARINA - PROLICITA TELEFONIA - 22.864-8	0.100.0300	41.588,67
B. BRASIL CIMCATARINA - PROILUMINA - 22.437-5	0.100.0300	0,00
B. BRASIL CIMCATARINA - PROHIDRO RATEIO - 24.497-X	0.100.0300	0,00
B. BRASIL CIMCATARINA - PROHIDRO SERVIÇOS - 24.498-8	0.100.0200	0,00
Total (R\$)		352.038,09

6 – RECEITAS REALIZADAS

As Receitas da Instituição, para Custeio e Investimentos, são auferidas pelos repasses dos municípios estabelecidos no contrato de programa, contrato de rateio, contratos de delegação orçamentária e contrato de prestação de serviços.

Receitas Arrecadadas até 30 de junho de 2016

Receitas	Valor (R\$)
0.1.00.0200 Recursos Ordinários	188,27
Remuneração Dep. Bancários (não Vinculados)	188,27
0.1.00.0300 Transferências a Consórcios Públicos	1.414.082,20
Remuneração Dep. Bancários (vinculados)	13.024,27
Restituições	1.594,88
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. correntes)	1.381.268,55
Transferências a Consórcios Públicos (Transf. de capital)	18.194,50
Total (R\$)	1.414.270,47

7 – DESPESAS

7.1 – Despesas realizadas

As despesas realizadas obedecem as rubricas estabelecidas no orçamento.

Despesas realizadas até 30 de junho de 2016.

Despesas	Valor (R\$)	
2001 - Manutenção do CIMCATARINA	13.220,21	
0.1.00.0300 Transferências a Consórcios Públicos	5.623,27	
Outras Despesas Correntes	298,95	
Investimentos	5.324,32	
0.1.00.0200 Recursos Ordinários	7.596,94	
Outras Despesas Correntes	7.596,94	
2002 - Desenvolvimento e Gestão de Contratações Futuras	308.975,74	
0.1.00.0300 Transferências a Consórcios Públicos	308.975,74	
Pessoal e Encargos Sociais	238.307,79	
Outras Despesas Correntes	69.367,95	
Investimentos	1.300,00	
2003 - Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Telefonia	82.005,08	
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	82.005,08	
Outras Despesas Correntes	82.005,08	
2005 - Desenvolvimento e Gestão de Serviços de Iluminação Pública	875.433,76	
0.1.00.0300 Transferências a Consórcios Públicos	875.433,76	

Pessoal e Encargos Sociais	2.560,68	
Outras Despesas Correntes	872.873,08	
2007 - Desenvolvimento da Preservação e Conservação Ambiental	32.556,06	
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	32.556,06	
Pessoal e Encargos Sociais	32.225,96	
Outras Despesas Correntes	330,10	
2008 - Desenvolvimento e Gestão dos Recursos Hídricos	8.839,28	
0.1.0300 Transferências a Consórcios Públicos	8.839,28	
Outras Despesas Correntes	8.839,28	
0300 - Contribuição ao Pasep	146,80	
0.1.00.0200 Recursos Ordinários	146,80	
Outras Despesas Correntes	146,80	
Total (R\$)	1.321.176,93	

8 – DIREITOS A RECEBER DOS MUNICÍPIOS CONSÓRCIADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Referente ao fechamento do exercício de 2012 ficou registrado no ativo do balanço patrimonial créditos a receber, destes em 30 de junho de 2016 ainda permanecem os créditos a receber conforme quadro abaixo:

Município	Rateio	Valor
Matos Costa	Fixo – Despesas Administrativas	2.895,24
Timbó Grande	Fixo – Despesas Administrativas	6.111,11
Total (R\$)		9.006,35

O valor de R\$ 9.006,35 (nove mil e seis reais e trinta e cinco centavos) refere-se a rateio fixo ainda não transferidos pelos municípios ao consórcio.

Este valor permanece registrado na conta Créditos de Consórcios Públicos decorrentes de contrato de rateio e Créditos a Receber de entidades Estaduais, distritais e Municipais, o qual será compensado na data da ocorrência dos créditos transferidos pelos Municípios.

9 - FORNECEDORES E OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

Em 30 de junho de 2016, consta a obrigação a pagar no valor de R\$ 43.284,96 (quarenta e três mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos) referente fornecedores a pagar, encargos sobre folha e retenções a pagar.

10 - CERTIDÕES NEGATIVAS

O CIMCATARINA encontra-se regular com os órgãos da União, do Estado e do Município. Todas as certidões negativas estão atualizadas/vigentes.

11 – CONTROLE DE RECEBIMENTOS E APLICAÇÃO

Em atendimento a Portaria 274 de 13 de maio de 2016 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, que estabelece normas gerais de consolidação das contas dos consórcios públicos a serem observadas na gestão orçamentária, financeira e contábil, em conformidade com os pressupostos da responsabilidade fiscal, mensalmente estão sendo repassadas informações aos Municípios Consorciados referente aos valores repassados através dos contratos de rateio e delegações, bem como sendo publicados os Demonstrativos Fiscais.

12 – SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO

Bimestralmente estão sendo encaminhadas as informações ao Tribunal de contas do Estado de SC, através do sistema de fiscalização integrada de gestão (e-Sfinge).

Fraiburgo, 11 de julho de 2016.
Gilberto Amaro Comazzetto
Presidente do CIMCATARINA
Prefeito de Caçador.

ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CIMCATARINA

LUIZ FERNANDO RALDI
Diretor Financeiro

Nadia de Lorenzi
Contadora CRC 39499/O-4

RESOLUÇÃO 0025_2016

Resolução n. 0025/2016.

Divulga a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0002, de 05 de julho de 2016.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto, CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/05;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica divulgada a relação de inscritos e o resultado da classificação do Edital de Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público nº. 0002, de 05 de julho de 2016, conforme Anexo I.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 22 de Julho de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

RESOLUÇÃO N. 0025/2016

ANEXO I

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, Nº. 0002, DE 05 DE JULHO DE 2016.

RELAÇÃO DE INSCRITOS E CLASSIFICAÇÃO

CÓDIGO/EMPREGO		01 – ENGENHEIRO AMBIENTAL		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
1	5	RAQUEL GOMES DE ALMEIDA	25	01/03/1986
2	30	MAURICIO PERAZZOLI	25	04/06/1987
3	14	DÉBORA JARETA MAGNA	23	15/06/1982
4	23	CARLA CANTON SANDRIN	23	23/12/1985
5	35	DÉBORA PELISER	20	26/02/1990
6	29	DÉBORA CAPELLO THOMS	17	29/09/1990
7	22	DELSON MORANDO DE MORAES	16	02/08/1981
8	17	JIANI BECKER SCHERER	15	15/04/1986
9	12	PATRICIA GRASSI	13	13/10/1991
10	25	HENRIQUE DIAS DE ANDRADE	12	31/10/1988
11	7	MARINA MONTIBELLER BIASUZ	12	01/10/1990
12	24	LUIZ ALEXANDRE COLIN GOMES FILHO	11	06/10/1985
13	6	JULIO MARIA GULART	10	14/09/1979
14	38	JULIANA MACEDO TREVISOL	10	15/09/1985
15	20	CHALANA PAZINI	10	24/01/1986
16	1	FRANCIANE TOPANOTTI	10	19/04/1987
17	4	AMAURI BENKE	8	24/09/1971
18	32	LEANDRO FREITAS	8	08/05/1990
19	34	FLÁVIA REGINA POYER	8	28/02/1991
20	11	FABIANE SANTI	8	07/03/1991

21	8	FERNANDA PAULO DE OLIVEIRA	7	04/05/1990
22	27	BEATRIZ CHINATO BEGNINI	7	01/09/1993
23	21	CÁSSIO DALLA ROSA	6	04/03/1989
24	3	TATIANE GRANDO	6	23/04/1992
25	18	CRISTIANE LISBOA GIROLETTI	5	25/01/1985
26	15	ÉDERSON FABIANO GRIEBLER	5	23/09/1991
27	13	MARCOS VERUCK	5	10/04/1993
28	28	JERSON LUIZ ZONTA JUNIOR	4	04/09/1990
29	9	PAULO HENRIQUE CARMO DO AMARAL	4	26/09/1990
30	31	SAMARA CATTANI	4	05/03/1991
31	19	FABIANA LENNERTZ	4	12/08/1993
32	36	ANDRESSA MAZIEIRO	2	18/07/1991

CÓDIGO/EMPREGO		02 – ASSISTENTE SOCIAL		
Ordem de Classificação	Número Inscrição	Nome	Pontuação	Data Nascimento
1	16	BRUNA DA FONSECA	20	26/02/1990
2	39	JANAÍNA VARGAS	11	23/08/1985
3	33	GLÁUCIA PERAZZOLI	10	30/03/1983
4	26	ELIANE PIOLA DA SILVA	8	22/06/1992
5	2	ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO	7	27/09/1986
6	37	GEISILENE BEAL	5	25/11/1989
7	10	JÚLIA APARECIDA DA SILVA	0	03/09/1978

Fraiburgo, 22 de Julho de 2016.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMURES

ATA Nº 06 2016 REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO CIS AMURES

ATA Nº 06 DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO CIS/AMURES,
DIA 30 DE MAIO DE 2016.

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, com início às dez horas, na sede do CIS, reuniram-se os prefeitos membros do Conselho Fiscal, e o Presidente, para prestação e aprovação das contas do CIS/Amures, referente aos meses de janeiro à abril de 2016. Dando início aos trabalhos a Diretora Executiva, Nalú Júlio, saudou os membros presentes e passou a palavra à contadora responsável pelo CIS/Amures, Vania Maria de Lima que apresentou a prestação de contas aos prefeitos: Edelvanio Nunes Topanoti, Prefeito do Município de Bom Jardim da Serra, José Valdori Henkemaier, Prefeito do Município de Palmeira, Flavio Antonio Neto da Silva, Prefeito do Município de Painsel, membros do Conselho Fiscal, e ao presidente do CIS, Pe. Edilson José de Souza, Prefeito de Campo Belo do Sul. Apresentou quadro contendo as referidas informações contábeis, justificando-as, e colocou os relatórios e/ou documentos referentes à contabilidade à disposição. A Diretora Executiva finalizou se colocando a disposição para dirimir eventuais dúvidas. Após o relato, os prefeitos recomendaram a homologação da prestação de contas referente ao período supracitado.

Edelvanio Nunes Topanoti
Rua Manoel Cecílio Ribeiro, 68
Centro – Bom Jardim da Serra, SC
Casado, brasileiro, Prefeito de Bom Jardim da Serra

RG nº 1759000 e CPF nº 507.326.505-25

José Valdori Henkemaier
Rua Roberto Henkemaier, 200
Centro – Palmeira
Casado, brasileiro, Prefeito de Palmeira
RG nº 5155414-3 e CPF nº 464.164.559-00

Flavio Antonio Neto da Silva
Rua Basilio Pessoa, 36
Centro – Painsel
Casado, brasileiro, Prefeito de Painsel
RG nº 1626158-3 e CPF nº 499.572.449-49

Edilson José de Souza
Rua Major Teodósio, nº 100, apto 02
Centro, Campo Belo do Sul.
Solteiro, brasileiro, Prefeito de Campo Belo do Sul
RG nº 1.823.208 e CPF nº 610.553.529-53

Nalú Terezinha Júlio
Diretora Executiva CIS/AMURES

Vania Maria de Lima
Contadora do CIS/AMURES